

DM

**Tribuna Livre**  
Mecanismos do Ethos na Elocutio Comunicativa  
de Alberto João Jardim (1974-1975)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Jani Micaela Gouveia Freitas**  
MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS



UNIVERSIDADE da MADEIRA  
*A Nossa Universidade*  
[www.uma.pt](http://www.uma.pt)

outubro | 2017

## **Tribuna Livre**

Mecanismos do *Ethos* na *Elocutio*  
Comunicativa de Alberto João  
Jardim (1974-1975)

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Jani Micaela Gouveia Freitas**

MESTRADO EM ESTUDOS REGIONAIS E LOCAIS

ORIENTADOR

Joaquim José Sanches Pinheiro



UNIVERSIDADE da MADEIRA

*A Nossa Universidade*

Faculdade de Artes e Humanidades

Mestrado em Estudos Regionais e Locais

Ano Letivo: 2017/2018

**Jani Micaela Gouveia Freitas**

**Dissertação de Mestrado para obtenção do Grau de Mestre em Estudos Regionais  
e Locais**

**Orientador: Prof. Doutor Joaquim Pinheiro**

Funchal, 2017

*A todos os que acreditaram em mim.*

*À minha mãe e às minhas irmãs, Lucy e Nicole,*

*fontes de incentivo e inspiração.*

*Só se merece a vida quando se é empenho permanente naquilo em que se acredita.*

Alberto João Jardim, *in* Jornal da Madeira, 29 outubro de 1974.

## Agradecimentos

Costuma-se dizer que nas longas caminhadas da vida, só as pessoas mais importantes permanecem e fazem toda a diferença. Nesta minha longa caminhada foram algumas as pessoas que estiveram sempre presentes. E, hoje, quero agradecer:

Ao meu orientador, Doutor Joaquim Pinheiro que aceitou orientar-me e acompanhar-me nesta aventura com o seu profissionalismo, competência e dedicação. O meu enorme agradecimento pelas reuniões, conselhos e por toda a disponibilidade. Foi proveitosa a partilha de conhecimentos. Gostei de trabalhar consigo!

À minha família que sempre me dirigiu palavras de incentivo e força e que me apoiaram de variadas formas. Agradeço-vos por tudo.

À minha irmã Lucilina, de quem sinto sempre um apoio incondicional e uma atenção singular. Obrigada por nunca desistires de mim.

À Marlene que deu o seu contributo na fase final. Sem isto esta dissertação não ficava completa. Obrigada.

Ao meu colega e amigo José Luís que me acompanhou nas imensas horas de pesquisa e estudo no Arquivo Regional da Madeira, tornando todo o trabalho mais leve e animado. Muito obrigada pelas palavras de amizade, pelos conselhos sábios, pelos incentivos e pela companhia.

Aos meus colegas e amigos do Mestrado em Estudos Regionais e Locais por todas as palavras de estímulo e espírito de entajuda demonstradas ao longo destes dois anos.

Um enorme agradecimento aos funcionários do Arquivo Regional da Madeira pelo apoio prestado durante esta etapa, tão importante para a consolidação desta Dissertação de Mestrado.

A todos vós, o meu sincero OBRIGADA!

Sem vocês, nada disto seria possível.

## Resumo

A presente dissertação de Mestrado versa sobre os mecanismos do *ethos*, expressos pelo caráter e autoridade de Alberto João Jardim nos textos publicados na *Tribuna Livre* no *Jornal da Madeira* entre 29 de outubro de 1974 e 29 de outubro de 1975. A secção jornalística *Tribuna Livre* é composta por inúmeros textos sobre diversas temáticas relacionadas com a Autonomia Política da Região Autónoma da Madeira entre 1974 e 1975, mas não só, de maneira que Alberto João Jardim discorre sobre questões económicas, autonómicas e políticas da atualidade. Apresenta com legitimidade e pertinência, ao mesmo tempo, soluções e reflexões acerca destas temáticas com o propósito de promover uma inversão de acontecimentos, impulsionando um desenvolvimento positivo para a região. Note-se que o tom apelativo que o orador usa, dirigindo-se aos leitores do *Jornal da Madeira*, constitui o núcleo fundamental desta investigação, em particular a análise retórica da persuasão e dos seus fins. Por vezes, com forte sentido persuasivo, consideramos relevante para este trabalho interpretar e contextualizar a simbiose do *ethos* com a temática regional. Por conseguinte, esta investigação contém uma análise retórico-discursiva do *ethos* de Alberto João Jardim nos textos selecionados, de modo a apurar quais as técnicas retóricas utilizadas na construção dos discursos. Notamos um *ethos* sincero, exigente e autoritário nos discursos, pois Alberto João Jardim, com a sua capacidade persuasiva, conseguiu atingir a sua finalidade através da exposição de todas as suas análises, sugestões e visões acerca da situação em que o Arquipélago da Madeira se encontrava em 1974 e perspetivou um futuro promissor para o mesmo.

**Palavras-chave:** Tribuna Livre; Jornal da Madeira; Alberto João Jardim, Ethos; Autoridade; Caráter.

## Abstract

The present master dissertation addresses the *ethos* mechanisms, expressed by the character and authority of Alberto João Jardim in the published texts of *Tribuna Livre* in *Jornal da Madeira* between 29<sup>th</sup> October 1974 and 29<sup>th</sup> October 1975. The journalistic section *Tribuna Livre* is composed of innumerable texts about various themes related to the Political Autonomy of Autonomous Region of Madeira between 1974 and 1975, also discusses current economic, autonomic and political issues. Alberto João Jardim presents, with legitimacy and relevance, solutions and reflections about these topics with the purpose of promoting a change of events, encouraging a positive development for the region. Note that the appealing tone used by the lecture, addressing the readers of *Jornal da Madeira*, represents the core of this investigation, particularly the rhetorical analysis of the persuasion and its purpose. It was considered relevant in the context of this dissertation, to contextualize and interpret the *ethos* symbiosis with the regional topics. Therefore, this investigation includes a rhetoric-discursive analysis of the Alberto João Jardim's *ethos* in the selected texts, in order to discover the rhetorical techniques used in the discourse construction. A sincere, demanding and authoritarian *ethos* was noted because Alberto João Jardim, with his persuasive ability, managed to fulfill his purpose by exposing all his analysis, suggestions and visions about the situation in the Madeira Archipelago in 1974 and has envisioned a promising future for it.

**Keywords:** Tribuna Livre, Jornal da Madeira, Alberto João Jardim, *Ethos*, Authority; character.

## Índice

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>III</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>IV</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>V</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – O ethos na Teoria Retórica: dos autores da Antiguidade Clássica (Aristóteles, Quintiliano, Cícero) aos autores da Nova Retórica (Perelman).....</b>	<b>8</b>
1.1 Retórica em Aristóteles .....	10
1.2 Retórica em Cícero .....	15
1.3 Retórica em Quintiliano.....	17
1.4 Retórica na Idade Média e Renascimento .....	18
1.5 Declínio da Retórica .....	19
1.6 Nova Retórica de Perelman .....	20
1.7 A propósito do <i>ethos</i> .....	24
<b>Capítulo 2 – Definição e caracterização do <i>corpus</i> .....</b>	<b>31</b>
2.1 Identificação do <i>ethos</i> na <i>elocutio</i> comunicativa.....	40
2.1.1 Conceito de <i>ethos</i> .....	41
2.1.2 Identificação do <i>ethos</i> .....	42
2.2 Análise dos mecanismos do <i>ethos</i> na <i>elocutio</i> comunicativa .....	53
2.2.1 Economia.....	54
2.2.1.1 Texto: <i>Dinamização da economia local</i> .....	54

2.2.1.2 Texto: <i>Encerramento de empresas</i> .....	56
2.2.2 Política.....	57
2.2.2.1 Texto: <i>Apelo ao voto</i> .....	57
2.2.2.2 Texto: <i>Projeto de regionalização administrativa do território português</i> .....	59
2.2.3 Cultura .....	61
2.2.3.1 Texto: <i>Dia da Polícia</i> .....	61
2.2.4 Religião.....	63
2.2.4.1 Texto: <i>Laicização</i> .....	63
2.2.4.2 Texto: <i>Pastoral do Episcopado Português</i> .....	64
2.2.5 Educação.....	66
2.2.5.1 Texto: <i>A escola como incremento do desenvolvimento económico</i> .....	66
2.2.5.2 Texto: <i>Plano da Educação</i> .....	67
2.2.6 Comunicação .....	69
2.2.6.1 Texto: <i>Liberdade de Imprensa</i> .....	69
2.2.6.2 Texto: <i>Entrada da Lei da Imprensa</i> .....	71
2.3 Algumas conclusões a propósito do <i>ethos</i> .....	72
<b>Capítulo 3 – O <i>ethos</i> e a Comunicação Política .....</b>	<b>75</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>84</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>88</b>
<b>Lista de Anexos .....</b>	<b>101</b>

## Introdução

Os jornais atuam como pilares informativos da sociedade. Todos os dias a imprensa exerce o seu poder com a divulgação de notícias e de informação que suscitam diferentes interesses junto dos cidadãos. A imprensa quotidiana impõe, muitas vezes uma visão do mundo, seguindo uma intertextualidade discursiva impregnada de influência persuasiva. Assim, assume também um forte efeito na construção da opinião pública e política. De facto, um jornal proporciona conhecimento acerca de várias temáticas, desde desporto, política, cultura e religião, entre outras. Neste sentido, torna-se evidente que os jornais são um excelente espaço para divulgar opiniões políticas, sendo através destes que a política tende a exercer uma parte do seu poder, difundindo os ideais políticos e motivando os leitores a aderir aos mesmos. Por tudo isto, é relevante abordar os mecanismos utilizados para convencer o leitor da sua tese e persuadi-lo a aderir à mesma. Um excelente exemplo desta situação é a Tribuna Livre, doravante TL, uma secção jornalística criada por Alberto João Jardim (AJJ), em 1974. AJJ, figura relevante da história e do desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, revela grande capacidade argumentativa, com o objetivo de captar a aceitação dos leitores e que estes acabem por partilhar os seus ideais políticos.

A escolha desta temática deveu-se ao facto de a argumentação estar presente em todos os momentos da vida e sendo importante para a convivência humana e social, é fundamental compreendê-la, bem como divulgar as técnicas usadas no discurso. Na Região, apesar de existirem obras que se dedicaram ao estudo da imprensa regional, não existe nenhuma que aborde especificamente a técnica retórica e, por isso, esta dissertação visa, em parte, colmatar esta falha na realidade regional. Ao abordar não só a retórica, mas também a comunicação política e a sua relação, este trabalho procura dedicar-se à análise da TL sendo a mesma o ponto de encontro de todos estes elementos, permitindo uma visão abrangente do assunto. Nesta perspetiva, para este trabalho, interessa, sobretudo, analisar e avaliar não só a conjugação da técnica retórica com a comunicação política como também a qualidade da *elocutio*<sup>1</sup> comunicativa de AJJ.

---

<sup>1</sup> Refira-se que o vocábulo *elocutio* deriva do latim e trata-se de “uma enunciação do pensamento pela palavra”; “maneira de se exprimir oralmente, de articular as palavras”, “arte de falar bem em público, claramente e com rigor” e “parte do sistema retórico clássico que contém as regras do estilo.” Definição retirada do Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências Sociais de Lisboa, p. 1350, I Volume, 2001. O dicionário da Língua Portuguesa, p. 598, 2006, acrescenta ainda uma

Tendo em conta este fundamento importa contextualizar o ambiente jornalístico madeirense no ano de 1974<sup>2</sup>. No Arquipélago da Madeira, em 1974, identificava-se a presença de alguns jornais, entre eles, *Patriota Funchalense*<sup>3</sup>, *Comércio do Funchal*<sup>4</sup>, *Diário de Notícias*<sup>5</sup>, *Jornal da Madeira*<sup>6</sup>, doravante, *JMd*<sup>7</sup>, *Re-Nhau-Nhau*<sup>8</sup> e *Eco do Funchal*<sup>9</sup>, que, divulgavam as impressões e as necessidades da população regional,

---

definição nova: “parte da retórica que ensina a maneira de expressar os pensamentos com ordem e elegância.”

<sup>2</sup> Desde o 25 de Abril de 1974 até Novembro de 1975, a Madeira sofreu uma série de conflitos sociais com lutas históricas que suscitaram a Revolução Portuguesa. Segundo Raquel Varela e Luísa Barbosa Pereira, a Madeira “é uma região cujo impacto político na revolução transcendeu a ilha para o Continente, formando quadros políticos de relevância nacional, sobretudo ligados ao catolicismo progressista e aos movimentos maoístas, aí presentes de forma relativamente mais forte do que em qualquer área do país, onde tinham hegemonia face ao Partido Comunista Português (PCP); bem como a uma presença forte de grupos e quadros de extrema-direita e uma organização terrorista, a FLAMA.” Varela, Raquel & Barbosa Pereira, Luísa (2017), *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, Lisboa, Edições Parsifal, pp. 17-18.

<sup>3</sup> Este foi o primeiro jornal a ser publicado na ilha, bissemanário com publicações regulares às quartas e sábados, de formato reduzido e tinha apenas 4 páginas de composição. Este caracterizou-se como “a principal tribuna de projeção e debate pela defesa de uma consciência política insular e simultaneamente de combate ao centralismo.” Freitas, Lourenço (2016), *Imprensa Periódica Madeirense e os Jornais da Autonomia 1976-2016*, Funchal, O Liberal, pp. 20 e 207. Este jornal procurou representar a sociedade, gerindo os “conflitos por via de uma vontade, que conduz ao elogio da argumentação na medida em que, a vontade geral é, antes de mais, a determinação de encontrar consensos que permitam a comunicação.” Alves, José Augusto dos Santos (1989), «O Patriota Funchalense ou o elogio do contrapoder», ABM, Atas do II Colóquio Internacional de História da Madeira, Coimbra, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 381.

<sup>4</sup> A partir de 1967 foi-lhe “reconhecido um papel muito determinado na luta e defesa de uma consciencialização insular e de um ideal autonomista, além de ação destacada na oposição ao regime ditatorial de então”. No dia 1 de janeiro de 1967 sofreu algumas alterações não só gráficas como também estruturais. Surgiu com um formato novo com ideais baseados na discussão de ideia, sensibilizando para a necessidade de expressão livre do pensamento. Após o 25 de Abril de 1975, este periódico pende mais para a esquerda, com o objetivo de aplicar as matrizes marxistas-leninistas. Freitas, Lourenço (2016), *Imprensa Periódica Madeirense e Jornais da Autonomia 1976-2016*, Funchal, O Liberal, pp. 25-26.

<sup>5</sup> O *Diário de Notícias* surgiu a 11 de outubro de 1876 e propunha-se a ser um “órgão informativo e formativo, universal e regionalista”, intransigente “na defesa e promoção das especificidades culturais e da consciência política insular madeirense” e afirmou-se no “projeto informativo mais bem-sucedido e mais duradouro da história da imprensa madeirense.” *Ibidem*, p. 28, 33 e 34.

<sup>6</sup> Lançado em 22 de novembro de 1923, a sua primeira série levou esta publicação diária até 31 de dezembro de 1924. Foi reeditado em 1932, suspendeu a sua publicação a 31 de agosto de 2015 e regressou com a versão “JM” a 1 de setembro de 2015. O “Jornal da Madeira” apresentou-se como “o órgão de informação mais aclimatado com o regime autonomista, especialmente a partir dos anos 80 do século XX, quando é firmado um Pacto Social entre a Diocese do Funchal e o Governo Regional, que passa a deter a maioria do capital social da empresa e a editar o jornal.” *Ibidem*, p. 38, 227 e 241. Refira-se que o *Jornal da Madeira* a partir dos anos sessenta conheceu outro desenvolvimento e manifestou um empenho nos problemas na região. Oliveira, Paquete de (2008), «A comunicação social madeirense e a autonomia da região», Freitas, João Abel de, *A Madeira na História – Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, p. 33.

<sup>7</sup> Note-se que decidimos utilizar JMd para nos referirmos ao Jornal da Madeira entre 1974 e 1975 por motivos de diferenciação em relação ao atual JM.

<sup>8</sup> Este periódico destaca-se pela sua vertente satírica e humorística, predominantemente de aspetos políticos e sociais. Trata-se de uma publicação trimensal e o seu primeiro número foi publicado a 16 de dezembro de 1929. Saiu regularmente até 20 de novembro de 1979, e até 1981 uma vez ao ano e a forma de comunicação era feita através de caricaturas. Freitas, Lourenço (2016), *Imprensa Periódica Madeirense e os Jornais da Autonomia 1976-2016*, Funchal, O Liberal, p. 230.

<sup>9</sup> A sua publicação foi iniciada a 1 de março de 1941 e findou no dia 30 de julho de 2006 como semanário e até 18 de maio de 2012 com periodicidade mensal. *Ibidem*, p. 232.

repercutindo uma preocupação social do quadro vivencial entre 1974 a 1975, período temporal que servirá de base para o *corpus* deste trabalho<sup>10</sup>. Tal como Lourenço Freitas refere os “jornais regionais reforçam a ligação dos órgãos de comunicação social com as populações a que se destinam”<sup>11</sup>, contribuindo assim para a ativação da consciência regionalista mediante “uma certa pedagogia da identidade comunitária e passam pela promoção da ligação da região”<sup>12</sup>, efetivando assim a componente política. Importa notar que a imprensa constitui um importante alicerce da identidade regional, e através desta evidencia-se uma construção da realidade social com vários processos e dinâmicas coletivas, divulgando aspetos culturais, religiosos, políticos e económicos, o que, por sua vez, proporciona a sua afirmação. Estes jornais tinham, naturalmente, maior expressão nos centros urbanos, predominando na sua narrativa uma linguagem acessível e denotando, ao mesmo tempo, um certo conservadorismo, uma vez que na época em estudo não existia liberdade de imprensa nos mesmos termos que atualmente. Tal como Paquete de Oliveira deixa transparecer, a comunicação social madeirense por diferentes processos e em momentos diversos sempre “interpretou os anseios da sua população que desejava uma Região da Madeira, integrada na pátria mãe, mas emancipada e com autonomia crescentes em desenvolvimento e progresso”<sup>13</sup>. Atendendo a que o Arquipélago da Madeira se encontrava com forte instabilidade e dependência política e económica, almejando a sua autonomia político-administrativa que viria a ser consagrada na Constituição da República de 1976, AJJ decidiu afirmar-se como um contraponto à situação política que então se vivia no período revolucionário e, aquando do início das suas funções de direção do JMd, procedeu à publicação da TL na qual aborda assuntos públicos divulgando reflexões e argumentos políticos sobre a situação do Arquipélago. Para isso, faz uso, muitas vezes, de um discurso argumentativo, no qual recorre a técnicas retóricas com o propósito de influenciar os seus leitores. Refira-se que o foco desta dissertação de mestrado, desenvolve-se, efetivamente, através da leitura e

---

<sup>10</sup> De entre os imensos jornais existentes no Arquipélago, debruçamo-nos apenas nestes. Contudo, ressalve-se que, de facto, existiram outros, embora com estatutos editoriais diferentes mas que se interessaram pelas questões sociais do Arquipélago e da sua população. Oliveira, Paquete de (2008), «A comunicação social madeirense e a autonomia da região», Freitas, João Abel de, *A Madeira na História – Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, p. 31.

<sup>11</sup> Freitas, Lourenço (2016), *Imprensa Periódica Madeirense e os Jornais da Autonomia 1976-2016*, Funchal, O Liberal, p. 24.

<sup>12</sup> *Ibidem*.

<sup>13</sup> Oliveira, Paquete de (2008), «A comunicação social madeirense e a autonomia da região», Freitas, João Abel de, *A Madeira na História – Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, p. 46.

análise retórica da TL, presente na primeira página do JMd, em 1974, tendo sido republicado e compilado numa obra em 1995 pelo seu autor.

Ao folhear a obra TL, deparamo-nos com a nota da editora Ângela Almeida que em breves linhas explicita o significado que esta obra tem para si, realçando o seu contributo para o Arquipélago da Madeira. Afirma que a “*Tribuna Livre* é uma obra fundamental quer aos que ajudaram a construir a autonomia, quer aos que desejam conhecer como nasceu e evoluiu o processo autonómico.” Realça ainda a importância atribuída aos meios de comunicação social, admitindo que a obra TL é um “precioso documento” que impulsionou o ímpeto da Autonomia da Madeira com muita “persistência e espírito de combate do dr. Alberto João Jardim”<sup>14</sup>.

Por meio da TL, AJJ procurou alertar os seus leitores para uma consciencialização política e, ao mesmo tempo, para um ideal autonomista. É certo que a argumentação, não só a política, assume uma importância inquestionável subjacente à vivência e sociabilidade humana e que se evidencia em inúmeros campos da ação humana, afirmando-se assim como uma atividade verbal e complexa, que vale a pena ser aprofundada e estudada.

Ora, a retórica e a argumentação encontram-se interligadas, sendo que a sua criação e estudo ocorreu na Grécia Antiga, assumindo-se como arte de bem falar, na persuasão das assembleias e tribunais da democracia ateniense. Sendo assim, o tema principal desta investigação é o estudo do *ethos* (palavra grega que significa “caráter”, “costume”, “uso”, “disposição da alma” ou “impressão moral” provocada pelo orador), enquanto suporte do poder de persuasão do orador. É certo que o *ethos* está, assim, vinculado ao exercício da palavra e ao papel que corresponde o seu discurso, utilizando o orador, os melhores argumentos no sentido de tentar convencer o auditório das suas ideias e pontos de vista, demonstrando, simultaneamente, uma credibilidade e autoridade autênticas.

Deste modo, com esta investigação pretendemos analisar o caráter e autoridade (*ethos*) do orador nos textos selecionados e consideramos esta uma pesquisa com um contributo relevante não só para a população local como também para a população em geral por se tratar de um assunto com conteúdo útil para a senda regional. Assim sendo, com a presente dissertação difundimos a TL presente no JMd com início em 1974 e fim em 1978 e, a sua estruturação que, decerto, é desconhecida por muitos. Por outro lado, a

---

<sup>14</sup> Ângela Almeida citada in Jardim, Alberto João (1995), *Tribuna Livre*, Volume 1, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, p. 7.

temática de conteúdos da TL também será abordada, observando-se quais os assuntos políticos que suscitaram maior preocupação em AJJ na referida época. Torna-se importante referir que esta investigação permite, igualmente, verificar e analisar a qualidade argumentativa dos textos de AJJ e os meios retóricos utilizados para persuadir os seus leitores, com vista à mudança da conjuntura política do Arquipélago da Madeira.

A leitura do primeiro volume da obra em estudo permite visitar os mais variados assuntos do Arquipélago da Madeira, como a política, a economia, a agricultura ou a educação. Além disso, por vezes aludiu a importantes festividades do ano, tais como o Natal, a Páscoa, o fim de ano, o dia do trabalhador e o dia da criança. Contudo, o orador direciona e relaciona todos estes temas com a situação política e económica.

Que seja do nosso conhecimento, existe pouca investigação e divulgação da obra em estudo e sendo um livro com diversos aspetos e particularidades regionais, consideramos ser uma excelente opção para desenvolver um trabalho científico. Assim, não só temos informação acerca do Arquipélago da Madeira entre 1974 e 1975, que permite uma boa contextualização social, cultural e histórica, como possibilita, igualmente, a concretização da componente discursiva (análise do *ethos*). Tendo em conta o interesse que desenvolvi e aprofundei na licenciatura em Comunicação, Cultura e Organizações, bem como o conhecimento que as unidades curriculares do 2.º Ciclo em Estudos Regionais e Locais me proporcionaram, julgamos relevante e motivadora a referida matéria constituir a base de análise do nosso trabalho.

A problemática desta temática está, sobretudo, relacionada com a definição e interpretação da *elocutio* evidenciada nos referidos discursos da autoria de AJJ. No entanto, este assunto está correlacionado com um conjunto mais vasto de aspetos, entendidos como objetivos fundamentais, a alcançar neste trabalho. De entre eles, interessa refletir sobre as seguintes matérias:

- Identificação e análise do *ethos* do orador;
- Interpretação dos mecanismos do *ethos* e sua regularidade;
- Contextualização do *ethos*;
- Impactos do *ethos* na construção argumentativa.

Importa frisar que de entre todos estes objetivos existem outros com uma componente mais teórica que convém salientar e que terão um contributo inquestionável na consolidação da informação da dissertação. Assim, este projeto terá em conta os aspetos abaixo descritos:

- Estudar o *ethos* na teoria retórica, desde Aristóteles, Quintiliano e Cícero até à Nova Retórica;
- Realçar a importância do *ethos* na comunicação política e nos textos da *Tribuna Livre*;
- Identificar e caracterizar o *ethos* nos textos da *Tribuna Livre*;
- Compreender, na fase final, a construção narrativa numa perspetiva retórico-argumentativa;
- Relacionar a argumentação presente nos textos com assuntos que marcavam a atualidade política da época.

Relativamente à metodologia utilizada, a primeira fase consistiu na análise de fontes primárias (*Tribuna Livre*) no Arquivo Regional da Madeira. Seguimos para a elaboração de uma tabela síntese com a data, tema, marcas temporárias, valores de outrem, entimemas, silogismos, figuras de estilo e figuras de retórica de cada texto, tendo em conta o objeto de estudo (*ethos*), no sentido de obtermos uma melhor organização do trabalho. Refira-se que após uma leitura aprofundada de cada texto, selecionámos os textos com conteúdo mais significativo para a análise do *ethos* e, assim, poderemos desenvolver um estudo mais aprofundado. Por fim, passámos à recolha de documentação teórica alusiva ao *ethos*. Para complementar e enquadrar esta questão da retórica e do *ethos*, será indispensável citar os filósofos entendidos nesta matéria, sendo eles: Aristóteles, Quintiliano, Cícero e Perelman.

A realização deste estudo constitui uma análise capaz de relacionar alguns momentos da Autonomia Político-Administrativa do Arquipélago da Madeira, entre 29 de outubro de 1974 e 29 de outubro de 1975, em consonância com uma apreciação profunda dos elementos do caráter e autoridade de AJJ, enquanto orador. Por se tratar da conjugação de três elementos nunca antes analisados, constatamos que a comunicação, a retórica e argumentação são intrínsecas a qualquer momento da vida e estudá-las de forma aprofundada proporciona, não só para os estudiosos da área como para qualquer

cidadão, uma consciência dos efeitos que a linguagem produz, tornando o falante e ouvinte mais aptos a utilizá-la com liberdade e autonomia. TL, é assim uma obra, com inúmeros pormenores de interesse históricos e políticos para o arquipélago da Madeira, também pelo papel político que AJJ viria a desempenhar como Presidente do Governo Regional da Madeira.

## **Capítulo 1 – O ethos na Teoria Retórica: dos autores da Antiguidade Clássica (Aristóteles, Quintiliano, Cícero) aos autores da Nova Retórica (Perelman)**

Neste capítulo procuramos abordar o *ethos* na teoria retórica, desde os autores da Antiguidade Clássica até aos autores da Nova Retórica, de modo a apurar a sua evolução e diversas correntes e designações que lhe foram atribuídas. Assim, procuramos demonstrar o contributo destes teóricos para o conceito e desenvolvimento da retórica e do *ethos* até aos dias de hoje.

O ser humano sempre se questionou sobre as várias especificidades da vida, até as mais insignificantes, tentando procurar sempre uma explicação para a existência das coisas. Neste âmbito, torna-se extremamente importante possuir o “dom da palavra” capaz de ser colocado em prática para colmatar esta tendência de descoberta e interesse da essência da vida. É relevante saber usufruir da linguagem e utilizá-la de maneira que represente o ponto de partida para todas as técnicas de expressão geradas por ela, na oralidade e na escrita, passando depois para a sistematização das regras da expressão oral sob a forma de retórica. A argumentação e a retórica<sup>15</sup> estiveram, desde sempre, presentes em todas as ocasiões da vida, sendo que a dimensão enunciativa da linguagem representa um fenómeno de todos os tempos e sociedades, contudo, o vocábulo “retórica” surgiu, pela primeira vez na Sicília<sup>16</sup>, no século V a.c.<sup>17</sup>. Como recorda Roland Barthes (1979), a retórica nasceu dos “processos de propriedades” em Siracusa<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> Em termos de denominação, enquanto a retórica decorre de uma convicção a estabelecer, na qual predomina mais o consenso do que a certeza, a argumentação apenas existe quando há desacordo, estabelecendo a resolução do entendimento por meio da discussão, do debate discursivo em vez do confronto bélico. Ressalve-se que a argumentação só faz sentido ser colocada em prática numa sociedade pluralista e democrática. Breton, Philippe & Gauthier, Gilles (2001), *História das Teorias da Argumentação*, Lisboa, Editorial Bizâncio. Tradução de Maria Carvalho.

<sup>16</sup> A lenda conta-nos que após Hieron, tirano de Siracusa, ter proibido o uso da fala aos seus súbditos, estes, dando a devida importância ao ato de falar, invertem esta situação e Córax e Tísia criam a Retórica, mas, desta vez na perspetiva do discurso. Ou seja, o resultado do ato de enunciação concreto ou “fala”.

<sup>17</sup> Martins, Moisés de Lemos (1996), *A análise retórico-argumentativa do discurso*, Minho, Universidade do Minho. Comunicação apresentada no âmbito das I Jornadas de Metodologia Qualitativas para as Ciências Sociais realizadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 4 e 5 de outubro de 1996.

<sup>18</sup> Os processos de propriedade acima citados referem-se à cidade que, estando muito tempo sob a influência grega, passou por uma revolução democrática. Esta, por sua vez, confere à palavra um papel crucial, seguindo para a criação de um novo espaço social, de um centro no qual todos os indivíduos ocupam posições simétricas. Roland Barthes citado in Martins, Moisés de Lemos (1996), *A análise retórico-argumentativa do discurso*, Minho, Universidade do Minho. Comunicação apresentada no âmbito das I Jornadas de Metodologia Qualitativas para as Ciências Sociais realizadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 4 e 5 de outubro de 1996.

Começou por ser denominada com uma noção banal, não lhe dando a devida relevância, mas adquiriu a sua prevalência e diversos conceitos com o passar dos anos:

Le mot “rhétorique” est encore employé aujourd’hui dans des expressions péjoratives, au même titre que “cinéma” ou “cirque”. Mais si par ces deux derniers termes le langage sait reconnaître la distance qui separe le sens originel du sens métaphorique aisément perçu comme injuste, il n’en est pas de même pour le premier. On parle en effet de “discours rhétorique”, comme de “musique rhétorique” ou d’art “rhétorique” pour dévaloriser des modes d’expression affectés, ampoulés ou artificiels. (...) La rhétorique leur apporte les éléments indispensables d’une analyse critique. C’est en apprenant comment un message est fabriqué, du point de vue du style, des arguments et des structures, qu’on en saisit véritablement le sens au-delà des apparences<sup>19</sup>.

É na democracia ateniense que a retórica<sup>20</sup> atinge a sua supremacia, pois o saber falar, convencer e persuadir é essencial para a comunicação nas assembleias políticas, nos tribunais, nas praças públicas e nos encontros sociais<sup>21</sup>. Esta assume, então, primeiramente, um “caráter pragmático” passando a ser utilizado, ainda que, involuntariamente, nas relações interpessoais. Embora a retórica e a pragmática<sup>22</sup> sejam duas disciplinas com histórias diferentes e analisem situações comunicativas distintas, ambas interligam-se, na medida em que o caráter paradigmático da retórica emerge da argumentação utilizada pelo recetor, distanciando-se de valores culturais e de crenças que possam ser evidenciadas no ato da fala.

Na Grécia e na Roma, a retórica aliava-se, sobretudo à carreira política e, por isso, fazia parte privilegiada da educação da aristocracia. A sua matriz pedagógica baseava-se também na ideia de que o ensino da retórica procurava um fundamento moral para o educando, sabendo-se, também, que atualmente a retórica contém um grande teor inerente à evolução instrutiva dos indivíduos, ainda que esta evolução se apresente como

<sup>19</sup> Robrieux, Jean-Jacques (2000), *Rhétorique e argumentation*, Paris, Armand Colin, p. 3.

<sup>20</sup> Esta palavra é muito inconstante, de maneira que ao longo dos anos vai sofrendo imensas conotações e vertentes.

<sup>21</sup> A retórica tem como seu primeiro paradigma o pensamento dos sofistas, representados principalmente por Córax, Górgias e Protágoras. No entender destes, a retórica continha uma vertente completamente oposta, sendo que esta incidia no verosímil (*eikos*). Assim, a diversidade de opiniões contraditórias imperava naquele seio. A retórica sofista incorpora-se num *corpus* mais amplo do saber. Estes são os primeiros a tomar consciência ou, pelo menos, integra-se no poder da palavra, em primeiro lugar por intermédio de um interesse pela estética e pelo alcance persuasivo da linguagem e, em seguida, por meio de um olhar sobre o ser totalmente contido no que é dito. Breton, Philippe & Gauthier, Gilles (2001), *História das Teorias da Argumentação*, Lisboa, Editorial Bizâncio. Tradução de Maria Carvalho.

<sup>22</sup> Tratando-se de uma disciplina contemporânea e surgindo no início do século XX, a história da pragmática iniciou-se quando os filósofos descobriram as limitações da semântica formal para caracterizar o significado linguístico.

intrínseca e completamente dependente de relações interpessoais no meio quotidiano e social<sup>23</sup>.

Como bem nota Tito Cardoso e Cunha (2005), na presença de um auditório, torna-se importantíssimo argumentar e esta relevância do auditório presente no discurso tem uma “dimensão a que já os antigos faziam alusão e que é o facto da natureza e características do auditório vir a ser determinante para a própria estrutura da comunicação”<sup>24</sup>. É o público que estipula o fim e o objeto do discurso. A retórica, como parte integrante no processo de comunicação e persuasão pública, exerceu a sua própria força sobre os sistemas sociais subjacentes, articulando-os e justificando teses. Toda esta questão compromete a existência de duas ou mais pessoas que estabelecem trocas comunicativas.

## 1.1 Retórica em Aristóteles

Com Aristóteles, a retórica transforma-se em ciência e ganha um novo impulso com muitos conhecimentos, categorias e regras que devem ser aplicadas no momento do discurso, visando, o estudo dos procedimentos discursivos mais aptos à persuasão<sup>25</sup>. Incutiu a cultura da argumentação que se desenvolveu no quadro da República e dos primeiros tempos do Império Romano.<sup>26</sup> Passa a ser definida como arte de persuadir através da utilização do raciocínio lógico, isto é, na escolha dos meios adequados para persuadir:

É a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir, ao contrário de outras artes e técnicas que são apenas instrutivas e persuasivas na área da sua competência (...) a retórica parece ter a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão. Pode usar-se a retórica para formar silogismos e teorizar sobre os caracteres, sobre as virtudes e sobre as paixões – sobre o que cada paixão é, quais as suas qualidades, que origem têm e como se produzem<sup>27</sup>.

<sup>23</sup> Rei, José Esteves (1998), *Retórica e Sociedade*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

<sup>24</sup> Cunha, Tito Cardoso e (2005), *A Retórica das Ciências Sociais*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, p. 19.

<sup>25</sup> A retórica de Aristóteles é uma reação aos sofistas, sendo que um grande número de teorias anglo-saxónicas incidem nas falácias e certas teorias contemporâneas da argumentação dizem diretamente respeito à manipulação. O contributo de Aristóteles corresponde ao período de maturidade da retórica, sendo que o mesmo determina o fim da herança dos “tecnólogos” imorais do período precedente. Breton, Philippe & Gauthier, Gilles (2001), *História das Teorias da Argumentação*, Lisboa, Editorial Bizâncio. Tradução de Maria Carvalho.

<sup>26</sup> Assiste, assim, à sistematização, codificação e vulgarização das normas do discurso persuasivo por grandes oradores como Cícero e Quintiliano. *Ibidem*.

<sup>27</sup> Aristóteles citado in Marques, Regina (2009), «A função retórica contemporânea – a razoabilidade do discurso patémico», *Revista Comunicação e Sociedade*, n.º 16, Covilhã, p. 52.

Demonstrando a sua flexibilidade, a retórica preocupa-se mais com a persuasão dos ouvintes do que com a produção de formas de discurso e mais com a sua função retórica do que com a configuração do próprio texto<sup>28</sup>.

Testemunhando a visão de Aristóteles, Isabel Gil (2004), diz-nos que este distingue o discurso em três tipos, sendo eles: o judicial, o deliberativo e o epidíctico. O primeiro tem lugar no tribunal e consiste numa acusação ou numa defesa. O discurso deliberativo, por sua vez, tem lugar numa assembleia e consiste numa exortação ou numa dissuasão, de modo a tomar uma decisão política futura e, por último, o discurso epidíctico é de forma geral, um elogio, conforme se pode verificar no quadro abaixo exposto.

	<b>Auditório</b>	<b>Tempo</b>	<b>Ato</b>	<b>Valores</b>	<b>Argumento-tipo</b>
<b>Judiciário (Forense)</b>	Juízes	Passado (fatos por julgar)	Acusar Defender	Justo Injusto	Entimema (dedutivo)
<b>Deliberativo (Político)</b>	Assembleia	Futuro	Aconselhar Desaconselhar	Útil Nocivo	Exemplo (indutivo)
<b>Epidíctico (Demonstrativo)</b>	Espectador	Presente	Louvar Censurar	Nobre Vil	Amplificação

Quadro 1 – Os três géneros do discurso.

Acerca destes géneros, Reboul afirma que

O judiciário refere-se ao passado, pois são fatos passados que cumpre esclarecer, qualificar e julgar. O deliberativo refere-se ao futuro, pois implica decisões e projetos. Finalmente, o epidíctico refere-se ao presente, pois o orador propõe-se à admiração dos espectadores, ainda que extraia argumentos do passado e do futuro<sup>29</sup>.

Este quadro<sup>30</sup> esclarece de forma muito elucidativa os três géneros de discurso existentes na versão de Aristóteles. Tal como podemos constar, o género judiciário, em

<sup>28</sup> Na vertente Aristotélica, a Retórica serve de argumentações explícitas e, por isso, representa uma verdadeira forma de racionalidade.

<sup>29</sup> Reboul citado in Júnior, Licínio Nascimento de Almeida (2009), *Conjeturas para uma Retórica do Design*, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tese de Doutoramento, p. 75.

<sup>30</sup> Quadro reproduzido por: Gil, Isabel (2005), «Retórica e Argumentação: Continuidade e Rupturas», *Revista Mathesis*, Viseu, Volume 14, p. 71.

que o auditório inclui juízes e acontecimentos que já aconteceram mas que estão a sofrer um julgamento, no qual o acusar ou defender prevalece. Nestes casos, o argumento utilizado é um entimema<sup>31</sup> (raciocínio dedutivo). O Estagirita considera o entimema como o silogismo retórico fundado sobre premissas ou proposições prováveis, expressando noções partilhadas pelo orador e pelo auditório. No género político, em que ações futuras são discutidas e cujo auditório é, efetivamente, uma assembleia, são discutidas várias ações, que podem ser aconselhadas ou desaconselhadas, tendo em conta o assunto que está a ser enfatizado. Estas questões políticas suscitam muita polémica entre políticos, podendo ser, para alguns, informação pertinente e útil como também pode ser, para outros, informação desnecessária e nociva. São argumentos indutivos, isto é, o exemplo. E, para finalizar, temos o género epidíctico, no qual o auditório é o espectador e onde se fala no presente com o intuito de louvar ou censurar uma condição. Para isso é utilizada a amplificação<sup>32</sup>.

As formas de persuasão representam extrema importância neste contexto por se tratar do objeto de estudo da presente dissertação. Em primeiro lugar, temos o *logos* que é manifestado através de provas relevantes para o conteúdo do próprio discurso, ou seja, os argumentos propriamente ditos. O *ethos* cujas provas se cingem ao carácter do orador, aspira a confiança do auditório e o *pathos* em que as provas denunciam as emoções ou paixões suscitadas junto ao auditório, no sentido de sensibilizar o público favoravelmente em relação ao adversário. Estes três elementos formam a base e o cerne do processo de argumentação, construindo a teia de argumentos e raciocínios proveitosos para partilhar com os demais. O discurso do texto na teorização clássica foi organizada, inicialmente por quatro etapas, tendo sido com o passar do século reformulada, perfazendo um total de cinco etapas, pois valorizou-se a memorização para consolidar o processo persuasivo<sup>33</sup>.

**Invenção (*inventio*)** – esta etapa preocupa-se com o interior do discurso, isto é, quais são os melhores argumentos para utilizar e persuadir o público conforme a temática a ser abordada. A invenção deve incluir os géneros oratórios anteriormente mencionados – o deliberativo, o judicial e o epidíctico. Também deve-se ter em conta a entrada do

---

<sup>31</sup> Exponha-se que um entimema é um silogismo em que se omite uma das premissas, por ser considerada óbvia e poder ser facilmente subentendida.

<sup>32</sup> A amplificação faz uso do exagero no ato da escrita ou da palavra.

<sup>33</sup> Gil, Isabel (2005), «Retórica e Argumentação: Continuidade e Rupturas», Revista Mathesis, Viseu, Volume 14, p. 72.

*ethos* e o *pathos* “que enquadram o modo segundo o qual se utiliza o entimema, o exemplo ou a amplificação, e que orienta também a escolha dos *topoi*<sup>34</sup> mais adequados a cada caso, momento ou situação”<sup>35</sup>.

**Disposição (*dispositio*)** – Esta etapa preocupa-se em ordenar os argumentos e estruturar as diversas partes do discurso. Sendo que “o objetivo do discurso é persuadir um auditório, a ordenação dos argumentos será adaptada a esse fim: cada argumento deve ser apresentado no momento em que produzir maior efeito”<sup>36</sup>.

**Elocução (*elocutio*)** – esta etapa é sustentada pela escrita, ou seja transmissão das ideias para palavras. É aqui que se impõem as figuras de estilo e as figuras de retórica.

**Ação (*pronunciatio*)** – etapa final apoiada pela memorização e traduz-se no momento da enunciação do texto com entonação, linguagem gestual coerente e velocidade de fala bem modulada, na qual não pode faltar volume, altura e ritmos adequados: “uma vez que o discurso é pronunciado, muitos fatores entram ainda em jogo nesta fase, como a voz do orador, a sua intensidade, o tom ou o ritmo”<sup>37</sup>.

**Memorização (*memoriae*)** – a partir do século seguinte é introduzida uma nova fase, a fase da memorização em que o orador deve memorizar, valendo-se desta para recorrer à memória coletiva no sentido de obter uma aproximação do público. Isto é, não se cingir apenas ao que englobou na sua *elocutio* mas tentar ir mais além e fazer uso do pensamento espontâneo.

Como o próprio indica a sua retórica ocupa-se da arte da comunicação do discurso feito em público com fins persuasivos, sendo sobretudo uma retórica da prova, do raciocínio, do silogismo retórico, isto é, uma teoria da argumentação persuasiva. A sua grande inovação provém da saliência de um argumento lógico como recurso principal na arte de persuasão, proporcionando um método de trabalho e um plano crítico de análise que são utilizados não só na construção de um discurso, mas também na interpretação de qualquer forma de discurso<sup>38</sup>.

---

<sup>34</sup> Os *topoi* são lugares comuns que se produzem acerca dos silogismos retóricos e dialéticos e que em conjunto formam a “tópica”, as fontes que estão na base de exemplo, o possível/impossível e o existente/inexistente.

<sup>35</sup> Meyer, Michel & Carilho, Manuel Maria & Timmermans, Benoît (2002), *História da Retórica*, Lisboa, Temas e Debates, p. 55.

<sup>36</sup> *Ibidem*.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>38</sup> Aristóteles (1998), *Retórica*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena.

Em forma de síntese, a sua conceção abrange alguns princípios que conferem a caracterização do seu sistema retórico. Importa notar quais: a distinção de duas categorias formais de persuasão: provas técnicas e não técnicas; a identificação de três meios de prova, modos de apelo ou formas de persuasão: a lógica do assunto, o carácter do orador, e a emoção dos ouvintes, a distinção de três espécies de retórica: judicial, deliberativa e epidíctica, a formalização de duas categorias de argumentos retóricos: o entimema, como prova dedutiva; o exemplo usado na argumentação indutiva como forma de argumentação secundária; a conceção e uso de várias categorias de tópicos na construção dos argumentos: tópicos especificamente relacionados com cada género de discurso; tópicos geralmente aplicáveis a todos os géneros; e tópicos que proporcionam estratégias de argumentação, igualmente comuns a todos os géneros do discurso; a conceção de normas básicas de estilo e composição que determinam a necessidade de clareza, a compreensão do efeito de diferentes tipos de linguagem e estrutura formal, e a explicitação do papel e da metáfora; e por fim, a classificação e ordenação das várias partes do discurso.

Aristóteles trata a retórica e o discurso persuasivo como um domínio da realidade sobre o qual é necessário fazer uma investigação que permita a constituição de um saber, pelo que é uma arte que permite ao ser humano usar a sua convicção. Estamos na presença de uma retórica com raízes filosóficas que exercem uma influência decisiva sobre todas as determinações posteriores do conceito, considerando assim a exposição do discurso como essencial<sup>39</sup>.

Ainda na conceção aristotélica, Roland Barthes enaltece que se trata de “uma arte de comunicação quotidiana, do discurso em público” cujo intuito incide na regulação da progressão do discurso, de ideia para ideia<sup>40</sup>. Também Paul Ricoeur, afirma que a mesma representa a “racionalização de uma disciplina que no seu lugar de origem, em Siracusa, se tinha proposto regular todos os usos da palavra pública. Havia retórica porque havia eloquência pública<sup>41</sup>. É legítimo frisar que, de facto, “a retórica, além de uma nova conceção e de uma nova função, deve ainda a Aristóteles a sua sistematização, ou seja, ele faz dela um sistema, mais tarde contemplado, mas nunca posto em causa<sup>42</sup>. Este testemunho evidencia que o contributo aristotélico consolidou a base retórica nunca colocada em causa e representativa para a noção de retórica praticada e defendida

<sup>39</sup> Nietzsche, Friedrich (1995), *Da retórica*, Lisboa, Veja Passagens. Tradução de Tito Cardoso e Cunha.

<sup>40</sup> Rei, José Esteves (1998), *Retórica e Sociedade*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, p. 39.

<sup>41</sup> *Ibidem*.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 43.

nos dias de hoje. É dito também que o sistema retórico simboliza um produto síntese de recolha e avaliação crítica de vozes diversas dentro da tradição, perspetivando uma longevidade profícua e assegurando a afirmação do seu pensamento perante os demais:

Ao relacionar, logo à partida, esta disciplina com a dialética, Aristóteles sublinha os fundamentos lógicos da retórica e introduz uma retórica autenticamente filosófica que visa, não a mera persuasão exterior, mas persuasão por meio da articulação e expressão racional do pensamento, através de uma linha de argumentação lógica e bem fundamentada<sup>43</sup>.

Note-se, portanto, que Aristóteles encetou a definição e ampliação do conceito de retórica. Olhando a argumentação como um conjunto de estratégias que organizam o discurso persuasivo, considerou o silogismo entimemático<sup>44</sup> como base das estruturas usadas pelo orador para convencer o seu auditório. Esta matriz retórica serviu de base para o estudo posterior da retórica. Esta persistiu, sem muitas mudanças, até ao século XIX. Assim, seguindo o seu ponto de vista, o orador pode falar sobre um tema à escolha, pois “é a faculdade de descobrir especulativamente aquilo que em casa caso pode ser próprio para persuadir”<sup>45</sup>.

Reboul (1991) enquadra-se no espaço teórico aristotélico, definindo a retórica como a “arte de persuadir pelo discurso”, de maneira que para este a retórica deve fazer uma síntese e articular a argumentação e o estilo numa mesma função. Para este deve existir uma rutura das funções do discurso – demonstrativa, argumentativa e oratória (o estilo) e insere-as, por sua vez, num quadro possuidor de dois campos, o racional e o retórico<sup>46</sup>.

## 1.2 Retórica em Cícero

O método retórico desenvolvido por Cícero preconiza uma mudança no modelo aristotélico. Este manifestou a necessidade de reconciliar o orador ideal com o filósofo

---

<sup>43</sup> Júnior, Manuel Alexandre (1990), *Argumentação Retórica em Filon de Alexandria*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 67-68.

<sup>44</sup> Trata-se de uma dedução em que de duas premissas se extrai uma terceira que vale como conclusão.

<sup>45</sup> Barthes, Roland (1985), *A aventura semiológica*, Lisboa, Edições 70. Tradução de Maria de Santa Cruz, p. 28.

<sup>46</sup> Reboul citado in Breton, Philippe & Gauthier, Gilles (2001), *História das Teorias da Argumentação*, Lisboa, Editorial Bizâncio. Tradução de Maria Carvalho, p. 140.

eloquente. Assim, garantia o contato com as grandes correntes do pensamento e da expressão. A eloquência pressupõe a prática filosófica, integrando-se o pensamento filosófico nos esquemas retóricos<sup>47</sup>.

Este sempre deixou clara a importância da filosofia na formação do orador, que em sua opinião, deve ser capaz de argumentar sobre qualquer assunto. Tanto na sua obra *O Orador* como na *Invenção Retórica*, explicita toda esta preocupação do autor com elementos ligados à técnica, característica e influência da retórica grega e que, com o passar do tempo, foram-se agregando novos elementos à forma de produção do discurso. Preocupa-se também em revelar as qualidades que o orador ideal deve possuir. Com estas duas obras da autoria de Cícero, é possível perceber como a eloquência, enquanto prática retórica, foi assimilada pelos Romanos e como esta técnica de argumentação e persuasão encontrou espaço no meio público. Para a formação de um orador, o filósofo não dispensa, de forma alguma, a capacidade de argumentação sobre qualquer assunto. O estudo de Cícero realça uma representação de uma geração que via na República Romana a representação da Liberdade, construída pelos antepassados. É assim que a retórica passa a ser vista como doutrina com uma vertente retórica e filosófica

Esta forma de argumentação é um processo de raciocínio que faz acompanhar as suas premissas das respetivas provas secundárias, como justificação e fundamentação da verdade nelas expressa (...) O que ele considera importante é o modo como o pensamento é desenvolvido no processo de argumentação. Pois, mais do que a simples reunião de cinco afirmações em nomes bizarros, a *ratiōnatio* é um raciocínio lógico e coerente. Um raciocínio cuja função é introduzir a ordem da reflexão na desordem aparente das discussões (...) O orador deve, por conseguinte, exalar vida sobre a *argumentatio*. Deve ser capaz de lhe imprimir variedade e exuberância, tanto pelo recurso às figuras mais expressivas como pelo uso de tipos diferentes de argumentos, desenvolvendo estes segundo a ordem mais conveniente e apropriada<sup>48</sup>.

A obra de Cícero marca, sem dúvida, dos grandes momentos da retórica clássica. Por estabelecer a inserção do êxito e privilégio da retórica, foi muitas vezes criticado por não acrescentar nada ao modelo aristotélico, contudo todas as críticas fortaleceram o seu trabalho, proclamando o seu enriquecimento. Deste trabalho resultou o desapareci-

---

<sup>47</sup> Júnior, Manuel Alexandre (1990), *Argumentação Retórica em Filon de Alexandria*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 95-96.

<sup>48</sup> *Ibidem*, pp. 100-101.

mento da analítica mas deu imensa relevância à dialética<sup>49</sup> e é nesta área que Cícero remodela completamente a linha de Aristóteles. No entender de Barilli (1979), Cícero soube perspetivar e reestruturar as componentes retóricas já existentes, praticando uma grande originalidade. Barilli assume também que o pensamento ciceroniano esteve longos períodos históricos entre os maiores autores da humanidade e remete-nos para a necessidade do orador sentir as paixões, exprimindo, na mesma maneira, que o orador as sente na consubstanciação do papel que representa.

### 1.3 Retórica em Quintiliano

A doutrina de Quintiliano não introduziu propostas em relação às duas tradições referidas anteriormente, mas reflete sobre a ciência de bem falar e a sua argumentação retórica recupera vários elementos da teoria de Cícero. Quintiliano é, fundamentalmente, um mestre da retórica, um teórico e um historiador desta arte. Tal como acontece com Cícero, este segue o sistema aristotélico da argumentação na divisão das provas em artificiais e inartificiais e, considera de suma importância o argumento racional. Todavia, distancia a prova ética e patética para um plano subsidiário ou meramente ornamental. Os argumentos racionais são divididos em três classes: as baseadas em sinais, em argumentos e em exemplos. Manuel Alexandre Júnior classifica-os da seguinte forma:

Os *signa* são processos de prova que permitem uma dedução mais ou menos segura da coisa significada devendo, por conseguinte, fazer-se a distinção aristotélica entre o *signum* e o non *necessarium*. Os *argumenta* são provas racionais e dedutivas baseados nos dados da casa. (...) Os *exempla* são provas indutivas exteriores à causa<sup>50</sup>.

A natureza da retórica de Quintiliano exige um pensamento estruturado e aprimorado e deve possuir um estilo em conformidade com o que é dito e pensado. “É um homem de bem, dotado de grande de grande talento natural, nutrido de todo o conhecimento técnico”<sup>51</sup> sendo que é indispensável o total domínio da arte de bem falar, visto

---

<sup>49</sup> Foi concebida pelos Gregos como uma teoria sobre os intercâmbios argumentativos que ocorrem nos diálogos em que os protagonistas defendem teses opostas. A teoria consistia, de facto, num conjunto de estratégias para vencer o oponente.

<sup>50</sup> *Ibidem*, pp. 109-110.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 112.

que o “falar bem” contribui tanto para a força persuasiva e para a estrutura interna do discurso como para a construção de argumentos plausíveis. O uso das palavras deve fazer-se acompanhar de expressões e gestos capazes de provocar emoções nos seus interlocutores.

## 1.4 Retórica na Idade Média e Renascimento

Em síntese, a Idade Média corresponde à “reinserção, integração ou perdição do Homem numa ordem mais vasta, mais incerta e mais perigosa”<sup>52</sup> porque tomam-se outras perspetivas e o Homem já não é considerado o centro da criação. Neste âmbito, é um mito que sustenta o novo estatuto de retórica e esta é ensinada através do *Trivium* das Artes Liberais

Encurralada no interior do *Trivium* entre a gramática e a dialética, a retórica está destinada a servir ora uma, ora outra destas disciplinas: tão depressa os exercícios de persuasão aplicam regras gramaticais já aprendidas, como iniciam o aluno na arte da argumentação e dos seus silogismos. Acontece igualmente que a retórica se desenvolve como exercício agonístico, arte da disputa ou da controvérsia certamente muito aperfeiçoada, mas que continua afastada de considerações éticas e patéticas<sup>53</sup>.

A retórica da Idade Média não pode desprender-se da noção que lhe foi concedida durante a Antiguidade Clássica e, por isso, não pode invadir os campos da gramática e da dialética. Torna-se evidente uma concorrência entre uma retórica dos lugares ou da *inventio*, próxima da dialética, e uma retórica das figuras ou da *elocutio*, próxima da gramática<sup>54</sup>. Durante esta altura a corrente religiosa da retórica vingou, assumindo assim um papel fundamental em tudo o que era estritamente relacionado com o sagrado. São estes os parâmetros do Renascimento em que se prossegue a noção de retórica e é este o protagonista pela renovação da matéria e o espírito da retórica. Atendendo a que o Renascimento foi “uma época de expansão e de pleno desenvolvimento”<sup>55</sup> os teóricos entendidos nesta época não só colocaram o Homem no centro das atenções como tam-

---

<sup>52</sup> Meyer, Michel & Carilho, Manuel Maria & Timmermans, Benoît (2002), *História da Retórica*, Lisboa, Temas e Debates, p. 84.

<sup>53</sup> *Ibidem*, pp. 85-86.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 88.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 91.

bém inseriram sentimentos de solidariedade em relação às doenças, à fome que assolaram a Europa nesta época

Ora, o extraordinário desenvolvimento que a retórica vai conhecer no Renascimento lança uma nova luz sobre este duplo movimento de interiorização e de exteriorização: indiscutivelmente, o Renascimento restitui ao homem a posse e a fruição da sua razão (*logos*); mas, ao mesmo tempo, coloca a questão de saber qual o uso que o homem vai fazer deste novo poder. Ir-se-á deixar guiar unicamente pela sua ambição, pela atração dos prazeres, das riquezas, da magnificência? Ou, pelo contrário, vai encontrar novas regras novas normas que regularão a sua ação?<sup>56</sup>.

Como podemos comprovar com o excerto acima exposto o Renascimento possibilitou refletir acerca da consciência de ética, respeito, interiorização, exteriorização e sociabilidade num conceito mais alargado.

## 1.5 Declínio da Retórica

A queda do império romano impulsionou a perda de prestígio da retórica, de maneira que esta sobreviveu como prática mas não se motivou a sua continuação enquanto objeto de estudo<sup>57</sup>. No século XIX, assistiu-se ao decréscimo da influência da própria retórica, que acaba por ser excluída dos programas escolares. O seu desaparecimento arrastará consigo, temporariamente, o desaparecimento de todas as teorias da argumentação<sup>58</sup>.

Existem diversas opiniões relativamente à verdadeira razão do declínio retórico. Por um lado, a completa destituição da retórica também foi impulsionada pelo desaparecimento das instituições republicanas, pois sem Democracia não há eloquência e, sem eloquência, não há retórica. Porém, também a reforma do *Trivium*<sup>59</sup> implicou a redefinição dos objetos da dialética e da gramática. Deixou de existir a invenção, a disposição e a memorização e a retórica ficou assim confinada à elocução (estudo do estilo) e à ação ou pronúncia (estudo da proclamação e dos gestos). Existiu um conflito entre a cultura da argumentação e a cultura da evidência, englobando o tópico da linguagem do

---

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 92.

<sup>57</sup> Tal deve-se ao facto do predomínio do pensamento cartesiano – positivista na filosofia e na ciência ocidentais.

<sup>58</sup> Breton, Philippe & Gauthier, Gilles (2001), *História das Teorias da Argumentação*, Lisboa, Editorial Bizâncio. Tradução de Maria Carvalho.

<sup>59</sup> Parte do ensino que envolvia a Gramática, a Retórica e a Lógica. Etimologicamente, *Trivium*, significa o “cruzamento e a articulação de três ramos ou caminhos” e tinha como objetivo prover disciplina à mente, para que este possa expressar-se através da linguagem.

livro e da memorização. Pois a retórica viveu da memorização a longo prazo, feita com base na imaginação e em técnicas. No entender de Breton & Gauthier (2001), o movimento deste declínio do discurso argumentativo é duplo e começa por ser interno: no seio da retórica, no qual a disposição e a elocução assumem uma função crescente num domínio novo, a expressão literária. O fator externo emerge da vertente argumentativa e será substituída pela demonstração racional, privando a retórica de toda a parte essencial, a teoria da invenção. Deduz-se, então, que todos estes aspetos tenham postulado o declínio da retórica no século XIX, partindo do pressuposto de que esta perde o seu objetivo pragmático imediato, ou seja, abandona o ensino da persuasão para transitar para uma vertente discursiva<sup>60</sup>.

Durante muito tempo a retórica sofreu uma destituição do seu estatuto racional e só a partir da Idade Média até ao século XX é que ocorreram alguns ressurgimentos periódicos da Retórica. Apenas a partir deste século é que se começou a traçar uma corrente filosófica que tinha como finalidade a recuperação da dignidade dessa forma de conhecimento antiga e tão ligada à história da humanidade. Com a importância dada à filosofia da linguagem e à filosofia dos valores, deu-se uma maior valorização da retórica como objeto digno de estudo, mais direcionada para a vertente persuasiva. Foi, então, Chaim Perelman, notável pensador que levou a cabo a nova conceção de retórica.

## 1.6 Nova Retórica de Perelman

Enquanto Cícero e Quintiliano seguiram a linha de raciocínio de Aristóteles, Perelman, por sua vez, estuda uma nova visão da antiga retórica e direciona-a para os princípios da universalidade. Perelman desenvolve a sua teoria retórica afastada do racionalismo, esforçando-se por valorizar o verosímil em relação ao necessário e por destacar a importância das opiniões por comparação com os factos<sup>61</sup>. Este defende a argu-

---

<sup>60</sup> Esta vertente discursiva incide na ocupação de um género literário em que a *elocutio*, “arte do estilo” predomina. Com o advento do Império Romano, dá-se mais importância às figuras de estilo e a ornamentação do discurso deixa de ser um fator primordial. Assim, a retórica direciona-se para os pressupostos da teoria literária. Fusão da retórica e da poética que Aristóteles separara. Esta fusão encontra-se ligada ao facto da retórica, embora continuando a ser um elemento central da formação, estar vinculada à atividade académica. Breton, Philippe & Gauthier, Gilles (2001), *História das Teorias da Argumentação*, Lisboa, Editorial Bizâncio. Tradução de Maria Carvalho.

<sup>61</sup> A sua teoria corresponde ao período de renovação retórica, alargando o espaço de uma lógica argumentativa não formal. Esta distingue-se, portanto, de qualquer retórica não argumentativa mas também da tradição cartesiana, que só admite a racionalidade da demonstração lógica. Perelman retoma à

mentação como um fator que efetua a interação entre orador e auditório, entre emissor e destinatário, sendo que a grande problemática do seu modelo recai na interrogação acerca do auditório, imprescindível para a eficácia do processo de adaptação e construção<sup>62</sup>. Toda a sua visão baseia-se na existência de vários indivíduos, pensando de forma diferente e possivelmente chegando a conclusões diferentes<sup>63</sup>.

Este conceito de nova retórica desenvolvido por Perelman distancia-se da noção de verdade e engloba todo o campo da argumentação complementar da demonstração, pelo que é notória uma projeção de opiniões. Com isto é possível descobrir-se novos significados, novas projeções e novos sentidos, verificando outras interpretações e, possivelmente uma nova visão do mundo. Assim, demonstra novas convicções, experiências e impõe a reavaliação do tema da racionalidade, pelo que a atividade racional deve ser entendida, também fora dos parâmetros da evidência, demonstração ou necessidade.

Importa salientar os quatro elementos importantes para a consolidação da sua Teoria da Argumentação. Na sua obra, com o mesmo nome, Perelman (1970) propõe-se a estudar “as técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que são apresentadas ao seu assentimento”<sup>64</sup>. O primeiro elemento é o “acordo”. Este subsiste de uma ausência de meios de demonstração, sobretudo quando o tema do debate não contém uma verdade, mas sim o valor de uma opção, decisão ou ação. Uma tese pode ser aceitável ou refutável, caso seja verdadeira ou falsa, podendo ajustar-se ou não, à sociedade. O conceito de acordo encontra-se intimamente relacionado com a ideia de acordo prévio, na medida em que determinadas sentenças já se encontram aceites pelo auditório antes do início do discurso. A natureza destes acordos pode ser diversa, desde a prevalência de uma hierarquia de valores de uma dada sociedade até factos de conhecimento público e do senso comum.

No que diz respeito ao auditório, para o discurso demonstrativo-analítico ser universalmente aceite, é imperiosa a utilização de uma lógica formal e provas de carácter

---

sua maneira a tentativa inaugurada por Aristóteles, que se esforçava por definir as regras de construção do senso comum.

<sup>62</sup> O seu modelo argumentativo é sustentado com uma profunda ligação entre o auditório e o orador, no sentido em que o primeiro determina o modo de proceder do orador, enquanto o orador se deve adaptar às características do auditório com a finalidade de obter melhores resultados. Assim, cabe ao auditório o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores. O discurso confere a interação entre o orador e o auditório, promovendo assim a racionalidade, sendo esta o suporte da universalidade do discurso.

<sup>63</sup> Perelman, Chaïm (1993), *O Império Retórico – Retórica e Argumentação*, Porto, Edições Asa. Tradução de Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio.

<sup>64</sup> Perelman citado in Breton, Philippe & Gauthier, Gilles (2001), *História das Teorias da Argumentação*, Lisboa, Editorial Bizâncio. Tradução de Maria Carvalho, pp. 55-56.

impessoal, pois, no discurso retórico, torna-se essencial a relação entre o orador e o auditório. A verdade obtida pela lógica formal é sempre universal e irrefutável, enquanto a adesão obtida pela argumentação é sempre a adesão de um auditório determinado, já que pode ser de intensidade variável. O auditório, segundo este teórico (1977), é o conjunto de todos aqueles que o orador quer influenciar mediante o seu discurso<sup>65</sup>. Quanto melhor se conhecer o auditório, maior é o número de acordos prévios que se tem à disposição, e portanto melhor fundamentada será a argumentação. A aceção da interpretação enfatiza o facto de que, na teoria da argumentação é necessário proceder à interpretação daquilo que é dado, sendo que ao utilizar apenas uma justificação e interpretação, presencia-se um afastamento de todas as outras fundamentações desconhecidas por parte do auditório. Quando não são apresentadas as multiplicidades de aceções, para o auditório ambos serão uma coisa só, sendo que não se desenvolvem as várias projecções de pareceres, o que pode ser utilizado eficazmente pelo orador.

As técnicas argumentativas representam a positividade e a negatividade das teses, de maneira que o aspeto positivo consistirá no estabelecimento de uma solidariedade entre teses que se procuram promover e as teses já admitidas pelo auditório: trata-se de argumentos de ligação. O aspeto negativo visará abalar ou romper a solidariedade constatada ou presumida entre as teses admitidas e as que se opõem às teses do orador: trata-se-á da rutura das ligações e dos argumentos de dissociação<sup>66</sup>.

Existem três tipos de argumentos que devem ser citados: os argumentos quase lógicos são aqueles que não têm qualquer valor conclusivo, pois é impossível extrair da linguagem comum toda a ambiguidade nem se consegue remover do argumento a possibilidade de múltiplas interpretações<sup>67</sup>. Nos argumentos baseados na veracidade o fundamento encontra-se na ligação existente entre os diversos elementos da realidade. Admite-se, assim, que os elementos do real estão associados entre si, numa dada ligação, e é possível apoiar sobre tal relação uma argumentação que permita passar de um destes elementos ao outro. Podem ser de sucessão ou de coexistência. Os argumentos por sucessão dizem respeito à relação causa-consequência, estabelecendo assim uma relação entre estes dois enquanto os argumentos geridos pela coexistência procuram associar o carácter de uma pessoa aos seus atos. Os argumentos abrangentes da estrutura do real são

---

<sup>65</sup> Perelman citado in Borges, Hermenegildo Ferreira (1992), *Retórica, Direito e Democracia*, Lisboa, Mirandela Artes gráficas, s/e.

<sup>66</sup> Perelman, Chaïm & Tyteca, Lucie Olbrechts (2000), *Tratado de Argumentação*, Lisboa, Instituto Piaget.

<sup>67</sup> Cunha, Tito Cardoso e (1998), *A nova retórica de Perelman*, Covilhã, LusoSofia.

aqueles em que se procura estabelecer uma relação entre as várias opiniões e as que se procura convencer o auditório<sup>68</sup>. São os argumentos que se utilizam do exemplo, do modelo, da analogia e da metáfora. Falta-nos referir os argumentos por dissociação que restabelecem uma visão coerente da realidade. Os mesmos encarregam-se da depreciação do universalmente aceite, sendo substituídos por outro conceito que esteja de acordo com o valor original.

A teoria da argumentação de Perelman (1977) é uma reformulação moderna da arte da persuasão em relação à vertente tradicional grega da Retórica Antiga e não se trata de uma lógica específica dos juízos de valor e que “os raciocínios não são nem deduções formalmente corretas, nem induções, indo do particular ao geral, mas argumentações de todo o tipo, visando ganhar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento”<sup>69</sup>. Procura cobrir todo o campo do discurso que visa convencer ou persuadir, seja qual for o auditório a que se dirige e a matéria a que se refere.

No entender de Meyer (1982), a retórica, está de facto, situada no quadro da argumentação, que se distingue de demonstração – contrariamente à lógica, portadora de univocidade e afastada dos contextos de uso efetivo das línguas naturais<sup>70</sup>. Também Ducrot (1989), em relação a esta temática, realça que a argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, e não simplesmente pelo facto de que o enunciado da frase veicula<sup>71</sup>. Neste contexto, Koch (2000) ressalta que a argumentação detém um papel crucial no desenvolvimento da retórica e ambas encontram-se intimamente ligadas, apresentando-se, a primeira, como o núcleo de toda senda retórica-argumentativa:

A argumentação é uma atividade estruturante do discurso, pois é ela que marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade. É ela a responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-los em texto: a progressão do discurso se faz, exatamente, através das articulações da argumentação<sup>72</sup>.

<sup>68</sup> Cunha, Tito Cardoso e (2005), *A Retórica das Ciências Sociais*, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

<sup>69</sup> Perelman, Chaïm (1993), *O Império Retórico – Retórica e Argumentação*, Porto, Edições Asa. Tradução de Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio, p. 15.

<sup>70</sup> Meyer citado in Gil, Teresa (2004), *Retórica e Argumentação: continuidade e rupturas*, Viseu, XV Jornadas de Formação de professores.

<sup>71</sup> Ducrot citado in Sena, G. C. A & Figueiredo, M. F. (2013), «Um estudo da Teoria da Argumentação: da Retórica Aristotélica à Teoria dos Blocos Semânticos», *Revista Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, volume 2, n.º 1.

<sup>72</sup> Koch citado in Sena, G. C. A & Figueiredo, M. F. (2013), «Um estudo da Teoria da Argumentação: da Retórica Aristotélica à Teoria dos Blocos Semânticos», *Revista Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, volume 2, n. 1, p. 10.

Anscombe & Ducrot (1988), enaltecem a ideia de que a argumentação é constituída pela própria língua e pelas suas estruturas linguísticas. Eles trabalham com a hipótese de que a argumentação está inscrita, estruturalmente, na língua, isto é, que os “encaideamentos argumentativos possíveis em um discurso estão ligados à estrutura dos enunciados e não somente às informações que eles veiculam”<sup>73</sup>.

Importa referir que também Toulmin é responsável pela renovação da retórica, sendo que a sua iniciativa é muito heurística. O seu principal objetivo emerge da intenção de atrair a atenção para o campo da investigação da argumentação e não tanto dar-lhe um tratamento sistemático. Para concretizar esta sua finalidade, a sua tentativa de delimitação da argumentação baseia-se, fundamentalmente, na contestação da formalização lógica. Toulmin adverte para a transformação da lógica, de ciência formal em ciência prática<sup>74</sup>. No seu entender, a formalização da lógica acarreta dois grandes obstáculos: elimina uma boa parte da sua capacidade de aplicação e desemboca num impasse num impasse epistemológico<sup>75</sup>. A filosofia de Toulmin permite maior independência na argumentação, pois a autoridade do orador encontra-se diretamente ligada ao seu grau de conhecimento no campo autorizado do tema do debate. Reconhece, também premissas na argumentação de um campo específico que estão implícitas. Estas determinam a lógica do campo e que definem a condução dos argumentos dos interlocutores nele presentes<sup>76</sup>.

A proposta de Toulmin resulta de um debate epistemológico da tarefa científica, não só porque o autor declara-a explicitamente mas também porque tenta justificar uma crença. Esta questão da epistemologia e do campo permite que o orador não dê uma resposta definitiva do assunto que está a abordar mas chama a atenção para que não se confundam as circunstâncias em que são colocados em causa esses vínculos aparentemente inadequados.

## 1.7 A propósito do *Ethos*

---

<sup>73</sup> Anscombe & Ducrot citado in Massman, Débora (2010), «Argumentação: em busca de um conceito», Revista Línguas e instrumentos linguísticos, edição n.º 26, Brasil, p. 9.

<sup>74</sup> Para este filósofo o ponto de partida da argumentação consiste na capacidade do ser humano em raciocinar e apresentar aos outros as razões para tudo o que fazemos, pensamos ou dizemos.

<sup>75</sup> Breton, Philippe & Gauthier, Gilles (2001), *História das Teorias da Argumentação*, Lisboa, Editorial Bizâncio. Tradução de Maria Carvalho.

<sup>76</sup> Rodrigues, Wallace Faustino (2010), «O krátos como logos e uma democracia polifórmica», Revista Ética e Filosofia Política, n.º 12, Brasil.

Sempre que se recorre à noção de *ethos*, deve-se fazer um longo percurso até à retórica antiga, mais precisamente à posição de retórica defendida por Aristóteles. O *ethos*, elemento imprescindível na consolidação do processo de persuasão e na teoria da argumentação, acentua a importância da imagem do locutor no discurso argumentativo. O *ethos* é uma palavra grega, cuja raiz tem significado de costumes, caráter, moral, autoridade e se liga à ideia da casa de família, onde se geravam os bons costumes, o caráter, a moral. A ideia base do *ethos* traduz-se no filho de boas famílias, educado a preceito, cumpridor das regras de vida social, respeitador das leis e, por via disso, prestigiado na cidade. A noção de *ethos* surgiu na Grécia com Aristóteles e em Roma com Quintiliano e Cícero, com perspectivas diferentes<sup>77</sup>. Para a população grega o *ethos* representa a imagem que o orador cria e mostra no momento da enunciação com o intuito de convencer o auditório, todavia para estes a imagem denotada não corresponde à identidade do mesmo. Para os romanos, o *ethos* encontrava-se ligado aos atributos reais do orador, à sua moral, e não incidia na imagem discursiva criada pelo orador. O *ethos* aristotélico não pode ser compreendido isoladamente do *pathos* e do *logos* no processo retórico. Porém, Aristóteles enaltece que o *ethos* é a prova mais importante e contém um papel fundamental no processo de persuasão. Este enfatiza que a retórica não se tratava apenas de uma simples persuasão mas sim de uma escolha dos meios adequados para persuadir e, por isso recorria a três tipos de provas técnicas: o *ethos* (quando o orador produz confiança), o *pathos* (quando o orador leva o auditório à emoção, à paixão) e o *logos* (quando o orador mostra o que parece ser verdade; o raciocínio). O *ethos* de linha aristotélica confina três qualidades que devem estar ligadas à enunciação do discurso, sendo estas: a prudência<sup>78</sup>, a virtude<sup>79</sup> e a benevolência<sup>80</sup>.

A função do *ethos* prende-se com a problemática da ideologia, visto que um texto só se torna discurso, quando se reconhece a função primordial do sujeito não como a origem do sentido, mas como posição dentro dele<sup>81</sup>.

---

<sup>77</sup> Silva, José Vigário (2004), *Comunicação, Lógica e Retórica Forenses*, Porto, UNICEPE.

<sup>78</sup> A prudência distingue-se pela capacidade de uma boa deliberação e de cálculo de meios necessários para atingir um fim.

<sup>79</sup> Trata-se de uma disposição de caráter relacionada com a escolha, a qual é determinada por um princípio racional próprio do homem dotado de sabedoria prática – a prudência. Aristóteles distingue duas formas de virtudes: a “natural”, isto é, inata e da qual não se pode ter mérito, uma vez que exclui a capacidade racional do cálculo e da escolha, sendo proveniente da educação. O outro tipo de virtude adquire-se com o hábito.

<sup>80</sup> A benevolência depende da estrutura do *pathos*, ou seja do auditório.

<sup>81</sup> Pinto, Flávio Sabino (2006) «A interface entre a análise do discurso e a retórica», *Revista Academos*, Volume 2, América.

Segundo Reboul (2004), o *ethos* reflete-se no caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, sejam quais forem os seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança. Nota-se assim que o *ethos* revela-se uma componente primordial para a consagração do processo de convencimento por meio de um discurso. O orador demonstra e evidencia o seu caráter e credibilidade através dos argumentos utilizados, permitindo assim uma possível adesão do auditório à tese defendida por ele.

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. É, porém necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não da opinião prévia sobre o caráter do orador; pois não se deve considerar sem importância para persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase que se poderia dizer que o caráter é o principal meio de persuasão<sup>82</sup>.

É claro que o orador tem de “preencher as condições mínimas de credibilidade, mostrar-se sensato, sincero e simpático”<sup>83</sup>, tal como Aristóteles evidencia “depositamos confiança no orador na medida em que ele exhibe certas qualidades, isto é, se nos parece que é bom, bem disposto ou ambas as coisas”<sup>84</sup>, salienta que “ser sensato é ser capaz de dar conselhos razoáveis e pertinentes”<sup>85</sup>, ser sincero é “não dissimular o que pensa nem o que sabe”<sup>86</sup> e simpático é aquele que está “disposto a ajudar seu auditório”<sup>87</sup>, evidenciando, desta forma, ou não o seu caráter moral:

Uma vez que a retórica tem por objetivo formar um juízo (porque também se julgam as deliberações e a ação judicial é um juízo), é necessário, não só procura que o discurso seja demonstrativo e digno de crédito, mas também que o orador mostre possuir certas disposições e prepare favoravelmente o juiz. Muito conta para a persuasão, sobretudo nas deliberações e, naturalmente, nos processos judiciais, a forma como o orador se apresenta e como dá a entender as suas disposições aos ouvintes, de modo a fazer que, da parte destes, também haja um determinado estado de espírito em relação ao orador. A forma como o orador se apresenta é mais útil

---

<sup>82</sup> Aristóteles, *Retórica*, Livro I, cap. 2, 1356a.

<sup>83</sup> Reboul citado in Júnior, Licínio Nascimento de Almeida (2009), *Conjeturas para uma Retórica do Design*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, p. 77.

<sup>84</sup> *Ibidem*.

<sup>85</sup> *Ibidem*.

<sup>86</sup> *Ibidem*.

<sup>87</sup> *Ibidem*.

nos atos deliberativos, mas predispor o auditório de uma determinada maneira é mais vantajoso nos processos judiciais<sup>88</sup>.

Por outras palavras, o *ethos* está longe de ser uma mera componente circunstancial da “via periférica”, sendo central também na “via central” da persuasão. A segunda afirmação é a de que o *ethos* não é menos “lógico” que o próprio *logos*, no sentido em que confiar no discurso de alguém, atribuir a esse alguém uma certa credibilidade – ou, eventualmente, não fazer, está longe de ser um processo aleatório e desprovido de racionalidade<sup>89</sup>.

O conceito de *ethos* é neutro e resulta de modelos parciais, ativados pelo tipo de discurso em que o locutor se mostra, mas antecipadamente produzidas num espaço de crenças coletivas e de apreciações, que dão suporte à imagem do locutor e circulam na sociedade aquando da interação discursiva e que estão disponíveis no momento da alocação, para serem usadas pelo locutor mas também pelo destinatário.

Charaudeau (2005) defende que a problemática do *ethos* contém uma natureza discursiva ou pré-discursiva não só individual como também coletiva, pois o *ethos* depende de quem é o seu destinatário<sup>90</sup>. Por sua vez, Maingueneau (2002) estabelece uma classificação clarificadora da complexidade do *ethos* discursivo, das modalidades de expressão do *ethos* – *ethos* dito e *ethos* mostrado - e do papel dos interlocutores (locutor e alocutário) na sua construção, o *ethos* efetivo construído pelo alocutário/destinatário, face ao *ethos* pretendido do locutor, inacessível enquanto tal ao interlocutor e ao analista de discurso, pois só é “recuperado” como *ethos* efetivo<sup>91</sup>

L’*ethos* d’un discours résulte d’une interaction entre divers facteurs: *ethos* pré-discursif, *ethos* discursif (*ethos* montré), mais aussi les fragments du texte où l’énonciateur évoque sa propre énonciation: directement («c’est una mi qui vous parle»), ou indirectement, par exemple par le biais de métaphores ou d’allusions à d’autres scènes de parole. La distinction entre *ethos* dite et montré s’inscrit aux extrêmes d’une ligne continue puisqu’il est impossible de définir une frontière nette entre le «dit» suggéré et le «montré». L’*ethos* effectif, celui que construit tel ou tel destinataire résulte de l’interaction de ces diverses instances dont le poids respectif varie selon les genres de discours<sup>92</sup>.

<sup>88</sup> Aristóteles, *Retórica*, Livro II, cap. 1, 1378a.

<sup>89</sup> Serra, Paulo (2008), *A relação entre ethos e logos no processo de persuasão*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, p. 1068.

<sup>90</sup> Charaudeau citado in Marques, Maria Aldina (2008), «Arrogância e construção do *ethos* no discurso político português», Atas do III Simpósio Internacional de Análise do Discurso, Brasil.

<sup>91</sup> Maingueneau citado in Marques, Maria Aldina (2008), «Arrogância e construção do *ethos* no discurso político português», Atas do III Simpósio Internacional de Análise do Discurso, Brasil.

<sup>92</sup> Maingueneau citado in Marques, Maria Aldina (2008), «Arrogância e construção do *ethos* no discurso político português», Atas do III Simpósio Internacional de Análise do Discurso, Brasil, p. 10.

O *ethos* pré-discursivo é construído a partir de representações sociais e estereótipos e sendo uma caracterização *a priori*, ela resulta, contudo de uma ação discursiva. Faz parte da memória discursiva coletiva e conjuga a imagem discursiva com a imagem social. Estas representações sociais, que circulam numa determinada sociedade e numa determinada época, servem de ancoragem ao *ethos* discursivo. No que concerne ao *ethos* coletivo e ao *ethos* individual, o *ethos* pode ainda constituir-se como imagem de uma entidade coletiva, uma classe, uma profissão, uma comunidade mais ou menos alargada, ou como imagem de um indivíduo. O *ethos* coletivo assume extrema importância nos discursos públicos, mas é, simultaneamente, um fator de tensão discursiva, pela intersecção de *ethos* opostos.

No entender de Roland Barthes (1970), o *ethos* “são traços de carácter que o orador deve mostrar ao auditório para dar uma boa impressão”<sup>93</sup>. A eficácia do *ethos* reside no facto dele se inserir, involuntariamente, em qualquer enunciação sem ser explicitamente enunciado. Ducrot (1984) postula a ideia de que o *ethos* permanece no segundo plano da enunciação, sendo que deve ser percebido mas nunca inserido como objeto do discurso:

Não se trata de afirmações que o autor pode fazer a respeito de sua pessoa no conteúdo do seu discurso – afirmações que, ao contrário, correm o risco de chocar o auditório -, mas da aparência que lhe conferem a cadência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos... Em minha terminologia, direi que o *ethos* está associado ao locutor como tal: é na medida em que é fonte da enunciação que ele se vê revestido de certos caracteres que, em consequência, tornam essa enunciação aceitável ou refutável<sup>94</sup>.

Sabe-se que o *ethos* não é algo intrínseco ao locutor, na medida em que ele é a fonte da enunciação e é distinto dos atributos “reais” do locutor. O destinatário atribui a um locutor inscrito no mundo extra-discursivo traços que são, na realidade, intra-discursivos, já que são associados a uma forma de dizer. Não se trata de traços estritamente “intra-discursivos” porque, como vimos, também intervêm, na sua elaboração, dados exteriores à fala propriamente dita. A prova pelo *ethos* mobiliza efetivamente toda a enunciação discursiva, começando pelo tom de voz, fluxo da fala, escolha das palavras e dos argumentos, gestos, mímicas, olhar, postura, aparência, entre outros. Segundo Declercq (1992), todos os signos de elocução e oratória, indumentários ou sim-

<sup>93</sup> Barthes citado in Maingueneau, Dominique (2008), *A propósito do ethos*, São Paulo, Editora Contexto. Tradução de Luciana Salgado, p. 13.

<sup>94</sup> Ducrot citado in Maingueneau, Dominique (2008), *A propósito do ethos*, São Paulo, Editora Contexto. Tradução de Luciana Salgado, p. 14.

bólicos, influenciam o ato da fala, pois o orador, através destes elementos, deixa fluir uma imagem de si, psicológica e sociológica<sup>95</sup>.

Não se trata de uma evidência logo constatável mas ao longo do processo oratório é algo que sobressai e chama a atenção perante o público através do movimento da própria fala do locutor e implica uma experiência sensível do discurso, mobilizando a afetividade do discurso.

Cícero também se insere neste estudo da arte retórica, e embora o seu objetivo atribuído ao *ethos* não tenha prevalecido, a sua opinião em relação a esta temática, é também ela relevante. Para este teórico é totalmente imprescindível que o orador não ponha em prática aspetos relacionados com o fingimento mas, em contrapartida, usufrua de uma construção simultânea do enunciador e da pessoa fora do discurso.

É relevante frisar que o *ethos* possui alguns problemas ligados à sua noção. Estes prendem-se com o facto de, às vezes, o público construir representações do *ethos* do enunciador mesmo antes de ele iniciar a sua enunciação. Neste sentido, é importante falar-se em *ethos discursivo* e *ethos pré-discursivo*. Certamente, existem tipos de discurso ou de circunstâncias para as quais não se espera que o destinatário disponha de representações prévias do *ethos* do locutor: assim é quando lemos um texto de um autor desconhecido. Outro obstáculo subjacente à elaboração intelectual do *ethos* do auditório, emerge da escolha dos índices sobre os quais se apoia o orador, a escolha do registo de língua e das palavras e até o planeamento textual, passando pelo ritmo e modulação. A análise do *ethos* é feita a partir de inúmeros fatores, sendo eles atinentes ao material linguístico e ao ambiente. A própria conceção de *ethos* está suscetível a amplas zonas de variação. Auchlin (2005) assinala que existe uma multiplicidade de formas de evidência do *ethos*, este pode ser concreto ou mais ou menos abstrato. Tudo depende, antes de qualquer coisa, do modo como se traduz o termo *ethos*, carácter, retrato moral, imagem, costumes oratórios, feições, ar e tom. Pode também ser um *ethos* convencional ou ousado, dependendo de cada grupo social<sup>96</sup>.

O autor acima citado remete-nos para a uma ideia mais profunda acerca desta temática, contudo, podemos inferir que o *ethos* representa uma noção discursiva que é construída através do discurso. Não se trata de uma imagem do locutor exterior à sua

---

<sup>95</sup> Declercq citado in Maingueneau, Dominique (2008), *A propósito do ethos*, São Paulo, Editora Contexto. Tradução de Luciana Salgado, p. 14.

<sup>96</sup> Auchlin citado in Maingueneau, Dominique (2008), *A propósito do ethos*, São Paulo, Editora Contexto, Tradução de Luciana Salgado, p. 16.

fala. É um processo interativo de influência sobre o outro e é um conceito híbrido que advém de uma conduta socialmente avaliada, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica. Assim, procuramos demonstrar a sustentabilidade de um conceito que remonta à Antiguidade e que mantém a sua atualidade pelos constantes debates e deslocamentos conceituais que suscita, ainda que, a história seja um saber onde dificilmente a certeza se apresenta.

## Capítulo 2 – Definição e caracterização do *corpus*

Constitui objetivo deste capítulo a explanação de particularidades atinentes à obra TL para uma melhor compreensão do objeto de estudo da presente dissertação. Para a conceção do *corpus* deste trabalho, usamos o critério cronológico<sup>97</sup> por considerarmos que o conteúdo já era suficientemente sólido para incorporar esta dissertação de mestrado. Procedemos à escolha do primeiro volume porque como se tratava do início da obra, numa fase mais avançada do projeto, a inexistência de conteúdos importantes poderiam comprometer a consolidação de informação do presente estudo. Os conteúdos referidos prendem-se com questões relacionadas com o motivo do início desta obra e, tendo em consideração que estamos perante um enquadramento histórico, tal veracidade poderia interferir negativamente, posteriormente, aquando o avanço de acontecimentos que marcam a TL.

Sendo o Homem um ser social, necessita da sua integração e interação no mundo globalizado. Nesse sentido, AJJ procurou afirmar-se enaltecendo todo o seu conhecimento e pensamento estruturado, e procurou um campo de interação e proximidade com o interlocutor, através da comunicação mediática, reconhecendo o seu papel para a estruturação e construção social da realidade a partir de 1974.

Primeiramente, é fulcral salientar que, embora não seja feita nenhuma referência à verdadeira denominação do tipo de seção jornalística existente, a análise das características dos textos comprovou que estamos na presença de um Editorial. Contudo, alguns aspetos aproximam-se de um artigo de opinião.

O Editorial espelha sempre os ideais e valores que o jornal segue, demonstrando assim a sua verdadeira orientação. Não obstante, contém também, um forte teor argumentativo e persuasivo que configura temas polémicos. Este tem vindo a ser refletido como:

Um texto de responsabilidade da Direção do Jornal, que deverá acompanhar cada número da publicação, e que se debruça sobre os acontecimentos mais marcantes

---

<sup>97</sup> Estes textos foram compilados numa obra de 3 volumes, cada um deles com cerca de seiscentas páginas e, por esta razão, justificamos a impossibilidade de trabalhar a totalidade dos textos publicados. Definimos, então, como *corpus* de análise e estudo os textos que foram publicados entre 29 de outubro de 1974 e 29 de outubro de 1975.

da atualidade ou dessa edição do periódico (...) fazendo opinião, não uma opinião qualquer, mas a união do Jornal<sup>98</sup>.

Exponha-se que o profissional responsável pela redação do Editorial não se resume apenas uma pessoa, mas sim a um conjunto de indivíduos que estão incumbidos de transparecer o ponto de vista ideológico, político ou económico do jornal. No entender de Rebelo (2000), existe uma maior predominância de informações e comentários sobre o tema que está a ser desenvolvido e falado<sup>99</sup>. A sua estrutura rege-se pelos princípios gerais aplicáveis ao caso, as normas doutrinárias e teóricas que projetam luz sobre o tema<sup>100</sup>. (Araújo, 1981). Tem sempre um lugar certo na paginação do jornal, é assinado pela pessoa responsável e a sua estrutura obedece sempre a um ritual. Neste contexto, é importantíssimo frisar que AJJ na TL do dia 26 de novembro de 1974 encara o texto como um Editorial. O próprio enuncia no corpo do texto:

Domingo foi festa nos bombeiros voluntários. E certamente que muita dama saudosista dos tempos em que parecia mal os homens serem iguais, encolherá os ombros perguntando enfadada que importância tem isso para um editorial. Tem-na minha senhora. Porque esses bombeiros não submergiram ainda naquele fosso infinito que é uma vida vazia:

Esta é a única referência feita por AJJ ao caráter do género jornalístico dos textos que compõem o *corpus*. Ainda assim, parece-nos que em alguns casos estamos na presença de uma coluna de opinião. Sabe-se que um artigo de opinião é um género textual no qual impera a argumentação para sustentar, avaliar e responder à questão que se afigura como polémica e controversa. Fala-se, neste caso, em argumentação porque o sujeito procura convencer o auditório através do seu ponto de vista, procurando a adesão do interlocutor às teses apresentadas:

A opinião é um texto no qual o seu autor exprime pontos de vista subjetivos relativamente a assuntos que, por qualquer razão, despertaram o seu interesse (...) A opinião distingue-se muito claramente na notícia porque não serve para fornecer informações novas, ou dar notícias. O seu objetivo é lançar o debate, e esclarecer o público (...) Quem escreve opinião está ciente da parcialidade das suas posições,

---

<sup>98</sup> Gradim, Anabela (2000), *Manual de Jornalismo*, Covilhã, Estudos em Comunicação da Universidade da Beira Interior, p. 81.

<sup>99</sup> Rebelo, José (2000), *O discurso do jornal*, Lisboa, Editorial Notícias.

<sup>100</sup> Realce-se que o estilo do editorial obedece a princípios como a dignidade e seriedade linguística, com clareza e concisão, duro e direto, como uma sentença. Na redação do editorial não deve ser utilizado o “eu” pessoal do escritor. Araújo, Domingos da Silva (1981), *Iniciação ao Jornalismo*, Braga, Edição do FAOJ.

mas simultaneamente, admite e deseja que estas sejam partilhadas e adotadas por um grande número de recetores dessa opinião<sup>101</sup>.

Segundo Pereira (2006), o autor pode-se colocar de modo pessoal, ou seja na primeira pessoa utilizando expressões como: “na minha opinião”, “penso que” ou de modo impessoal, dizendo “é provável que”, “convém lembrar que” para expressar a sua opinião, direta ou indiretamente<sup>102</sup>. Um artigo de opinião expõe ideias suscitadas a propósito de factos que foram recentemente notícia, pois reflete o ponto de vista da pessoa que o assina e deduz consequências ideológicas, culturais e de acontecimentos relativamente atuais (Araújo, 1981). Em alguns textos observa-se que o orador inicia o seu texto com a situação-problema, seguindo-se a discussão e no final a solução ou a avaliação<sup>103</sup>. Tenha-se como exemplo o texto cujo título é: *a escola como incremento do desenvolvimento económico*.<sup>104</sup> que aborda uma temática muito sensível a AJJ, a Educação. Este introduz a problemática escrevendo que o ensino está em crise, fazendo, ao longo do texto, inúmeras questões retóricas, tais como: “Para quê a Escola?”. Profere que é importante dar bons técnicos a Portugal e cidadãos com formação cívica que possam assumir responsabilidades como o desenvolvimento, a liberdade e a paz. No decorrer do texto discute este tema, argumentando que “o ensino também é um setor de produção”, que “a escola não pode dedicar-se ao culto da mediocridade”, que “Portugal precisa de técnicos” e que “a juventude tem de receber na Escola uma formação capaz de tornar os mais novos, firmes redutos da Cidade Democrática.”. Para finalizar o texto, apresenta uma solução e avaliação, “Sob pena de tudo naufragar. Inclusivamente o País.”, que emerge da “atual conjuntura decisiva”, dando um rumo ao setor do ensino. A última frase do texto diz: “O prestígio dos chefes firma-se mais na sua competência, do que na sua popularidade. Era mais ou menos isto que dizia Mouzinho. Que também era Soldado.”<sup>105</sup>.

---

<sup>101</sup> Gradim, Anabela (2000), *Manual de Jornalismo*, Covilhã, Estudos em Comunicação da Universidade da Beira Interior, p. 97.

<sup>102</sup> Araújo, Domingos da Silva (1981), *Iniciação ao Jornalismo*, Braga, Edição do FAOJ.

<sup>103</sup> Refira-se que esta escolha da análise dos textos de pendor opinativo não segue qualquer critério, pelo que existem muitos com características de opinião.

<sup>104</sup> Texto número 29, divulgado no dia 3 de dezembro de 1974 (Anexo A).

<sup>105</sup> Temos um texto com tema equivalente ao deste dia, sendo o tema “A escola como formadora de Homens cívicos e competentes” do dia 7 de novembro de 1974. Neste texto, o autor dá um exemplo da sua infância e dá a sua opinião, realçando esta questão do uso da primeira pessoa, tal como Cilene da Cunha Pereira refere (corpo do texto). Nos textos acima aprofundados, e não só, verificam-se exemplos da utilização da terceira pessoa por parte do autor.

Outro texto que apresenta características de um artigo de opinião é o texto que aborda o problema das sondagens<sup>106</sup>. O autor inicia o texto fazendo uma pequena introdução ao tema: “claro que um partido político com cabeça, tronco e membros, guarda para si os resultados das sondagens, por muito favoráveis que sejam, pois torná-las públicas é chamar a atenção dos adversários.” Este pequeno excerto relata o problema, ao qual AJJ propõe-se comentar. Como argumentos ou conselhos o autor diz que a opinião pública não se deve deixar fascinar com os resultados das sondagens e que “o jogo da democracia pluralista” é favorecer a imagem do partido. Como conclusão do artigo aconselha para que se tenha cuidado com os números que são atirados ao acaso porque podem confundir um Povo. Ambos os textos, acima analisados, apresentam a sequência das particularidades de um texto com enfoque opinativo.

É de assinalar que a TL encontra-se sempre na capa do JMd, sendo que este facto sustenta a ideia de estratégia de persuasão. O objetivo de AJJ era que esta secção por si criada chegasse a um maior número de pessoas e a capa revelou-se na melhor solução, dado captar mais a atenção do leitor. A TL apresentou os acontecimentos que estavam a decorrer e AJJ divulgou fortes interpretações sobre como compreender estes acontecimentos utilizando uma linguagem que “será a sua própria versão da linguagem do público que constitui o seu principal auditório: a sua versão de retórica”<sup>107</sup>.

O título da coluna em estudo, *Tribuna Livre*, também merece destaque por se encontrar em conformidade com a diversidade de temas que nela constam nos mais variados dias<sup>108</sup>. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa<sup>109</sup>, uma Tribuna, em primeira instância, designa-se como 1. “um local elevado de onde um orador se dirige a uma assembleia, ao público em geral.”. Por outro lado, o Dicionário da Língua Portuguesa<sup>110</sup> diz que a Tribuna é uma “espécie de público donde os oradores falam. 2. Lugar alto e reservado a pessoas privilegiadas, durante uma cerimónia ou sessão, púlpito. 3. Os oradores. 4. A eloquência.”. Ora, tendo em conta estas definições, não será despropositado afirmar que a TL é um espaço no qual o orador expõe livre e abertamente as suas ideias acerca dos

<sup>106</sup> Texto número 10, divulgado no dia 9 de novembro de 1974 (Anexo A).

<sup>107</sup> Hall citado in Ponte, Cristina (2004), *Leituras das Notícias – contributos para uma análise do discurso jornalístico*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 91.

<sup>108</sup> A TL representa uma publicação diária (apenas não é publicada à segunda-feira), com uma publicação irregular, sendo que semanalmente são publicados 6 TL.

<sup>109</sup> Editorial Verbo, 2001, página 3632.

<sup>110</sup> Porto Editora, 2006, página 1669.

mais diversos temas que norteavam o quotidiano da vida político-social madeirense, expressando a sua eloquência e arte de bem falar ou, neste caso, arte de bem escrever. Esta dedução entra em conformidade com o próprio título da Tribuna. O vocábulo “livre” remete-nos para a ideia de escolha autónoma dos temas a abordar, independentemente do que é tornado público no Jornal.

Existe uma questão deveras crucial, à qual nos propomos analisar e responder: podemos falar numa possível relação entre o assunto destacado na capa do jornal com o tema da TL?<sup>111</sup> Após uma análise exaustiva verificamos, na maior parte dos casos, a ausência de uma relação direta entre a notícia principal do dia e os conteúdos abordados nas TL. Tal facto pode debruçar-se no objetivo individual de elevação do autor utilizando, para a concretização desta finalidade, temas contrários às notícias que se encontram na respetiva edição do jornal<sup>112</sup>. Assim, AJJ garantia a sua afirmação perante a sociedade com o seu saber. No entanto, encontramos quatro exemplos em que se denota a relação direta da notícia da capa com o tema da TL. É o caso da capa do jornal do dia 13 de novembro de 1974<sup>113</sup> em que o tema da TL incide acerca da importância da economia para o desenvolvimento de um país. Na capa surgem notícias como a preocupação da situação das violências em Angola, sendo esta de âmbito internacional. Temos também uma outra notícia relacionada com Angola em que o Conselho de Ministros avalia esta situação e aprova a lei eleitoral. Encontramos também uma secção que aborda a revisão da concordata vista com otimismo. E, por último, na capa, a notícia que se reveste de maior importância, a crítica do MFA em relação ao Ministério da Economia. Ora, em ambos não se fala da mesma notícia mas sim de notícias relacionadas com a Economia, sendo que AJJ aproveita o que foi divulgado na capa para enaltecer e apelar para as rápidas melhoras económicas e financeiras que o arquipélago da Madeira tanto ansiou.

No dia 3 de abril de 1975<sup>114</sup> a capa do JM divulgou notícias concernentes à nova assembleia do MFA, à junta de planeamento da conferência de imprensa, à abertura da campanha eleitoral, às diligências dos «nove» e aos cinquenta navios paralisados no tamisa devido a uma greve. Estas foram as novidades que estiveram na ordem do dia. Por sua vez, a TL dedicou o seu texto à campanha eleitoral como acontece no corpo da

---

<sup>111</sup> Conforme os requisitos de justificação e veracidade do presente estudo, consideramos inquestionável a “presença” dos títulos das notícias para estabelecer uma comparação com o título das TL.

<sup>112</sup> Contudo, a análise comprovou a existência de uma relação da TL com a notícia da capa do dia anterior, por exemplo.

<sup>113</sup> Anexo C.

<sup>114</sup> Anexo J.

capa. Durante este mês AJJ ocupou várias TL com a questão das eleições. É seu objetivo principal que o país se decomponha pelos caminhos da Democracia e para isso apela para que se vote no partido que o próprio defende. ATL encontra-se assim também confinada à notícia da capa “a nova assembleia do MFA será composta por 120 elementos do Exército, 60 da Armada e 60 da Força Aérea”.

No dia 11 de maio de 1975<sup>115</sup> comemorou-se o IX Dia Mundial das Comunicações Sociais e por isso o JMd divulgou a mensagem do Santo Padre juntamente com outras notícias de cariz relevante, tais como o “movimento emancipalista da Madeira não passa de um conjunto de agitadores sem representatividade alguma”, a “acentuada quebra nas remessas dos emigrantes”, as “greves no continente”, a “conferência de imprensa do Ministro do Trabalho no aeroporto” e a nota Pastoral da Diocese do Funchal escrita por Francisco Santana. É pertinente afirmar que a capa do JMd dá imenso relevo ao dia das Comunicações Sociais, pois é divulgada a mensagem do santo padre e a nota pastoral e a TL também aborda esta temática. Sendo o JMd um meio de comunicação social da imprensa regional, faz todo o sentido justificar e comentar tudo o que a ela diga respeito por motivos de credibilidade.

A 13 de agosto de 1975<sup>116</sup> a TL comenta a questão do «Documento Melo Antunes». Nesta senda, o JMd emite como notícia principal um comunicado que se intitula “as forças militares e militarizadas da madeira aderem ao «Documento Melo Antunes» mas também torna público notícias como “o Conselho da Revolução reuniu ontem em Belém”, “em Viseu, espetacular manifestação de apoio ao «Documento Melo Antunes», “importante tomada de posse do P.S – apoio ao COPCON contra o diretório” e “Timor: não está afastado o perigo de Guerra Civil”. Como podemos comprovar AJJ decidiu realçar na TL e na capa do JMd, temáticas iguais. Nestes quatro exemplos verifica-se a ligação de assuntos, contudo isto não acontece sempre. Note-se, portanto que cada meio de comunicação social tem interesse em divulgar ao seu público determinados factos e opiniões com o objetivo de transmitir determinados valores e ideologias

---

<sup>115</sup> Anexo M.

<sup>116</sup> Anexo O.

O conteúdo dos meios não depende apenas dos interesses do público e dos do próprio meio de comunicação: é igualmente resultante dos interesses de distintos setores da sociedade que, através dos meios de comunicação, pretendem tornar conhecidos do público certos factos e opiniões (...) é evidente que os meios dão maior importância a umas notícias do que a outras, e os vários meios não dão igual importância à mesma notícia. Este processo é tão importante como o da inclusão de uma informação<sup>117</sup>.

Assim, torna-se evidente que existe uma hierarquização de informação para valorizar as notícias com mais importância, quer a nível de conteúdo, quer a nível de interesse do público. Desde logo, as notícias que se revestem de maior importância encontram-se na capa. São estas que o leitor vê primeiro e as que considera fundamentais para a atualidade diária. Para isso, é necessário que o jornal mostre ao público a sua própria valorização da atualidade e dos factos jornalísticos, ou seja marcar a diferença com a sua notabilidade em relação aos outros meios<sup>118</sup>.

De modo a obtermos uma melhor organização e um ponto de partida, elaboramos uma tabela síntese de onde constam os seguintes elementos: o número do texto, a data de publicação, o dia da semana, o tema principal, o título do texto, marcas temporárias, citações, apreço por valores de outrem, exemplos, alusão a factos históricos, entimemas, silogismos e figuras de estilo.

É determinante referir que dividimos os temas centrais nas categorias de Economia, Política, Comunicação, Cultura, Religião e Educação<sup>119</sup>, no sentido de apurarmos a verdadeira incidência dos textos da TL e podermos falar em valores reais. Desta forma, a tabela demonstrou que o *corpus* é composto por duzentos e setenta e quatro textos<sup>120</sup>. Contabilizamos um total de quinze textos cujo tema se inseria no tema da Comunicação e apenas dois textos com uma temática regional. A nível da Política, temos cento e noventa e oito, e vinte e um textos que abordam assuntos do Arquipélago da Madeira. Em termos económicos, observa-se trinta e seis textos e o mesmo número recai na senda regional. A Educação e Religião<sup>121</sup> têm um total de dez e treze valores, respetivamente. E, por fim, falta-nos ressaltar os valores da Cultura que se resumem

---

<sup>117</sup> Fontcuberta, Mar de (1999), *A notícia*, Lisboa, Editorial Funchal Notícias, pp. 43-44.

<sup>118</sup> *Ibidem*.

<sup>119</sup> Nos casos em que os textos abordavam temáticas regionais acrescentou-se a palavra regional às categorias acima citadas, pelo que a contagem e seleção são feitas tendo em conta o âmbito regional e nacional ou internacional. Colocou-se o termo regional para destacar de todos os outros.

<sup>120</sup> Apenas os textos que são detentores de mais aspetos do *ethos*, entrarão na análise da dissertação deste subcapítulo.

<sup>121</sup> Refira-se que estes dois elementos não possuem textos a nível regional.

num total de treze textos e apenas um de âmbito regional<sup>122</sup>. O balanço final dos resultados evidencia que, efetivamente, o autor debruça-se na discussão de textos que estejam relacionados com a Política, seguindo-se a temática da economia, embora neste caso se verifique um maior número em relação à economia regional<sup>123</sup>. Isto explica-se porque o ano em estudo coincide com a entrada de Portugal no regime democrático e tal não se sucedeu apenas a nível regional, de maneira que se justifica a abordagem feita também a nível nacional. A inexistência desde facto constituía uma omissão da contextualização e enquadramento histórico e político. O processo de mudança para a Democracia, conseguida através do 25 de Abril, sagrou-se em um acontecimento bastante complexo que requereu a colaboração e participação do Povo na referida etapa e a inquietação de AJJ recaía no ensejo de uma governação com traços que demonstrassem maior flexibilidade, capaz de garantir o progresso de Portugal não só a nível económico como também a nível político. No arquipélago da Madeira, e conforme AJJ refere na obra TL, o 25 de Abril só foi sentido ao nível dos contactos do Movimento das Forças Armadas, doravante, MFA. Este cumpriu as suas promessas, sagrando-se assim no impulsionador do 25 de Abril. Segundo o professor Rui Carita (2003), as grandes alterações na região processaram-se a partir das comemorações do primeiro de maio, sendo que a manifestação foi preparada pelo Grupo do Comércio do Funchal, em articulação com elementos do MFA<sup>124</sup>. Esta manifestação contou com um grande número de pessoas, expressando a clara adesão aos ideais do Movimento pelo fim da guerra colonial e pela democratização da sociedade portuguesa:

A revolução de 25 de Abril de 1974 representa um marco fundamental não apenas na história do Portugal Contemporâneo, mas em toda a história da nacionalidade. Com ela não só se fecha o ciclo imperial iniciado com a expansão marítima no século XV, como se abre a via de integração numa nova entidade política em gestação – a Comunidade Europeia. A reposição da sociedade portuguesa nos trilhos da inspiração liberal, implantados pela Revolução de 1820, surge assim a um tempo como consequência inevitável do esgotamento de um modelo autoritário, ferido de morte pelo impasse do colonialismo e pelo isolamento

---

<sup>122</sup> Ao longo dos 275 textos existem casos de textos que se inclinam para dois elementos e esta contagem foi feita tendo este facto em conta. Ou seja, a soma é feita incluindo todos aqueles casos em que possuem o tema política juntamente com comunicação Regional, por exemplo. Ver categorias na tabela em anexo.

<sup>123</sup> Os textos com menos abordagem encontram-se na categoria da Comunicação Regional, seguindo-se a Cultura Regional com 2 e 1 textos, respetivamente. Refira-se que não existe nenhum texto com a categoria de Educação e Religião regionais.

<sup>124</sup> Carita, Rui (2003), *Associação Comercial e Industrial do Funchal – Esboço Histórico (1933-2002)*, Funchal, Edicarte.

internacional, e como instrumento indispensável de aceleração de um processo já em curso de modernização económica, social, cultural e mental, que vinha esbarrando com os obstáculos político-institucionais levantados por aquele modelo<sup>125</sup>.

No Arquipélago da Madeira, AJJ escreveu no sentido de apelar ao Povo para auxiliar neste processo, apelando, incansavelmente, ao ato de votar, tendo como exemplo a TL do dia 5 de março de 1975 com o título as eleições, a TL do dia 28 de março de 1975 com a temática do voto em branco. E no dia 8 de abril, 11 de abril, 19 de abril, 20 de abril e 24 de abril de 1975 a apelar para que o povo madeirense decida pelo futuro do arquipélago. Afinal, a mudança também depende de nós. Toda esta questão política viria a refletir-se, outrora, na Economia do Arquipélago, garantindo desta forma a sua estabilidade e perspetivando o futuro. Cremos que a consolidação da Democracia estende-se à consolidação dos partidos políticos. Sem a participação ativa destes, a soberania popular cessa no dia das eleições. Assim, a Política representa um direito de todos os cidadãos e a Política faz parte de todos nós.

No que concerne às informações adicionais referentes à estrutura da capa do Jornal onde se insere a TL, esta é pouco variável ao longo do ano, tenhamos como exemplo, o dia 29 de outubro de 1974 o número do Jornal era 13601, com a série II do Ano XLIII, com o preço de 2\$50<sup>126</sup>. Ainda no topo da capa do jornal temos as seguintes informações: propriedade da empresa do Jornal da Madeira, Lda; Redação e administração – Rua do Seminário; 22 – Telef. 20014/15; Endereço Telegráfico<sup>127</sup>. O número de páginas, no período estudado é composto, maioritariamente por doze páginas. Relativamente à organização da coluna dentro do próprio jornal, este vem sempre na capa do jornal, no canto superior direito, salvo raras exceções, sem qualquer padrão uniforme. A sua redação é da responsabilidade do diretor do JMd, no entanto este não assina no final da TL. Nos casos em que se verificam uma extensão considerável no corpo da seção em estudo, esta continua nas páginas seguintes do JMd<sup>128</sup>. Estes textos possuem uma dimensão uniforme e são de fácil leitura,

---

<sup>125</sup> Cruzeiro, Maria Manuela & Santos, Boaventura de Sousa (2005), *25 de Abril – Uma aventura para a Democracia*, Porto, Edições Afrontamento, p. 15.

<sup>126</sup> Estas informações vão mudando com o passar dos anos.

<sup>127</sup> Todas estas referências encontram-se no cabeçalho da capa do Jornal e repetem-se em todas as edições. Trata-se de informações gerais sobre a edição e contém, também, marcas de referência do JMd.

<sup>128</sup> Geralmente os textos têm quase sempre a mesma dimensão, mas, por vezes, denotamos que existem uns mais extensos que se prolongam nas páginas seguintes, ou pelo contrário, mais curtos que terminam na mesma página em que começam. Não existe um critério constante em relação à página da continuação

prevalecendo uma linguagem objetiva. Tem um estilo simples e acessível aos leitores com formação média.

É importante salientar que o JMd não tem publicação na segunda-feira, no período de análise do *corpus*. Segue o facto de que durante o mês de setembro de 1975 não se encontra a TL no JMd<sup>129</sup>, sendo substituído por outras notícias de caráter relevante para a atualidade e dignas de conteúdo para a capa do JMd. O autor publica a Tribuna até dia trinta e um de agosto, regressando à normalidade no dia trinta de setembro. Ressalve-se que nas edições anteriores, o autor não faz qualquer referência a esta ausência. Encontramos algumas lacunas ortográficas quando confrontadas com a versão computadorizada<sup>130</sup>, são exemplo disso as palavras: “jogod”, “trta”, “indispensável”, “ligislativas.” Prevemos que se trate de erros sem qualquer intenção aquando do ato da escrita do jornal para a execução da obra. Revela-se fundamental notar que quando conferimos os textos na versão digitalizada, deparamo-nos com a inexistência de alguns textos quando comparados com os textos da obra TL. Ou seja, existem textos da TL que se encontram digitalizados mas que, por alguma razão, não compõem o corpo da obra<sup>131</sup>.

Esperamos, com estas considerações, ter colaborado para o esboço estruturado da temática a desenvolver contribuindo, simultaneamente, para uma melhor perceção não só dos temas como também do objeto de estudo a tratar ao longo da presente dissertação.

## 2.1 Identificação do *ethos* na *elocutio* comunicativa

De modo a melhor compreendermos as características do *ethos* na *elocutio* comunicativa, julgamos fulcral realizar uma breve identificação ao *ethos*, recorrendo a histórias, vivências e experiências de AJJ. É importante inferir, igualmente, de que forma esta abordagem ao *ethos* é feita, bem como as suas condicionantes e o efeito que produzem. Ao abordarmos a sua identificação, torna-se mais claro o porquê de recorrer

---

da TL: por vezes esta encontra-se na terceira página, outras vezes nas páginas centrais, na segunda página e na última página. Como podemos verificar, não existe uma página específica.

<sup>129</sup> Supomos que seja devido ao período de férias de AJJ.

<sup>130</sup> Frise-se que a versão computadorizada é a versão que se encontra digitalizada no ABM e não a obra em si.

<sup>131</sup> Não encontramos nenhuma justificação para sustentar este acontecimento.

a estes mecanismos, do mesmo modo que procuramos analisar o motivo da criação da TL, enquanto secção jornalística retórico-argumentativa.

### 2.1.1 Conceito de *ethos*

Sendo o *ethos* um resultado da prática retórica, retrata “um cidadão de prestígio – conhecedor da matéria, respeitador dos princípios da moral e na competente elaboração do texto. O seu prestígio, capacidade e competência serão o primeiro fator do êxito retórico”<sup>132</sup>. O orador é alguém que corresponde aos critérios de autoridade e credibilidade e que sabe responder tomando por base que estes elementos são totalmente necessários para o auditório permanecer com a ideia de que estamos na presença de um ser com um forte poder persuasivo. Tal como Meyer, Carillho & Timmermans testemunham

O *ethos* chama-se *ethos* porque é preciso dispor das qualidades necessárias para exercer tal autoridade. E por autoridade deve entender-se aquilo que impede a questionabilidade. Vai desde a perícia para abordar certas questões ao direito de exercer certas funções de juízo, que confere, assim, uma autoridade institucional para responder. O *ethos* é a qualidade do orador que nos faz acreditar nele, confiar no seu juízo, aceitar o que ele diz sem pôr em causa as respostas<sup>133</sup>.

Tal como pudemos notar, o *ethos* está relacionado com o conceito de ética, na medida em que estamos mais predispostos a acreditar em alguém que nos transmite confiança. É o carácter e as qualidades do orador que exprimem segurança. Quando percebemos que estamos na presença de um orador com valor, então não questionamos nem colocamos em causa o que ele diz.

A sinceridade, a simpatia e a sensatez são qualidades que devem prevalecer para causar a empatia do leitor no orador, atingindo a excelência a nível humano e aumentando a sua credibilidade. É imperioso ter em consideração que o orador tem de argumentar conforme o ponto de vista do seu interlocutor

O orador reproduz o ponto de vista do seu interlocutor, fazendo os dois parte de um mesmo movimento, a História. Levantar as questões que os outros se colocam, responder de modo que eles possam continuar a questionar ao mesmo tempo que vão ao encontro dos seus interesses através dessas mesmas respostas, são os

<sup>132</sup> Silva, José Vigário (2004), *Comunicação, Lógica e Retórica Forenses*, Porto, UNICEPE, p. 182.

<sup>133</sup> Meyer, Michel & Carilho, Manuel Maria & Timmermans, Benoît (2002), *História da Retórica*, Lisboa, Temas e Debates, p. 277.

conceitos-chave do orador, que deve sempre preocupar-se com a relação pergunta-resposta que aciona<sup>134</sup>.

Tendo em conta o acima exposto, é importante salientar que a retórica só legitima a sua eficácia com a sua trilogia: o *logos*, o *pathos* e o *ethos* e na persuasão a sua relação é sempre baseada entre o orador e auditório. Torna-se relevante referir que o *ethos* influencia toda a enunciação discursiva. Segundo Declercq (1992), não só a comunicação verbal como a paralinguagem e comunicação não-verbal contam no ato de fala<sup>135</sup>.

A TL, enquanto conjunto de discursos persuasivos, contém formas linguísticas e retóricas que estão carregadas de intenção do sujeito com conteúdos que suscitam uma maior reflexão no leitor. Estas formas traduzem-se em recetores de um conteúdo que é relevante conforme a situação. Para se verificar a eficácia dos textos em estudo de AJJ, aquando da sua leitura, é imperioso o leitor se encontrar atualizado e possuir conhecimentos relativamente à situação que o orador decide analisar e comentar. É importante, também, existir por parte do leitor o domínio das mesmas formas linguísticas, lexicais e gramaticais, só assim a intenção do sujeito será concretizada.

No que concerne à estrutura dos textos da TL, a parte inicial dos mesmos chama sempre a atenção do leitor, exprimindo o assunto que se encontra no cerne das preocupações e que está em condições de ser debatido. Sabendo que se trata de uma sequência de acontecimentos, percebemos uma clara ordenação de pensamentos que transmitem credibilidade e confiança. As provas apresentadas são objetivas, em que a sua finalidade é a de convencer o leitor intelectual ou afetivamente. Geralmente, a parte final dos discursos apresenta a confirmação das ideias que foram abordadas no seu conteúdo<sup>136</sup>.

### 2.1.2 Identificação do *ethos*

O *ethos* pode ser reforçado através de elementos como citações, exemplos, alusão a factos históricos, entimemas, silogismos, figuras de estilo, entre outros. A

---

<sup>134</sup> *Ibidem*.

<sup>135</sup> Declercq citado in Maingueneau, Dominique (2008), *A propósito do ethos*, São Paulo, Editora Contexto, Tradução de Luciana Salgado, p. 14.

utilização destes concede a extensão persuasiva aos textos. Trata-se de estratégias que AJJ utiliza para reforçar efetivamente, o poder do seu discurso e a adesão do leitor às teses por si defendidas, nunca esquecendo que, no fundo, está em causa uma questão partidária.

Todos os textos da TL detêm evidências e estratégias persuasivas que determinam as características do *ethos* e AJJ dá testemunhos de estar devidamente inserido histórica e contextualmente. Tendo em conta que se trata de discursos escritos, a escolha das palavras e dos argumentos é fundamental para determinar o tipo de *ethos* que está em causa. Muitas vezes, denotamos na linguagem de AJJ o emprego de vocábulos irónicos, provérbios, jogos de palavras, frases carregadas de autoridade. Contudo, demonstra grande sinceridade e conhecimento em relação aos temas que se propõe enfatizar.

Torna-se oportuno referir que os discursos persuasivos contêm, realmente, figuras de retórica. Estas abrangem uma realidade mais vasta e diversa e permitem um esforço do pensamento em relação ao ato enunciativo, podendo ainda ser alvo de críticas. Ao analisar os textos que compõem a TL, deparamo-nos com a presença de algumas figuras de estilo, tais como a repetição, a ironia, a pergunta retórica, a antítese, o eufemismo, o disfemismo e a metáfora.

Aquando da escrita dos seus discursos, AJJ utilizou algumas citações. O emprego das mesmas tem o intuito de reforçar todo o seu ponto de vista, fazendo referência a personalidades importantes. Tenhamos como exemplo a TL do dia 10 de novembro de 1974 com o título: a *Social-democracia*, em que para refletir acerca desta questão deixa transparecer os “valores” de Henri e Mounier. Utiliza, igualmente, citações da autoria destes autores para reforçar o seu texto e ganhar credibilidade em relação à verdadeira incidência do propósito da Social-Democracia, pelo que consta no mesmo: “Henri de Man é um dos percursores da moderna social-democracia. Dizia ele para que a emancipação da classe trabalhadora conduza realmente à emancipação da humanidade inteira, é preciso que se justifique os seus fins e os seus métodos, não mercê do interesse particular, mas sim como fruto de juízos valorativos de alcance geralmente humano”. O que significa reconhecer a necessidade da existência de finalidades éticas da parte do socialismo”. Mounier, por sua vez, realça que “urge abolir a condição proletária, substituir a economia alicerçada no lucro por uma economia organizada a partir das perspetivas totais da pessoa; sem se cair no estatismo, socializar os setores de produção que alimentam a alienação económica”. São estas duas personalidades que AJJ escolheu para referir os seus pareceres em relação à Social –

Democracia, porque sabe que ambos são entendidos na matéria e, desta forma, consegue reforçar a sua argumentação, conseguindo alcançar mais facilmente o seu objetivo, a persuasão<sup>137</sup>.

Ao longo dos seus textos que compõem a TL, raríssimas são as vezes que AJJ faz alusão a factos históricos. Apenas no texto do dia 29 de agosto de 1975 com o título *Social-Democracia e Soberania Popular* verificamos este facto. Neste texto diz que “esta conclusão que os factos históricos até hoje não conseguiram desmentir, constitui preocupação para aqueles que têm a hipótese do domínio absoluto e indefinido dos povos, como valor superior à própria Democracia”. Com esta citação tenciona notar que os factos históricos não são passíveis de alteração e deste modo, procura enfatizar a memória, pautando-se na estrutura de uma reflexão social e histórica, que resulta da construção do sujeito e da sua humanização de acordo com as questões sociais em que está inserido.

Os exemplos são igualmente usados por AJJ para melhor clarificar o seu pensamento e raciocínio, no sentido de obter uma maior explicitação de conteúdos. Dessa forma, facilita-se o entendimento que o leitor tem das ideias presentes no texto, sendo que esse esclarecimento resulta numa maior extração de conclusões por parte dos leitores. Na TL do dia 9 de janeiro de 1975 o tema incidiu nas *Infraestruturas de vias de comunicação*, alertando que o arquipélago carecia de infraestruturas para facilitar o acesso das zonas económico-socialmente mais atrasadas. Há que insistir nas boas estradas, no escoamento de boas zonas agrícolas para permitir um alcance mais compensável do consumidor, permitindo ao produtor uma melhor margem de preço de venda. Como exemplos apresenta o estado das rodovias da Madeira e as obras públicas enquanto setor. Neste caso AJJ necessitou de provar os seus argumentos com exemplos, tornando a sua argumentação mais credível e consistente, suscitando nos leitores a possibilidade de extração de conclusões e concretização de ações.

A repetição serve para chamar a atenção de um determinado assunto e, desta forma, está a possibilitar a manifestação do seu ponto de vista e do seu próprio *ethos*. Na TL, AJJ repete-se imenso antes do 25 de abril e no próprio dia acerca da importância de votar. A educação também é um tema muito repetido pelo orador, pois este considera que não existem bons profissionais que estão a comprometer o desenvolvimento do

---

<sup>137</sup> É importante referir que existem mais citações nas TL, contudo apenas fazemos referência a esta para estabelecer uma relação e ser possível refletir acerca da questão das citações.

país. AJJ tende a repetir o que considera que precisa de uma mudança, dando força e expressão ao seu discurso e assim observa-se um destacamento de uma ideia alterável.

A ironia, como figura de pensamento exprime-se através de exclamações, de interrogações ou de qualquer outra forma de discurso e não se encontra ligada a um vocabulário ou a construções específicas. A ironia, através do seu tom satírico, implica uma atitude e um enunciado cuidadosamente codificado<sup>138</sup>. O objetivo da utilização irónica corresponde ao sentido contrário por parte do leitor, consistindo na substituição de um pensamento por outro pensamento que está ligado por uma relação de contrários. Tenhamos em consideração dois exemplos em que se denota claramente traços de ironia: “a sociedade democrática não se põe à lareira como presente de Natal”<sup>139</sup> e “é que há pessoas que parece não se terem ainda apercebido o quanto o momento atual é decisivo para o futuro de todos. Quase que somos levados a acreditar que haja ainda quem seja sebastianista, e esteja por ventura à espera de milagres vindos de qualquer fonte por enquanto oculta”<sup>140</sup>. Ambas as expressões satíricas censuram o facto de não se lutar pela sociedade democrática, realçando que o momento é de agir e não de estagnar e assim critica este aspeto.

A pergunta retórica transmite certezas sob forma de interrogações postas a um auditório que não pode responder mas que suscita reflexão de pensamentos:

Sendo dado que ao auditório não pode, de maneira nenhuma responder a estas perguntas a não ser por um sim ou não e no sentido desejado pelo orador, que geralmente não lhe dá tempo, pode-se pensar que esta figura, por um lado, revela a desonestidade intrínseca dos processos deste género e, por outro lado diz mais respeito às figuras de pensamento e aos estratagemas retóricos do que às figuras de estilo<sup>141</sup>.

São visíveis muitas interrogações retóricas ao longo das diversas TL. Destacamos algumas, tais como: “quantos edifícios escolares da Madeira não revestem as condições adequadas à função educativa a que se propõem?” Quantos estabelecimentos escolares possuem a tempo e atualizados os equipamentos pedagógicos de que carecem?” É claro que os exemplos retóricos que acabamos de destacar causam um efeito retórico, pois é uma frase formulada em forma de pergunta mas que constitui uma afirmação com o objetivo de estimular uma reflexão sobre um determinado assunto que é inquestionável.

---

<sup>138</sup> *Ibidem*.

<sup>139</sup> Citação retirada da TL 10 de dezembro de 1974.

<sup>140</sup> Citação retirada da TL 17 de dezembro de 1974.

<sup>141</sup> *Ibidem*.

Outra figura de estilo que AJJ faz uso nos textos da TL é a antítese. A antítese não pretende resolver nem elucidar as contradições do universo ou do pensamento, “ela quer somente exprimir o claro-escuro da vida através de sùmulas intuitivas. Enquanto figura de estilo, a antítese, reside na expressão dos contrastes no estado puro, e na forma mais ou menos simétrica que os explora”<sup>142</sup>. Temos como exemplo na TL: “erro, será confundir revolução com exotismo de aspeto. Verdade a profunda alteração e cada um, rumo a um mais-que-perfeito”. A contraposição dos conceitos utilizados, sendo eles o erro e a verdade, ajuda na comparação de ideias e faz sobressair a realidade, dando ênfase à frase e permitindo maior expressividade à mensagem que está a ser transmitida.

O eufemismo, por sua vez, tem como finalidade a suavização de uma ideia negativa enquanto o disfemismo deteriora ainda mais uma ideia já desagradável. Ao longo dos textos da TL encontramos dois exemplos de eufemismos e disfemismos, respetivamente: “porque ser tarde pode significar o fim de um belo sorriso que se chamou um dia, Democracia e Portugal!” e “o país apresenta-se cheio de problemas. Mas, pelo menos agora, haverá a possibilidade de se apresentarem soluções, não apenas sempre no mesmo quadrante, visões monocórdicas das costumadas fontes”. Em relação aos excertos que contém o disfemismo: “reacionário, palavra que já não pega, dado o desgaste que o mau uso lhe deu. É apenas uma infantil tentativa de cheque-mate num jogo de palavras ocas. Aliás, muito mal jogado. Ou jogado às descaradas com o perigo para a Democracia” e ainda “em reconhecer que tal como as coisas estão, o futuro pode vir a ser muita coisa. Mas risonho é que não”. A utilização do eufemismo e disfemismo transmite a ideia de perspetiva de acontecimentos, na medida em que nos detalhes da construção frásica em que se observam estas duas figuras de retórica, reside não só a evidencia dos factos como também a argumentação que pode vir a ser objeto de persuasão.

A metáfora é também muito utilizada nos textos da TL, sendo que esta capta a atenção do leitor e auxilia na construção do mundo dos leitores. Representa “uma peça fundamental (...) e trata de fazer aparecer a diferença entre o que é “metaforicamente verdadeiro” e o que é “literalmente verdadeiro” e, por outro lado, entre o par formado pela verdade metafórica e a verdade literal e a “simples falsidade.” Diga-se então que “a verdade metafórica diz respeito à aplicação de predicados ou propriedades a qualquer coisa e constitui uma espécie de transferência como, por exemplo, a aplicação a uma

---

<sup>142</sup> *Ibidem.*

coisa colorida de predicados recolhidos no reino dos sons”<sup>143</sup>. Na visão de Lakoff e Johnson (1980) a metáfora deixa de ser uma simples figura e torna-se numa figura de pensamento que é utilizada por todos os seres humanos.

A metáfora é, para a maioria das pessoas, um recurso da imaginação poética e um ornamento retórico – é mais uma questão de linguagem extraordinária do que de linguagem ordinária. Mais do que isso, a metáfora é usualmente vista como uma característica restrita à linguagem, uma questão mais de palavras do que de pensamento ou ação. Por essa razão, a maioria das pessoas acha que pode viver perfeitamente bem sem a metáfora. Nós, descobrimos, ao contrário, que a metáfora está infiltrada na vida quotidiana, não somente na linguagem, mas também no pensamento e na ação. Nosso sistema conceitual ordinário, em termos do qual não só pensamos, mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza<sup>144</sup>.

Sendo a metáfora, uma manobra de discurso, a linguagem deixa de ser usada como função de narração direta e contorna pressupostos baseados no nível mítico da enunciação. Existem algumas expressões metafóricas que se sobressaem nas TL, tais como: “alguns setores de “coloração” bem definida, “verborreia”, “bílis”, “incapacidade digestiva” e “virar o bico ao prego”, “ não vamos calçar sapatos de defunto”, entre outras.

Os entimemas e os silogismos também constam da enunciação discursiva de AJJ, sendo que ambos se baseiam em argumentos determinantes para a presença do tipo de *ethos* que nos propomos analisar. Os entimemas representam a persuasão através de meios demonstrativos claros ou visíveis, nos quais constam argumentos pertinentes, pois isso permite mais facilmente extrair uma conclusão. Existem dois tipos de entimemas, os demonstrativos e os refutativos. Nos primeiros, a conclusão obtém-se a partir de premissas com as quais se está de acordo. Por sua vez, os entimemas refutativos direcionam a conclusão para aquilo em que se está em desacordo<sup>145</sup>. Em relação ao silogismo, trata-se de um conjunto de frases detentoras de verdades incontestáveis. Segundo Silva (2004), o silogismo é um raciocínio por dedução no qual podemos considerar três formas: a dedução espontânea, em que de uma proposição se infere outra proposição; a dedução silogística, em que, de duas ou mais proposições, se

---

<sup>143</sup> Lausberg, Heinrich (1993), *Elementos de retórica literária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. Tradução de R. M. Rosado Fernandes.

<sup>144</sup> Lakoff & Johnson citado in Santos, Roberta da Costa (2010), “O papel da linguagem metafórica no discurso jornalístico”, Revista Icarahy, Rio de Janeiro, Edição n.º 4, p. 6.

<sup>145</sup> Aristóteles (1998), *Retórica*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena.

conclui uma terceira, e a dedução matemática, que opera uma sequência de operações, indo de certos dados para outros, até atingir um resultado final<sup>146</sup>.

No que concerne à TL, AJJ profere que os três anos da sua publicação tiveram aspetos positivos mas também tiveram as suas repercussões e impactos. Acerca deste facto, diz-nos que “nestes três anos e meio de Jornal da Madeira (...) se fiz grandes e inúmeras amizades, é certo que também, infelizmente, perdi amigos e arranjei inimigos”<sup>147</sup>. Ora, tudo isto deveu-se ao facto de muitos seguirem as convicções partidárias de AJJ e os seus ideais, contudo, a opinião não corresponde à veracidade dos factos e muitos madeirenses seguem o seu partido e as suas próprias opções. Importa não esquecer que o JMd tinha uma incidência maioritariamente católica com o espelho do pensamento da Doutrina Social cristã, com um propósito diretamente ligado ao PSD-Madeira, ao contrário de outros jornais existentes no arquipélago da Madeira

Antes a luta pela autonomia juntava pessoas de quadrantes políticos muito diversos, mas a partir do momento em que a autonomia foi «sequestrada» e monopolizada, como propriedade exclusiva dessa clique política e económica que hoje existe, deixou de ser possível qualquer diálogo civilizado entre quem está no poder e quem está na oposição<sup>148</sup>.

A principal finalidade de AJJ era que os madeirenses partilhassem estes mesmos ideais e o projeto político que ambicionava para o Arquipélago da Madeira, vivendo assim uma grande luta ideológica. É fundamental realçar que a criação da TL e toda a sua temática de conteúdos juntamente com as estratégias persuasivas visam a que outros adiram aos seus valores políticos, como se pode constatar no excerto abaixo destacado

No meio das conjunturas mais adversas, o Jornal da Madeira conseguiu chegar a muito lado, inclusivamente como espelho da realidade e verdade junto de importantes centros fora de fronteiras. Por isso mesmo é que até o tentarem fechar. Se sobrevivemos, tudo foi obra de uma extraordinária equipa, desde os administrativos, os distribuidores, o pessoal das tipografias, até à gente da Redação

---

<sup>146</sup> Silva, José Vigário (2004), *Comunicação, Lógica e Retórica Forenses*, Porto, UNICEPE.

<sup>147</sup> Jardim, Alberto João (2017), *Relatório de Combate*, Alfragide, D. Quixote, p. 111.

<sup>148</sup> Silva, Vicente Jorge (2008), O «Comércio do Funchal» e a autonomia», Freitas, João Abel, *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, p. 243.

e tantos, tantos que nos ajudaram material o moralmente. Cada um de nós com a sua diferente maneira de ser e com as suas legítimas opções próprias<sup>149</sup>.

Ao longo da análise efetuada aos textos, selecionámos excertos detentores de características e traços do *ethos*. Assim, Identificando-o, superficialmente, encontramos frases como

Penso que a presença do MFA na Constituinte, significaria o abdicar do seu papel intransigente de defensor dos valores democráticos genéricos, consagrado principalmente pela sua idónea posição supra - partidária, para descer ao campo das opções concretas a beneficiar este ou aquele partido, situação que acaba por ser inequívoca quando num órgão colegial as pessoas têm de votar<sup>150</sup>.

Mas julgo e respeito a opinião contrária que na qualidade de vigilantes do normal desenvolvimento do processo pluralístico em curso, para a defesa da sua legitimidade não devem como o MFA optar ou reforçar qualquer proposta de solução necessariamente com características partidárias<sup>151</sup>.

Ambos os excertos citados abordam a presença do MFA na Assembleia Constituinte, doravante AC, sendo que o propósito da escrita deste texto advém da imprensa ter divulgado e opinado acerca desta questão. AJJ comenta, então, este facto. É notória a exposição, na primeira pessoa do singular, da sua visão pois AJJ expressa nesta TL o seu parecer abertamente em relação a esta temática, como acontece em muitos outros textos. O facto de utilizar a primeira pessoa do singular dá-nos a ideia de opinião e de perspetiva de acontecimentos. O autor sabe do que está a falar e mostra que está à vontade para comentar e analisar os temas da TL. O início da segunda citação demonstra um *ethos* altruísta, visto que se propõe a opinião dos outros, respeitando-a, embora possa não concordar, tal como acontece também na TL do dia 18 de janeiro de 1975. Neste dia, o texto é relativo ao movimento reacionário existindo uma frase que reforça o seu *ethos* maduro e altruísta: “considero ponto de honra o respeito pelo adversário. Mesmo por aqueles que assim não precedem. Nisto, talvez porque há quem entenda que já não se usam coisas destas, também posso ser acusado fora de moda. Mas, de qualquer maneira, respeito o adversário”<sup>152</sup>. Para AJJ, a aceitação da liberdade de expressão, embora com opiniões diferentes, é valorizada.

---

<sup>149</sup> Jardim, Alberto João (2017), *Relatório de Combate*, Alfragide, D. Quixote, p. 111.

<sup>150</sup> TL 22 novembro de 1974.

<sup>151</sup> *Ibidem*.

<sup>152</sup> *Ibidem*.

Nós, madeirenses, não queremos incomodar ninguém. Muito menos desgostar. Só pretendemos que nos deixem construir o nosso futuro, que deixem fazer deste arquipélago aquilo a que um bom desenvolvimento pode abalançá-lo. Somos é contra certas coisas pelas que subordinem os nossos interesses, a interesses que não são nossos<sup>153</sup>.

O excerto acima pertence à TL do dia 4 de fevereiro de 1975 e aborda o tema das preocupações eleitorais motivadas por uma notícia tornada pública na qual é dita que não pode haver eleições no arquipélago da Madeira. O texto é todo redigido com um tom de revolta e para comprová-lo direciona imensas questões aos autores de tal decisão. Refira-se que AJJ aproveitou este texto para realçar a importância das eleições no Arquipélago, procurando enaltecer, indiretamente, a sua opção partidária. Este procurou transmitir a sua opinião ao povo madeirense, na tentativa indireta de persuadir os leitores para a importância das eleições, mas, ao mesmo tempo, para o papel relevante que o seu partido poderá ter no futuro do arquipélago. Ao utilizar no início “nós, madeirenses” procura partilhar com os leitores o seu parecer e ao utilizar a primeira pessoa do plural mostra que também está englobado. Está a transmitir desta forma um laço de afetividade com os leitores, provocando neste uma reflexão. Assim, haverá uma maior probabilidade da eficácia da sua mensagem<sup>154</sup>.

Como forma de complemento na identificação do *ethos* que está a ser feita neste momento, é importante notar que na TL do dia 18 de fevereiro de 1975, AJJ decidiu traçar algumas considerações pessoais em relação à sua pessoa expondo um pouco da sua vida e dos seus ideais. É claro que este texto resulta como fundamento e justificação de tudo o que menciona nas diversas publicações da TL, “estou plenamente convicto que a presente conjuntura nacional, tal como ela se oferece, só pode ser resolvida através duma social -democracia”<sup>155</sup>. Ora, o único partido que pode garantir uma social - democracia é o seu, o PSD-Madeira. No corpo deste texto diz ainda que

Eu sou apenas o pretexto. Ninguém se preocupou comigo, enquanto não vim para a frente do “Jornal da Madeira”. Nem gosto muito que se preocupem comigo. Não

---

<sup>153</sup> *Ibidem*.

<sup>154</sup> Ressalve-se que a utilização de “nós, madeirenses” trata-se de uma estratégia retórica utilizada por AJJ para o povo madeirense estar mais consciente dos efeitos das eleições no arquipélago da Madeira e com isto propõe mais raciocínio acerca desta questão.

<sup>155</sup> *Ibidem*.

tenho ambições políticas e anseio pelo dia de normalização da vida nacional, para voltar à tranquilidade e à felicidade da minha vida privada”<sup>156</sup>.

Uma das grandes experiências e vivências da sua vida foi o convite para assumir a direção do JM, pois foi o Dr. Francisco Santana que acreditou que ele seria a pessoa ideal para a concretização do seu objetivo baseado na doutrina social - democrata deste jornal e do Arquipélago da Madeira. Este excerto trata desta questão que é revelador do *ethos*. AJJ realça a importância que o povo madeirense lhe concede porque sabe que deste acontecimento pode derivar uma grande imponência e, simultaneamente, monopolização do poder no Arquipélago. “Porém continuar-me-ei a bater sempre e onde necessário”<sup>157</sup>. Ou seja, AJJ não renunciará o enraizamento dos seus valores e ideais na Região e fará tudo o que for possível para atingir este propósito.

A economia da Madeira representa uma das grandes preocupações de AJJ, até porque esta se encontrava muito debilitada por produzir pouca riqueza. Refere que é necessário trabalhar para se colmatar esta falha económica. É dito por AJJ que “cada um de nós tem que deixar de correr atrás de boatos, de alarmes falsos, certamente maldosa ou inconscientemente difundidos, e ir para o seu posto de trabalho, disposto a cooperar ordenadamente na reconstrução socioeconómica que se pretender”<sup>158</sup>. Em nosso entender, esta frase contém um tom agressivo e de ordem, na medida em que é evidente uma clara preocupação de AJJ por os leitores acreditarem no que as pessoas dizem contra a sua pessoa, referindo serem “boatos e falsos alarmes”. Nesta TL, refere também ainda que “não será fazer retórica oca, dizer-se que nos momentos difíceis, em que há desemprego, em que há agregados familiares em dificuldade, as querelas ideológicas ou pessoais ficam para trás”. Ao aludir a que “não será fazer retórica oca” está a admitir que faz retórica nos outros textos que integram a TL, tentando persuadir os seus leitores com os seus pontos de vista. Apelando, incansavelmente, ao ato de votar, AJJ insiste na ideia de que o povo madeirense decida pelo futuro do Arquipélago, “vamos todos votar! Votar por Portugal, votar pela Madeira. E só se vota pela nossa terra, pelo nosso futuro, quando se vota na Liberdade, na Justiça Social e no Desenvolvimento”<sup>159</sup>. Para si, o futuro só está salvaguardado se se votar nos princípios que AJJ defende.

---

<sup>156</sup> *Ibidem*.

<sup>157</sup> *Ibidem*.

<sup>158</sup> *Ibidem*.

<sup>159</sup> *Ibidem*.

Sabendo-se que o *ethos* pode ser traduzido também através de vivências, a TL do dia 29 de novembro de 1974 testemunha a visita de Eric Lundberg<sup>160</sup> a Portugal. A elaboração de um texto dedicado a esta personalidade demonstra o conhecimento e apreço de AJJ em relação ao economista, sobretudo profissionalmente, partilhando com este a ambição de melhorar a economia de Portugal e, por conseguinte, do Arquipélago da Madeira. É um profissional conceituado na área económica, financeira e de gestão com o qual houve acesso a informação e troca de ideias posteriormente, executadas e levadas a cabo por AJJ para alcançar o seu objetivo inerente ao desenvolvimento da Região. Neste texto faz também referência ao professor Teixeira Ribeiro, dizendo que este “ensinava que o sistema financeiro assenta também, com aspetos decisivos, em fatores de ordem psicológica”<sup>161</sup>. Esta citação foi proferida por um professor na sua licenciatura em Coimbra e assim está a reviver a vivência da atividade académica e tudo o que daí resultou como ensinamentos e aprendizagens para a pessoa que se tornou hoje, tencionando demonstrar a sua credibilidade e legitimidade suficientes para comentar este assunto.

Todos os textos que compõem a TL são redigidos conforme a situação histórica e política que se viveu entre 29 de outubro de 1974 e 29 de outubro de 1975. Nesta perspetiva, torna-se pertinente citar que

Com a revolução do 25 de abril de 1974, as tradicionais aspirações foram reativadas ao ponto de algumas pessoas, de um modo geral organizadas em estruturas políticas, desde logo terem defendido um novo modelo de autonomia para a Madeira. Já nos finais de 1974 e nos textos apresentados pelos partidos políticos aquando da campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte, praticamente todos eles marcaram a sua posição de defesa da autonomia<sup>162</sup>.

Tendo como principal foco a autonomia do arquipélago da Madeira, surge-nos uma pergunta: os textos da TL surtiram efeito? O povo madeirense aderiu e valorizou esta secção de opinião? Gregório Gouveia responde afirmando que sim, pois depois de AJJ ter sido diretor do jornal, saiu para exercer funções presidenciais no Governo Regional.

---

<sup>160</sup> Economista sueco que veio avaliar a situação económica de Portugal, sendo que a sua avaliação determina transformações urgentes na economia do Governo.

<sup>161</sup> *Ibidem*.

<sup>162</sup> Gouveia, Gregório (2002), *Tradições autonomistas e revolução dos cravos*, Funchal, O Liberal, p. 70.

(...) Alberto João Jardim abandonou o grupo dinamizador do PPD. Naturalmente se ele é que queria impor a sua vontade, e não conseguiu, a opção foi deixar tudo e seguir. Mas seguiu, no dia 29 de outubro, para Diretor do Jornal da Madeira, nomeado por D. Francisco Santana. Algum tempo depois de estar naquele jornal, alguns elementos do PPD foram convidá-lo para regressar à estrutura partidária. Regressou e de lá nunca mais saiu...! De diretor do JM, apenas saiu, no dia 17 de março de 1978, para tomar posse, no dia seguinte, como Presidente do Governo Regional. Também daí nunca mais ninguém conseguiu tirá-lo!”<sup>163</sup>.

Tendo por base uma frase da sua autoria em que diz que “nesta caminhada política, procurei sempre respeitar e aplicar as minhas convicções. Adaptando-as coerente e racionalmente à evolução dos tempos, bem como às complexidades de cada circunstância”<sup>164</sup>. Na envolvência do seu discurso, AJJ, conseguiu tornar realidade as suas prioridades relativas ao Arquipélago da Madeira. É importante mencionar que a utilização das diversas figuras de retórica acarreta uma componente persuasiva, sendo que através destas conseguimos definir não só traços de autoridade do orador como também a forma como expõe determinados assuntos, procurando mostrar através de diversas técnicas de apresentação as temáticas mais problemáticas do Arquipélago da Madeira. A utilização de diversos entimemas, silogismos e variadas figuras de estilo, conferiram e garantiram a AJJ forte poder retórico.

## 2.2 Análise dos mecanismos do *ethos* na *elocutio* comunicativa

A análise textual permite-nos ter acesso a um estudo mais profundo e cuidado do discurso verificar, quer através de terminologias utilizadas, quer através da forma como é estruturado o discurso. Esta, por sua vez, permite inferir acerca das funções da linguagem através da seleção lexical, da gramática, das relações de coesão/coerência, da estrutura e organização geral, que, conjuntamente, abordam alguns traços identitários, sociais, históricos e culturais. Neste sentido, existem variados fatores que contribuem para a análise dos mecanismos do *ethos* ao longo dos textos da TL. Algum desses fatores derivam, como já referimos do modo da escrita, da escolha dos argumentos, da escolha das palavras, do tom como é escrito, da linguagem utilizada, mas são, sem dúvida, as figuras de retórica e as figuras de estilo que conferem ao texto a dimensão

<sup>163</sup> *Ibidem*.

<sup>164</sup> Jardim, Alberto João (2017), *Relatório de Combate*, Alfragide, D. Quixote, p. 840.

persuasiva com a existência de características muito próprias e distintivas nos textos retóricos da TL. No presente ponto, será feita a análise de dois textos de cada uma das categorias: Economia, Política, Cultura, Religião, Educação e Comunicação com o intuito de aprofundar e esclarecer os mecanismos utilizados por AJJ nos textos selecionados, de forma a chegar a uma conclusão sobre a manifestação do *ethos*.

## 2.2.1 Economia

### 2.2.1.1 Texto: *Dinamização da economia Local*<sup>165</sup>

A economia é um tema bastante complexo que se encontra presente no quotidiano de qualquer cidadão e que estuda a produção, a circulação, ou o consumo dos bens e serviços, sendo estes utilizados para satisfazer as necessidades humanas. Ora, em 1974 o arquipélago da Madeira necessitava de um plano que impulsionasse a economia, até aí, fragilizada. Tratava-se de um problema grave com consequências para o arquipélago. AJJ redige este texto, *Dinamização da economia local* com um tom irado, um pouco autoritário, pela forma como luta por um futuro melhor para o país e escreve nesse sentido, dizendo que “tem de entrar em execução um plano, já, que impulse, dinamize a frágil economia local”. Nesta frase, transparece um *ethos* intrépido, persistente e convicto do estado do Arquipélago da Madeira. A utilização do advérbio de tempo “já” remete para os pressupostos de rapidez e necessidade de inversão do quadro social e económico que assolava a ilha. A frase em análise contém o sentido imperativo de uma ordem que precisa de ser acatada, o quanto antes. Por vezes no seu ato enunciativo, recorre a expressões algo rudes, prosaicas ou próximas da linguagem usada pelo vulgar cidadão: “comissões cerebrais”, “choramingar preconceitos” e “justificações tolas”. Nas duas primeiras expressões encontramos uma figura de estilo, o animismo que é utilizado pelo orador para reforçar a sua atitude de revolta perante a conjuntura económica do país. A utilização destas expressões confere ao orador político a possibilidade de comentar e criticar este assunto da forma que melhor entender. A finalidade de AJJ, ao utilizar estas expressões, é a de que os leitores percebam a sua perspetiva e ajam no sentido de inverter a situação financeira.

---

<sup>165</sup> TL12 de dezembro de 1974. É importante referir que todas as citações utilizadas nesta análise encontram-se no Anexo E.

Retomando conteúdos desenvolvidos acerca da retórica de Aristóteles, verificamos que estamos na presença de um discurso deliberativo em que se discute um determinado assunto, apresentando opiniões para aderir a um projeto futuro. Tratando-se, também, de um texto essencialmente argumentativo, o orador expressa, especialmente, ao longo do texto, os melhores argumentos para convencer os leitores do seu ponto de vista: “é tudo uma questão de encontrarmos a fórmula de atrair investimentos, divisas, que incentivem o aumento da produção e conseqüente maior distribuição de rendimentos; que garantam o ritmo de emprego; que, em resumo, façam o arquipélago sobreviver”. Com esta expressão AJJ constrói uma imagem de um Homem empreendedor e prevenido, na medida em que alerta para factos concretos e apresenta soluções para a política económica. Chama a atenção também para a necessidade de possuir objetivos bem definidos e pragmáticos que consigam colocar em prática o que foi pensado ideologicamente. É preciso ter consciência do cargo que ocupamos e saber desenvolver as funções da melhor forma possível não só para proveito pessoal como também para reconhecimento e preocupação social. Para comprovar este facto afirma: “acho que a política económica não se consegue construir à custa do choramingar preconceitos contra isto ou aquilo, mas através dum trabalho de análise consciente e, o mais importante, donde ressaltem as ilações suficientes para concretizar-se um plano de desenvolvimento realista e realizável” e “penso que é preciso começar por alguma coisa. E já. O resto virá com o desenvolvimento. Pois perfilho a ideia que um povo quanto mais desenvolvido, mais consciente é”. Consideramos como enumeração a seguinte frase: “A crítica, a reivindicação, são atitudes absolutamente legítimas no Portugal de hoje”. Esta frase enfatiza a ideia de que não devemos ficar impunes face aos problemas, mas devemos julgar e dar a nossa opinião em relação à possível necessidade de uma mudança tal como fez AJJ neste texto que estamos a analisar. O orador critica, reivindica e apresenta soluções para um desenvolvimento sustentável da economia local e finaliza o texto com a última frase que referenciámos como forma de fundamento à sua apreciação, expondo a interpretação que considera ser mais persuasiva. Na construção da sua imagem, neste texto, o orador através do seu discurso coloca-se como aquele que avalia a sua tarefa com grande cuidado, ponderando os prós e os contras de uma determinada ação e que se propõe a trabalhar com pragmatismo. O orador constrói o seu *ethos* baseando-se em características como a persistência, consciência e confiança.

### 2.2.1.2 Texto: *Encerramento de empresas*<sup>166</sup>

A Democracia instalara-se e os tempos prometiam ser outros. Contudo, o estado da economia, passados dez meses, continuava com as mesmas debilidades de outrora. Neste texto, AJJ aborda o encerramento de empresas que ameaça o despedimento de centenas de trabalhadores, colocando em risco o nível de vida das mesmas. O orador manifesta o seu descontentamento afirmando que todas as empresas devem ter um segundo plano para não chegar ao ponto de falência. Neste sentido, ao longo do texto faz referência ao fascismo devido ao facto dos fascistas preservarem a mentalidade opressiva durante o regime que antecedeu o 25 de abril e não lutarem, insistentemente, pelo trabalho dos empregados que exerciam funções nestas empresas: “a tempo, o representante do Governo Central no setor trabalho, de inequívoca formação de esquerda, havia feito sentir ao respetivo pessoal que, a insistir no absurdo das suas reivindicações, em breve teria o desemprego”. Esta frase realça que os “fascistas” não souberam colocar em primeiro lugar os interesses dos seus empregados, dizendo que se o fizessem poderiam ter prevenido esta situação de falência.

Tal como já referimos anteriormente as figuras de retórica garantem a eficácia persuasiva de um discurso, pelo que este texto apresenta como figuras de estilo a interrogação retórica na qual diz: “agora, perante a dura realidade, pergunta-se: quem responsabilizar pelo pão que vai faltar à boca destas operárias?”. O orador manifesta a sua solidariedade para com a classe de operárias que se encontra em risco de ficar sem emprego, criando assim uma ligação com possíveis leitores. Encontramos, também, uma frase de ênfase irónica e de evidente cariz político: “socialistas os que conduziram a este estado das coisas? Nunca. Apenas reles demagogos, cuja inconsciência semeia tragédias pessoais”. Tanto a interrogação retórica como a ironia contêm sinais aparentes de revolta em relação a esta temática, sendo que AJJ procura através destes enaltecer uma ideia. Neste caso, o orador tenciona exaltar a censura aos socialistas pela empresa ter chegado a este ponto fatal e acusa-os de “reles demagogos” que não sabem medir as consequências dos seus atos. Como justificação do seu ponto de vista realça o seguinte: “o trabalho é o meio de realização da Pessoa Humana”. AJJ procurou justificar a sua opinião utilizando uma frase de carácter real e autêntico também com o objetivo de minorizar a opção fascista. É claro que o trabalho é a única fonte de riqueza de todos os

---

<sup>166</sup> TL 4 outubro de 1975. As citações que compõem esta análise encontram-se no Anexo P.

seres humanos e chegar ao ponto de falência constitui traços de desconsideração e falta de respeito com a população. É de frisar que a TL tem uma incidência, acima de tudo, partidária e neste texto a construção argumentativa de AJJ gera controvérsias políticas pois o orador aproveitou este facto para inferiorizar os socialistas pelo ponto a que chegaram e, por sua vez, engrandece todo o seu poder de persuasão através das perguntas retóricas e ironias que com a sua utilização torna este assunto totalmente inaceitável por parte dos leitores, aumentando assim uma possível adesão às suas teses.

Para finalizar o texto o orador profere o seguinte: “todos nós temos de empenhar-nos num rápido esclarecimento dos setores operários que estão a ser descaradamente ludibriados, com consequências já visíveis, até por um elementar dever de caridade cristã para os que necessitam do nosso conselho e do nosso apoio”. A utilização da primeira pessoa do plural “nós todos” consagrando um *ethos* abstrato constitui uma estratégia persuasiva, na medida em que abrange um maior número de pessoas.

Torna-se relevante expor que estamos na presença de um texto cujas ações já foram concretizadas mas que terão consequências futuras. Desta forma, o orador julga e opina, acusa e considera injusta a situação de desemprego de trabalhadoras devido à má governação dos “socialistas” que deveria ter colocado em primeiro lugar os interesses das suas funcionárias. Assim sendo, AJJ tenta transmitir para os seus leitores uma imagem solidária, preocupada e defensora de valores inegáveis a toda a sociedade e é notória a sua posição em relação ao fascismo<sup>167</sup>.

## 2.2.2 Política

### 2.2.2.1 Texto: *Apelo ao voto*<sup>168</sup>

É dia 24 de abril de 1975, véspera de eleições e dia decisivo para Portugal. Nos textos que compõem a TL nos dias anteriores, verificamos que AJJ escolheu para tema

---

<sup>167</sup> Na impossibilidade de analisar todos os discursos existentes na TL, procurámos, pelo menos, citar brevemente mais algum texto desta categoria com valor persuasivo mas também com elementos novos que não tenham sido ainda referidos no presente ponto. Assim, a TL do dia 24 de Novembro de 1974 refere a grave crise económica da Madeira e faz uso de expressões irónicas: “Não podemos ficar basbaques, só à espera de milagres do S. Turismo e “um verdadeiro nivelamento de classes tem de fazer-se no progresso e no desenvolvimento, e não na miséria ou na ruína”.

<sup>168</sup> TL 24 abril de 1975. Todas as citações que compõem esta análise encontram-se no Anexo K.

dos seus textos o apelo ao voto<sup>169</sup>. O dia 24 de abril não podia ser exceção, visto que se trata da véspera do dia tão esperado. Até este dia, Portugal viveu momentos angustiantes, ansiando, cada vez mais, pela vida democrática e é chegado o momento de os portugueses tomarem a decisão por meio do voto. Assim, este texto contém, maioritariamente, o apelo ao voto e faz referência a algumas precauções. O maior objetivo é que os Portugueses e, em particular, os Madeirenses votem pela liberdade. Encontramos dois entimemas: “os Portugueses são capazes de Liberdade” e “no voto secreto repousa uma garantia fundamental da autenticidade”. Ambas as afirmações podem vir a tornar-se verdade, ainda que, primeiramente, possuam uma índole temporária mas o certo é que ambos os entimemas são retóricos porque ao proferir que os Portugueses são capazes de optar pela Liberdade, é como se esta afirmação funcionasse como uma função ou poder que está nas mãos do povo e que não pode constituir uma desilusão para o orador, apelando, por isso, ao exercício do direito de voto.

Estamos na presença de um tema muito repetido que procura consciencializar o povo para o ato de votar. Este texto e os referidos em nota de rodapé contêm forte teor persuasivo, na medida em que o orador apela para que todas as pessoas votem e dá algumas indicações para que este processo decorra da melhor forma possível. O facto de referir, insistentemente, este tema garante a versão argumentativa do mesmo. É claramente visível que estamos na presença de um discurso deveras retórico que visa lutar pelo futuro democrático não só do país, mas também do Arquipélago da Madeira.

O *ethos*, de forma indireta, é evidenciado através de expressões sugestivas, tais como: “ convém que toda a gente vá votar cedo, logo que possa”, “ ninguém tem que dar satisfações em quem vai votar”, “ é preciso que as pessoas, morem longe ou perto, estejam cansadas ou jogadas, doentes ou sãs, velhas ou novas, venham todas votar! O futuro do País, o futuro de todos necessita de um dia de sacrifício. E um dia de sacrifício vale bem um futuro em Liberdade” e “amanhã, é preciso que todos os caminhos, estradas ou veredas da Madeira sejam calcorreados por toda a gente a caminho dos lugares onde se vota!”. Na terceira e última citação denotamos nitidamente a profundidade do exagero ao referir que estejam as “pessoas cansadas ou jogadas, doentes ou sãs, velhas ou novas” e “estradas ou veredas da Madeira”. Nestas expressões utiliza a enumeração conjuntamente com a hipérbole para realçar a importância do ato

---

<sup>169</sup> É exemplo disso a TL do dia 28 de março de 1975, 8 de abril de 1975, 11 de abril de 1975, 13 de abril de 1975, 15 de abril de 1975, 19 de abril de 1975, 20 de abril de 1975 e 24 de abril de 1975.

de votar, mostrando que o principal para AJJ é votar. É deveras crucial frisar também que o orador utiliza vocábulos antagônicos para exprimir o seu desejo de votar causando no leitor a satisfação de haver a oportunidade de se decidir pelo futuro do país e do Arquipélago da Madeira. Trata-se novamente de um texto com características deliberativas, uma vez que AJJ insiste na divulgação do apelo ao voto, procedimento que remete para o futuro, tentando persuadir os leitores das suas convicções baseadas na escolha pela Democracia. Após a leitura deste texto AJJ deixa nos leitores a imagem de uma pessoa persistente, e que dificilmente desiste daquilo em que acredita. A premência em abordar o ato de votar encontra-se relacionado com a sua opção partidária e, dessa forma, procura persuadir, apelando o mais que pode para que as pessoas votem, entenda-se, no seu partido, o PSD-Madeira.

### **2.2.2.2 Texto: *Projeto de regionalização administrativa do território português***<sup>170</sup>

Portugal votou e os cidadãos do Arquipélago da Madeira decidiram pela Social-democracia. Viveram-se assim os primórdios da Liberdade. Porém, no dia 7 de maio de 1975 o JMd publicou em última hora uma notícia acerca do projeto de regionalização administrativa do território português. Na mesma consta que este projeto encontra-se em vias de discussão e que já existe uma proposta orgânica para o Arquipélago e para outras regiões. Perante esta notícia, o orador manifesta o seu *ethos*, eivado de indignação. O facto de criticar uma notícia que já foi tornada pública sobre o Arquipélago transmite, por si só, a imagem de um ser bem informado e intransigente na defesa dos valores legitimados pela população.

Sabendo que o Arquipélago está sob governação eleita, considera que não se justifica a insegurança e a própria notícia que foi tornada pública, pois não está em conformidade com aquilo que foi decidido nas eleições e que, de certa forma, causa insegurança no povo madeirense. Com o seu comentário a esta notícia, AJJ marca uma posição e assume uma postura não dando oportunidade para que se reivindicue a decisão tomada visto que estamos a falar da sua opção partidária, escolhida por maioria absoluta, a Social-democracia. A pretensão do orador em escolher abordar este tema relaciona-se com a posição do seu partido, transmitindo para o leitor traços de

---

<sup>170</sup> TL 8 maio de 1975. As citações integrantes nesta análise estão no Anexo L.

afirmação, poder e consciência das medidas que devem ser tomadas para o desenvolvimento do Arquipélago da Madeira. Em virtude disto, a dada altura no texto refere que “não se pode conduzir a Madeira, sem vivê-la, sem compreendê-la (...) a Madeira carece de uma análise desapassionada, devoção, e essencialmente de ação. Ação que conduza à criação de muitos postos de trabalhos e dum conseqüentemente aumento de vida”. Perante esta afirmação o orador procura afirmar a sua credibilidade, o seu *ethos*, e a sua capacidade para governar. Tendo em consideração que a Social-democracia conseguiu assegurar a sua imponência na governação da AC, AJJ procura impor a sua convicção partidária, afirmando que “só com um projeto de governo realista e corajoso, a nossa terra poderá ser governada”. É desta forma que mantém a linha persuasiva do seu pensamento e do discurso escrito. No tocante ao assunto da notícia e manifestando, simultaneamente, o *ethos*, o orador realça que

Certamente que o leitor não deixará de pasmar. É que a articulação com o Continente de um território descontínuo e formando uma unidade própria, específica, como é a Madeira, tem de estar definida em termos constitucionais. Pois é na constituição que, entre outras coisas, se consagra as normas fundamentais do ordenamento do Território Nacional, as linhas gerais de articulação entre as várias parcelas, os direitos e as obrigações que exprimem as relações dos vários espaços regionais com o todo nacional.

Este excerto contém provas de informação e de conhecimento de AJJ. Mais uma vez este prova estar devidamente informado acerca da atualidade madeirense. Após justificar a não fundamentação da notícia afirma com toda a legitimidade e pertinência que “decidir-se sobre os destinos de uma zona com as características da nossa terra, sem atender à vontade das populações, constitui violação dos Direitos Fundamentais do Homem e do Cidadão”. Esta citação comprova que AJJ está a par dos direitos e deveres que compõem a declaração fundamental do Homem e do Cidadão, aumentando assim o seu poder de credibilidade e autoridade. Note-se o raciocínio gradativo: “A Madeira votou Social-Democracia e por maioria absoluta”. Realce-se que “por maioria absoluta”, encontra-se na publicação em letras maiúsculas, como forma de enaltecer a superioridade e como estratégia para melhor captar a atenção por parte do leitor.

A manifestação do *ethos* também se encontra em partes do texto: “[eu] penso ser um autêntico desafio a outorga de um estatuto à região, sem se ouvir e respeitar quem é efetivamente representativo, por muito que isso custe às minorias e seus oficiais”. AJJ considera inaceitável que se tomem decisões sem consulta regional. Dessa forma, garante a imagem de respeito e consideração por parte do leitor. “Ninguém pretende

trair a Pátria, pois nós, os madeirenses, salvo qualquer possível e ignota excepção, fomos sempre educados no culto da honradez”. A utilização do *ethos* plural “nós, madeirenses”, que inclui o *ethos* singular e concreto, visa conferir maior efeito persuasivo a esta parte do texto, pois assim assume que tanto ele como os madeirenses são leais. É notório que esta afirmação tenciona agradar com palavras dóceis o povo madeirense com o objetivo de obter mais simpatia por parte dos leitores. Com isto deixa transparecer um *ethos* complementar baseado na intenção persuasiva e, ao mesmo tempo, na lealdade e educação.

Estamos na presença de um texto argumentativo no qual AJJ fundamenta todo o seu ponto de vista em relação a um acontecimento do passado, a notícia acerca do projeto administrativo do território português, apresentando argumentos que julgam o sucedido e justificando intencionalmente a escolha do povo madeirense nas eleições da AC e o papel que a Social-Democracia viria a assumir no desenvolvimento da Região.

### 2.2.3 Cultura<sup>171</sup>

#### 2.2.3.1 Texto: *Dia da Polícia*<sup>172</sup>

À partida este texto poderia ser incluído nas categorias de Cultura e de Política. Trata-se um pouco dos dois, por isso inserimo-lo também na secção da cultura, sobretudo por se tratar de uma data comemorativa. A polícia possui como dever a segurança pública dos cidadãos e neste dia que se comemora o dia da polícia, AJJ refere que todos sofrem ameaças à sua segurança pessoal. Para expressar a sua opinião, faz uso de algumas interrogações retóricas, tais como: “que se passa neste país?”, “o Homem que diariamente luta contra as dificuldades da vida para poder vencer, o Homem que foi inundado de completa esperança no dia da Revolução dos Cravos, interroga-se agora atónito: como foi possível cairmos nestas cenas de rua? A quem pedir responsabilidades?”. O orador revela o sentimento de desilusão por parte do povo que não esperava esta situação marcada por ameaças e um sentimento de insegurança. O uso das interrogações retóricas reproduz a revolta de AJJ em relação a estas ameaças que comprometem a vida de um cidadão, agora em ambiente democrático. Deixa

---

<sup>171</sup> Procedemos apenas à análise de um discurso do tema da Cultura devido ao facto de os restantes não serem detentores de grande valor persuasivo.

<sup>172</sup> TL11 março de 1975. As citações destacadas nesta análise encontram-se no Anexo I.

transparecer um *ethos* de defensor dos direitos humanos e fundamentais para a pessoa humana. Após a leitura da TL em questão, o leitor fica com a ideia de que o orador é uma pessoa que quer o bem da região. É como se o leitor visse em AJJ alguém superior que protege e defende os direitos da população madeirense.

Encontramos frases de caráter silogístico: “o Homem tem direitos inerentes à sua própria natureza que regime político nenhum os pode negar”, “o Homem é que é o centro da vida política” e “quem governa, tem responsabilidades”. O orador coloca em primeiro lugar o bem-estar do povo, utilizando estas expressões para o demonstrar, mesmo que de um modo indireto. A utilização de silogismos permite uma melhor organização do seu discurso, pois são frases incontestáveis e passíveis de crítica, aumentando a eficácia persuasiva do seu texto.

A dada altura o orador frisa que: “sou dos que acredito que vivo num Estado governado por um regime jovem que nasceu para a Liberdade. Que, à guisa de normal crise de juventude, passa pelas convulsões próprias de tudo aquilo que está em crescimento, portanto ainda imaturo” e “e não tenho pejo em afirmar que uma das causas das presentes dificuldades económicas portuguesas é um certo mal-estar derivado de uma desordem que tende a institucionalizar-se, mesmo nas barbas dos responsáveis”. Nestas citações podemos verificar que o orador defende e acredita com convicção num espírito de liberdade para a Região. Também verificamos que exalta o sentido de imaturidade proveniente de jovens irreverentes que não medem a consequência dos seus atos, comprometendo o desenvolvimento do país. Para constatar esta afirmação, diz que “eleições feitas sob a atmosfera de medo, não são eleições livres”. Nesta senda, é legítimo afirmarmos que AJJ expressa-se livremente, demonstrando que não tem receio de afirmar a sua leitura dos acontecimentos e que não considera ser um dever apontar que, no seu entender, são injustiças cometidas na sociedade. Transmite, deste modo, uma imagem de consciência e preocupação com o quadro político e social que a Região então vivia.

O orador procura os melhores argumentos para sustentar uma ação passada que poderia vir a ter repercussões futuras no desenvolvimento do país. Então, AJJ aposta na construção de um *ethos* ao nível de líder que luta para que os valores como a união e integridade sejam mantidos e respeitados.

## 2.2.4 Religião

### 2.2.4.1 Texto: *Laicização*<sup>173</sup>

Este é um tema muito sensível ao orador. Em vários textos manifesta a sua vivência católica e a defesa dos valores cristãos. Aliás, como já referimos anteriormente, o JMd tem uma clara linha editorial de base católica. Do ponto de vista retórico, este texto reveste-se de grande importância porque possui entimemas, citações e revela apreços por valores de personalidades que consolidam o perfil persuasivo do discurso. É um texto essencialmente descritivo, mas também argumentativo, no qual AJJ fundamenta o seu entendimento sobre a intervenção dos cristãos na Política. Por conseguinte, defende que esta só se justifica se for afastada de dois extremos:

O Laicismo que pretende que as questões políticas e económicas revestem aspetos puramente técnicos, despidos de quaisquer considerações de ordem moral; - o Clericalismo, pretensão de regulamentar os problemas técnicos de organização comunitária, unicamente por subordinação a considerações de ordem moral, afastadas de um imprescindível pragmatismo.

Enquanto o Laicismo se abstrai de questões morais, seguindo uma via mais liberal e livre de preconceitos éticos e religiosos, o Clericalismo atua com o pressuposto inverso em que a sua matriz incide na moral, entreajuda e conceitos éticos e religiosos. É esta a posição que AJJ defende consagrando o perfil de um *ethos* social e cristão que procura intervir, dentro de um equilíbrio entre os princípios do Estado Laico e o Estado Clerical.

Quanto à religião existe uma multiplicidade de visões e cada um procura sustentar devidamente o seu parecer. É seguindo esta linha de pensamento que AJJ procura reforçar a sua argumentação. Para isso, decorre a fontes concretas acerca desta questão com o intuito de credibilizar e conferir autoridade ao seu discurso. Utiliza citações proferidas por Jacques Julien, João XXIII, Pio XII, M. Steven, Leão XIII e Maritain. Também faz referência à Mensagem do Concílio Vaticano II e ao Código de Moral Política de Malines. Visto que não verificamos nenhum texto com tantas citações como este, é pertinente notar que AJJ teve o cuidado de justificar adequadamente a sua opinião, utilizando palavras de personalidades religiosas para reforçar o seu parecer. Esta veracidade possibilita uma maior aceitação por parte dos leitores relativamente ao tema exposto. Quando existem diferentes conceitos em relação a uma questão e quando

---

<sup>173</sup> TL19 janeiro de 1975. As citações destacadas nesta análise estão no Anexo G.

uma temática é de extrema relevância para o orador, como é o caso, este tem o cuidado em reforçar o seu pensamento e a sua autoridade com recurso a citações. Neste texto, as citações são a figura de retórica que determinam a ilustração do raciocínio do orador bem como o aprofundamento da temática que está a ser desenvolvida, atribuindo a devida ênfase à religião e permitindo um maior convencimento do leitor em relação à laicização. Assim, constrói uma imagem baseada num *ethos* com valores e uma doutrina própria de uma sociedade também ela com hábitos religiosos muito profundos. AJJ valoriza o Humanismo, como forma de se salvaguardar o bem-estar social e económico do cidadão.

#### **2.2.4.2 Texto: *Pastoral do Episcopado Português*<sup>174</sup>**

Este texto resulta da sequência de uma reflexão da Pastoral do Episcopado Português, em que se faz um apelo aos valores com que se deve identificar o Povo português e que, prosseguidos institucionalmente, unirão as gentes de Portugal nos objetivos comuns da Liberdade, do Socialismo e do Desenvolvimento. AJJ expressa que a imprensa não aceitou devidamente este comunicado emitido pela Pastoral.

Este texto possui algumas perguntas retóricas, entre as quais: “E quando é que dizer a verdade – “só a verdade é revolucionária” – pode dividir um Povo?”. O orador mostra querer encontrar a verdade e reflete que esta não pode ser a desordem num Povo. Percebemos com esta afirmação que o orador procura a manifestação de um *ethos* fidedigno e de confiança, seguindo e guiando-se sempre pela verdade, uma idealização que pretende passar aos leitores. “E esses arlequins da conjuntura dramática da informação, admitiriam nos seus microfones, diante das suas câmaras ou nas suas colunas, uma discussão livre, plural e na íntegra, de análise à Pastoral?” Apesar desta afirmação se inserir no quadro das figuras de retórica também contém uma expressão metafórica e, ao mesmo tempo, irónica em que refere “arlequins da conjuntura dramática da informação” AJJ dirigiu-se, com esta citação, à imprensa que não aprovou o conteúdo do referido comunicado, por considerar que não era capaz de gerir um debate com pressupostos pluralistas. A maior parte das interrogações retóricas que compõem este texto detêm também um certo teor de ironia, nas quais AJJ propõe

---

<sup>174</sup> TL21 junho de 1975. Refira-se que as citações que compõem esta análise encontram-se no Anexo N.

questões de caráter inquestionáveis com o propósito de chamar a atenção para a reflexão desta temática. Por meio de uma oração condicional, expressa a ideia de absurdo: “se o Fascismo fizesse Bispos, teria feito um Bispo do Porto ou um falecido Bispo da Beira? E poder-se-á estender qualquer pecado de omissão a Bispos que só iniciaram o seu múnus pastoral após o 25 de Abril (a Diocese do Funchal beneficia de um caso desses)?” e “e, voltando ao ensinamento do Evangelho que talvez por conveniência pessoal alguns fingem esquecer, quantos e quem poderá atirar a primeira pedra? Quantos não pecámos por passividade ante um erro monstruoso?”. Esta pergunta retórica enfatiza a ideia de que a maior parte das pessoas esquece-se dos princípios cristãos presentes no Evangelho e que, embora este esquecimento prevaleça, errar é humano e todo o ser humano peca. Neste enunciado, o orador apresenta-se como alguém que crê nos seus ideais religiosos e direciona os seus atos e ações tendo em conta os valores que defende. Ou seja, procura criar um efeito de *ethos*, modelo a ser imitado pelos leitores.

Importa referir que este texto da Pastoral do Episcopado Português é escrito em tom de contradição e é dedicado a todas as pessoas que são contra este comunicado sobre diversos aspetos da vida política, económica e social. Tendo em consideração o agora exposto, o orador procurou justificar o seu ponto de vista e explicar o motivo da importância do conteúdo do comunicado. Toda a sua fundamentação é escrita no sentido de persuadir os leitores a seguirem a sua tese Pastoral. A dada altura refere no corpo do texto o Evangelho e agora aborda a parábola do filho pródigo no sentido de adquirir uma maior credibilidade e reforçar o seu discurso: “Não negarei graves pecados de omissão. Mas sobretudo, como na parábola do filho pródigo, é de congratularmo-nos com o abandono de certa passividade e com a retomada corajosa e firme da missão histórica dum Episcopado que se alia ao Povo em defesa das suas liberdades, do seu futuro”. AJJ demonstra alegria em saber que o papel e contributo da Pastoral tem como principal incidência o Povo e defesa do seu futuro. Na construção da sua imagem, o orador coloca-se como aquele que luta e apoia, incansavelmente, tudo o que contribua positivamente para o desenvolvimento do Arquipélago da Madeira. Tal como já analisamos no texto anterior, AJJ apenas defende a Laicização se esta tiver um meio-termo e refere esse facto neste texto que estamos a comentar, frisando que: “não defendo a ingerência da Igreja nos negócios do Estado, nem a deste nos da Igreja. Mas a Igreja, Povo, tem o direito de saber o pensamento dos cidadãos que são Bispos”. Esta última enunciação revela alguma astúcia, pois AJJ transmite para o leitor a intenção de

este saber o que os Bispos pensam, sabendo que, neste caso, estes apresentam-se contra a Pastoral do Episcopado Português, transparecendo a ideia de sinceridade.

É um texto argumentativo que julga um acontecimento passado, inserindo-se no género deliberativo e o orador transmite um *ethos* de crítica e reflexão, na medida em que, no fundo, denotamos a sua revolta pessoal contra aqueles que se manifestaram contra o documento, exemplificando a sua atitude de protesto em relação a políticas totalitárias e aos Bispos. AJJ apresenta a sua argumentação passando para o leitor a ideia de lealdade por valores e princípios de liberdade.

## 2.2.5 Educação

### 2.2.5.1 Texto: *A escola como incremento do desenvolvimento económico*<sup>175</sup>

Os estabelecimentos de ensino são os principais responsáveis pelo desenvolvimento intelectual, educacional, cultural e social dos indivíduos. Incumbem-lhes, assim, garantir a formação intelectual dos cidadãos para uma melhor integração e desempenho na vida profissional. É na escola que tudo começa e há que praticar a exigência com os alunos. Contudo, para AJJ o setor do ensino ainda tem muito por se modificar. É certo que nesta altura a taxa de analfabetismo era muito elevada, tal como o abandono escolar, não havia muitos professores, nem transportes públicos eficazes e generalizados. Neste contexto, podemos afirmar que a conjuntura social não permitia que o ensino fosse um setor prioritário. É assim que o orador chama a atenção para a necessidade de melhorar este setor tão importante para o desenvolvimento de um cidadão, transmitindo a sua preocupação com a forma como o ensino, ou a falta dele, pode conduzir o país rumo a um indesejável fim. É de notar que este tema é bastante repetido, pois o orador considera que o país se encontra em crise devido à falta de bons profissionais. Identificámos dois raciocínios interligados: “a escola não pode dedicar-se ao culto da mediocridade nem ser a catedral da ausência do trabalho” e “o ensino é também um setor de produção”. Em forma de silogismo, estas reflexões remetem para a convicção em se lutar para que o setor da educação seja alvo de alterações, devido à sua importância na economia de um país.

---

<sup>175</sup> TL3 dezembro de 1974. É de notar que as citações destacadas nesta análise estão no Anexo D.

Constatámos também a presença de duas perguntas retóricas: “Para quê a escola?” e “Pode um país pobre, em nítida crise económica, dar-se ao luxo de desperdiçar o dinheiro nalgum setor? De tolerar que parte das mais exíguas receitas acabem por ser neutralizadas ante um fenómeno de impotência em fazer funcionar o ensino como deve ser?”. Tanto a primeira afirmação como a segunda transportam uma linha de ironia, pois as respostas às perguntas são evidentes e o orador sabe-o. Utilizou estas duas figuras de retórica para que o leitor possa perceber a gravidade em que o sistema educativo se encontrava e perceber a urgência de uma modificação para melhor, para que o país e inclusive a Região possa desenvolver-se e, assim, corresponder às expectativas da população. É claro que devemos sempre lutar pela melhoria de um setor que se encontre numa fase precária, uma vez que é essencial para o progresso e evolução de uma região. Aliás, deve constituir uma preocupação prioritária.

AJJ enfatiza a sua opinião acerca do ensino e diz que os jovens são o futuro. Estes têm de receber na escola uma formação capaz de fazer o país progredir, afirmando que “Portugal precisa de técnicos. Capazes de promoverem o arranque impossível de adiar por mais tempo. Passar-se um diploma, tem de significar o atestar público dum mínimo de ciência”. As escolas deviam ser dos primeiros setores com um bom desenvolvimento e “construir uma Democracia em Portugal, implica criar escolas onde se institucionaliza o hábito da tolerância. Onde se faça a aprendizagem do respeito mútuo, do diálogo franco e honesto. Onde se cultive o trabalho”. Nesta afirmação observa-se a criação de uma imagem de respeito, competência e honestidade baseados no interesse pela Região.

Estamos na presença de um texto argumentativo em que da análise da conjuntura política, que se revelou pertinente, poderia advir uma série de problemas para o Arquipélago da Madeira. No que diz respeito a esta temática o orador divulgou a sua opinião e decidiu assumir uma postura ambiciosa e exigente em relação a uma mudança urgente e necessária. O orador procura, uma vez mais, transmitir que ambiciona, intransigentemente, o desenvolvimento sustentável da Região.

### **2.2.5.2 Texto: *Plano da Educação***<sup>176</sup>

---

<sup>176</sup> TL26 janeiro de 1975. Podemos encontrar as citações desta análise no Anexo H.

Sabendo que a educação constitui preocupação no orador, existem mais dois textos relacionados com esta temática. Este texto é dirigido ao Governo e o orador direciona-lhe a questão da resolução dos problemas da Educação, visto que não existe nenhum plano pelo qual esta se possa reger. Em tom satirizante e irónico, AJJ diz “julgo que deve haver um programa de Governo neste campo...”. Legalmente, um setor tem de ter sempre um plano com princípios pelo qual se possa seguir e o orador sabe disso, contudo as evidências não dão conta disso. Esta afirmação transmite para o Governo uma ideia de ignorância e depreciação. A afirmação destacada transmite para o orador uma imagem de conhecimento e de alguém que está informado. Este setor encontra-se, na opinião do orador, em estado precário e têm de ser os jovens a tentar mudar e inovar. A presença de jovens responsáveis e consciencializados de que o futuro precisa de uma mudança, é determinante para se estabelecer a consolidação da Democracia que o país tanto se empenha em institucionalizar. O texto possui expressões metafóricas para exprimir a indignação do orador e assim atrair a atenção do leitor, são elas: “canudo universitário”, “o rei vai nu” e “encornar matéria”. Com estas expressões AJJ quer enfatizar a ideia de que não se mede o profissionalismo de um professor pela matéria que este se sente à vontade para abordar. “O rei vai nu” surge no contexto em que perante situações e problemas adversos os jovens têm de adotar uma postura e agir para o bem da Nação. Relativamente à conjuntura em que surge a expressão “encornar matéria”, pretende traduzir o simples facto de a aprendizagem ter de ser bem desenvolvida e ser importante utilizar bons métodos e corretas estratégias educativas. A utilização destas metáforas reforça toda a enunciação discursiva, pois o leitor vê em AJJ alguém que se preocupa e age pelos interesses do povo madeirense.

Como raciocínios silogísticos temos as seguintes expressões: “um Governo tem de ter a sua política da educação” e “não há leis perfeitas e intocáveis”. O orador recorreu a deduções de carácter inquestionável para sustentar e tornar mais forte a sua argumentação. Através desta afirmação e através do conteúdo da totalidade da enunciação, o orador julga os feitos do Governo, mostrando grande intransigência e exigência em relação a cargos desempenhados por outras pessoas, neste caso o Governo.

Em certo momento no texto, AJJ mostra-se esperançoso com o presente ano letivo e com os jovens, enunciando: “julgo que nesta altura do ano, em que há ainda possibilidades do ano escolar não ser um caso absolutamente perdido, os alunos não hesitarão na escolha que possa oferecer-se-lhes”. Esta afirmação mostra a confiança do

orador na capacidade dos jovens, a mesma qualidade que o *ethos* do orador quer ganhar junto dos leitores. AJJ coloca as responsabilidades no povo jovem, demonstrando que acredita, a seu tempo, nas suas ações para um bom desenvolvimento no setor da educação: “estou certo que muitas das decisões que à primeira vista pareçam agora impopulares aos jovens, eles saberão compreendê-las no dia de amanhã, uma vez adquirida a sua formação pessoal”.

Trata-se de um texto argumentativo em que prevalece uma discussão sobre o futuro do setor do ensino e em que AJJ repudia a ação do Governo, inferiorizando o conjunto de ações desenvolvidas por este no âmbito da educação. Perante isto, o orador assume uma imagem de intransigência e exigência e mostra que está atento ao enquadramento da Região, querendo aumentar a sua credibilidade junto do leitor.

## 2.2.6 Comunicação

### 2.2.6.1 Texto: *Liberdade de Imprensa*<sup>177</sup>

É o primeiro texto da TL e procura justificar o nascimento do JMd. No dia 29 de outubro de 1974, AJJ assumiu funções de direção neste órgão de comunicação regional e este facto confere grande autoridade ao orador. É devido a isto que o orador fundamenta o motivo de estar a assumir aquele cargo bem como a existência da TL que está em conformidade com a liberdade de imprensa. Assim, AJJ procura explicar o motivo da TL, o porquê dela existir e o que será retratado na mesma. Embora não haja explicitações concretas denotamos que o orador tem liberdade para abordar qualquer assunto que entenda. Nesta perspetiva, o orador apresenta os verdadeiros princípios orientadores pelos quais se rege este órgão de comunicação da imprensa regional e aborda aspetos da liberdade de imprensa de modo a persuadir os leitores deste periódico e a fundamentar a existência da TL. O objetivo de AJJ recai na tentativa de rivalizar com outros periódicos regionais. Perante esta sua constatação, AJJ difunde os seus ideais em relação a esta temática, esclarecendo que o JMd não seria um jornal influenciado por nenhuma força. AJJ defende assim a existência de um órgão isento e livre em que se possa praticar, verdadeiramente a liberdade de imprensa. Como vimos,

---

<sup>177</sup> TL 29 outubro de 1974. Podemos encontrar as citações integrantes nesta análise no Anexo B.

esta é uma posição polémica, pelo facto de o orador procurar, muitas vezes, afirmar os valores da social-democracia.

É determinante mencionar que os entimemas vão ao encontro da orientação do JMd: “Cristianismo é vanguarda” e “as pessoas essas respeitam-se”. O uso de entimemas reforça o seu parecer, visto que utiliza deduções baseadas nos seus valores e experiências de vida, tornando o seu discurso mais credível. Com estas duas citações evidenciamos que AJJ transmite através do seu discurso a imagem de um ser cristão que respeita todos os outros seres. É claro que na presença de pessoas defensoras, igualmente da doutrina cristã, o seu discurso terá mais eficácia. Pois existe uma partilha das mesmas opiniões e opções.

Ao longo do texto encontrámos uma citação utilizada no sentido de reforçar a importância da liberdade. Citação retirada de um dos termos da constituição pastoral do Concílio do Vaticano II: “O trabalho humano que se exerce na produção, no comércio ou nos serviços económicos supera os outros elementos da vida económica, cuja função é serem instrumentos”. Como já referimos quando se trata de temáticas que são muito importantes para AJJ, este procura justificar da melhor maneira possível e para isso recorre a citações de outras personalidades porque desta forma reforça o seu ponto de vista e acentua a sua credibilidade. Consideramos pertinente realçar que o orador recorre a uma citação de carácter religioso para um texto que aborda o tema da comunicação, pois para AJJ a liberdade de imprensa só pode ser justificada através do Cristianismo, estando estas interligadas.

Existem várias expressões que vão ao encontro da fundamentação da existência da TL: “só se merece a vida quando ela é empenho permanente naquilo em que se acredita. E eu acredito no Homem”. Esta afirmação de AJJ encontra-se carregada de traços persuasivos, pois AJJ afirma nitidamente que é preciso saber lutar pelo que defendemos, como é o caso da liberdade de imprensa mas, de facto, o orador transporta essa defesa de valores para o cidadão, dizendo que acredita no Homem. Ora, com esta frase percebemos que AJJ deseja que o povo partilhe estes valores com ele, ou seja, que o povo madeirense seja a favor do seu ponto de vista e cria essa expectativa no leitor, aumentando assim a sua capacidade de persuasão. “Porque a imprensa é luta, é empenho, é compromisso com valores inalienáveis, aqui devemos estar quando chamados”. Desta forma, esclarece a importância da imprensa, pois no seu entender a imprensa é resultado de um grande esforço que deve ser agora devidamente valorizado. Com a afirmação seguinte, “todos temos opções que, para o fazerem, devem nascer

obrigatoriamente numa análise séria”. E “este jornal tem uma orientação. Não se quer bastar com informar. Tem também de formar”. AJJ quer chamar a atenção para a necessidade de reflexão das nossas opções, demonstrando um perfil convicto e deliberativo acerca das vicissitudes da vida, para as quais formamos ideias. A utilização de “todos” espelha uma estratégia persuasiva, em que AJJ engloba um maior número de pessoas e insere-se também nesta análise. O uso do plural “todos” através de um *ethos* singular salienta a ideia de chegar a um maior número de pessoas: O intuito é de o JMd marcar a diferença na Região, mostrando que é diferente dos princípios pelos quais os outros órgãos de comunicação social da imprensa regional se regem. A finalidade do orador é enaltecer o JMd afirmando que este desempenhará um papel oposto aos restantes e que por isso contém força e meios para sobressair e conseguir enraizar os seus valores durante mais tempo.

É um texto argumentativo cuja enunciação discursiva contém o papel de motivar a reflexão das pessoas e conseguir a difusão de valores. É pertinente afirmar que o texto detém elevado nível retórico, pois percebemos nitidamente na sua construção frásica a vontade em demonstrar um seu ponto de vista acerca deste tema que é importante para o orador, como forma de elaborar um *ethos* de integridade e valores.

### **2.2.6.2 Texto: *Entrada da Lei da Imprensa***<sup>178</sup>

A criação de uma lei da imprensa num país é um acontecimento que comprova, por si só, traços democráticos e AJJ demonstra satisfação por finalmente se ter promulgado uma lei relativa à imprensa. Este afirma que “um país onde a imprensa não é livre, não é um país livre”. Considera, assim, que a imprensa deve ter alguma liberdade para poder exercer as suas funções com critérios de profissionalismo e competência, sendo que assim não existem restrições e é possível abordar temas informativos imprescindíveis para o conhecimento da sociedade. Neste caso, a imprensa segue um critério de jurisdicionalização e o orador mostra o seu agrado. Contudo, AJJ sente repulsa em relação às pessoas que não aceitam e que são contra a lei da imprensa dizendo com tom de ironia que “embora continuem a existir seres que, por habitação à canga, continuem a não perceber e a ver com maus olhos a existência de imprensa que não alinha em monocórdicas...”. O orador deixa o final em aberto e não continua a sua

---

<sup>178</sup> TL 17 janeiro de 1975. As citações destacadas encontram-se no Anexo F.

enunciação evidenciando a sua incompreensão. AJJ defende a existência de jornais com orientação diversificada, impedindo, desta forma, a aproximação de forças partidárias na imprensa. A lei da imprensa tem de constituir um bem comum no qual deve existir um maior acesso ao direito de informação, desenvolvendo uma ação responsável, que possa contribuir para a solução dos problemas nacionais e defender liberdades públicas e democráticas. O orador finaliza o seu texto notando que “todas as correntes de opinião têm de ter acesso à televisão e à rádio oficial. Tem de ser permitida a existência de jornais com orientação diversificada. Sem isto não há Democracia. E se alguém disser que há, mente”. AJJ leva, com efeito, a sua opinião ao extremo ao exprimir a não-aceitação de opiniões diferentes relativamente à relação entre liberdade de imprensa e a Democracia e admite que quem defender que pode haver Democracia sem liberdade de imprensa mente. Perante este excerto realçamos a imposição criada por AJJ e este não dá espaço para o diálogo. Por conseguinte, é observável que o orador demonstra grande imperatividade quanto a este tema da relação da Imprensa com a Democracia.

Este texto é de enfoque argumentativo e nele o orador procurou consolidar a sua legitimidade na enunciação, ao apresentar-se como alguém que conhece os pressupostos mais adequados para uma função mais responsável da Imprensa, tendo plena consciência de que a liberdade desta é extremamente fundamental para a verdadeira vivência democrática. Não obstante, o orador transmite uma imagem intencional através da qual tenta fundamentar adequadamente a criação da TL.

### **2.3 Algumas conclusões a propósito do *ethos***

Tendo por base os textos analisados, o estudo permitiu constatar que numa época em que as transformações sociais, políticas e a luta ideológica imperavam na Região, AJJ tentou, através da TL, difundir os seus ideais e os seus valores pelo povo madeirense. Quando o orador procurou transmitir assuntos que se integravam no seu quadro de valores e ideologias, como é o caso dos textos relacionados com a Laicização e a Liberdade de Imprensa, este teve o cuidado de reforçar toda a sua argumentação com citações de personalidades importantes na sociedade com o intuito de reforçar a credibilidade do seu ponto de vista. Este facto aumenta, sem dúvida, o seu poder persuasivo. No que toca às temáticas cujo texto constitui crítica e reivindicação, tais como os textos em que aborda temas da Educação e da Economia, o orador recorre às

interrogações retóricas e à ironia, conjuntamente com expressões metafóricas para expressar o seu descontentamento, tornando assim o seu ponto de vista muito evidente. A utilização destas duas figuras de retórica atribui à sua *elocutio* comunicativa maior capacidade ilustrativa, baseada no conhecimento dos assuntos que comenta e tornando-os mais acessíveis ao leitor.

Importa referir que AJJ tem elevado dom da palavra, embora por vezes seja repetitivo, na medida em que tem a capacidade de divagar detalhadamente acerca de diversos temas e incluir nos textos frases ou expressões que facilmente ficam na memória do leitor, uma espécie de *sound bites*. No entanto, percebemos que as figuras de retórica possibilitam a divulgação de muita matéria e de acontecimentos, permitindo a explicação, o desenvolvimento e o aprofundamento de muitas temáticas. Tal facto permite depreender o tipo de pessoa que está em causa, pela escolha das formas linguísticas que decidiu incorporar nos textos. Tenhamos como exemplo as expressões metafóricas. AJJ utiliza inúmeras vezes esta figura de retórica mas a sua utilização faculta o acesso a expressões inadequadas, tais como: “encornar matéria”, “verborreia” que, por sua vez, produzem no leitor o seu sentido conotativo, embora a principal finalidade do seu uso seja a afirmação das questões acerca das quais pretende persuadir.

Para concluir, embora AJJ detenha um forte poder persuasivo, a representação do *ethos* manifestada nos textos remete-nos para a imagem de alguém disposto a lutar pelos valores legitimados na sociedade como a integridade, a independência e o bem-estar da Nação. Coloca-se como alguém que luta, rigorosamente, pelos interesses da população madeirense, ainda que a TL detivesse um conceito retórico-persuasivo e um fim político-partidário muito grande. O *ethos* quando evidenciado pelas figuras de retórica era transmitido de forma muito explícita, enquanto nos textos em que se notava uma transmissão de valores o *ethos* era mais implícito, proveniente de uma análise cuidada das construções frásicas. O *ethos* foi demonstrado nos textos de forma regular e repetida, sendo que a maior parte dos textos que compõem a TL detêm figuras de retórica com características persuasivas. Também é pertinente afirmar que tendo em conta que se trata de discursos escritos, não nos é possível avaliar os conteúdos exteriores, tais como o tom de voz, a linguagem gestual e a postura adotada no ato da enunciação tal como Declercq e Ducrot defendem. Então, a escolha dos argumentos e a sua análise reveste-se de grande importância para a apreciação do tipo de *ethos* que está em causa. Portanto, as análises dos textos efetuadas conjuntamente com a ligação do enquadramento político e social permitiu concluirmos que o forte poder persuasivo de

AJJ consubstancia-se na divulgação de matéria e à apresentação de soluções para os problemas e é assim que procura conseguir o efeito de persuadir. É na demonstração de conhecimento acerca da situação que reside a transmissão de sinais de credibilidade baseados na tentativa de revelar capacidade em ser um bom líder. AJJ soube, porventura, fazer o apelo correto aos madeirenses, aproveitando a conjuntura política e social, e foi isso que determinou, quicá, a eficácia persuasiva da sua *elocutio* comunicativa.

### Capítulo 3 – O *ethos* e a Comunicação Política

A temática da comunicação política não é imutável e por isso sofreu mudanças com o passar dos anos. De uma comunicação baseada em relações interpessoais entre políticos e jornalistas passou-se a um processo profissionalizado e especializado de comunicação estratégica na qual intervêm um conjunto de atores que pretendem influenciar o fluxo das notícias<sup>179</sup>. A comunicação política é essencialmente usada por politólogos, cientistas sociais e, naturalmente, por teóricos da comunicação. Atualmente abrange um sentido mais amplo:

Assenta na implementação de estratégias de aproximação entre os diversos intervenientes do processo político, tendo como enfoque central a relação entre os partidos e os seus líderes e os públicos que constituem o eleitorado, relação esta mediada pelos meios de comunicação social<sup>180</sup>.

A comunicação política assenta em noções, propostas e conceitos que podem ser válidos numa época e inválidos noutra. A política atua sobre a realidade económica, política e social. Sendo que o carácter político do ser humano advém de relações sociais, estabelecemos regras e condutas morais, significados e valores para si mesmo e ao mundo em redor. No seio destas relações surgem o poder e a prática política. Assim, torna-se fundamental que o emissor e a mensagem estejam perfeitamente harmonizados não só historicamente como também politicamente.

A TL revelou-se, acima de tudo, um espaço político, no qual muitas instâncias se colocam à sociedade e aos acontecimentos históricos, políticos e económicos. É notório que a política é importantíssima na construção de uma sociedade, não só a nível das relações institucionais como também a nível das relações humanas. Veja-se que a política pesa sobre as ações e decisões da população, agindo sobre a sociedade, o espaço e o território. AJJ com grande habilidade oratória e muitos conhecimentos e estratégias políticas leva a cabo um projeto, evidenciando através de uma comunicação franca

---

<sup>179</sup> Farrel & Pfetsh citado in Serrano, Estrela (2010), «Spindoctoring e profissionalização da comunicação política», Correia, João Carlos & Baptista Ferreira, Gil, Conceitos de Comunicação Política, Covilhã, Livros Labcom, p. 91.

<sup>180</sup> Espírito Santo, Paula & Felgueiras, Rita (2010), «Comunicação eleitoral», Correia, João Carlos & Baptista Ferreira, Gil, Conceitos de Comunicação Política, Covilhã, Livros Labcom, p. 81.

todos os passos que deveriam ser tomados para o alcance da verdadeira autonomia do arquipélago da Madeira.

A ação política existiu, desde sempre, graças à palavra e, necessariamente pelos *media*. Em poucas e breves linhas, AJJ enaltece todo o seu caráter e capacidades persuasivas referindo-se à generalidade dos cidadãos políticos e leitores do JMd. As primeiras ideias surgem e transformando-se em pensamentos, por distintos que sejam, se expressam numa linguagem comum. Linguagem que, como se nota, é feita em grande parte de metáforas.

O discurso escrito do orador, não escapando também a estratégias de persuasão e constituindo os seus textos operações de natureza retórica, é inseparável de outros argumentos e razões que escapam ao conteúdo do discurso e em muito determinam o sentido do que é dito e a eficácia persuasiva que a sua palavra possa ter. Repare-se que não se nega a existência de estratégias e mecanismos de persuasão, e a sua importância, por um lado, é dar relevo ao que nos parecem ser os “limites” das principais perspetivas que a abordam, tendo em consideração que persuadir significa “reconhecer no outro um interlocutor a quem a palavra se pode dirigir numa estratégia que, excluindo a violência, procura obter o assentimento e formar convicções”<sup>181</sup> Na senda política, as trocas informativas estão carregadas de intencionalidade, o seu conteúdo e o seu propósito são sobre política e com o intuito de persuadir o interlocutor.

O poder ocupa um lugar de destaque na reflexão sobre o discurso. Contudo, as perspetivas que articulam o poder com a linguagem são muito distintas – não só são várias as disciplinas que o fazem como, no interior de cada uma, existem diferentes, e por vezes antagónicas, correntes teóricas. Este peso da autoridade/poder reflete-se, sobretudo, em implicações ou efeitos de poder e está ligada à abordagem crítica dos *media*, na qual a política se torna amplamente sinónima da prática de poder. É possível que também possa ser vista como uma atividade através da qual os sujeitos constroem, num modo dinâmico e atuante, as normas gerais sobre as quais vivem

Os meios jornalísticos são o principal veículo de comunicação pública através dos quais a estrutura de poder comunica com a sociedade tanto quanto tomam parte da

---

<sup>181</sup> Barriga, Antónia (2009), “Opinião, Argumentação e persuasão no quadro de uma racionalidade sociológica – o poder do discurso”, Revista Comunicação e Sociedade, Covilhã, Volume 16, pp. 27-42.

estrutura social, económica, histórica e cultural da comunidade em que se inserem e na qual se desenvolveram<sup>182</sup>.

A relação entre a comunicação e a política deve-se à evolução democrática das sociedades que conferem a cada cidadão uma função da decisão política, assumindo um papel ativo na argumentação política. Em finais do século XX constata-se o auge da influência dos *media*, um dos fatores determinantes do cerne político. De acordo com Breton<sup>183</sup>, podemos distinguir a argumentação política em quatro níveis desde o estabelecimento do ideal de cooperação e de objetividade até à manipulação da argumentação. Destaca-se as seguintes:

- a) **Argumentação cooperativa:** visa fazer-se entender e fazer-se compreender. O seu ideal é o da honestidade, da fidelidade e do rigor. O recetor permanece livre para aderir a ela. Este modelo de argumentação é o principal da discussão democrática em que o homem político propõe, sem intermediários a um cidadão perfeitamente informado, uma mensagem sem distorção. Esse tipo é um ideal do debate político que não é estranho aos projetos formulados por Habermas. Por muito tempo ele sustentou o ideal de “objetividade” dos *media*.
- b) **Argumentação orientada:** fornece as armas da publicidade e do marketing políticos. Amplifica certos aspetos e minimiza outros. Orienta o argumento para dimensões do real mais favoráveis ao emissor da mensagem.
- c) **Argumentação manipulada:** está mais próxima das técnicas de persuasão individual ou de propaganda coletiva. A mensagem é intencionalmente deformada em vista a atingir um objetivo. Sua difusão é acompanhada de coerção psicológica ou física. O objetivo é aprisionar a vontade do recetor e fazê-lo aderir por força ou sugestão.
- d) **Argumentação desviada:** é conscientemente mentirosa e enganadora. A informação é totalmente disfarçada e forçosamente falsa. A sua difusão tem por objetivo enganar o recetor e fazê-lo adotar comportamentos que lhe são desfavoráveis.

---

<sup>182</sup> Sousa, João Pedro (2000), *As notícias e os seus efeitos – As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*, Coimbra, Minerva Coimbra.

<sup>183</sup> Breton, Philippe & Proulx, Serge (1997), *A explosão da comunicação*, Lisboa, Editorial Bizâncio. Tradução de Maria Carvalho, pp. 254-256.

Neste sentido, e sabendo que a comunicação política exerce um papel funcional na dinâmica do sistema político, crê-se que AJJ propõe nas suas reflexões que compõem a TL, uma argumentação cooperativa, orientada e, ao mesmo tempo, manipulada, na medida em que se denota, claramente, uma preocupação do orador na explicação do quadro vivencial e dos acontecimentos que assolaram o Arquipélago da Madeira no século XX e, posterior, proposta de soluções para resolução dos problemas políticos e económicos em que, outrora, esta se encontrava. Todavia, será importante notar que AJJ está a transmitir o seu ponto de vista, considerando todo o seu discurso para o caminho que mais lhe interessa, pois o seu objetivo é o de persuadir o leitor. Desta forma, na TL, problematiza, pensa, discute, desenlaça teias do mundo social português, postulando na sua *elocutio* comunicativa as suas conexões e derivas argumentativas, nas quais se encontram os fragmentos para a sua influência persuasiva. Em contrapartida, tratando-se, simultaneamente, de um testemunho cooperante e orientado, infere-se assim que AJJ está a evidenciar um *ethos* com características que vão ao encontro de um raciocínio plausível e credível, pois o seu discurso tinha como principal finalidade dar um rumo ao país, principalmente ao Arquipélago da Madeira<sup>184</sup> e direciona-se para o atendimento mais célere relativamente às necessidades do sistema e dos seus mecanismos de regulação e reconstrução sistémica. Não colocando de parte que AJJ é um dos políticos de maior sucesso da sua geração e uma das figuras marcantes da democracia portuguesa, atua como defensor dos interesses nacionais e do Arquipélago. Assume-se, assim, que a comunicação política adotada representa a chave central no desenvolvimento do processo político e na integração dos agentes e estruturas ou pilares políticos do Estado.

Todo o discurso envolvente atua no sentido de obter uma implementação de estratégias de aproximação entre os diversos intervenientes do processo político, tendo como enfoque central a relação entre os partidos e os seus líderes e os públicos que constituem o eleitorado, relação esta mediada pelos meios de comunicação social<sup>185</sup>. Contudo, convém ressaltar que toda a efetividade da receção do discurso encontra-se dependente dos valores e ideais da opinião pública, isto é, da esfera pública que tanto pode aceitar a versão política que está a ser proferida, como também a pode refutar. Segundo Silveirinha (2010), a esfera pública refere-se a processos de disposição de

---

<sup>184</sup> Este seu objetivo nunca foi colocado em causa, uma vez que também tinha em vista uma supremacia com a intenção de governar o Arquipélago.

<sup>185</sup> Espírito Santo, Paula & Felgueiras, Rita (2010), «Comunicação eleitoral», Correia, João Carlos & Baptista Ferreira, Gil, Conceitos de Comunicação Política, Covilhã, Livros Labcom, p. 81.

padrões de lógica cuja normatividade está ligada a uma atuação democrática de pretensão a uma vida autónoma, como um projeto repartido, numa era igualitária e pluralista<sup>186</sup>. Na realidade, o conceito de opinião pública proporciona a participação do cidadão plena e consequente, resultante da combinação de interesses do Estado na construção de uma instituição política livre, ativa e participativa.

Muitas vezes, a comunicação em âmbito político é considerada uma argumentação e uma ação estratégica, no sentido em que adotam uma postura manipuladora através de um discurso polémico onde predomina a apreciação retórica e o raciocínio periférico. Considera-se que a retórica, como processo de argumentação e persuasão públicas, exerce a sua própria força sobre os sistemas sociais, articulando-os num processo ativo, indeterminado, variável e não como um elo de transmissão. Os *media* determinam o fator principal desta ação política retórica e argumentativa.

A figura do homem político é, desde sempre, controversa. Muitas vezes caracteriza-se como uma pessoa de má-fé, mas, por outro lado, por vezes é considerada uma pessoa sábia, de virtude e com sabedoria a quem se deve respeito. Sendo que neste âmbito a subjetividade impera, questiona-se a legitimidade e credibilidade da instância política. Trata-se de um juízo de valor pré-definido. Marques (2007), enfatiza que Fílon de Alexandria aliava a ciência política à sabedoria e interpretava a *praxis* política dos povos como uma adição à lei soberana e universal da natureza. Sendo que a retórica proeminente nos textos políticos simboliza o lugar paradoxal da possibilidade de Democracia.

No sentido de melhor compreendermos o conceito de comunicação política e toda a sua envolvência, importa referir quais as suas características gerais. No entender de Medina<sup>187</sup>, existem alguns aspetos fulcrais que merecem destaque:

- **Caráter contínuo:** talvez a mais importante, esta característica é fundamental para diferenciar o processo de comunicação política do processo de comunicação eleitoral. Pressupõe uma comunicação permanente com o eleitorado, podendo ser intenso ou não conforme for a necessidade da organização ou do momento que estiver a ser utilizado.

---

<sup>186</sup> Silveirinha, Maria João (2010), «Esfera pública», Correia, João Carlos & Baptista Ferreira, Gil, *Conceitos de Comunicação Política*, Covilhã, Livros Labcom, p. 40.

<sup>187</sup> Medina, Daniel do Rosário (2006), *Mediatização da Comunicação Política – Media, política e comunicação – a negociação do poder*, Espanha, Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Sociologia, Ciência Política e Administração. Tese de Doutoramento, pp. 68-69.

- **Intensidade temporal:** esta característica remete-nos diretamente para fluxo de informação que se lança, conforme o período que se vive. É essencial que as organizações políticas e/ou políticos analisem bem o momento e a quantidade de informação a ser veiculada porque uma falta de informação ou exagero em relação ao mesmo pode ser fatal.

- **Global:** porque é um tipo de comunicação que implica toda a conjuntura social, as informações transmitidas ou não afetam direta ou indiretamente toda a sociedade.

- **Credibilidade:** pode estar ou não estar na mensagem. O problema que no caso de se verificar falta de credibilidade nas informações transmitidas e isso se fizer sentir no seio do eleitorado, a organização ou o político acarreta com consequências negativas por um tempo indeterminado.

Tanto o elemento global, como a intensidade temporal, aplicam-se nos textos que integram a TL. De facto, ao longo de um ano AJJ dá-nos conta de um conjunto alargado de informações, desde o 25 de abril, ao 1.º Maio, a visita de políticos a Portugal, problemas económicos que o arquipélago atravessava, entre outros. Todos estes esclarecimentos implicavam o contexto social e envolveram a comunidade madeirense. A credibilidade prende-se, intimamente, com o *ethos* que se demonstra no carácter, na simpatia, na honestidade ou até mesmo na forma como se fala e nas palavras que são escolhidas. Estes fatores influenciam direta e indiretamente a imagem com que o interlocutor fica do orador. Porquanto, pode-se notar que a comunicação política atua sob a forma de códigos, contudo esta também é feita de forma simples e direta, pois o seu propósito é a eficácia da mensagem, isto é, fazer com que o discurso seja compreendido. Logo, a transmissão da informação vai desde a escrita até à imagem do orador.

Tendo em conta que a atividade argumentativa no discurso político é conduzida a partir de elementos pertencentes à categoria da razão (*logos*) e da paixão (*pathos*), estes determinam a tríade da retórica na linha aristotélica, porém acrescenta-se ao *logos* e ao *pathos* as contribuições do *ethos* na persuasão política como meio de reconhecimento do auditório com o orador. Nem sempre a imagem que o orador deixa transparecer no discurso político alcança todos os interlocutores da mesma forma, dependendo de inúmeros fatores tais como o contexto do acontecimento e o ato de comunicação.

Os objetivos da comunicação política de AJJ direcionam-se para a persuasão, de maneira que a ação de convencer é a sua principal finalidade, isto é, conquistar uma adesão para uma ideia. Por isso, nada é mais importante para o comunicador político do que transmitir a sua credibilidade, devendo ser lido pelo público como uma autoridade e este, por sua vez, deve vê-lo como um emissor sincero que acredita na sua própria mensagem. Esta deve conter informações assertivas e precisas e de fácil entendimento, pois assim está a deixar transparecer o seu *ethos* leal, ético e de respeito. Importa referir também que o *ethos* relaciona-se com a ética, no sentido de organização dos princípios, valores e motivações das práticas humanas, pessoais e sociais e de caráter, modo de ser de uma pessoa ou comunidade.

Deste modo, segundo Medina (2006) a comunicação política visa induzir o recetor à ação política, buscar a aceitação ou a compreensão de uma ideia, combater adversários e, maioritariamente, conquistar votos<sup>188</sup>. O discurso deverá adaptar-se ao propósito que se pretende atingir, e ele também indicará os mais apropriados. Realce-se que no campo da Comunicação Social as mensagens, que têm um caráter temporário, são transmitidas publicamente, sendo muitas vezes projetadas para atingir, ao mesmo tempo, a maioria dos elementos da audiência.

No seu *ethos* político imposto na TL, AJJ deixa transparecer o seu contributo de articulação com o todo social, recorre a táticas e usos, moldando-as para os seus objetivos. O *ethos* age através da experiência sensível do discurso e permite a afetividade do destinatário, nunca descurando o pressuposto da então oposição de ideias e correlação de forças impulsionadas pela esquerda e extrema-esquerda. Tal como AJJ (2017), nos conta a partir de maio de 1974, começam a aparecer na Madeira vários grupos políticos de cariz regional e promotores da autonomia da Madeira, que rapidamente avançaram para a criação de associações regionalistas:

Durante o mês de Maio de 1974, já bastante preocupado com o radicalismo marxista que, a partir da rua, se vinha transformando no poder de facto, eu via a necessidade de aparecer uma organização política moderada e democrática, apontada a uma Autonomia que nos protegesse do nefasto poder de séculos da classe política lisboeta. (...) O partido socialista integrava o radicalismo esquerdista e primário e, quanto à denominada “direita”, essa nem dava sinal de si. Um dia, no final do mês de Maio, no antigo Golden, dirigi-me ao Dr. Henrique Pontes Leça, advogado, colega de curso de Sá Carneiro e absolutamente anti-“Estado Novo”, dizendo-lhe ser preciso fazer algo, dada a situação em que a

---

<sup>188</sup> *Ibidem.*

Madeira estava a mergulhar. O objetivo era, primeiro, estabelecer uma base programática social-democrata em função dos Princípios e Valores do Povo Madeirense, e nunca contra este, portanto assente na Doutrina Social da Igreja Católica. Um programa social-democrata que, simultaneamente, fosse de Autonomia Política para a Madeira. Solução que a “esquerda de então, desde os socialistas às extremas, sempre e já então curvados a Lisboa, diziam “separatista”<sup>189</sup>.

Com este pequeno excerto, verificou-se que AJJ exercia uma forte e grande influência no Arquipélago da Madeira, tomando medidas e efetuando ações que garantissem uma “autonomia constitucional muito maior, para poder estabelecer as suas bases próprias de Desenvolvimento Integral, sem estar sujeita a Lisboa” e “refletir e elaborar sobre Social-Democracia e Autonomia, em função da situação concreta em que a Madeira se encontrava”<sup>190</sup>. Nunca a Madeira teve um líder cuja ação incidisse tão fortemente na região e no Povo madeirense. Contudo, toda esta questão, envolve a componente partidária com o avanço do PSD-Madeira, o qual fundou e, sua posterior vitória e estabilização na Madeira.

O aparecimento e propósito da existência da TL resulta também de fatores políticos e partidários, uma vez que AJJ assumiu a direção do JM a pedido de D. Francisco Santana para este alcançar o seu objetivo:

D. Francisco Santana chamou-me ao Paço Episcopal no Verão de 1974, através do Dr. Luciano Castanheira. Disse-me que lia os meus escritos e que estava convencido de que eu era a pessoa indicada para os objetivos que ele pretendia alcançar: através da tomada da direção do *Jornal da Madeira*, avançarmos para a defesa da Democracia, para um sistema de Autonomia Política da Madeira e para uma mudança no arquipélago que instalasse a Justiça Social, quebrando as estruturas de um passado de exploração do Povo Madeirense<sup>191</sup>.

Nesta altura, a entrada de AJJ no JMd determina e enraíza a doutrina católica-cristã deste jornal. O JMd “era um dos três principais jornais portugueses não tomados pelos “comunistas”<sup>192</sup>. Este ato da sua entrada já proclama o seu *ethos* perante os demais, sendo aprofundado ainda mais nos conteúdos das temáticas da TL. A sua finalidade era “fazer-se ouvir” através desta secção, garantindo a sua afirmação e fazendo a diferença com os seus conhecimentos políticos acerca da Madeira.

---

<sup>189</sup> Jardim, Alberto João (2017), *Relatório de Combate*, Alfragide, D. Quixote.

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>191</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>192</sup> *Ibidem*, p. 30.

Para Fiorin (2008), o *ethos* leva à persuasão quando o discurso é organizado de tal maneira que o orador inspira confiança:

Confiamos sem dificuldade e mais prontamente nos homens de bens, em todas as questões, mas confiamos neles, de maneira absoluta, nas questões confusas ou que se prestam a equívocos. No entanto, é preciso que essa confiança seja resultado da força do discurso e não de uma prevenção favorável a respeito do orador<sup>193</sup>.

O *ethos* traz consigo algumas questões pertinentes. Muitos são os filósofos que defendem a existência de um *ethos* pré-discursivo que incide numa primeira impressão pelo público no que toca ao orador, mesmo antes deste iniciar o seu discurso<sup>194</sup>. Neste sentido, e não descurando que estamos na presença de diversas opiniões partidárias, é importante abordar o facto de AJJ estar a enraizar, através da TL, perspetivas políticas que podiam não ser de um consenso total, não perspetivando assim a sua importância.

O orador na TL, evidencia um *ethos* determinado, ambicioso, democrático, autoritário e consciente, que emerge da sua enunciação, moldando o seu estilo próprio que deriva de entimemas, figuras de estilo, marcas temporárias, citações, exemplos, silogismos e expressões metafóricas com um fim argumentativo, todo ele persuasivo, tratando-se de um patamar basilar na construção de uma estratégia política de comunicação. O seu nome fica para a História enquanto intransigente defensor dos interesses nacionais e da Madeira, garantindo a sua credibilidade embora os seus textos, escritos com um tom e estilo direto e franco, sejam um testemunho e contributo do seu trajeto político, desde o 25 de Abril até à atualidade. Esta secção jornalística percorre todas as fases pelas quais o regime português passou – o PREC<sup>195</sup> e os primeiros governos provisórios. A TL, é assim, uma espécie de cronologia de acontecimentos significantes para a Autonomia da Madeira, de maneira que um jornal concebe uma matriz retórica, entrelaçada entre jogo de conexões e articulações entre o texto e o apoio material, entre o texto e o tempo, entre o espaço e o tempo, com resultados retóricos.

---

<sup>193</sup> Fiorin citado in Gonçalves, João Batista Costa (2015), «O conceito de ethos do enunciador na obra em busca do sentido: estudos discursivos, de J. L. Fiorin», Revista Bakhtiniana n.º 10, pp. 68.

<sup>194</sup> Esta primeira impressão deve-se a fatores como o vestuário utilizado para a ocasião, a expressão corporal, o ânimo transmitido ou até mesmo devido à presença do orador noutra evento que contou com o seu contributo e colaboração.

<sup>195</sup> Processo Revolucionário em Curso, período que determinou grandes transformações na sociedade, nomeadamente nas nacionalizações, na fuga de muitos empresários e de capital, na tomada das empresas pelos trabalhadores e no início da reforma agrária.

## Conclusão

A presente dissertação possibilitou inteirarmo-nos da presença do *ethos* do autor (AJJ) na TL, bem como da sua relação com a argumentação e comunicação política pela análise de toda a informação reunida e trabalhada. Para além disso, o *ethos* é um elemento persuasivo pouco conhecido e pouco estudado, como revela a reduzida bibliografia sobre esse tema que pudemos consultar, ainda que, seja uma veracidade intrínseca à realidade humana. É perceptível, de facto, que o assunto do *ethos* é pouco dinâmico mas, no fundo, detetável no discurso (escrito e oral). Este é evidenciado pelo orador através de palavras que denunciam o seu carácter, credibilidade e autoridade.

A temática do *ethos* e da teoria retórica engloba-se na História da Humanidade tendo sido, com o passar dos anos, estudada de variadas formas e diversas perspetivas. A retórica de Aristóteles é a arte de raciocinar a partir de opiniões universalmente aceites ou de argumentar a partir de premissas prováveis para um público indiferenciado e a sua noção de retórica relaciona-se com os princípios da racionalidade, bem presente na Retórica Antiga. De facto, Cícero e Quintiliano basearam a sua noção no modelo aristotélico. Enquanto o primeiro preocupava-se em relacionar a sua arte retórica com a filosofia, sendo esta fundamental para o ensino do orador que deve saber argumentar sobre qualquer assunto, Quintiliano defende que um orador deve saber falar corretamente, ou seja, deve possuir o dom da palavra e conjugar devidamente os vocábulos de maneira que seja devidamente compreendido pelo público. Após se verificar o declínio da retórica, Chaïm Perelman decidiu criar a Nova Retórica com novos pressupostos, tendo esta uma abrangência mais conforme com o nosso tempo. A noção de auditório de Perelman remete para o princípio da universalidade e a sua retórica pretende desfazer a conceção da razão existente em Aristóteles. Na Nova Retórica não existem motivos para limitar o campo da argumentação ao discurso falado, ultrapassando largamente os limites da retórica clássica.

De entre outros percursores da retórica, Fiorin, Declercq e Maingueneau estabelecem a relação do *ethos* com o representante construído na enunciação, sendo que os traços evidenciados involuntariamente pelo orador são importantes para estabelecer a eficácia do *ethos*. Fiorin defende também que o verdadeiro *ethos* apenas é exposto perante a oposição no interdiscurso pois é na adversidade que se depreende o carácter de um indivíduo. Para Roland Barthes a finalidade é somente deixar boa

impressão. Independentemente da sinceridade, os argumentos são utilizados nesta perspectiva. Ducrot, por sua vez, defende que o *ethos* deve ser percebido mas nunca deve ser objeto do discurso. Breton insere-se na retórica aristotélica, ao passo que Toulmin e Perelman iniciam toda a sua abordagem através do progresso do senso comum.

É verificável que a argumentação é imprescindível e é importante na vida social, justificando-se o motivo do seu estudo ao longo dos tempos. Saber usufruir do dom da palavra é deveras crucial na defesa de opiniões para se conseguir expor o pensamento perante os demais e ter um papel social ativo na sociedade. É na escolha plausível dos argumentos que o orador deixa transparecer o seu raciocínio e, naturalmente, o seu *ethos*. Na forma como se defende uma tese ou uma ideia é que se verifica a credibilidade do orador. Indo ao encontro do verdadeiro objeto de estudo deste trabalho, o *ethos* procura refletir sobre o processo mais geral de adesão dos sujeitos a um certo discurso e resulta de um processo dialético de influência sobre o outro, tendo de existir, preferencialmente, a mesma conjuntura sócio histórica e cultural. É através do *ethos* que expomos a argumentação do nosso parecer, estando este relacionado com a razão mas apresenta-se, sobretudo, como um agente de estruturação e adequação de pensamentos e raciocínios.

A TL, como vimos, é uma secção jornalística em que impera a comunicação política e, naturalmente, também as estratégias de persuasão carregadas de intencionalidade, nas quais o orador enaltece o que considera de suma importância para o convencimento do leitor. Os argumentos de autoridade formulam a tentativa de efeito de poder que AJJ procurava alcançar, visto que a política vive essencialmente da palavra. É claramente visível que a finalidade do orador estava relacionada com o poder, por forma a assumir um papel relevante na sociedade local.

Por outro lado, a comunicação política é considerada uma comunicação persuasiva na qual prevalece uma incorporação e estruturas estatais, pelo que se verificam plataformas de entendimento político onde o público é considerado o protagonista da atuação e decisão política. Toda a argumentação envolvida na comunicação de cariz político acarreta estratégias políticas. Seja de uma forma ou de outra, direciona sempre o seu pensamento para as opções ideológicas e partidárias, reforçando assim a relação da comunicação política com a opinião pública.

O *ethos* coincide com as emoções usadas no ato retórico para despertar a sensibilidade do público e conquistar a sua adesão. Uma das grandes fragilidades do povo madeirense, quando a TL foi escrita, era a conjuntura política, pois desejavam uma

governança política que soubesse lutar pelos interesses do arquipélago, sem descurar os valores da liberdade e da democracia. Reconhecendo a importância da imprensa como fenómeno social, AJJ usou a TL para conquistar a confiança do povo, querendo demonstrar que possuía conhecimentos e capacidades para enfrentar a situação política e económica do Arquipélago da Madeira. AJJ utilizou argumentos de autoridade, de cariz metafórico, irónico e inúmeras perguntas retóricas que adotaram de dimensão persuasiva a sua *elocutio* comunicativa e permitiram a afirmação da confiança perante os leitores. Com a utilização da metáfora percebemos que existe uma transição de conceitos, do sentido real para o sentido figurativo da ideia e é desta forma que AJJ manifesta a sua contraposição quanto aos temas difíceis de obter a sua aceitação. A ironia, por sua vez, encontra-se muito exposta ao perigo da incompreensão e dela pode derivar um maior debate de opiniões. As perguntas retóricas servem para demonstrar a revolta do orador em relação a qualquer temática. Note-se que estes são os três elementos que AJJ utiliza com maior regularidade nos seus textos da TL.

Englobámos o ponto da definição e caracterização do *corpus* na presente dissertação com o intuito de melhor compreendermos o objeto de estudo e perceber qual a contextualização histórica em que a TL surgiu para poder extrair algumas conclusões. Assim, esta iniciou-se no dia 29 de outubro de 1974 aquando da entrada de AJJ para a direção do JMd. Por ter sido criada no seio de uma sociedade em que se vivia uma grande luta ideológica com debilidades económicas, cremos que a finalidade do orador incidia na tentativa de tornar-se um contraponto à situação, atestando o seu forte poder persuasivo perante os leitores. Os textos integrantes na TL refletem, de forma clara, o núcleo de acontecimentos e as principais querelas político-partidárias que o Arquipélago viveu.

Podemos também concluir que AJJ apresenta nos seus textos uma postura marcada pela afirmação da autoridade, plena de convicção e reveladora de um espírito livre. Procura transparecer legitimidade e conhecimentos para comentar qualquer assunto concernente ao Arquipélago e possui liberdade para expressar o seu pensamento sem restrições. Na maior parte das vezes, o *ethos* é expresso por meio de figuras de retórica e difusão dos seus valores e ideais. Utiliza a primeira pessoa do singular e é desta forma que transmite ao leitor o seu carácter e conhecimentos.

Por tudo o que abordamos neste trabalho percebemos que tanto a noção de retórica como de *ethos* foi sofrendo mudanças com o passar dos tempos. A retórica iniciou-se como um conceito um pouco vago mas os vários teóricos que a estudaram

souberam conferir-lhe uma linha mais científica e mais interligada com o real. No que diz respeito ao *ethos*, as concepções alargaram-se e, como referimos anteriormente, existe uma multiplicidade de perspetivas em relação a esta questão. Para alguns filósofos, por exemplo, apenas o que é dito se carrega de intencionalidade para a eficácia do discurso, enquanto para outros a exteriorização e tudo o que se denote involuntariamente também integra o processo persuasivo.

Fica comprovado que conseguimos responder aos objetivos fundamentais que consideramos importantes para o alcance desta tarefa, sendo que os mecanismos do *ethos* utilizados por AJJ são, geralmente, repetidos ao longo dos textos e são evidenciados de forma explícita e de forma muito regular. Mesmo o leitor menos preparado se apercebe, de imediato, da presença do *ethos* de AJJ.

Para concluir, a noção de *ethos* manifestada por AJJ vai ao encontro da retórica antiga de Aristóteles e nos textos o seu *ethos* apresenta traços de convicção, segurança, liberdade, credibilidade, autoridade e domínio. Estas qualidades asseguraram a sua imagem e, conseqüentemente, o poder da palavra que procura imprimir aos seus textos. Em suma, apesar de o *ethos* nunca ter sido abordado nem associado a autores madeirenses, por aquilo que pesquisámos, é de facto muito importante e interessante estudá-lo, na medida em que nos permite perceber o caráter de um orador quer seja num âmbito político, quer seja em qualquer outro contexto. Contém, também, um papel relevante na assimilação de conceitos e perceção de ideologias, possibilitando a verificação das diversas maneiras de ser e, acima de tudo, da realidade dos factos e compreensão da sociedade em que está inserido. Finalizamos, assim, este trabalho reconhecendo que o *ethos*, a política e a TL formaram a trilogia adequada para a conceção desta dissertação com importância acima referida para a senda dos Estudos Regionais e Locais.

## Referências bibliográficas

### Obras

- Alves, José Augusto dos Santos (1989), «O Patriota Funchalense ou o elogio do contrapoder», ARM, Actas do II Colóquio Internacional de História da Madeira, Coimbra, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 381.
- Araújo, Domingos da Silva (1981), *Iniciação ao Jornalismo*, Braga, Edição do FAOJ.
- Aristóteles (1998), *Retórica*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena.
- Barilli, Renato (1979), *Retórica*, Lisboa, Editorial Presença. Tradução de Graça Marinho Dias.
- Barilli, Renato (1985), *Retórica*, Lisboa, Editorial Presença.
- Barthes, Roland (1985), *A aventura semiológica*, Lisboa, Edições 70. Tradução de Maria de Santa Cruz.
- Borges, Hermenegildo Ferreira (1992), *Retórica, Direito e Democracia*, Lisboa, Mirandela Artes gráficas, s/e.
- Breton, Philippe & Gauthier, Gilles (2001), *História das Teorias da Argumentação*, Lisboa, Editorial Bizâncio. Tradução de Maria Carvalho.
- Breton, Philippe & Proulx, Serge (1997), *A explosão da comunicação*, Lisboa, Editorial Bizâncio. Tradução de Maria Carvalho.
- Breton, Philippe (1998), *Argumentação na comunicação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Carita, Rui (2003), *Associação Comercial e Industrial do Funchal – Esboço Histórico (1933-2002)*, Funchal, Edicarte.
- Correia, Fernando (1997), *Os jornalistas e as notícias*, Lisboa, Editorial Caminho.

- Correia, Fernando (2000), *Jornalismo e Sociedade – Introdução ao estudo e à prática do jornalismo enquanto fenómeno social*, Lisboa, Editorial Avante.
- Correia, João Carlos (2004), *Comunicação e Cidadania, Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Cruzeiro, Maria Manuela & Santos, Boaventura de Sousa (2005), *25 de Abril – Uma aventura para a Democracia*, Porto, Edições Afrontamento.
- Esteves, João Pissarra (1998), *A ética da comunicação e os media modernos, Legitimidade e poder nas sociedades complexas*, Lisboa, Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Esteves, João Pissarra (2003), *A ética da comunicação e os media modernos – legitimidade e poder nas sociedades complexas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Esteves, João Pissarra (2003), *Espaço público e democracia: comunicação, processos do sentido e identidades sociais*, Lisboa, Cadernos Universitários, Edições Colibri.
- Fontcuberta, Mar de (1999), *A notícia*, Lisboa, Editorial Funchal Notícias.
- Freitas, Lourenço (2016), *Imprensa Periódica Madeirense e os Jornais da Autonomia 1976-2016*, Funchal, O Liberal.
- Gouveia, Gregório (2002), *Tradições autonomistas e revolução dos cravos*, Funchal, O Liberal.
- Grácio, Rui Alexandre (1993), *Racionalidade Argumentativa*, Porto, Edições Asa.
- Grácio, Rui Alexandre (1998), *Consequências da retórica. Para uma revalorização do múltiplo e do controverso*, Coimbra, Pé de Página Editores, Lda.
- Gradim, Anabela (2000), *Manual de Jornalismo*, Covilhã, Estudos em Comunicação da Universidade da Beira Interior.
- Jardim, Alberto João (1995), *Tribuna Livre*, Volume 1, Ponta Delgada, Jornal de Cultura.
- Jardim, Alberto João (2017), *Relatório de Combate*, Alfragide, D. Quixote.

- Júnior, Manuel Alexandre (1990), *Argumentação Retórica em Fílon de Alexandria*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Júnior, Manuel Alexandre. Alberto, Paulo Farmhouse. Pena, Abel do Nascimento (1998), *Retórica*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Lasswell, Harold D. (2002), “A estrutura e a função da comunicação da sociedade”, Esteves, João Pissarra, *Revista Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 53-57.
- Lausberg, Heinrich (1993), *Elementos de retórica literária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. Tradução de R. M. Rosado Fernandes.
- Meyer, Michel & Carilho, Manuel Maria & Timmermans, Benoît (2002), *História da Retórica*, Lisboa, Temas e Debates.
- Nietzche, Friedrich (1995), *Da retórica*, Lisboa, Veja Passagens. Tradução de Tito Cardoso e Cunha.
- Oliveira, A. Lopes (1969), *Jornais e Jornalistas Madeirenses*, Braga, Editora Pax.
- Oliveira, Paquete de (2008), “A comunicação social madeirense e a autonomia da região”, Freitas, João Abel de, *A Madeira na História – Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 23-46.
- Patillon, Michel (1990), *Éléments de rhétorique classique*, France, Nathan Université.
- Perelman, Chaïm & Tyteca, Lucie Olbrechts (2000), *Tratado de Argumentação*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Perelman, Chaïm (1993), *O Império Retórico – Retórica e Argumentação*, Porto, Edições Asa. Tradução de Fernando Trindade e Rui Alexandre Grácio.
- Perelman, Chaïm. Olbrechts-Tyteca, Lucie (1988), *Traite de l’argumentation*, 5º Edição, Bélgica, Editions de l’université de Bruxelles.
- Ponte, Cristina (2004), *Leitura das Notícias – contributos para uma análise do discurso jornalístico*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Rebelo, José (2000), *O discurso do jornal*, Lisboa, Editorial Notícias.

- Rei, José Esteves (1998), *Retórica e Sociedade*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Reis, António (1992), *Portugal Contemporâneo (1974-1992)*, Volume 6, Lisboa, Publicações Alfa.
- Ricoeur, Paul (S/A), *A metáfora viva*, Porto, Rés-Editora. Tradução de Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães.
- Robrieux, Jean-Jacques (2000), *Rhétorique e argumentation*, Paris, Armand Colin.
- Silva, José Vigário (2004), *Comunicação, Lógica e Retórica Forenses*, Porto, UNICEPE.
- Silva, Vicente Jorge (2008), O «Comércio do Funchal» e a autonomia», Freitas, João Abel, *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, p. 265.
- Sousa, João Pedro (2000), *As notícias e os seus efeitos – As “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*, Coimbra, Minerva Coimbra.
- Suhamy, Henry (s/d), *As figuras de estilo*, Porto, Rés-Editora. Tradução de Maria de Fátima Ferreira da Silva.
- Varela, Raquel & Barbosa Pereira, Luísa (2017), *História do Povo da Madeira no 25 de Abril*, Lisboa, Edições Parsifal.
- Vieira, Márcia (2010), *Subsídios para a História da Imprensa Periódica Madeirense (1880-1926)*, Funchal: Secretaria Regional da Educação e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico.

## **Dicionários**

- Almeida Costa, J. & Sampaio e Melo, A. (2006), *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora.
- Martins, José Vitorino (2001), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea – Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, Editorial Verbo.

## Web

Alves, Aníbal (1995), *Argumentação e análise do discurso na perspectiva de O. Ducrot*, Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

Disponível em:

[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7390/1/AAlves\\_1995\\_Arg\\_Analise\\_Disc\\_Ducrot.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7390/1/AAlves_1995_Arg_Analise_Disc_Ducrot.pdf) (Consultado dia 6 de outubro de 2016).

Barriga, Antónia (2009), “Opinião, Argumentação e persuasão no quadro de uma racionalidade sociológica – o poder do discurso”, *Revista Comunicação e Sociedade*, Covilhã, Volume 16, pp. 27-42.

Disponível em:

[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29828/1/Revista\\_Comunicacao\\_e\\_Sociedade\\_16.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29828/1/Revista_Comunicacao_e_Sociedade_16.pdf) (Consultado dia 6 de outubro de 2016).

Correia, João Carlos; Ferreira, Gil Baptista; Espírito Santo, Paula do (2010), *Conceitos de Comunicação Política*, Covilhã, Livros LabCom.

Disponível em:

[http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110817-correia\\_conceitos\\_2010.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110817-correia_conceitos_2010.pdf) (Consultado dia 27 de junho de 2016).

Cunha, Tito Cardoso e (1998), *A nova retórica de Perelman*, Covilhã, LusoSofia.

Disponível em:

[http://www.lusosofia.net/textos/cunha\\_tito\\_nova\\_retorica\\_perelman.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/cunha_tito_nova_retorica_perelman.pdf) (Consultado dia 6 de outubro de 2016).

Cunha, Tito Cardoso e (2005), *A Retórica das Ciências Sociais*, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

Disponível em:

[http://www.lusosofia.net/textos/cunha\\_tito\\_retorica\\_ciencias\\_sociais.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/cunha_tito_retorica_ciencias_sociais.pdf)

(Consultado dia 27 de setembro de 2016).

Cunha, Tito Cardoso e (2009), “Argumentação e metáfora no discurso político”, Revista Comunicação e Sociedade, Volume 16, Covilhã, pp. 20-25.

Disponível em:

[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29828/1/Revista\\_Comunicacao\\_e\\_Sociedade\\_16.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29828/1/Revista_Comunicacao_e_Sociedade_16.pdf) (Consultado dia 6 de outubro de 2016).

Espírito Santo, Paula & Felgueiras, Rita (2010), «Comunicação eleitoral», Correia, João Carlos & Baptista Ferreira, Gil, Conceitos de Comunicação Política, Covilhã, Livros Labcom, p. 81.

Disponível em:

[http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110817-correia\\_conceitos\\_2010.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110817-correia_conceitos_2010.pdf)

(Consultado dia 27 de junho de 2016).

Gil, Isabel (2005), “Retórica e Argumentação: Continuidade e Rupturas”, Revista Mathesis, Viseu, Volume 14, pp. 70-78.

Disponível em:

[https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23602/1/Mathesis14\\_artigo4.pdf?ln=pt-pt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23602/1/Mathesis14_artigo4.pdf?ln=pt-pt)

(Consultado dia 22 de julho de 2016).

Gonçalves, João Batista Costa (2015), “O conceito de ethos do enunciador na obra em busca do sentido: estudos discursivos, de J. L. Fiorin”, Revista Bakhtiniana n.º 10, pp. 63-79.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/bak/v10n3/2176-4573-bak-10-03-0063.pdf> (Consultado dia 2 de novembro de 2016).

Grácio, Rui Alexandre (2008), “Que fenómenos estuda a Teoria da Argumentação? Em que consistem as suas tarefas descritivas?”, *Revista Filosófica de Coimbra*, Coimbra, n.º 33, pp. 125-146.

Disponível em:

[https://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/que\\_fenomenos\\_estuda](https://www.uc.pt/fluc/dfci/publicacoes/que_fenomenos_estuda) (Consultado dia 6 de outubro de 2016).

Grácio, Rui Alexandre (2010), *Para uma teoria geral da argumentação: questões teóricas e aplicações didáticas*, Tese de Doutoramento, Minho, Universidade do Minho.

Disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/12486/1/TeoriaArgumenta%C3%A7%C3%A3o.pdf> (Consultado dia 27 de junho de 2016).

Júnior, Licínio Nascimento de Almeida (2009), *Conjeturas para uma Retórica do Design*, Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Tese de Doutoramento.

Disponível em:

[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13975/13975\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13975/13975_1.PDF) (Consultado dia 4 de abril de 2017).

Maingueneau, Dominique (2008), *A propósito do ethos*, São Paulo, Editora Contexto. Tradução de Luciana Salgado.

Disponível em:

[http://editoracontexto.com.br/downloads/dl/file/id/888/ethos\\_discursivo\\_primeiro\\_capitulo.pdf](http://editoracontexto.com.br/downloads/dl/file/id/888/ethos_discursivo_primeiro_capitulo.pdf) (Consultado dia 28 de julho de 2016).

Marques, Maria Aldina (2005), “Debate, argumentação e organização enunciativa”, *Revista Comunicação e Sociedade*, Volume 8, Covilhã, pp. 47-62.

Disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/27043/1/AM.CS8.pdf>

(Consultado dia 27 de julho de 2016).

Marques, Maria Aldina (2008), «Arrogância e construção do ethos no discurso político português», *Atas do III Simpósio Internacional de Análise do Discurso*, Brasil, pp 1-10.

Disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/27048/1/Arrog%C3%A2ncia%20e%20ethos.pdf> (Consultado dia 27 de julho de 2016).

Marques, Regina (2009), “A função retórica contemporânea – A razoabilidade do discurso patémico”, *Revista Comunicação e Sociedade*, Volume 16, Covilhã, pp. 51-66.

Disponível em:

[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29828/1/Revista\\_Comunicacao\\_e\\_Sociedade\\_16.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29828/1/Revista_Comunicacao_e_Sociedade_16.pdf) (Consultado dia 6 de outubro de 2016).

Martins, Moisés de Lemos (1996), *A análise retórico-argumentativa do discurso*, Minho, Universidade do Minho. Comunicação apresentada no âmbito das I Jornadas de Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais realizadas na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 4 e 5 de outubro de 1996.

Disponível em:

[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23862/1/a\\_analise\\_retorico-argumentativa.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23862/1/a_analise_retorico-argumentativa.pdf) (Consultado dia 27 de junho de 2016).

Massman, Débora (2010), «Argumentação: em busca de um conceito», *Revista Línguas e instrumentos linguísticos*, edição n. ° 26, Brasil, pp. 99-111.

Disponível em:

<http://www.revistalinguas.com/edicao26/cronica26.pdf> (Consultado dia 25 de julho de 2016).

Medina, Daniel do Rosário (2006), *Mediatização da Comunicação Política – Media, política e comunicação – a negociação do poder*, Espanha, Universidade de Santiago de Compostela, Faculdade de Sociologia, Ciência Política e Administração. Tese de Doutoramento.

Disponível em:

[https://minerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/2398/9788471914644\\_contenuto.pdf;jsessionid=D1124FA6871110B0A6D0F1A25579801C?sequence=1](https://minerva.usc.es/xmlui/bitstream/handle/10347/2398/9788471914644_contenuto.pdf;jsessionid=D1124FA6871110B0A6D0F1A25579801C?sequence=1)

(Consultado dia 27 de junho de 2016).

Pinto, Flávio Sabino (2006) «A interface entre a análise do discurso e a retórica», *Revista Academos*, Volume 2, América, pp. 93-104.

Disponível em:

[http://intranet.fainam.edu.br/aceso\\_site/fia/academos/revista2/9.pdf](http://intranet.fainam.edu.br/aceso_site/fia/academos/revista2/9.pdf) (Consultado dia 9 de maio de 2017).

Quintiliano (s/d), *Institutio Oratoria – A retórica*, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

Disponível em:

<http://bocc.ubi.pt/~fidalgo/retorica/quintiliano-institutio.pdf> (Consultado dia 6 de outubro de 2016).

Radenovic, Milan Rados (S/A), *Opinião Pública Mundial: Formar ou Manipular*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Disponível em:

<http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/614/pdf> (Consultado dia 30 de julho de 2016).

Sena, G. C. A & Figueiredo, M. F. (2013), "Um estudo da Teoria da Argumentação: da Retórica Aristotélica à Teoria dos Blocos Semânticos", *Revista Diálogo das Letras, Pau dos Ferros*, volume 2, n. 1, pp. 4-23.

Disponível em:

<http://periodicos.uern.br/index.php/dialogodasletras/article/download/539/279>  
(Consultado dia 24 de julho de 2016).

Serra, Paulo (1995), *Retórica e Argumentação*, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

Disponível em:

[http://www.bocc.ubi.pt/pag/jpserra\\_retorica.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/jpserra_retorica.pdf) (Consultado dia 27 de junho de 2016).

Serra, Paulo (2008), *A relação entre ethos e logos no processo de persuasão*, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

Disponível em:

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-relacao-ethos-logos.pdf> (Consultado dia 27 de setembro de 2016).

Serrano, Estrela (2010), «Spindoctoring e profissionalização da comunicação política», Correia, João Carlos & Baptista Ferreira, Gil, *Conceitos de Comunicação Política*, Covilhã, Livros Labcom, p. 91.

[http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110817-correia\\_conceitos\\_2010.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110817-correia_conceitos_2010.pdf)

(Consultado dia 27 de junho de 2016).

Silva, José Manuel Teixeira (2012), *Retórica e Argumentação no ensino da Filosofia*. Relatório de Estágio para a obtenção do Grau de Mestre, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

Disponível em:

[https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1565/1/Retorica\\_argumentacao\\_no\\_ensino\\_da\\_Filosofia.pdf](https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1565/1/Retorica_argumentacao_no_ensino_da_Filosofia.pdf) (Consultado dia 28 de julho de 2016).

Silveirinha, Maria João (2010), «Esfera pública», Correia, João Carlos & Baptista Ferreira, Gil, *Conceitos de Comunicação Política*, Covilhã, Livros Labcom, p. 40.

[http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110817-correia\\_conceitos\\_2010.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110817-correia_conceitos_2010.pdf)

(Consultado dia 27 de junho de 2016).

Sousa, Américo de (s/d), *A persuasão, estratégias da comunicação influente*, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

Disponível em:

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-persuasao-0.pdf> (Consultado dia 27 de setembro de 2016).

Sousa, Américo de (s/d), *Retórica: lógica ou persuasão*, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

Disponível em:

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-retorica-logica-ou-persuasao.pdf>

(Consultado dia 27 de setembro de 2016).

## Fontes

- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 29-10-1974, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 29-10-1974, Pág. 12
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 13-11-1974, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 3-12-1974, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 3-12-1974, Pág. 12
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 12-12-1974, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 12-12-1974, Pág. 2
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 17-01-1975, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 17-01-1975, Pág. 7
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 19-01-1975, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 19-01-1975, Pág. 2
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 26-01-1975, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 26-01-1975, Pág. 9
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 11-03-1975, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 11-03-1975, Pág. 13
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 3-04-1975, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 3-04-1975, Pág. 7
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 24-04-1975, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 24-04-1975, Pág. 3
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 8-05-1975, Pág. 1

- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 8-05-1975, Pág. 10
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 11-05-1975, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 11-05-1975, Pág. 12
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 21-06-1975, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 21-06-1975, Pág. 7
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 13-08-1975, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 13-08-1975, Pág. 9
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 4-10-1975, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 4-10-1975, Pág. 7
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 5-11-1975, Pág. 1
- ABM, COLJOR, Jornal da Madeira, 5-11-1975, Pág. 2

## **Lista de Anexos**

**Anexo A** – Tabela da TL

**Anexo B** – Capa do JMd do dia 29 de outubro de 1974 e respetiva página de continuação

**Anexo C** - Capa do JMd do dia 13 de novembro de 1974

**Anexo D** – Capa do JMd do dia 3 de dezembro de 1974 e respetiva página de continuação

**Anexo E** – Capa do JMd do dia 12 de dezembro de 1974 e respetiva página de continuação

**Anexo F** – Capa do JMd do dia 17 de janeiro de 1975 e respetiva página de continuação

**Anexo G** – Capa do JMd do dia 19 de janeiro de 1975 e respetiva página de continuação

**Anexo H** – Capa do JMd do dia 26 de janeiro de 1975 e respetiva página de continuação

**Anexo I** – Capa do JMd do dia 11 de março de 1975 e respetiva página de continuação

**Anexo J** – Capa do JMd do dia 3 de abril de 1975 e respetiva página de continuação

**Anexo K** – Capa do JMd do dia 24 de abril de 1975 e respetiva página de continuação

**Anexo L** – Capa do JMd do dia 8 de maio de 1975 e respetiva página de continuação

**Anexo M** – Capa do JMd do dia 11 de maio de 1975 e respetiva página de continuação

**Anexo N** – Capa do JMd do dia 21 de junho de 1975 e respetiva página de continuação

**Anexo O** – Capa do JMd do dia 13 de agosto de 1975 e respetiva página de continuação

**Anexo P** – Capa do JMd do dia 4 de outubro de 1975 e respetiva página de continuação

**Anexo Q** – Capa do JMd do dia 5 de novembro de 1975 e respetiva página de continuação

**Anexo A – Tabela da TL**

Texto	Data de publicação	Dia	Tema	Título	Marcas Temporais	Citações	Valores	Factos históricos	Marcas do ethos
1	29-out-74	Terça-feira	Comunicação	Liberdade de imprensa	Não	Sim	Não	Não	Sim
2	30-out-74	Quarta-feira	Política	Independência da Madeira	Não	Não	Não	Não	Sim
3	31-out-74	Quinta-feira	Política	Lei/Estado	Não	Não	Não	Não	Sim
4	01-nov-74	Sexta-feira	Política	Tentativa de instauração da Democracia Liberal	Não	Não	Não	Não	Sim
5	03-nov-74	Domingo	Economia	Zona Franca da Madeira	Sim	Não	Não	Não	Sim
6	05-nov-74	Terça-feira	Comunicação	Expropriação: Liberdade de imprensa	Não	Sim	Sim	Não	Sim
7	06-nov-74	Quarta-feira	Política	Delegação Portuguesa na União Soviética: Comunidade Internacional para Portugal?	Sim	Não	Não	Não	Sim
8	07-nov-74	Quinta-feira	Educação	A escola como formadora de Homens cívicos e competentes	Não	Não	Não	Não	Sim
9	08-nov-74	Sexta-feira	Política/Economia	Défice na economia regional	Não	Não	Não	Não	Não
10	09-nov-74	Sábado	Política	Partidos políticos: o problema das sondagens	Não	Não	Não	Não	Sim
11	10-nov-74	Domingo	Política	Social Democracia	Sim	Sim	Sim	Não	Não
12	12-nov-74	Terça-feira	Economia Regional	Agricultura: vinicultura madeirense	Não	Não	Não	Não	Sim
13	13-nov-74	Quarta-feira	Economia	Economia como pilar de uma sociedade	Não	Não	Não	Não	Não
14	14-nov-74	Quinta-feira	Política	Assalto ao C.D.S	Não	Não	Não	Não	Não
15	15-nov-74	Sexta-feira	Política	Democracia em Portugal	Sim	Não	Não	Não	Sim
16	17-nov-74	Domingo	Política	A aliança militar	Não	Sim	Sim	Não	Sim
17	19-nov-74	Terça-feira	Política	Comunismo fatal	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

Texto	Data de publicação	Dia	Tema	Título	Marcas Temporais	Citações	Valores	Factos históricos	Marcas do <i>ethos</i>
18	20-nov-74	Quarta-feira	Comunicação/Política	O problema da demagogia barata	Não	Sim	Não	Não	Sim
19	21-nov-74	Quinta-feira	Política	Eleições gregas	Não	Não	Não	Não	Não
20	22-nov-74	Sexta-feira	Política	MFA e a Assembleia Constituinte	Sim	Não	Não	Não	Sim
21	23-nov-74	Sábado	Política/Economia Regional	As estradas como motor do desenvolvimento da ilha	Não	Não	Não	Não	Não
22	24-nov-74	Domingo	Economia Regional	Grave crise económica da Madeira	Não	Não	Não	Não	Sim
23	26-nov-74	Terça-feira	Cultura	Bombeiros vistos como pronto socorro	Não	Não	Sim?	Não	Não
24	27-nov-74	Quarta-feira	Política	Tempo de eleições	Sim	Não	Não	Não	Não
25	28-nov-74	Quinta-feira	Política	Intervenção socializante	Não	Não	Não	Não	Não
26	29-nov-74	Sexta-feira	Política	Visita de Eric Lundberg: rumo a uma mudança	Sim	Sim	Sim	Não	Não
27	30-nov-74	Sábado	Política	República: Melhor caminho para Portugal?	Sim	Não	Sim	Não	Não
28	01-dez-74	Sexta-feira	Política/Economia Regional	Envio de comissões à Madeira	Não	Não	Não	Não	Não
29	03-dez-74	Terça-feira	Educação/Economia	A escola como incremento do desenvolvimento económico	Não	Não	Não	Não	Sim
30	04-dez-74	Quarta-feira	Política	Democracia	Sim	Não	Não	Não	Sim
31	05-dez-74	Quinta-feira	Comunicação/Política	Imprensa e Democracia	Sim	Não	Não	Não	Não
32	06-dez-74	Sexta-feira	Política	Poder de Direito e Poder de facto	Não	Não	Não	Não	Sim
33	07-dez-74	Sábado	Política	Revolução Interior e Revolução Exterior	Não	Não	Não	Não	Sim
34	08-dez-74	Domingo	Economia	Recuperação financeira	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Texto	Data de publicação	Dia	Tema	Título	Marcas Temporais	Citações	Valores	Factos históricos	Marcas do <i>ethos</i>
35	10-dez-74	Terça-feira	Política	Militantismo político	Não	Não	Não	Não	Sim
36	11-dez-74	Quarta-feira	Política	Partidos políticos	Não	Não	Não	Não	Sim
37	12-dez-74	Quinta-feira	Economia Regional	Dinamização da economia local	Não	Não	Não	Não	Sim
38	13-dez-74	Sexta-feira	Política	Não à pena de morte!	Não	Não	Não	Não	Sim
39	14-dez-74	Sábado	Política	Luta pelo povo consciente	Não	Não	Não	Não	Não
40	15-dez-74	Domingo	Política	Processo de Democratização	Não	Não	Não	Não	Sim
41	17-dez-74	Terça-feira	Política/Comunicação	Papel dos partidos e da comunicação social	Não	Sim	Não	Não	Sim
42	18-dez-74	Quarta-feira	Política	Quadro pós-eleições	Sim	Não	Não	Não	Sim
43	19-dez-74	Quinta-feira	Política Regional	Recenseamento eleitoral	Sim	Não	Não	Não	Sim
44	21-dez-74	Sábado	Política	Poder na Checoslováquia	Não	Não	Não	Não	Não
45	22-dez-74	Domingo	Política/Economia Regional	Governança do país	Não	Não	Não	Não	Não
46	25-dez-74	Quarta-feira	Cultura	O Natal	Não	Não	Não	Não	Não
47	28-dez-74	Sábado	Política/Economia Regional	Autonomia da Madeira	Não	Não	Não	Não	Sim
48	29-dez-74	Domingo	Política/Economia Regional	Assembleia Regional	Não	Não	Não	Não	Não
49	31-dez-74	Terça-feira	Política/Economia Regional	Democratização e descentralização	Não	Não	Não	Não	Não
50	01-jan-75	Quarta-feira	Política/Economia	1975: ano decisivo	Sim	Não	Não	Não	Sim
51	03-jan-75	Sexta-feira	Política/Economia Regional	Lei orgânica: consagração da Autonomia do Arquipélago	Não	Não	Não	Não	Sim

<b>Texto</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Dia</b>	<b>Tema</b>	<b>Título</b>	<b>Marcas Temporais</b>	<b>Citações</b>	<b>Valores</b>	<b>Factos históricos</b>	<b>Marcas do ethos</b>
52	04-jan-75	Sábado	Economia Regional	Agropecuária local	Não	Não	Não	Não	Sim
53	05-jan-75	Domingo	Economia Regional	Setores económicos da Madeira	Não	Não	Não	Não	Sim
54	07-jan-75	Terça-feira	Economia Regional	Pesca e Turismo	Não	Não	Não	Não	Sim
55	08-jan-75	Quarta-feira	Economia	Funcionalismo público	Não	Não	Não	Não	Não
56	09-jan-75	Quinta-feira	Economia/Política Regional	Infra-estruturas de vias de comunicação	Não	Não	Não	Não	Sim
57	10-jan-75	Sexta-feira	Economia/Política Regional	Plano de desenvolvimento dos concelhos Norte	Não	Sim	Sim	Não	Não
58	11-jan-75	Sábado	Economia Regional	Pobreza estrutural	Não	Não	Não	Não	Não
59	12-jan-75	Domingo	Política	Transformação política (25 de abril)	Não	Não	Não	Não	Não
60	14-jan-75	Terça-feira	Política	Socialização do Estado	Não	Não	Não	Não	Não
61	15-jan-75	Quarta-feira	Política	Tempo de eleições	Sim	Não	Não	Não	Não
62	16-jan-75	Quinta-feira	Religião/ Política	Cristandade versus política	Não	Sim	Sim	Não	Não
63	17-jan-75	Sexta-feira	Comunicação/Política	Entrada da lei da imprensa	Sim	Não	Não	Não	Sim
64	18-jan-75	Sábado	Política	Movimento reacionário: sim à ditadura, não à democracia	Não	Não	Não	Não	Sim
65	19-jan-75	Domingo	Religião/Política	Laicização	Não	Sim	Sim	Não	Não
66	21-jan-75	Terça-feira	Política/Economia	Democratização	Não	Não	Não	Não	Sim
67	22-jan-75	Quarta-feira	Política	Liberdade	Não	Não	Não	Não	Não
68	23-jan-75	Quinta-feira	Política	Assembleias – voto secreto	Não	Não	Não	Não	Não

Texto	Data de publicação	Dia	Tema	Título	Marcas Temporais	Citações	Valores	Factos históricos	Marcas do <i>ethos</i>
69	24-jan-75	Sexta-feira	Política	Assembleia Constituinte: Tomada de decisões	Não	Não	Não	Não	Sim
70	25-jan-75	Sábado	Política/Economia	Cumprimento do programa do Movimento das Forças Armadas	Sim	Não	Não	Não	Sim
71	26-jan-75	Domingo	Educação/Economia	Plano de educação	Não	Não	Não	Não	Sim
72	28-jan-75	Terça-feira	Educação	Ano letivo	Não	Não	Não	Não	Sim
73	29-jan-75	Quarta-feira	Política	Regime Democrático	Não	Não	Não	Não	Não
74	30-jan-75	Quinta-feira	Política	Visita de Leopold Senghor a Portugal	Não	Não	Não	Não	Não
75	31-jan-75	Sexta-feira	Política	Homem-cidadão	Não	Não	Não	Não	Não
76	01-fev-75	Sábado	Política/Economia	NATO	Não	Não	Não	Não	Não
77	02-fev-75	Domingo	Política	O medo	Não	Sim	Sim	Não	Não
78	04-fev-75	Terça-feira	Política/Economia Regional	Preocupações eleitorais	Não	Não	Não	Não	Sim
79	05-fev-75	Quarta-feira	Política/Economia	Governança de um país	Não	Não	Não	Não	Não
80	06-fev-75	Quinta-feira	Política	Obrigações do MFA	Não	Não	Não	Não	Não
81	07-fev-75	Sexta-feira	Política/Economia Regional	Madeira e a sua autonomia	Não	Não	Não	Não	Sim
82	08-fev-75	Sábado	Política	Constituição da República Portuguesa	Sim	Não	Não	Não	Sim
83	09-fev-75	Domingo	Religião/Política	Cristianismo	Não	Não	Não	Não	Não
84	11-fev-75	Terça-feira	Política/Economia Regional	Desenvolvimento económico e social da Madeira	Não	Sim	Sim	Não	Sim
85	13-fev-75	Quinta-feira	Política	Eleições para a Assembleia Constituinte	Não	Não	Não	Não	Não

Texto	Data de publicação	Dia	Tema	Título	Marcas Temporais	Citações	Valores	Factos históricos	Marcas do ethos
86	14-fev-75	Sexta-feira	Política/Economia	Cargos burocráticos-administrativos	Não	Não	Não	Não	Não
87	15-fev-75	Sábado	Política/Economia Regional	Visita de Mário Soares à Madeira	Sim	Não	Não	Não	Não
88	16-fev-75	Domingo	Política	MFA	Não	Não	Não	Não	Sim
89	18-fev-75	Terça-feira	Política (pessoal)	Considerações pessoais	Não	Não	Não	Não	Sim
90	19-fev-75	Quarta-feira	Comunicação	Papel cívico da imprensa	Não	Não	Não	Não	Sim
91	20-fev-75	Quinta-feira	Política	Totalitarismo de esquerda e conservantismo extremismo	Não	Sim	Sim	Não	Sim
92	21-fev-75	Sexta-feira	Religião/ Comunicação/Política	Rádio Renascença: propriedade da Igreja	Não	Não	Não	Não	Não
93	22-fev-75	Sábado	Política/Economia Regional	Assembleia Constituinte: diretivas	Não	Não	Não	Não	Não
94	23-fev-75	Domingo	Política	Socialismo marxista ou social democracia?	Não	Sim	Sim	Não	Não
95	26-fev-75	Quarta-feira	Política Regional	Administração das coisas públicas	Não	Não	Não	Não	Sim
96	27-fev-75	Quinta-feira	Política	Caminho para a Democracia	Não	Sim	Não	Não	Sim
97	28-fev-75	Sexta-feira	Política	Processo revolucionário em paz	Não	Não	Não	Não	Não
98	01-mar-75	Sábado	Política	Campanha eleitoral	Não	Não	Não	Não	Não
99	02-mar-75	Domingo	Educação/Economia	Papel dos encarregados de educação	Não	Não	Não	Não	Não
100	04-mar-75	Terça-feira	Economia Regional	Mentalidades conscientes	Não	Não	Não	Não	Não
101	05-mar-75	Quarta-feira	Política Regional	20 março: eleições	Sim	Não	Não	Não	Sim
102	06-mar-75	Quinta-feira	Política	Partidos políticos	Não	Não	Não	Não	Sim

Texto	Data de publicação	Dia	Tema	Título	Marcas Temporais	Citações	Valores	Factos históricos	Marcas do <i>ethos</i>
103	07-mar-75	Sexta-feira	Política/Economia Regional	Desemprego na ilha	Não	Não	Não	Não	Sim
104	08-mar-75	Sábado	Política Regional	Combate à criminalidade	Não	Não	Não	Não	Não
105	09-mar-75	Domingo	Política	Autarquias locais	Não	Não	Não	Não	Não
106	11-mar-75	Terça-feira	Política/Cultura	Dia da polícia	Sim	Não	Não	Não	Sim
107	12-mar-75	Quarta-feira	Política	Consagração da via eleitoral	Não	Não	Não	Não	Não
108	13-mar-75	Quinta-feira	Política/Economia	Derrube da tentativa de Golpe de Estado	Não	Não	Não	Não	Não
109	14-mar-75	Sexta-feira	Política	O ódio	Não	Não	Não	Não	Sim
110	15-mar-75	Sábado	Política/Economia Regional	Crise da Democracia	Não	Não	Não	Não	Não
111	16-mar-75	Domingo	Política	Pessoa humana	Não	Não	Não	Não	Não
112	18-mar-75	Terça-feira	Política/Economia Regional	Silos e plano portuário	Não	Não	Não	Não	Não
113	19-mar-75	Quarta-feira	Cultura	Ano Internacional da Mulher	Não	Não	Não	Não	Não
114	20-mar-75	Quinta-feira	Política	Socialismo	Não	Não	Não	Não	Não
115	21-mar-75	Sexta-feira	Cultura	Megalomania e falta de inteligência	Não	Não	Não	Não	Sim
116	22-mar-75	Sábado	Economia Regional	Pesca	Não	Não	Não	Não	Sim
117	23-mar-75	Domingo	Política	Homem e Democracia	Não	Não	Não	Não	Sim
118	25-mar-75	Terça-feira	Política	Povo e as eleições	Não	Não	Não	Não	Não
119	26-mar-75	Quarta-feira	Comunicação/Política	Nacionalização da imprensa	Não	Não	Não	Não	Não
120	27-mar-75	Quinta-feira	Economia/Política Regional	Regionalização dos centros de decisão	Não	Não	Não	Não	Não

<b>Texto</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Dia</b>	<b>Tema</b>	<b>Título</b>	<b>Marcas Temporais</b>	<b>Citações</b>	<b>Valores</b>	<b>Factos históricos</b>	<b>Marcas do ethos</b>
121	28-mar-75	Sexta-feira	Política	Não ao voto em branco!	Não	Não	Não	Não	Sim
122	30-mar-75	Domingo	Cultura	Páscoa	Sim	Não	Não	Não	Sim
123	01-abr-75	Terça-feira	Política	Minorias iluminadas	Não	Não	Não	Não	Não
124	02-abr-75	Quarta-feira	Política/Economia Regional	Processo revolucionário	Não	Não	Não	Não	Não
125	03-abr-75	Quinta-feira	Política Regional	Campanha eleitoral	Não	Não	Não	Não	Sim
126	04-abr-75	Sexta-feira	Política	Procura de um sistema governativo	Não	Não	Não	Não	Não
127	05-abr-75	Sábado	Política	Questão das minorias iluminadas	Não	Sim	Não	Não	Não
128	06-abr-75	Domingo	Política	Não à intervenção estrangeira	Não	Não	Não	Não	Não
129	08-abr-75	Terça-feira	Política	Voto no 25 de abril	Não	Não	Não	Não	Sim
130	09-abr-75	Quarta-feira	Comunicação/Política	Nacionalização da imprensa	Não	Não	Não	Não	Sim
131	10-abr-75	Quinta-feira	Economia Regional	Economia da Madeira	Não	Não	Não	Não	Sim
132	11-abr-75	Sexta-feira	Política	Voto	Não	Não	Não	Não	Sim
133	12-abr-75	Sábado	Política	Revolução	Não	Não	Não	Não	Sim
134	13-abr-75	Domingo	Política	Ato eleitoral	Não	Não	Não	Não	Sim
135	15-abr-75	Terça-feira	Política	O povo é quem mais ordena	Não	Não	Não	Não	Sim
136	16-abr-75	Quarta-feira	Política	O bom governo	Não	Não	Não	Não	Não
137	17-abr-75	Quinta-feira	Política	Processo revolucionário	Não	Não	Não	Não	Sim
138	18-abr-75	Sexta-feira	Religião/Política	Bispos de Portugal	Não	Sim	Não	Não	Sim

Texto	Data de publicação	Dia	Tema	Título	Marcas Temporais	Citações	Valores	Factos históricos	Marcas do <i>ethos</i>
139	19-abr-75	Sábado	Política	Eleições (25 abril)	Sim	Não	Não	Não	Sim
140	20-abr-75	Domingo	Política	Votos (25 abril)	Sim	Não	Não	Não	Sim
141	22-abr-75	Terça-feira	Religião/Política	Igreja e a política	Não	Não	Não	Não	Não
142	23-abr-75	Quarta-feira	Política	Eleições e violência	Não	Não	Não	Não	Não
143	24-abr-75	Quinta-feira	Política	Apelo ao voto (25 abril)	Não	Não	Não	Não	Sim
144	25-abr-75	Sexta-feira	Política	25 abril: Dia de Portugal!	Sim	Não	Não	Não	Sim
145	27-abr-75	Domingo	Política	Resultados das eleições	Não	Não	Não	Não	Não
146	29-abr-75	Terça-feira	Política	Povo politizado?	Não	Não	Não	Não	Não
147	30-abr-75	Quarta-feira	Política Regional	Pós-eleições	Não	Não	Não	Não	Não
148	01-mai-75	Quinta-feira	Comunicação/Política	Qual o papel da imprensa?	Não	Não	Não	Não	Sim
149	03-mai-75	Sábado	Cultura	1 maio: Dia do Trabalhador	Não	Não	Não	Não	Não
150	04-mai-75	Domingo	Política	Boicote de partidos	Não	Não	Sim	Não	Sim
151	06-mai-75	Terça-feira	Política	Papel da Social Democracia	Não	Não	Não	Não	Não
152	07-mai-75	Quarta-feira	Política	Conjuntura sócio-política	Não	Não	Não	Não	Não
153	08-mai-75	Quinta-feira	Política Regional	Projeto de regionalização administrativa do território português	Não	Não	Não	Não	Sim
154	09-mai-75	Sexta-feira	Política Regional	Independência para a Madeira	Não	Não	Não	Não	Não
155	10-mai-75	Sábado	Política Regional	Diário lisboeta "República"	Não	Não	Não	Não	Sim

<b>Texto</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Dia</b>	<b>Tema</b>	<b>Título</b>	<b>Marcas Temporais</b>	<b>Citações</b>	<b>Valores</b>	<b>Factos históricos</b>	<b>Marcas do ethos</b>
156	11-mai-75	Domingo	Comunicação/Política	Meios de comunicação social e os povos	Sim	Não	Não	Não	Não
157	13-mai-75	Terça-feira	Política Regional	Povo da Madeira e Partidos Políticos Locais	Não	Não	Não	Não	Não
158	14-mai-75	Quarta-feira	Política	Organismos Políticos	Não	Não	Não	Não	Não
159	15-mai-75	Quinta-feira	Comunicação/Política	Meios de comunicação estaduais	Não	Não	Não	Não	Não
160	16-mai-75	Sexta-feira	Política	Paz e a Liberdade	Não	Não	Não	Não	Sim
161	17-mai-75	Sábado	Política	Considerações sobre as eleições (partidos)	Não	Não	Não	Não	Não
162	18-mai-75	Domingo	Economia Regional	Norte: combate aos problemas rurais	Não	Não	Não	Não	Não
163	20-mai-75	Terça-feira	Política Regional	Movimento de solidariedade: Jornal da Madeira	Não	Não	Não	Não	Não
164	21-mai-75	Quarta-feira	Educação/Economia	Ensino: formação cívica e formação técnica	Não	Não	Não	Não	Não
165	22-mai-75	Quinta-feira	Política/Economia	Política dos blocos	Não	Não	Não	Não	Sim
166	23-mai-75	Sexta-feira	Política	Caso “República”	Não	Não	Não	Não	Não
167	24-mai-75	Sábado	Política	Partidos políticos: querelas partidárias	Não	Não	Não	Não	Sim
168	25-mai-75	Domingo	Cultura	Dia da Mãe	Sim	Não	Não	Não	Não
169	27-mai-75	Terça-feira	Economia Regional	Sismo da Madeira	Não	Não	Não	Não	Não
170	28-mai-75	Quarta-feira	Política	Partidos políticos	Não	Não	Não	Não	Sim
171	29-mai-75	Quinta-feira	Religião/Cultura	Festa do corpo de Deus	Não	Não	Não	Não	Não
172	31-mai-75	Sábado	Religião/Cultura	Manifestações de fé	Não	Não	Não	Não	Sim

<b>Texto</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Dia</b>	<b>Tema</b>	<b>Título</b>	<b>Marcas Temporais</b>	<b>Citações</b>	<b>Valores</b>	<b>Factos históricos</b>	<b>Marcas do ethos</b>
173	01-jun-75	Domingo	Cultura	Dia da criança	Não	Não	Não	Não	Não
174	03-jun-75	Terça-feira	Política	Trabalhos da Assembleia Constituinte	Não	Não	Não	Não	Não
175	04-jun-75	Quarta-feira	Economia	Balança de pagamentos	Não	Não	Não	Não	Sim
176	05-jun-75	Quinta-feira	Economia Regional	O Trabalho	Não	Não	Não	Não	Não
177	06-jun-75	Sexta-feira	Política	Democracia e a Europa	Não	Não	Não	Não	Não
178	07-jun-75	Sábado	Política	Primeiros Trabalhos Constituintes	Não	Não	Não	Não	Sim
179	08-jun-75	Domingo	Comunicação/Política Regional	Estatuto Editorial	Não	Sim	Sim	Não	Sim
180	10-jun-75	Terça-feira	Política	Caso dos Açores: Separatismo	Não	Não	Não	Não	Sim
181	12-jun-75	Quinta-feira	Economia	Produtividade: riqueza de um país	Não	Não	Não	Não	Não
182	13-jun-75	Sexta-feira	Educação	Ministério da Educação e Escola	Não	Não	Não	Não	Não
183	14-jun-75	Sábado	Economia/Política	Economia: igualdade de bens	Não	Não	Não	Não	Sim
184	15-jun-75	Domingo	Economia Regional	Porto Santo	Não	Não	Não	Não	Não
185	17-jun-75	Terça-feira	Política/Economia	Política e Democracia	Não	Sim	Sim	Não	Sim
186	18-jun-75	Quarta-feira	Religião/Política Regional	Refugiados de Angola e Moçambique	Não	Não	Não	Não	Não
187	19-jun-75	Quinta-feira	Política	Período antes da ordem do dia	Não	Não	Não	Não	Sim
188	20-jun-75	Sexta-feira	Economia Regional	Economia madeirense	Não	Não	Não	Não	Não
189	21-jun-75	Sábado	Religião/Política	Pastoral do Episcopado Português	Não	Não	Não	Não	Sim

<b>Texto</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Dia</b>	<b>Tema</b>	<b>Título</b>	<b>Marcas Temporais</b>	<b>Citações</b>	<b>Valores</b>	<b>Factos históricos</b>	<b>Marcas do ethos</b>
190	22-jun-75	Domingo	Política/Economia	Conselho da Revolução	Não	Não	Não	Não	Não
191	24-jun-75	Terça-feira	Política	Ação política do MFA	Não	Não	Não	Não	Não
192	25-jun-75	Quarta-feira	Política	Comunicado do Conselho da Revolução	Não	Não	Não	Não	Não
193	26-jun-75	Quinta-feira	Política	Comunicado do Conselho da Revolução	Não	Não	Não	Não	Não
194	27-jun-75	Sexta-feira	Política/Economia	Conselho da Revolução: situação económica do país	Não	Não	Não	Não	Sim
195	28-jun-75	Sábado	Economia/Política	Descentralização administrativa e reforma administrativa	Não	Não	Não	Não	Não
196	29-jun-75	Domingo	Política	Conselho da Revolução: Evolução de mentalidades	Não	Não	Não	Não	Não
197	01-jul-75	Terça-feira	Política	Liberdade e desenvolvimento	Não	Não	Não	Não	Não
198	02-jul-75	Quarta-feira	Religião/Política	A revolução	Não	Não	Não	Não	Sim
199	03-jul-75	Quinta-feira	Política	Esclarecimentos: partidos	Não	Não	Não	Não	Não
200	04-jul-75	Sexta-feira	Política	Regime político: futuro melhor	Não	Não	Não	Não	Sim
201	05-jul-75	Sábado	Religião/Comunicação Regional	Caso Renascença	Não	Não	Não	Não	Sim
202	08-jul-75	Terça-feira	Educação	Reflexões sobre o ensino	Não	Não	Não	Não	Sim
203	09-jul-75	Quarta-feira	Política	General Humberto Delgado	Não	Não	Não	Não	Não
204	10-jul-75	Quinta-feira	Política/Economia	Medidas para pôr fim à grave situação da economia nacional (P.P.D)	Não	Não	Não	Não	Não
205	11-jul-75	Sexta-feira	Cultura	Pessoa humana	Não	Não	Não	Não	Não

Texto	Data de publicação	Dia	Tema	Título	Marcas Temporais	Citações	Valores	Factos históricos	Marcas do <i>ethos</i>
206	12-jul-75	Sábado	Cultura	Pátria: combate ao egocentrismo	Não	Não	Não	Não	Não
207	13-jul-75	Domingo	Política	A mudança: 25 de Abril	Não	Não	Não	Não	Não
208	15-jul-75	Terça-feira	Política/Economia	P.P.D: pontos para a continuação da participação no Governo	Não	Não	Não	Não	Não
209	16-jul-75	Quarta-feira	Economia	Empresas nacionalizadas	Não	Não	Não	Não	Não
210	17-jul-75	Quinta-feira	Economia Regional	Novo preço para o cimento nos Açores	Não	Não	Não	Não	Não
211	18-jul-75	Sexta-feira	Política	Povo	Não	Não	Não	Não	Não
212	19-jul-75	Sábado	Comunicação Regional	Televisão da Madeira	Não	Não	Não	Não	Não
213	20-jul-75	Domingo	Política/Economia	Partidos: rompimento com as coligações	Não	Não	Não	Não	Não
214	22-jul-75	Terça-feira	Política	Vontade do povo	Não	Não	Não	Não	Não
215	23-jul-75	Quarta-feira	Política	Divisão de 2 blocos	Não	Não	Não	Não	Não
216	24-jul-75	Quinta-feira	Política	Respeito entre partidos	Não	Não	Não	Não	Sim
217	25-jul-75	Sexta-feira	Política	Formação de um novo Governo	Não	Não	Não	Não	Não
218	26-jul-75	Sábado	Política	Democracia: Liberdade de reunião e Liberdade de expressão	Não	Não	Não	Não	Não
219	27-jul-75	Domingo	Política/Economia	Restabelecimento de disciplina no país	Não	Não	Não	Não	Não
220	29-jul-75	Terça-feira	Política	Política: quebra de ideais	Não	Não	Não	Não	Não
221	30-jul-75	Quarta-feira	Política	Conferência cimeira de segurança europeia: paz na Europa?	Não	Não	Não	Não	Sim

Texto	Data de publicação	Dia	Tema	Título	Marcas Temporais	Citações	Valores	Factos históricos	Marcas do <i>ethos</i>
222	31-jul-75	Quinta-feira	Política	Povo português	Não	Não	Não	Não	Não
223	01-ago-75	Sexta-feira	Política	Evolução: Democracia	Não	Não	Não	Não	Sim
224	02-ago-75	Sábado	Política	Nova personagem no Governo	Não	Não	Não	Não	Não
225	03-ago-75	Domingo	Política	Desmistificação de fraseologias	Não	Sim	Sim	Não	Não
226	05-ago-75	Terça-feira	Política	“Indefinição” Política	Não	Não	Não	Não	Não
227	06-ago-75	Quarta-feira	Política	Instituição militar	Não	Não	Não	Não	Não
228	07-ago-75	Quinta-feira	Política/Economia	Sistema económico	Não	Não	Não	Não	Sim
229	08-ago-75	Sexta-feira	Política	Formação do Governo e violência	Não	Não	Não	Não	Não
230	09-ago-75	Sábado	Política	Apartidarismo	Não	Não	Não	Não	Não
231	10-ago-75	Domingo	Política/Economia Regional	Luta pela melhor situação política da Madeira	Não	Não	Não	Não	Não
232	12-ago-75	Terça-feira	Comunicação/Política	Liberdade de imprensa como valor democrático	Não	Não	Não	Não	Sim
233	13-ago-75	Quarta-feira	Política	“Documento Melo Antunes”	Não	Não	Não	Não	Não
234	14-ago-75	Quinta-feira	Cultura Regional	Nossa Senhora do Monte	Não	Não	Não	Não	Não
235	15-ago-75	Sexta-feira	Política Regional	“Documento dos nove”: problemática nacional	Não	Não	Não	Não	Não
236	17-ago-75	Domingo	Política/Economia Regional	Junta Governativa dos Açores	Não	Não	Não	Não	Não
237	19-ago-75	Terça-feira	Política	Pluripartidarismo e apartidarismo	Não	Não	Não	Não	Não
238	20-ago-75	Quarta-feira	Política	“Santa Aliança” socialista-comunista	Não	Não	Não	Não	Não

Texto	Data de publicação	Dia	Tema	Título	Marcas Temporais	Citações	Valores	Factos históricos	Marcas do ethos
239	21-ago-75	Quinta-feira	Política	Discurso do 1.º ministro	Não	Não	Não	Não	Sim
240	22-ago-75	Sexta-feira	Política/Economia	Retornados	Não	Não	Não	Não	Não
241	23-ago-75	Sábado	Educação	A Universidade	Não	Não	Não	Não	Não
242	24-ago-75	Domingo	Política	Revolução	Não	Não	Não	Não	Sim
243	26-ago-75	Terça-feira	Política	Pluralismo ideológico institucionalizado	Não	Não	Não	Não	Não
244	27-ago-75	Quarta-feira	Comunicação/Política Regional	Informação da Madeira	Não	Não	Não	Não	Sim
245	28-ago-75	Quinta-feira	Religião	Bispos de Portugal	Não	Não	Não	Não	Não
246	29-ago-75	Sexta-feira	Política	Social-Democracia e Soberania Popular	Não	Não	Não	Sim	Sim
247	30-ago-75	Sábado	Política	Pensamento Político de Francisco Sá Carneiro	Não	Não	Não	Não	Não
248	31/09/1975	Domingo	Política	Progresso de um povo	Não	Não	Não	Não	Não
249	30-set-75	Terça-feira	Política	Política Gonçalvista	Não	Não	Não	Não	Sim
250	01-out-75	Quarta-feira	Política	Ordem	Não	Não	Não	Não	Não
251	02-out-75	Quinta-feira	Política	Valor absoluto da liberdade individual	Não	Não	Não	Não	Não
252	03-out-75	Sexta-feira	Política	Política e Democracia	Não	Não	Não	Não	Não
253	04-out-75	Sábado	Economia Regional	Encerramento de empresas	Não	Não	Não	Não	Sim
254	05-out-75	Domingo	Política Regional	Alcácer Quibir	Não	Não	Não	Não	Sim
255	07-out-75	Terça-feira	Política Regional	Ponto de vista do leitor	Não	Não	Não	Não	Sim

<b>Texto</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Dia</b>	<b>Tema</b>	<b>Título</b>	<b>Marcas Temporais</b>	<b>Citações</b>	<b>Valores</b>	<b>Factos históricos</b>	<b>Marcas do ethos</b>
256	08-out-75	Quarta-feira	Educação	Formação dos jovens	Não	Não	Não	Não	Não
257	09-out-75	Quinta-feira	Política	Graves incidentes	Não	Não	Não	Não	Não
258	10-out-75	Sexta-feira	Política	Estabilidade Política de uma sociedade	Não	Não	Não	Não	Não
259	11-out-75	Sábado	Política	Apelo ao fim dos trabalhos constitucionais	Não	Não	Não	Não	Não
260	12-out-75	Domingo	Política	O Governo	Não	Não	Não	Não	Não
261	14-out-75	Terça-feira	Política	Forças Armadas	Não	Não	Não	Não	Não
262	15-out-75	Quarta-feira	Política	VI Governo	Não	Não	Não	Não	Não
263	16-out-75	Quinta-feira	Comunicação/Política Regional	Jornal da Madeira	Não	Não	Não	Não	Sim
264	17-out-75	Sexta-feira	Economia	Empresa: Estruturação económica de um país	Não	Não	Não	Não	Não
265	18-out-75	Sábado	Política	Heresias Políticas	Não	Não	Não	Não	Não
266	19-out-75	Domingo	Política	Fase Política: atuação dos partidos	Não	Não	Não	Não	Sim
267	21-out-75	Terça-feira	Comunicação/Economia Regional	Comentário a notícia da Madeira	Não	Não	Não	Não	Não
268	22-out-75	Quarta-feira	Política	Social-Democracia e marxismo leninismo	Não	Não	Não	Não	Não
269	23-out-75	Quinta-feira	Política	Política e o Homem	Não	Não	Não	Não	Não
270	24-out-75	Sexta-feira	Política	Democracia e caciquismo	Não	Não	Não	Não	Não
271	25-out-75	Sábado	Política	Processo revolucionário	Não	Não	Não	Não	Não
272	26-out-75	Domingo	Política	Independência de Angola	Não	Não	Não	Não	Não

<b>Texto</b>	<b>Data de publicação</b>	<b>Dia</b>	<b>Tema</b>	<b>Título</b>	<b>Marcas Temporais</b>	<b>Citações</b>	<b>Valores</b>	<b>Factos históricos</b>	<b>Marcas do <i>ethos</i></b>
273	28-out-75	Terça-feira	Política	Comentários e notícias soltas	Não	Não	Não	Não	Não
274	29-out-75	Quarta-feira	Política/Economia	“Recriação” de um país	Não	Não	Não	Não	Sim

**Anexo B** – Capa do JMd do dia 29 de outubro de 1974 e respectiva página de continua-

ção

# JORNAL da MADEIRA

O JORNAL DE MAIOR EXPANSÃO NO ARQUIPÉLAGO

N.º 13 601 — SÉRIE II — ANO XLIII

— PREÇO: 2\$50 —

DIRECTOR: ALBERTO JOÃO JARDIM

TERÇA, 29 DE OUTUBRO DE 1974

PROPRIEDADE DA EMPRESA DO JORNAL DA MADEIRA, LDA. ♦ REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — RUA DO SEMINÁRIO, 22-TELEF. 20014/15 ♦ ENDEREÇO TELEGRÁFICO «JORNAL»

## COMUNICADO

Com a presente edição sob a orientação de novo Director começa mais um período da vida do «Jornal da Madeira». Na ocorrência, impõe-se como elementar dever de justiça, que fraternalmente cumprimos, abranger num sincero agradecimento todos os trabalhadores a cujo labor diário se tem devido a sobrevivência deste órgão da imprensa madeirense e em cujo entusiasmo fundamentamos um estimulante saldo de esperanças quanto ao futuro. Uma referência especial cabe no entanto ao Senhor Dr. Abel Augusto da Silva, Deus ao Jornal o melhor do seu esforço, empenhando toda a sua boa vontade na solução dos problemas que durante a vigência das suas responsabilidades de direcção não cessaram de avolumá-las e torná-las mais complexas. Supõe-se ainda estender este agradecimento a todos os leitores do «Jornal da Madeira», assinantes ou ocasionais, que, constituindo a sua verdadeira razão de ser, lhe têm testemunhado inegável interesse, quer em atitudes de aceitação quer de crítica que são, ambas, permanente desafio à sua capacidade de resposta, hoje, às interpelações válidas da comunidade em que se insere.

Depois de ampla consulta que se estendeu a todos os sectores de trabalho da Empresa democraticamente representados no seu Conselho de Gerência, a numerosos Leigos e ao Clero desta diocese, foi decidida a nomeação do Senhor Dr. Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim para dirigir o «Jornal da Madeira». A certificar o acerto desta decisão não faltou sequer a força testemunhal das votações autênticas traduzida na presença de votos contrários. Neste caso, cinco dos contactados. Desejamos ao novo Director felicidades no desempenho do seu cargo, consubstanciadas no êxito de um propósito a cumprir com a colaboração de toda a sua excelente equipa: fazerem do «Jornal da Madeira», como jornal católico, uma efectiva ajuda a quantos, crentes ou não crentes, se empenham na salvaguarda dos valores de liberdade e responsabilidade que garantem o desenvolvimento integral do homem. Com especial preocupação pelos interesses dos mais simples e humildes na comunidade que somos.

EMPRESA DO JORNAL DA MADEIRA, LDA.

## PADRE DR. ABEL AUGUSTO DA SILVA

Acaba de deixar a Direcção do «Jornal da Madeira» por vontade insistentemente expressa, o Rev.º Pe. dr. Abel Augusto da Silva que durante dez meses, dirigiu este órgão da Diocese do Funchal.

É de salientar, neste momento, o que o dr. Abel Augusto da Silva viveu, em tão curto lapso de tempo, a época mais difícil da história deste diário, mantendo-se, em todas as circunstâncias, com a maior dignidade e isenção, solucionando problemas que, só a sua sólida formação humana e sacerdotal os conseguiu ultrapassar.

Verdadeiro amigo dos trabalhadores deste Jornal o dr. Abel Augusto da Silva usou sempre o diálogo como um meio de união autêntica e esclarecimento de todos nós.

Se a sua permanência se prolongou até agora, neste diário, deve-se única e exclusivamente ao seu espírito de amizade e compreensão para com o corpo redactorial, o qual sempre esteve à sua volta, em todos os momentos, correspondendo assim aos pedidos várias vezes formulados pela Redacção para que se mantivesse no cargo.

Queremos com esta nota, testemunhar a nossa admiração ao Pe. dr. Abel, e render a nossa justa homenagem a quem tanto conosco colaborou — homenagem feita pela nossa amizade sincera e espírito profissional.

Ao assumir as suas novas funções de director deste Jornal, coadjuvado na chefia da Redacção pelo nosso colega António Jorge Andrade, que até aqui, desempenhou o cargo de Secretário, oferecemos ao dr. Alberto João e àquele nosso companheiro a nossa melhor colaboração e apoio.

Foi decidido constituir um Conselho de Redacção, cuja composição anunciaremos na nossa edição de amanhã.

CORPO REDACTORIAL

## Conjura reaccionária em Angola

—segundo o Vice-Almirante ROSA COUTINHO

LISBOA, 28 — Chegou inesperadamente a Lisboa o vice-Almirante Rosa Coutinho, presidente da Junta Governativa de Angola.

NA ÁFRICA DO SUL

### 15 MIL REFUGIADOS MOÇAMBICANOS SEM ABRIGO

LOURENÇO MARQUES, 28 — Quinze mil refugiados de Moçambique vivem em situação desesprada, que dia a dia se agrava, na África do Sul — segundo o matutino «Notícias», desta capital.

O mesmo jornal acrescenta: «Sem comida, sem vestuário e sem acomodações que lhes permitam manter um nível mínimo de vida, mais de 90 por cento dos refugiados encontram-se praticamente sem dinheiro sul-africano e o dinheiro de Moçambique não tem ali aceitação.

A situação dos refugiados tende a agravar-se — conclui aquele jornal. — (L.)

### 1.058 PRESOS por motivos políticos

LISBOA, 28 — Estão presentemente detidos em Caxias mais de mil elementos da ex-PIDE-DGS. Também em Monsanto se encontram 355 elementos da extinta polícia política, em Peniche 179, em Pinheiro da Cruz 99, na Penitenciária 398, no hospital prisão de S. João de Deus 8 e em Tires 19 mulheres. No total, são 1058 os indivíduos presos por motivos políticos, segundo elementos fornecidos por um porta-voz oficial. — (L.)

Antes da sua partida de Luanda, Rosa Coutinho, em entrevista que concedeu a um matutino luandense, revelou a descoberta de uma conjura reaccionária em Angola e teve um encontro com Jonas Savimbi.

Após a sua chegada a Lisboa participou no Palácio de Belém a uma reunião da comissão de Descolonização que teve por tema o processo de descolonização de Angola onde se crê iminente a forma-

ção de um governo de transição integrando elementos do MPLA, FNLA e UNITA.

Entretanto, antes, também em Belém, o conselho superior do Movimento das Forças Armadas voltou a reunir para prosseguimento dos trabalhos iniciados no sábado passado no curso dos quais foi nomeadamente feito um balanço à situação política interna e na análise do problema de descolonização de Cabo Verde e de Timor. — (L.)

## KENNEDY EM PORTUGAL

LISBOA, 28 — O senador Edward Kennedy que foi candidato à presidência dos Estados Unidos deverá visitar Portugal em princípios de Novembro próximo a convite do Partido Socialista Português. A notícia foi divulgada no decorso duma sessão de esclarecimento da Vile Nova da Barquinha pelo Dr. Mário Soares, secretário-geral do PSP. — (L.)

## Comissão Instaladora do Hospital Distrital do Funchal



Conferiu posse ontem, às 18 horas, no edifício do Hospital Distrital do Funchal, conforme o documenta a nossa gravura, a sua nova Comissão Instaladora, o Governador do Distrito, dr. Fernando Rebelo. Constituem a comissão as seguintes individualidades: presidente — Eng.º Jorge Bettencourt de Castro, industrial; vice-presidente — Dr. Silvío Carvalho Santos, advogado e consultor técnico; vogais — Dr. Jaime Ricardo Jorge de Paula Rosa, director clínico; Jaime Jardim Rodrigues, enfermeiro; João Luís da Cruz Piloto, chefe de secção; Eng.º Adérito de Castro Vide, chefe dos serviços de instalação e equipamento; Daniel Rodrigues Agapito, técnico de radiologia.

## TRIBUNA LIVRE

Só se merece a vida quando ela é empenho permanente naquilo em que se acredita. E eu acredito no Homem. Na sua capacidade para construir um mundo novo, melhor, onde da palavra opressão reste apenas lembrança amarga. Distante na História. Será esse encontro com a sua própria realidade transcendental, então a incompatibilizar de vez a Pessoa Humana com os erros e a ilusão de se ter julgado simples matéria episódica.

A Imprensa é um dos terreiros da luta por um futuro digno. Digno, não só para maiorias e muito menos para minorias. Digno para todos e cada um. Porque a Imprensa é luta, é empenho, é compromisso com valores inalienáveis, aqui devemos estar quando chamados.

O País em cuja construção temos de participar, ensaia titubeantes primeiros passos de Democracia. É difícil aprender. Mas não impossível. Porém, não se ouse sonhar com Estado democrático, sem também e principalmente instaurar uma sociedade democrática.

Sociedade democrática pressupõe elemento fundamental — a liberdade de imprensa. E essa só existe quando plenitude. Quando sobre este tipo de comunicação social não recair peia administrativa de qualquer espécie. Com os órgãos que na comunidade politicamente organizada têm o poder de julgar — os tribunais — a serem os únicos legítima e legalmente competentes para aplicar sanções por inequívoca violação de normas fundamentais imperativas de convívio social.

Mas a liberdade de imprensa, articulação dever de informar — direito de ser informado, não vincula àquele neutralismo amorfo que torna pobre, vazia de conteúdo, a riqueza dos factos humanos. Todos temos opções que, para o fazerem, devem nascer obrigatoriamente duma análise séria. E a Liberdade traduz-se na possibilidade de defendermos honestamente os nossos pontos de vista e

(Conclui na última pág.)

## 7.550\$00 PARA OS VOLUNTÁRIOS

Do pessoal e direcção do Hotel Reid's recebemos uma importante quantia monetária destinada à reconstrução da sede dos Bombeiros Voluntários Madeirenses que ficou, conforme é do conhecimento dos nossos leitores, seriamente danificada pela desorientada acção dos populares que se prestaram a colaborar, na noite do incêndio da «Socarma», no salvamento do seu recheio. Acção que viria inutilizar praticamente a maior parte do seu material, destruiu outra e a fazer desaparecer a que restava. Sem meios, sem protecção e deitados nas mãos da caridade pública, os Voluntários no entanto não se detêm. Pelo contrário, continuam, esperancados no luminoso espírito de solidariedade do nosso povo, daquele que sabe quão valiosa é a sua existência e quão prestimosa é a sua actuação; esperancados e crentes na boa vontade de todos nós.

E porque sucede isso. Porque precisam os Voluntários de se abrir a sempre bem recebida atenção dos seus beneméritos amigos? A resposta encontra-se na inteligência de cada um, mas, sobretudo, vive na ignorância, pura e, quem sabe (?), propositada, a que as entidades responsáveis se dedicam. Ignorar, passar por cima dos problemas é já tema preferido daqueles que, não só se interessando, deviam procurar resolver casos tão prementes como o é o dos Voluntários.

Sete mil, quinhentos e cinquenta escudos chegaram-nos pelas vias mais selectas da solidariedade. O sentimento eleito da participação humanitária, da colaboração com os valores que regem os mais destacados princípios da solidariedade.

Não se compreende que se fechem no silêncio os que deviam de usar da palavra, sobretudo quando essa palavra edificadora, resolve. Aqui se releva, por outro lado, a atitude daqueles que, sem lhe ser pedida a acção, empreendem-na, desinteressadamente, e constroem o mundo que é o de todos nós e que de todos nós depende. Os Bombeiros Voluntários precisam do nosso apoio — e nós não tardaremos, possivelmente, a necessitar do deles. Se os deixarmos sós, neste momento tão angustiante, vergonhosos serão a nossa palavra e a nossa consciência no dia de amanhã.

## O PAPEL DE PORTUGAL nas relações África-Europa posto em destaque pelo primeiro-ministro sueco

LISBOA, 28 — Momentos antes de embarcar para o seu país, o primeiro ministro sueco, Olof Palme, concedeu uma conferência de imprensa num hotel da capital, estando também presentes o ministro dos Negócios Estrangeiros da Noruega, Knut Denlund, e o Dr. Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Durante esta reunião com os jornalistas, Palme afirmou a certa altura:

«Portugal pode desempenhar um papel importante no diálogo entre os novos países da África e a Europa, pois tem conhecimentos adquiridos durante os séculos do seu contacto e que serão válidos no período que agora começa, o que conduzirá a atitudes belas e progressistas».

«O papel de Portugal nas relações África-Europa é verdadeiramente central. Os dirigentes dos movimentos emancipacionistas com quem, desde há muito, contactamos, sempre nos disseram que atri-

buem a Portugal esse papel e fizeram-no ainda, em pleno combate anti-colonial».

O dirigente do Partido Social Democrata Sueco frisou o amplo auxílio durante anos prestado pelo seu país aos movimentos de guerrilha armada africanos e citou uma dotação de 52 milhões de coroas ao PAIGC, da nova República da Guiné-Bissau, após fazer notar que todo o auxílio, durante anos prestado, sempre esteve de acordo com todas as resoluções tomadas pelas Nações Unidas e afirmou que serão os novos Estados africanos a decidir da assistência a receber do Governo sueco.

Ao encontro com os jornalistas portugueses e estrangeiros, que teve a comparação de toda a delegação escandinava, assistiram numerosos dirigentes e militantes do Partido Socialista. Entretanto, à sua chegada a Estocolmo o primeiro-ministro foi abordado pelos jornalistas, interessados

## CARNE BOVINA: aumento 4% nos preços da primeira categoria

Uma portaria (700/74) do Ministério da Economia, hoje publicada no «Diário do Governo» fixa os preços da carne verde de bovino. De acordo com a nova tabela, são aumentados os preços da primeira categoria em 4 por cento, ficando os restantes iguais aos que vêm sendo praticados. O lombo e a vazia continuam com preço livre.

Os preços para o continente e arquipélago da Madeira ficam assim: acém redondo, pojadouro, coberto do pojadouro, rabadiilha, acém comprido, aicatra, chã de fora e cheio, agulha, espelho e sete da pá — 100 escudos sem osso e 75 com osso. Esta é a primeira categoria e sofreu um aumento de 4 por cento em relação aos preços praticados desde o 25 de Abril. Nos Açores, os preços para esta categoria de carne bovina ficam em 98 es-

culos sem osso e 74 com osso.

Os preços da segunda categoria — resto da pá, aba grossa, cachaço, peito alto, chumbões e coberto do acém — ficam na mesma: 64 sem osso e 48 com osso. Nos Açores estes preços são, respectivamente, de 59 escudos e 44 escudos.

Também a terceira categoria — aba delgada, aba das costelas, prego do peito e rabo — se não alteram: 48 escudos sem osso e 36 com osso. Nos Açores: 40 e 30 escudos, respectivamente.

A língua limpa fica tabelada em 80 escudos o quilo, o rim limpo em 80 escudos igualmente, e a rilada e a gordura em quatro escudos o quilo. Nos Açores, a gordura tem o mesmo preço, mas a língua limpa e o rim limpo são 20 escudos mais baratos.

## TELEGRAMA DO GOVERNO PORTUGUÊS aos Chefes de Estado dos Países Árabes

LISBOA, 28 — O Ministério dos Negócios Estrangeiros acaba de fornecer aos órgãos da informação o texto do telegrama enviado pelo Presidente da República Portuguesa aos Chefes de Estado dos Países Ara-

bes reunidos em Rabat sob a presidência do rei Hassan II e que lhes foi entregue pelo secretário-geral daquele Ministério, embaixador Tomas Andersen que para o efeito se deslocou expressamente a Marracos como enviado especial do Chefe de Estado português. É este o texto da mensagem do general Costa Gomes: «No momento histórico em que se encontram reunidos em Rabat tão ilustres chefes de estado dos Países Árabes desejo saudar-vos efusivamente em nome do meu país. Portugal na sua história longa de séculos recebeu da civilização e da cultura árabe um caudal precioso de ensinamentos e experiências que vieram a integrar-se e a amalgamar-se na sua própria cultura.

em saber resultados desta sua visita ao nosso país.

Assim, Olof Palme afirmou: «Foi uma visita do mais alto interesse e que, apesar de curta, me convenceu de que Portugal se encontra no caminho de uma verdadeira democracia, para cuja construção a Suécia está decisivamente pronta a contribuir desde já».

A visita de Olof Palme a Lisboa suscitou grande interesse de todos os políticos e informativos suecos e os diários de maior circulação, a rádio e a televisão dedicaram ao assunto extensas reportagens dos seus enviados, incluindo numerosas fotografias. — (L).

## D. António Ribeiro

LISBOA, 28 — Regressou a Lisboa o cardeal patriarca D. António Ribeiro, após ter participado em Roma no Sinodo dos Bispos em representação do episcopado português. — (L).

## TRIBUNA LIVRE

(Conclusão da 1.ª pág.)

de reconhecer aos outros o mesmo direito. Este jornal tem uma orientação. Não se quer bastar com informar. Tem também de formar. Nas linhas dum cristianismo vivo e autêntico. Que tanto mais o é, quanto mais próximo consiga estar dos pobres, dos fracos, dos infelizes. Dos que têm sede de Justiça. Quanto mais se veja perto das catacumbas.

Cristianismo é vanguarda. É a mais perfeita revolução em liberdade. Porque justamente parte do interior de cada um. Da transformação voluntária que cada íntimo opere. O mundo mudou. Todos temos de recuar cair no drama de não saber-se aceitar os novos tempos. E eles devem ser conquistados para os valores fundamentais que nos orientam.

A Liberdade nunca foi séquito dos poderosos. Seguiremos, sim, os termos da constituição pastoral do Concílio Vaticano II «Gaudium et Spes»: «O trabalho humano que se exerce na produção, no comércio ou nos serviços económicos supera os outros elementos da vida económica, cuja função é serem instrumentos» (67, § 1).

Na aprendizagem de Democracia que ensaiamos permanentemente, avulta a discussão dos problemas regionais. Pois quais a luta terá de ser sem quartel. Mas em caso algum deve um jornal ser lupanar para onde se atiram ódios pessoais. As ideias discutem-se. Por elas ou contra elas há que bater-se duramente. As pessoas, essas respeitam-se.

A. J.

## Conferência de imprensa do ministro Salgado Zenha

LISBOA, 28 — Importantes reformas da estrutura do Ministério da Justiça e da legislação a publicar no sentido de promover uma «justiça verda-

deiramente democrática» foram esclarecidas esta manhã pelo ministro Salgado Zenha durante uma conferência de imprensa convocada para prestar esclarecimentos acerca do plano de actividades do Ministério, aprovado pelo Governo Provisório em 22 de Setembro último.

## REUNIDO EM BÉLEM O CONSELHO SUPERIOR DAS FORÇAS ARMADAS

LISBOA, 28 — O Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas esteve esta manhã reunido, no Palácio de Belém, sob a presidência do general Costa Gomes, tendo sido analisado e discutido a estruturação dos comandos dos três ramos das Forças Armadas, bem como as funções dos membros da Junta de Salvação Nacional que não desempenham funções de Chefe de Estado Maior. — (L)

## DONATIVOS para o Sindicato dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados

Em resposta ao apelo do Sindicato dos Empregados e Operárias da Indústria de Bordados, com vista a que o dia de trabalho de domingo, 6 do corrente, se transformasse num dia de união e de prova de solidariedade para com as operárias despedidas foram recebidos, naquele organismo, vários donativos, totalizando cerca de 10 000\$00.

Entre as muitas reformas jurídicas e judiciais anunciadas, conta-se a revisão das leis do divórcio tendo o dr. Salgado Zenha anunciado que está a ser providenciado com a colaboração do Ministério dos Negócios Estrangeiros conseguir-se a revisão da Concordata e da instituição do divórcio directo por mútuo consentimento, acabando-se com a possibilidade de decretar a separação quando se pede o divórcio, revendo os seus fundamentos e regulando as situações criadas aos cônjuges e dos filhos de casamentos católicos. O ministro Salgado referiu-se também aos princípios fundamentais da reforma legislativa em curso, bem como a reestruturação de vários serviços, tendo aludido nomeadamente, a criação de uma Escola Nacional de Magistratura permitindo uma «abordagem dos problemas sociais», e evitando o formalismo até agora vigente. O dr. Salgado Zenha revelou ainda a propósito, da reestruturação da política judiciária que estão em curso, mais de vinte processos por corrupção.

No sentido de procurar «uma adequada formação policial» salienta-se a necessidade da criação de uma escola com vista a «uma imediata especialização de funções». O plano dedica ainda parte do seu articulado aos problemas da delinquência juvenil e dos tribunais de menores. — (L)

**Anexo C** - Capa do JMd do dia 13 de novembro de 1974

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR :

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do JORNAL DA MADEIRA LDA.

Redacção e Administração

Rua do Seminário, 22 - R. Dr. Fernão Ornelas Telf. 20014/15

Endereço telegráfico «Jornal»

QUARTA-FEIRA

13

NOVEMBRO DE 1974

N.º 13 613  
SÉRIE II  
ANO XLIII  
PREÇO 2850

## ANGOLA

### Preocupante a situação devido às violências

LUANDA, 12 — O presidente da Junta Governativa, vice-Almirante Rosa Coutinho, fez ontem à noite um apelo à calma, através da Rádio, condenando os lamentáveis excessos que se têm verificado ultimamente em Luanda e que já roubaram dezenas de vidas.

O presidente anunciou ainda que tinha pedido aos representantes oficiais dos Movimentos para publicamente condenarem os desmandos que estão a verificar-se. Com efeito, logo a seguir à alocação do Almirante Rosa Coutinho, a Rádio transmitiu e repetiu várias vezes os apelos do comandante Omanbua, em nome do comité central do MPLA; de Hendrik Vaal Neto, pela FNLA; e o dr. Wilson Fernandes dos Santos, da UNITA — todos eles condenando

(Concl. das págs. centrais)



MOSCOVO — Kher Lasuria (à esq.) celebrou o seu 140.º aniversário. A sua direita vê-se o filho mais velho com 100 anos. Lasuria afir ma que nunca visitou um médico.

(Telimprensa-Jornal da Madeira)

## CONSELHO DE MINISTROS

### APRECIA INCIDENTES DE ANGOLA

LISBOA, 12 — O Conselho de Ministros voltou hoje a reunir-se, às 15 horas, em sessão normal de trabalho, sob a presidência do brigadeiro Vasco Gonçalves.

Da parte da manhã, a partir das 9 e 30, esteve reunida em Belém a Comissão Nacional de Descolonização, sob a presidência do general Costa Gomes e com a presença, também, do primeiro-ministro.

A Comissão debruçou-se sobre os problemas mais prementes dos territórios ultramarinos ainda sob administração portuguesa, nomeadamente os respeitantes a Angola, onde ocorreram mais incidentes de muita gravidade, extensivos, nas últimas horas, ao enclave de Cabinda. Para Angola seguiu esta manhã, em missão, de esclarecimento, uma dele-

gação do Movimento das Forças Armadas chefiada pelo capitão Vasco Lourenço, membro da Comissão Coordenadora e do Conselho de Estado.

#### Aprovada a lei eleitoral

O Conselho de Estado concluiu ontem a sua apreciação da segunda parte da lei eleitoral, após ouvir uma exposição do ministro da Coordenação Interterritorial sobre as incidências da aplicação da lei nos

(Conclui na Pág. 5)

## M. F. A. CRITICA MINISTÉRIO DA ECONOMIA

A política seguida pelo Ministério da Economia é alvo de severas críticas num artigo publicado na última edição do boletim do Movimento das Forças Armadas. O artigo, incluído sob a rubrica «Economia-Política» afirma, nomeadamente, que naquele Ministério «predomina a forma sobre o conteúdo e a hesitação sobre a determinação».

Pela importância de que se reveste, transcrevemos integralmente o texto do referido artigo:

#### A palavra decisiva

1. Passados que são seis meses sobre o 25 de Abril importa fazer uma reflexão, ainda que breve, sobre a situação político-económica do nosso País.

Se o Movimento de 25 de Abril não assumiu, no imedia-

to, o carácter de uma profunda revolução social, ele também não foi um simples golpe de Estado cujo principal objectivo foi modificar a «classe política» no Poder. Embora as tentativas, por diversas formas e de diferentes origens, para reduzir o 25 de Abril a uma mera modificação formal na estru-

(Conclui nas págs. centrais)

## REVISÃO DA CONCORDATA vista com optimismo

LISBOA, 12 — Terminada a sua missão de sete dias na Santa Sé, durante a qual foi recebido em audiência por Paulo VI e pelo cardeal Jean Villot, regressou a Lisboa o procurador-geral da República, dr. João Pinheiro Farinha.

Conforme se referiu oportunamente, a missão do dr. Pinheiro Farinha teve como motivo principal a revisão da Concordata.

A tal respeito, o procurador-geral da República disse, à chegada a Lisboa, que «o Papa Paulo VI demonstrou uma franca abertura com vista a negociações», mostrando-se bem informado sobre as questões relacionadas com a revisão do referido tratado e revelando-se muito atento à situação religiosa, social e política do nosso país.

Além das audiências com o Papa e o cardeal Villot, o dr. Pinheiro Farinha participou, ainda, numa sessão de trabalho que decorreu na residência do embaixador de Portugal junto da Santa Sé, à qual esteve presente monsenhor Agostinho Casarolli, secretário do Conselho para os Assuntos Públicos da Igreja.

O procurador-geral da República avistou-se, ainda, com o ministro italiano da Justiça — que o obsequiou com um banquete — trabalhando ainda com outros funcionários superiores daquele departamento governamental, inteirando-se sobre a reforma do processo penal em curso naquele país, bem como a respeito da legislação sobre trabalho.

Mantendo-se reservado relativamente aos resultados das conversações que estabeleceu a diversos níveis, o dr. Pinheiro Farinha evidenciou, no entanto, o seu optimismo quanto ao êxito da sua missão e, quanto ao problema do divórcio declarou que «haverá notícias sobre o assunto já no próximo mês».

## TRIBUNA LIVRE

O problema da Economia é vital em qualquer sistema político. O desen-

volvimento dum sociedade, desenvolvimento não só no sentido económico mas no seu significado integral, apenas é possível se assente numa vida económica sã.

E sem desenvolvimento está prejudicada a estabilidade política.

Ora, a estabilidade política é neste momento bastante importante. O País dá os seus primeiros passos de instauração dum regime democrático. Se o Poder deixar gerar um clima de insegurança ou de insatisfação, há o risco do próprio processo em curso começar a ficar comprometido, numa época de recém-nascimento em que todos os cuidados são poucos. E com visão rasgada e firme que se regem os Estados nas épocas de crise. A fixação dum regime democrático não dispensa a vigência de Autoridade.

Mas uma Autoridade que não significa o passar-se novamente à adopção de medidas ditatoriais, como no defuncto regime. Não saímos duma, para meter-nos noutra.

A Autoridade pode exercer-se em pleno regime democrático. Basta criar-se um clima de tranquilidade nos espíritos, acelerar-se o processo de reformas, agir-se em conformidade com o critério da maioria esmagadora da Nação que deseja uma alteração importante de estruturas, mas sem convulsões sociais.

Há que, urgentemente, cuidar da imagem que no estrangeiro se possa fazer de nós. De lá chegam importantes remessas da emigração e outros tipos de entrada de divisas que, pelo peso decisivo exercido na nossa balança de pagamentos, são indispensáveis a uma sobrevivência da economia portuguesa, entendida esta em moldes progressivos.

Os nossos serviços diplomáticos, as nossas agências de informação, mesmo os nossos empresários privados, têm de rapidamente fazer sentir nos outros países, principalmente naqueles onde temos poderosos núcleos de emigrantes, que em Portugal não há motivo para alarmes. Que a situação só se deteriorará, se acaso faltarem à nossa economia as divisas fundamentais que enriquecidamente necessitamos para o arranque que temos de executar.

E os poderes públicos não podem também esquecer que a imagem que o estrangeiro venha a propalar a nosso respeito, depende muito da forma como se orientarem as coisas cá dentro.

Enfileiramos com aqueles que vêem nalguns problemas económicos do momento, apenas uma crise passageira, normal numa mudança de estruturas. O que, no entanto, nos não faz enjair uma apreensão prudente. Mas, por isso, pensamos que se os poderes públicos tomarem medidas que vão eliminando temores e retracções no mercado, exercitando uma profunda preocupação de estabilizar o País numa concepção democrática pluralista, em breve poderemos assistir a uma recuperação espectacular.

«Noblesse oblige». Eis, portanto, a quem cabe agir rapidamente.

A. J.

## GUIAS DE PORTUGAL

### O MERCADINHO DE NATAL

No próximo dia 30 de Novembro, no centro comercial do Savoy, à Avenida do Infante, primeira loja, as Guias de Portugal vão abrir o seu habitual Mercadinho de Natal. O produto desta iniciativa vai reverter em benefício dos miúdos do «Ninho», cujo futuro constitui especial empenho daquelas jovens.

As Guias contam com a ajuda e a presença de todos.

**Anexo D** – Capa do JMd do dia 3 de dezembro de 1974 e respectiva página de continua-

ção

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do JORNAL DA MADEIRA LDA.

Redacção e Administração

Rua do Seminário, 22 - R. Dr. Fernão Ornelas Telf. 20014/15

Endereço telegráfico «Jornal»

TERÇA-FEIRA

3

DEZEMBRO DE 1974

N.º 13 630  
SÉRIE II  
ANO XLIII  
PREÇO 2\$50

## NOVO GOVERNADOR MILITAR



Conforme notícia recolhida em fonte fidedigna, o novo Governador Militar da Madeira será o Coronel, para o efeito graduado em Brigadeiro, Carlos Manuel de Azeredo Pinto Melo e Leme. O referido oficial exerceu já pouco após os acontecimentos de 25 de Abril, o cargo de Delegado da Junta de Salvação Nacional na Madeira, acumulando com as funções de Encarregado do Governo e de Comandante Militar. A forma como desempenhou as referidas missões, fez grangear para este Militar um justificado prestígio.

O Brigadeiro Carlos Azeredo nasceu em Marco de Canaveide em 6 de Outubro de 1930, entrou em 1948 para a Escola do Exército onde cursou a Arma de Cavalaria, tendo sido mobilizado para África várias vezes (Angola; Guiné — duas).

Após o 25 de Abril encontrava-se no CICA 1, Porto, donde veio assumir as suas funções anteriores na Madeira. Deste Distrito regressou ao Continente para desempenho de importante missão.

Pela mesma fonte somos também informados que o Major José Manuel Santos de Faria Leal será novamente colocado na Guarnição Militar da Madeira. Este Oficial exerceu já com a profunda eficiência que o conhecimento do meio lhe permite, o cargo de Chefe do Estado-Maior do Comando Territorial Independente da Madeira, tendo tido papel decisivo e de comando nos acontecimentos locais imediatos em 25 de Abril.

## MÁRIO SOARES MERCADO COMUM É OBJECTIVO MAS A LONGO PRAZO

PARIS, 2 — «Sabemos que não podemos ingressar no Mercado Comum, pelo menos neste momento» — declarou o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Dr. Mário Soares em entrevista concedida a Piero de Garzaroli e hoje publicada na secção «Europa» do Vespertino «Le Monde», de Paris.

«Se tivéssemos que aplicar o princípio da livre circulação de pessoas, capitais e produtos, a nossa economia, já tão frágil, não resistiria ao peso de tal carga. Sem dúvida que devemos aproximar-nos progressivamente da CEE, mas com prudência, para evitar que qualquer forma de ajuda, estímulo ou incentivo tenda a converter-nos num satélite da CEE».

O ministro português acrescentou que «seria mais objectivo e realista desenvolver os acordos preferenciais já existentes» e que «não se trata de um estatuto de associação, mas sim de ampliar as modalidades de cooperação sem estabelecer limites, uma vez que o nosso objectivo a longo prazo é a integração na CEE».

Mário Soares focou também a situação económica do País, indicando que Portugal possui, apesar do baixo nível de vida do País, importantes reservas de ouro «o que — sublinhou — é um elemento muito positivo no momento actual».

Quanto à presença de comunistas no Governo, o chefe da diplomacia portuguesa declarou:

«O resultado das eleições dirá se os comunistas devem continuar a fazer parte do Go-

(Conclui na 2.ª pág.)

## MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO BRASIL VISITA PORTUGAL

LISBOA, 2 (ANI) — O ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Chanceler Azeredo da Silveira, chegou ontem a Lisboa, por volta das 17 horas, a convite do Governo

(Conclui na última pág.)

## CAPAS AO VENTO



Aspecto do baile de gala dos setimanistas.

# Machico

## O POVO FAZ A ESTRADA

— Reportagem de Ernesto Rodrigues



(Ler página 10)

## FALSO ALARME DESVIA PARA LAS PALMAS AVIÕES DA ATA E TAP

LISBOA, 2 — (ANI) — Os aviões das companhias ATA e TAP — voos 651 e 287 — saídos de Lisboa ontem à tarde com destino a Luanda e Lourenço Marques, respectivamente, ficaram retidos em Las Palmas. A alteração do percurso deveu-se ao facto de já em pleno voo ter sido recebida a notícia de que haveria engenhos explosivos a bordo.

Na revisão dos aparelhos efectuada em Las Palmas verificou-se que se tratava de um falso alarme, pelo que os aparelhos estão em condições de seguir viagem.

### Clarificação

#### da política económica

LISBOA, 2 — «O grande objectivo do plano que estamos a elaborar, e que vai ser apresentado ao País dentro de poucos dias, consiste na clarificação da política económica do Governo Provisório, para se pôr cobro ao clima de incerteza que se verifica em certos círculos» — declarou o major Melo Antunes, ministro de Estado responsável pela coordenação global dos sectores económico-sociais. O ministro passou os últimos dias da semana passada nos arredores de Lisboa, reunido com a equipa governamental que procede ao estudo do plano económico que, de acordo com a «estratégia antimonopolista» do programa do M.F.A., vai ser aplicado pelo Governo nos próximos tempos. — (ANI)

### TRIBUNA LIVRE

Ensino, sector em crise. Ou melhor, o fracasso dum educação em titubeantes

buscas de rumos definidos.

Para qué a Escola? Dar bons técnicos ao País, e cidadãos com uma formação cívica tal que, na sucessão de gerações, possam assumir responsabilidades sem destruição dos valores colectivos — desenvolvimento, liberdade, paz.

O ensino é também um sector da produção. Onde o Estado faz um enorme investimento. Onde são aplicados dinheiros que têm de ter uma rentabilidade obrigatória, na medida em que os critérios prioritários adoptados deixaram a descoberto outros sectores. Outros sectores onde se necessitam hospitais, habitações, etc..

Podem os alunos, em nítida crise económica, dar-se ao luxo de desperdiçar dinheiro nalgum sector? De tolerar que parte das mais exiguas receitas acabem por ser neutralizadas ante um fenómeno de impotência em fazer funcionar o ensino como deve ser? Os contribuintes que respondam. Os que têm uma assistência social ainda imperfeita porque foram precisas verbas também para o sector ensino, que respondam. E que respondam ainda, os que vivem nos bairros da lata.

Construir uma Democracia em Portugal, implica criar

(Conclui última pág.)

## OCORRÊNCIAS

### 2 mortos e 4 feridos graves

—TRÁGICO BALANÇO DE BRUTAL ACIDENTE DE VIAÇÃO NOS CANHAS  
—OS FALECIDOS SÃO PAI E FILHA

Cerca das 16 horas de ontem, um automóvel particular que descia do Paul, despistou-se no sítio da Malhadinha, freguesia dos Canhas, e embateu, violentamente, num eucalipto, afastado da estrada, cerca de 2 metros, ocorrência causadora de 2 mortos e 4 feridos — começou por descobrir o nosso redactor Ernesto Rodrigues.

—MORTE INSTANTÂNEA DUM NONAGENÁRIO  
—Uma das vítimas morreu a caminho do Hospital

Um dos ocupantes do veículo teve morte instantânea. Trata-se do conhecido e considerado proprietário na Ponta do Sol, António Pita (da Achada), que contava mais de 90 anos.

Na viatura sinistrada, viajavam, ainda, 3 senhoras, que ficaram gravemente feridas, uma das quais, Conceição Pita Lopes, casada, morreu quando era transportada ao Hospital dos Marmeleiros juntamente com as outras duas. Era filha do António Pita e residia ao sítio do Lombo da Terça, Achada, Ponta do Sol.

### Os sobreviventes

O condutor, Manuel de Abreu Ribeiro, de 65 anos, sobrinho do malogrado António Pita, natural da Ponta do Sol e residente à Estrada da Boa Nova, também sofreu graves ferimentos e foi hospitalizado.

As duas senhoras sobreviventes à tragédia são Josefina Vieira Ribeiro, de 63 anos, casada com o Manuel de Abreu Ribeiro, e Constantina de Jesus, casada, de 63 anos, moradora nas Adegas, Ponta do Sol.

No local do sinistro compareceram, logo, o presidente da Comissão Administrativa da Câmara da Ponta do Sol, sr. José Egídio Pita, e as autoridades comarcas que tomaram as imediatas providências que a ocorrência requeria.

### Pormenores da tragédia

Mais tarde, entrámos em contacto telefónico com o sr. Manuel de Abreu Valentim, residente no sítio da Levada do Poiso, Canhas, a cerca de

5 quilómetros do lugar da trágica ocorrência, o qual soubemos ter desenvolvido grande actividade no socorro às vítimas.

Soubemos, assim, que o desastre se deu a cerca de 15 metros da casa da Guarda Florestal na Malhadinha e que quem primeiro deu pelo sucedido foi um motorista dos Serviços Florestais. Como se via impotente para resolver tão grave situação, pois não podia retirar as vítimas do carro, colado a um eucalipto, dirigiu-se, no «jeep» à mercearia do sr. Valentim, no citado sítio da Levada do Poiso, a narrar o desastre. Logo este ordenou a paralização do trabalho na serragem que lá possui e levou todos os homens no seu carro até a Malhadinha para ajudarem no socorro aos sinistrados, tarefa realizada a muito custo e penosamente, com o auxílio de barras de ferro e outras ferramentas.

### Uma outra vítima teimou em ficar nos Canhas

O António Pita era já cadáver e dos restantes feridos apenas o Manuel Ribeiro gritava lancinantemente, pois os outros encontravam-se desalentados, inanimados, à excepção duma velhinha que se queixava muito dos pés e teimou em deixar-se ficar nos Canhas, em casa de familiares.

Assim, só vieram para o Funchal o condutor e as 3 senhoras referidas, uma das quais, como acima dizemos, chegou sem vida ao Hospital dos Marmeleiros.

Deste modo, o balanço da trágica ocorrência cifra-se em 2 mortos e 4 feridos.

Apurámos, ainda, que o Manuel de Abreu Ribeiro e a mulher vieram de férias, à Madeira, após longos anos de ausência em Curaçau.

ERNESTO RODRIGUES

## TRIBUNA LIVRE

(Conclusão da 1.ª pag.)

Escolas onde se institucionalize o hábito da tolerância. Onde se faça a aprendizagem do respeito mútuo, do diálogo franco e honesto. Onde se cultive o trabalho. A Escola, sob pena de traír o País, não pode ser um recinto de intolerância, de ataques pessoais, de indisciplina, um objecto de conquista para partidos políticos. A Escola não pode dedicar-se ao culto da mediocridade nem ser a catedral da ausência do trabalho.

Portugal precisa de técnicos. Capazes de promoverem o arranque impossível de adiar por mais tempo. Passar-se um diploma, tem de significar o atestar público dum mínimo de ciência. E esta não pode deixar de ser avaliada, julgada por quem de direito e para tal competente.

Querer-se um diploma, só para se ter um diploma, é cair num vício desgraçadamente burguês, reacçãoário. Porque significa valorizar os homens pelo título que possam ostentar, e não pelas suas qualidades intrínsecas, que os tornem efectivamente úteis à comunidade onde se integram. Nem se pode, mesmo que para difundir boas graças políticas, consentir que se esfumem verbas e não se formem técnicos capazes de acompanhar a evolução do progresso. Em relação ao qual vamos já, e desde há muito, tão afastados.

A crise em certos sectores da juventude, felizmente não tantos como à primeira vista poderia parecer, deve-se principalmente à política idiota do anterior regime que nunca se preocupou em tornar a Escola um complemento educacional da Família. Descurrou a formação cívica da juventude, e quando a pretendia fazer era sempre através de recursos a valores que nos tempos de hoje ninguém poderia aceitar, mais a mais sob a forma duma fachada.

A juventude tem de receber na Escola uma formação capaz de tornar os mais novos, firmes redutos da Cidade Democrática. Mas isso implica trabalho, educação, disciplina, culto da tolerância e do diálogo, e professores competentes.

Não se pode fazer da profissão de professor, uma vida desprestigiada. Para onde se vá como recurso. E para onde se vá com outros intuitos que não científicos, pedagógicos ou educativos.

A actual conjuntura é decisiva. Urge dar rumo firme ao sector ensino. Sob pena de tudo naufragar. Inclusive o País.

O prestígio dos chefes firma-se mais na sua competência, do que na sua popularidade. Era mais ou menos isto que dizia Mouzinho. Que também era Soldado.

## GOVERNO DO DISTRITO AUTÓNOMO DO FUNCHAL

### Comissões de recenseamento eleitoral

## AVISO

O Governador do Distrito lembra que, amanhã, 3.ª feira, dia 3 do mês em curso, termina o prazo de reclamações contra a inclusão nas comissões de recenseamento eleitoral de qualquer freguesia dos concelhos deste distrito de qualquer pessoa cuja designação se considere desaconselhável por razões de índole moral ou política.

Funchal, 2 de Dezembro de 1974.

O Governador do Distrito  
Fernando Pereira Rebelo

## Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil visita Portugal

(Conclusão da 1.ª pag.)

português. O ministro brasileiro foi recebido pelo dr. Mário Soares, que fez uma pequena declaração:

«A visita do ministro Azeredo da Silveira insere-se num momento muito especial da história de Portugal, quando esta nação está empenhada em criar novas nações de expressão lusitana. Espero também que as conversações entre os dois países venham a levar a um aperfeiçoamento do tratado de amizade e consulta que existe entre Portugal e o Brasil».

O dr. Mário Soares lamentou a curta permanência do Chanceler brasileiro em Portugal.

Por seu turno, Azeredo da Silveira declarou:

«Minha mulher e eu nos sentimos em casa aqui em Portugal. Eu não poderia faltar ao convite do ministro Mário Soares para voltarmos a conversar sobre o tratado de amizade e nunca desejei furtar-me à continuação dos entendimentos que mantivemos em Nova Iorque. Espero que as conversações se desenvolvam em bases realistas, pois o Brasil não pode existir sem Portugal, da mesma maneira que não pode se falar de Portugal existir sem o Brasil. Hoje as duas nações estão mais sérias e mais maduras e a amizade entre elas deve existir mesmo por cima dos homens e das circunstâncias, na base do respeito mútuo, já que cada país tem seu destino próprio».

Na noite de ontem, Azeredo da Silveira jantou na residência do embaixador do Brasil em Portugal, general Carlos Fontoura. Hoje por volta das 10 horas, manteve novo encontro com o ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, almoçando às 12 e 30 com o primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves.

## Última hora

### Israel, potência nuclear

TELAVIVE, 2 — O presidente israelita, Ephraim Katzir, declarou ao falar a um grupo de comentaristas de assuntos científicos que Israel tem um potencial nuclear que deve preocupar o Mundo — escreve hoje o jornal «Ma'Ariv».

As declarações de Katzir foram proferidas ontem na recepção que ofereceu na sua residência em Jerusalém àquele grupo de comentaristas, que inclui europeus e norte-americanos.

Há mais de dez anos que Israel dispõe de dois reactores nucleares. — (ANI).

### Cooperação Soviético-Americana

MOSCOVO, 2 — A União Soviética colocou hoje em órbita uma nave espacial, em preparação para o voo conjunto soviético-americano a realizar no próximo ano.

A nave agora lançada é a «Soyuz 15».

A «Soyuz 15» é pilotada por Anatoly Filipchenko e Nikolai Rukavishnikov, já experimentados em voos espaciais.

É o primeiro voo tripulado desde que a «Soyuz 15» foi lançada a 26 de Agosto último, tendo, porém, regressado dois dias depois por não ter conseguido ligar-se à estação orbital.

«Segundo o programa soviético de preparação para um voo experimental conjunto de uma nave espacial «Soyuz» (União Soviética) e uma nave «Apolo» (Estados Unidos), a «Soyuz 16» foi lançada para o espaço às 12.40 hora de Moscovo, (9.40 TMC) de hoje» — anuncia a TASS.

O objectivo principal do voo é experimentar o sistema destinado ao projecto soviético-americano: Além disso os cosmonautas observarão e fotografarão partes da superfície terrestre «a fim de obter informações para a solução de problemas económicos» — acrescenta a agência noticiosa da URSS.

A nave é idêntica à que tomará parte no voo conjunto. — (ANI).

### Guerrilheiro abatido

CIDADE DO MÉXICO, 2 — O guerrilheiro Lúcio Cabanas foi hoje abatido pelo exército mexicano, anunciou um informador oficial.

A morte do guerrilheiro culmina uma perseguição que desde há dez anos lhe era movida nas montanhas do sul do México. — (ANI).

### Ação anti-terrorista

LONDRES, 2 — A policia britânica continuou hoje a expulsão de todo o país, destinadas a capturar dirigentes do IRA e suspeitos autores de atentados bombistas, prendendo indivíduos irlandeses em várias cidades e incriminando um deles pelo atentado num bar de Birmingham.

Estas prisões, efectuadas no âmbito da nova campanha policial anti-terrorista, elevam para três o número de detidos para interrogatórios e deportação, e para 14 o número de suspeitos.

Detectives munidos com ordens de deportação detiveram dois «leaders» políticos do IRA em Bristol e em Glasgow.

Um terceiro indivíduo está já sob custódia, aguardando a expulsão do país. — (ANI).

### Almeida Santos — Kurt Waldheim

NAÇÕES UNIDAS, (Nova Iorque), 2 — O ministro português da Coordenação Interterritorial, Dr. Almeida Santos, reuniu-se hoje com o Secretário-Gera das Nações Unidas, Kurt Waldheim.

Um informador oficial da ONU revelou que Almeida Santos tinha posto Waldheim ao corrente da situação nos territórios coloniais ainda sobre administração portuguesa. — (ANI).

### O «imigrante» Tomás

RIO DE JANEIRO, 2 — O antigo presidente português Américo Tomás, desmentiu que tenha a intenção de seguir para a Espanha, como se disse, na semana passada, em alguns meios informativos.

Numa declaração divulgada hoje pelo Diário «O Globo», Américo Tomás acrescenta que o seu desejo maior «seria regressar a Portugal, caso o actual governo lho permitisse».

Em caso contrário, o antigo presidente afirma que não pretende deixar o Brasil, onde diz encontrar-se em qualidade de imigrante e não de asilado político.

Desde a sua chegada ao Rio, há sete meses, o Almirante Américo Tomás residiu, em primeiro lugar, no bairro de Leblon, mudando-se em seguida para a Gávea, como hóspede do industrial português Aventino Lages. Actualmente, vive em companhia da mulher e da filha Natália, num hotel de Copacabana. — (ANI).

**Anexo E** – Capa do JMd do dia 12 de dezembro de 1974 e respectiva página de continu-

ação

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR:

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do JORNAL DA MADEIRA LDA.

Redacção e Administração

Rua do Seminário, 22 - R. Dr. Fernão Ornelas Telf. 20014/15

Endereço telegráfico «Jornal»

QUINTA-FEIRA

12

DEZEMBRO DE 1974

N.º 13 638  
SERIE II  
ANO XLIII  
PREÇO 2550

## A INDISCIPLINA FAVORECE A REACÇÃO PROBLEMAS DA «PRAÇA»

### UM COMUNICADO DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO SOBRE ACTUAÇÃO POLÍTICA DE MILITARES

LISBOA, 11 — (ANI) — O Estado Maior do Exército, através do serviço de informação pública das Forças Armadas, comunica:

«Têm vindo a verificar-se, de forma crescente, procedimentos que visam minar a coesão e a disciplina em unidades militares. Tais procedimentos são característicos de elementos que se identificam, pelo menos na sua finalidade, com a reacção.

«Por outro lado, é evidente a intenção de aproveitar a agitação estudantil decorrente para a transportar para dentro dos quartéis, tendo em vista fomentar climas adequados aos obscuros intentos de quem deste modo está a proceder.

Assim, no dia 14 de Novembro findo, em Mafra, após a projecção de um filme no clube local, dois aspirantes a oficial da Escola Prática de Infantaria aproveitaram a ocasião para promoverem uma sessão de carácter político, não autorizada a militares, com a agravante de se encontrarem presentes algumas praças e elementos civis. A breve trecho, e na sequência do ambiente fomentado pelo filme, a sessão redundou no enunciado de reivindicações do âmbito militar, tendo mesmo sido redigido um panfleto sobre o assunto.

«No dia 19, foram abusivamente utilizadas, instalações e material das oficinas gráficas da E. P. I. para produção do referido panfleto.

«Os factos apontados, cuja gravidade se torna desnecessário salientar por tudo quanto de contrário contém a uma disciplina que tem que existir, uma disciplina que de modo algum é incompatível com o novo conceito de democracia que o 25 de Abril deu ao país, conduziram à punição dos responsáveis, os dois aspirantes a oficial e seis praças.

(Conclui na 2.ª pág.)

### Falam motoristas desempregados — Depoem patrões



(LER PAGINAS CENTRAIS)

## IAN SMITH CONCORDOU LIBERTAR TODOS OS PRESOS POLÍTICOS

SALISBÚRIA, 11 — O primeiro-ministro rodésiano, Ian Smith, anunciou hoje que o seu Governo negociou um cessar-fogo com os insurrectos negros e concordou em libertar todos os detidos políticos em preparação para uma Conferência que ponha termo à crise Constitucional que dura há 9 anos.

«Recebi garantias de que a actividade terrorista na Rodésia terminará imediatamente e de que a proposta conferência constitucional se realizará imediatamente sem condições prévias.

«Nessa conformidade — prosseguiu Ian Smith — concordei em libertar os dirigentes africanos bem como os seus camaradas».

Entre os detidos, cerca de 100 homens, contam-se os dirigentes de dois partidos políticos.

Ian Smith declarou que este acontecimento não significa que se tenha chegado a acor-

do, nem que as sanções económicas contra a Rodésia sejam levantadas, mas sublinhou que será permitida a activida-

de política «dentro do âmbito da Legislação».

Mais de setecentos homens de ambos os lados foram ab-

tidos desde que em Dezembro de 1972 se iniciou a luta de guerrilhas. Por outro lado a

(Conclui na Pág. 5)

## OS COMUNS DECIDIRÃO RESTABELECIMENTO DA PENA DE MORTE POR CAUSA DO TERRORISMO?

LONDRES, 11 — Deputados britânicos decidirão hoje à noite se voltarão a impor o enforcamento, utilizando-o como arma contra o Exército Republicano Irlandês (I. R. A.), uma organização clandestina.

A opinião geral é, porém, a de que a maioria dos deputados votará «não».

O debate de hoje na Câmara dos Comuns foi prometido pelo ministro do Interior, Roy Jenkins — ele próprio adversário da pena capital —, quando recentemente apresentou legislação para transformar o I. R. A. num organização ilegal.

A decisão foi tomada após a explosão de duas bombas em bares de

(Conclui na última pág.)

## ACORDO DE EMIGRAÇÃO COM A SUÍÇA

LISBOA, 11 — Segundo um comunicado da Secretaria de Estado da Emigração, foi concluído no passado dia 31 de Outubro um acordo de emigração entre Portugal e a Suíça.

O acordo estipula que os trabalhadores de ambos os países querendo exercer actividade noutro, deixam de ter necessidade dos habituais vis-

tos concedidos pelas respectivas representações consulares.

Foi também acordado, com as entidades patronais suíças, que os trabalhadores destinados a aquele país exibam, além do contrato que os habilita a trabalhar, uma autorização de residência a apresentar no momento da sua entrada na Suíça. — (ANI)

### TRIBUNA LIVRE

Neste momento o que interessa à Madeira, não são as discussões académicas

as guerrinhas provincianas ou as teorizações estereis. O que interessa aos madeirenses são medidas concretas. Que façam isto andar para a frente, pois de conversa ninguém vive. Nem de comissões «cerebrais».

Tem de entrar em execução um plano, já, que impulse, dinamize a frágil economia local. Cada dia que passa constitui tempo irrecuperável, tragado na voragem duma ameaça de crise.

Estamos muito a tempo de fazer face às dificuldades sócio-económicas que entretanto amontoam-se. E tudo uma questão de encontrarmos a fórmula de atrair investimentos, divisas, que incentivem o aumento de produção e consequente maior distribuição de rendimentos; que garantam o ritmo de emprego; que, em resumo, façam o Arquipélago sobreviver.

O fatalismo, a falta de objectividade e a ausência de pragmatismo, continuam a ser um mal. Acho que a política económica não se consegue construir à custa do charamingar preconceitos contra isto ou aquilo, mas através dum trabalho de análise consciente e, o mais importante, donde ressaltem as ilações suficientes para concretizar-se um plano de desenvolvimento. Realista e realizável.

O problema das nossas comunicações com o exterior, nunca deixou de ser peça vital de um correcto equacionar do desenvolvimento local. Mas, a verdade, é que o porto continua a não ser franco e, quanto ao nosso aeroporto, está-se muito longe de poder considerá-lo completamente liberalizado.

(PÁGINA DOIS)

NA COMUNIDADE ONDE VIVES  
A TUA PALAVRA TEM FORÇA  
LEVA TODOS AO RECENSEAMENTO

TRIBUNA LIVRE

(Conclusão da 1.ª pág.)

Por outro lado, seria ousadia esquecer que um reen- carar do problema das comunicações exteriores e os in- contestáveis benefícios de daqui poderemos esperar, não podem de forma alguma ser dissociados duma indispen- sável revisão no mecanismo da distribuição de rendi- mentos.

Têm razão os que dizem que as estruturas sócio- económicas, tal como estão, não propiciam ainda con- venientemente a justa repartição da riqueza a nascer da reformulação da política de comunicações. Onde já não têm razão, é quando dizem que a entrada de divisas por essa via é dispensável. Onde já não têm razão, é quando discordam que se resolve o problema das comunica- ções, sem primeiro se ver onde vai bater a estruturação da economia local. Penso que é preciso começar por al- guma coisa. E já. O resto virá com o desenvolvimento. Pois perfilho a ideia que um povo quanto mais desenvol- vido, mais consciente é. Mais hipóteses tem de beber uma perspectiva global da problemática onde se inte- gra, e optar cada vez melhor em função daquilo que pela razão se apercebeu.

Entendemos que as comunicações com o exterior são dos factores mais decisivos para o Distrito arran- car um projecto de desenvolvimento capaz. O Povo da Madeira, no que respeita à sua terra, tem interesses absolutamente legítimos que não podem ser sacrificados a razões que lhe não digam respeito directamente.

A crítica, a reivindicação, são atitudes absolutamente legítimas no Portugal de hoje. O tempo de nada se dizer ou de procurar justificações tólas, já vai distante.

PELA ILHA

NOTÍCIAS DA CAMACHA

O Grupo Folclórico da Casa do Povo da Camacha recebeu um convite para se deslocar à Rússia

Por telefonema recebido na Câmara Municipal de Santa Cruz, em 2 do corrente, a Direcção-Geral da Cultural Popular e Espectáculos, que funciona no Ministério da Comunica- ção Social, convidou o Grupo Folclórico da Casa do Povo da Camacha para uma digressão à Rússia.

O convite, que é deveras honroso para um dos mais re- presentativos agrupamentos folclóricos da Madeira, foi aceite e, com certeza, irá con- tribuir uma maior divulgação da Camacha e da Ilha da Ma- deira em países socialistas que, até o 25 de Abril, não estavam nos programas turís- tico e de intercâmbio cultural do nosso país.

No próximo domingo, dia 15 de Dezembro corrente, das 10 às 14 horas, realiza-se, na Ca- sa do Povo da Camacha, a elei- ção para a nova comissão di- rectiva, conforme mandam as novas regras democráticas.

Serão postas à votação duas listas, afixadas, já, na sede do referido organismo de coope- ração social.

Do nosso correspondente

Filipe Malheiro



CRISMAS no 11.º aniversário da igreja do Campanário

No próximo domingo, ocorre o 11.º aniversário da inaugura- ção da igreja paroquial do Campanário, a com o fim de que será comemorado com pomposo cerimonial litúrgico.

O sr. D. Francisco Antunes Santana, Bispo da Diocese, deslocar-se-á, nesse dia festi- vo, àquela freguesia e, às 13 horas, administrará o Santo Crisma a dezenas de crianças.



CORPO REDACTORIAL — Che- fe de Redacção: António Jorge Andrade, Redactores: Manuel Gomes Abreu, Ernesto Rodri- gues, João Carlos Abreu, Elutér- gio de Aguiar, Gilberto Teixeira, Danilo Gouveia, Caires Figueira e José António Gonçalves.

A INDISCIPLINA FAVORECE A REACÇÃO

(Conclusão da 1.ª pág.)

«Em dois do corrente foram difundidos panfletos convidando a manifesta- ções de carácter colectivo como protesto contra a prisão dos referidos milita- res, e exigindo a sua imediata libertação.

«Nesse mesmo dia, os cadetes do primeiro ciclo do curso de oficiais mi- licianos, a pretexto de se solidarizarem com os seus camaradas punidos, toma- ram atitudes que de forma alguma os dão como qualificados para o desempe- nho das funções de oficial. Por tal motivo foram mandados entrar de licença re- gistada, e está em curso um rigoroso inquérito, findo o qual será decidido o des- tino a dar-lhes.

«Quando em todo o país, e de um modo especial nas Forças Armadas, se procura implantar a liberdade, a democracia e a justiça social, são crimi- nosos todos os actos que provoquem cisões, são condenários todos os proce- dimentos que desunam os portugueses, e principalmente os militares, nesta fase histórica nacional.»

JORNAL ESCOLAR

COMUNICADO DE ALUNOS DA ESCOLA INDUSTRIAL

Comunicamos que, hoje, dia 12, haverá reunião para todos os alunos diurnos da Escola Industrial e Comercial do Funchal a fim de tratar de assuntos de interesse comum.

Desde já, pedimos a boa compreensão de todos os alunos e encarregados de Educa- ção dos mesmos.

No átrio da Escola encon- tram-se afixados os mapas das turmas e respectivas sa- las.

Cursos Complementares às 9 horas.

3.º ano (antigo 5.º ano), de todos os cursos às 10 horas. 2.º ano (antigo 4.º ano), de todos os cursos às 11 horas. 1.º ano (antigo 3.º ano), de todos os cursos às 15 horas.

A comissão de alunos diurnos

1.º ano do curso geral de administração e comércio

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes from 1.º to 25.º.

1.º Ano curso geral de Mecânica

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º and 2.º.

1.º Electricidade

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º to 4.º.

1.º ano de Artes Visuais

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º to 13.º.

2.º ano do curso G. A. C

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º to 13.º.

2.º ano Curso de Electricidade

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º and 2.º.

2.º ano de Formação Feminina

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º and 2.º.

2.º ano Mecânica

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º and 2.º.

2.º ano de Construção Civil

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º and 2.º.

2.º ano Artes Visuais

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º to 7.º.

3.º ano Curso Geral de Administração e Comércio

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º to 7.º.

3.º ano de Electricidade

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º and 2.º.

3.º ano Formação Feminina

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º and 2.º.

3.º ano Mecânica

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º and 2.º.

3.º ano Construção Civil

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º and 2.º.

3.º ano de Artes Visuais

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º to 17.º.

2.º ano de Contabilidade

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º and 2.º.

2.º ano de Relações Públicas

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º and 2.º.

2.º ano Electrotécnica

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º and 2.º.

2.º ano Mecomecânica

Table with 2 columns: Turma and Sala. Lists classes 1.º and 2.º.

Escola Industrial e Comercial DO FUNCHAL

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os pro- fessores deste estabelecimen- to de ensino para uma assem- bleia a realizar no dia 13 do corrente mês, pelas 22 horas, na sala de sessões desta es- cola a fim de discutir e vo- tar:

- 1. Madeira — zona ou de- legação; 2. Quotização; 3. Discussão e votação do projecto do estatuto de assem- bleia de delegados.

Se, à hora prevista, a as- sembleia não for considerada representativa, esta delibera-

TELESCOLA

—SECTOR EM CRISE?

Recebemos, ontem, na nos- sa redacção, um telegrama, seguido de comentário, do Executivo da Telescola, que é a denúncia de uma situa- ção, grave, que poderá contri- buir para o estrangulamento daquele importante sector do nosso Ensino:

TELEGRAMA:

Monitores Telescola Madei- ra em número 223 não tendo recebido até presente data qualquer remuneração nem verba manutenção postos pe- dem Vossa Excelência providência e urgentes pagamentos salários actualizados efeitos retroactivos para que seja as- segurada continuidade aulas 3500 alunos.

Executivo Telescola Madeira Rua da Carreira, 157 Funchal

Recenseamento SAIBA QUE:

1.º) Qualquer cidadão que tenha 18 anos (feitos até 28 de Fevereiro de 1975) ou que tenha outra idade qualquer superior a esta, que saiba ou não escrever e ler e desde que não tenha as incapacidades eleitorais referidas no Art.º 3.º do Decreto 621-A/74, ou não tenha as incapacidades civis referidas no Decre- to 621-A/74, deve inscrever-se:

2.º) Quem não se inscre- ver de 9 a 29 de Dezembro de 1974 não poderá vo- tar em 1975.

3.º) Todo o eleitor (fun- cionário de serviço e repar- tições civis, militares e mi- litarizados do Estado, de autarquias locais e de pes- soas colectivas de utilida- de pública, etc. e de ins- tituições de previdência) deve inscrever-se no local onde funciona a Comissão de recenseamento da freguesia onde reside.

rá meia hora mais tarde, com o número de presentes.

A Comissão Elda Freitas Lígia Reis

ESCOLA INDUSTRIAL E COMERCIAL DO FUNCHAL

Convocatória

Convoca-se o Corpo Docen- to da Escola Industrial e Co- mercial do Funchal para uma Assembleia Geral de profes- sores a realizar pelas 14 horas 30 minutos do próximo sába- do, dia 14, na Sala de Sessões deste estabelecimento de en- sino com a seguinte ordem de trabalhos: Eleições da Comissão de Gestão provisória.

Se à hora acima indicada a assembleia não for considera- da representativa, esta delibe- rará uma hora mais tarde com o número de presentes. Escola Industrial e Comercial do Funchal, 11 de Dezem- bro de 1974. O professor encarregado da direcção

TELESCOLA

—SECTOR EM CRISE?

Foi este o telegrama envia- do ontem ao MEC, ao Primeiro Ministro e ao Presidente do I. T. E. pelo Executivo da Te- lescola da Madeira, represen- tando todos os monitores.

Não há dúvida de que esta situação não poderá prolongar- se muito tempo e o descon- tentamento é o sentimento que domina em toda a classe.

Com efeito todo o trabalha- dor tem direito à justa remun- eração do seu trabalho sem o que perderá o interesse pe- la sua profissão e até acabará por abandoná-la em busca de outra que lhe assegure de ma- neira real a sua subsistência e a dos seus.

Perguntase pois: Que acon- tecerá aos 3.500 alunos que frequentam os Postos de Re- cepção de Telescola da Madei- ra, no caso dos seus moni- tores se recusarem a trabalhar nestas condições?

O Exentivo da Telescola Ana Maria A. Ferreira da Silva

**Anexo F** – Capa do JMd do dia 17 de janeiro de 1975 e respectiva página de continuação

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR :

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do  
JORNAL DA MADEIRA LDA.

Redacção e Administração

Rua do Seminário, 22 - R. Dr.  
Fernão Ornelas Telf. 20014/15

Endereço telegráfico «Jornal»

SEXTA-FEIRA

17

JANEIRO  
1975

N.º 13 686

SERIE II  
ANO XLIII  
PREÇO 3500

GOVERNO PROVISÓRIO

## SALGADO ZENHA PERMANECE

— Evidentemente que a minha demissão é sempre possível. Não posso continuar no Governo contra a minha própria vontade. A minha presença no Governo depende, ao nível constitucional, da confiança que o primeiro-ministro tiver relativamente a ela. De modo que, se eu perder a confiança do primeiro-ministro, evidentemente que não me prestarei a qualquer ligação nesse sentido — afirmou ontem aos jornalistas o ministro da Justiça, dr. Salgado Zenha, a propósito de rumores de que a sua permanência no Governo estaria ameaçada em consequência da sua posição perante a questão da unidade sindical.

(Conclui nas pág. centrais)

## P. P. D.—UNICIDADE É INCONSTITUCIONAL

LISBOA, 16 — (ANI) — O Partido Popular Democrático emitiu, segundo o Diário de Notícias, um comunicado sobre a posição daquele partido da coligação em face do momentoso e discutido problema da unidade sindical — comunicado de dez páginas, em que se analisa os pontos mais importantes da questão.

O comunicado começa por afirmar que a consagração de unidade é inconstitucional, desenvolvendo diversos argumentos nesse sentido. Em outro capítulo põe em causa a «consulta» feita aos trabalhadores e anuncia que «fornecerá ao conselho dos vinte e difundirá as localidades onde se efectuaram reuniões e o número de presenças verificado para que possa ser comparado o número de pessoas consultadas com o de trabalhadores portugueses», acrescentando também que pode ter havido confusão entre as expressões semelhantes — «unidade» e «unicidade».

## P. C. P.—o primeiro Partido legalizado

LISBOA, 16 — (ANI) — Uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça acaba de reconhecer o P. C. P. como primeiro partido político oficialmente legalizado, com efeito desde a entrega do respectivo requerimento, ou seja, 26 de Dezembro, sendo desde logo determinada a sua inscrição no registo próprio existente naquele órgão judicial.

O texto da deliberação, subscrito pelo desembargador António Acácio de Oliveira Carvalho, foi comunicado a uma delegação do P. C. P., constituída por Pedro Soares, do Comité Central, e Lopes de Almeida, advogado do Partido.

## M. R. P. P. — «SOMOS A ESQUERDA O RESTO É MÚSICA»

«Quando se fala de esquerda no nosso País, é o nosso Movimento e não existe mais nada. O resto é música», afirmou-se, ontem, durante uma conferência de imprensa dada pelo Comité Central do M. R. P. P. Tratando a actual situação política, foi dito que se está a desenvolver a quarta crise desde o 25 de Abril. «Aberta a 4 de Novembro passado — segundo o porta-voz da organização —, a crise é mais morosa e arrastada devido às crescentes dificuldades da classe dominante em dominá-la, como havia acontecido nas anteriores.» A manifestação pela unidade sindical foi considerada «um fracasso porque era seu objectivo ser a maior concentração organizada pelo partido revisionistas e de facto foi das mais pequenas».

(Continua nas págs. centrais)

## ARNALDO SCHULTZ E SANTOS JÚNIOR PRESOS A PEDIDO DA COMISSÃO COORDENADORA DO SERVIÇO DE EXTINÇÃO DA PIDE/DGS

LISBOA, 16 — (ANI) — A pedido do presidente da Comissão Coordenadora do Serviço de Extinção da P.I.D.E./D.G.S. e L. P., o COPCON prendeu ontem, segundo o jornal «A Capital», quatro indivíduos ligados ao Governo fascista deposto. Trata-se do general Arnaldo Schultz, dr. Santos Júnior — que exerceram o cargo de ministro do Interior — coronel Homero de Matos e um ex-agente da P.I.D.E. cujo nome não foi revelado.

As detenções foram ordenadas pessoalmente pelo almirante Silvano Pereira. Recordase que o coronel Homero de Matos foi director da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, embora por pouco tempo.

Um grupo de populares teve oportunidade de assistir à captura do general Arnaldo Schultz. Este foi conduzido para o interior de uma «Barliet» do COPCON, enquanto os populares gritavam «fascista, fascista».

Entretanto, segundo fonte oficial a comissão de extinção prepara-se para distribuir um comunicado sobre as detenções acima referidas, talvez durante o dia de hoje.

## INGLÊS CONSELHO DE MINISTROS

fomentará  
Comércio  
Externo  
de Portugal

## ADIADO PELA FALTA DE MELO ANTUNES

LISBOA, 16 — O Conselho de Ministros do Governo português adiou para amanhã, a reunião que, em princípio, estava marcada para hoje, devido à ausência do ministro sem pasta, major Melo Antunes, ainda retido no Algarve, na conclusão dos trabalhos da cimeira.

Entretanto, segundo «A Capital», nos círculos políticos de Lisboa, espera-se, com natural expectativa, uma comunicação ao País que o primeiro-ministro está a preparar, a qual poderá ser feita num dos primeiros dias da próxima semana. — (ANI)



O general Costa Gomes, ladeado à direita pelo dr. Agostinho Neto e à esquerda por Holden Roberto, dr. Jonas Savimbi, dr. Mário Soares e dr. Almeida Santos, na cimeira do Algarve.

## BALTAZAR REBELO DE SOUSA ACUSADO DE CORRUPÇÃO

LISBOA, 16 — (ANI) — Na sequência de um rigoroso inquérito, ordenado, segundo o «Diário de Notícias», pelo secretário de Estado da Saúde, dr. Cruz de Oliveira, o ex-ministro Baltazar Rebelo de Sousa e um ex-secretário de estado (daquele Ministério, cujo nome não foi indicado, são acusados de serem responsáveis, no exercício das suas funções políticas, por factos graves verificados no licenciamento de casas de saúde.

Por outro lado, foram instaurados processos disciplinares a três altos funcionários da Secretária de Estado da Saúde, por estarem implicados directamente naquelas irregularidades.

## TRIBUNA LIVRE

Em cumprimento da lei constitucional vigente — o Programa do M.F.A. —

vai enfim o País ser dotado duma Lei de Imprensa. Felizmente parece que o critério a ser seguido é o da jurisdicionalização. O que significa a não existência de intervenções coactivas de natureza administrativa na actividade dos órgãos da informação.

Os possíveis delitos de imprensa devem ser julgados somente pelo Poder Judicial, e não por órgãos do Poder Executivo. Única forma de institucionalizar um sistema democrático, o qual assenta sempre nas possibilidades de crítica das várias correntes de opinião em relação aos actos de governo. E num debate generalizado de ideias e propostas, dentro da liberdade e do civismo.

Um País onde a imprensa não é livre, não é um País livre. Quando diversas correntes de opinião não têm um mínimo acesso aos principais meios de comunicação social, temos a ditadura das que têm esse acesso.

Se no âmbito da imprensa há a possibilidade de fazer aparecer vários jornais, diários ou não-diários, com uma orientação diversificada, consegue-se aí a institucionalização de um clima democrático. Embora continuem a existir seres que, por habitação à canga, continuam a não perceber e a ver com maus olhos a existência de imprensa que não alinha em monocórdias.

Os governos que se queiram como democráticos têm obrigação de assegurar a existência dum sistema legal que evite que os principais órgãos de informação do respectivo país, venham a cair por vários processos de sa-

(Conclui nas pág. centrais)

LONDRES, 16 — Jim Agnew, gerente de uma firma de matérias de ferro e aço, vai representar uma agência destinada a fomentar o comércio exterior.

(Conclui na Pág. 5)

## Governo do Distrito Autónomo do Funchal

### NOTA INFORMATIVA

1 — O Secretariado de Estado das Pescas está a preparar a vinda, à Madeira e Porto Santo, de uma missão técnica para o estudo do problema das pescas do Arquipélago.

2 — O Governador do distrito constituiu, com representantes de serviços oficiais e da Cooperativa Agrícola, uma comissão técnica para o estudo e definição das zonas agro-pecuárias da ilha, com vista aos seus aproveitamentos, imediato e escalonado, adentro de uma solução de conjunto.

3 — O governador do distrito solicitou, ao Instituto de Reorganização Agrária, o financiamento, à União das Cooperativas de Lactínios e de Produtores de Leite, da instalação de dois postos de recolha e de um camião tanque.

Os dois postos, a instalar na zona norte, permitiriam a recolha de leite inteiro, pondo fim à desigualdade actualmente verificada entre os agricultores daquela zona (que entregam, apenas, o leite para desnate) e os da Sul.

A produção de leite na zona norte é calculada em 5 milhões de litros. A inexistência de postos de recolha causa, aos agricultores que nela vivem, mesmo aos preços actuais, um prejuízo anual na ordem dos 15 000 contos.

Funchal, 16 de Janeiro de 1975.

# RONDA PELA CIDADE



## Focos insalubres a pedir pá e picareta

cialmente, nos fins de Julho de 1937 e tem os n.ºs de polícia 25 e 27.

Os efeitos das chamas lá continuam bem à vista. Daí para cá, o casarão apenas serviu para armazém de «queima». Não abrigou ninguém!

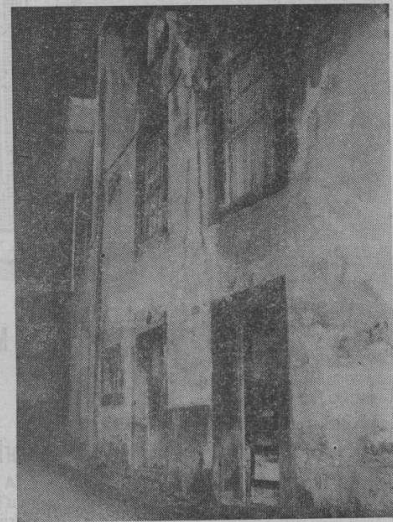
Na Rua do Seminário, há um antigo armazém de vinhos, a desmantelar-se a pouco e pouco sem que a circunstância preocupe ninguém, os seus legítimos donos, aliás.

E a zona antiga da cidade, por excelência, é fértil em prédios a cair de velhos, que já não podem dar tecto a quem quer que seja.

São, pois, espaços perdidos que urge aproveitar, quer demolindo os pardieiros para dar lugar a novas construções, quer consentando-os convenientemente.

Bem sabemos que há estilos, há traças a conservar, a respeitar.

Más o alto preço das rendas de casa, agravado pela carestia habitacional, é que se não deve



PCR

**ERNESTO RODRIGUES**

descurar em benefício de antiguidades que, em determinados casos, consti-

tuem focos de insalubridade, a pedir pá e picareta!

## ocrático mpatias polacas

feira em Lisboa prepararão caminho para novas formas de cooperação luso-polaca. A ita contribuirá, sem dúvida,

para a solidificação da nova rota de amizade no mapa da Europa, aberta depois de 25 de Abril de 1974. — (PAP-ANI)

### TRIBUNA LIVRE

(Conclusão da 1.ª pág.)

botagem nas mãos duma só corrente de opinião.

Porém, quanto aos órgãos onde não é possível a disseminação de entidades similares, caso da televisão, aí os povos exigem a máxima pureza de intenções a qualquer governo. O mesmo se passando em relação à rádio oficial.

Em primeiro lugar, se houver uma só empresa de televisão, ela deve estar nas mãos do Estado. O que não é o mesmo que nas mãos dos particulares interesses partidários de quem na ocasião governa. Por outro lado, não devem ser recusadas autorizações para a montagem de empresas privadas de televisão. O Estado deve ter sempre aí uma representação sua, para fiscalizar a imprescindível subordinação ao interesse colectivo. E haver sempre uma empresa de televisão que seja do Estado.

A televisão é o mais persuasivo e importante meio de comunicação social. Entra-nos na própria casa. Instala-se na nossa intimidade. Acaba sempre por gerar uma habitação, ainda que involuntária, habitação talvez capaz de inconscientemente nos levar a conclusões que, de facto, são objectivamente erradas.

Todas as correntes de opinião têm de ter acesso à televisão e à rádio oficial. Tem de ser permitida a existência de jornais com orientação diversificada. Sem isto não há Democracia. E se alguém disser que há, mente.

## RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ALEMANHA — CUBA

BONA, 16 — A Alemanha Federal espera restabelecer relações diplomáticas com Cuba, depois de uma interrupção de 12 anos, afirmou hoje à agência DPA o secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Karl Moersch, em Bona.

O Gabinete Federal decidiu ontem o restabelecimento das relações cortadas em 14 de Janeiro de 1963, mas manteve esta decisão secreta, medida essa que em Bona se atribuiu ao facto de não haver ainda resposta de Havana sobre o assunto.

Os negociadores dos dois países teriam chegado a acordo sobre este assunto em Paris.

O rompimento das relações diplomáticas da RFA com Cuba em 1963 deveu-se ao facto de Fidel Castro ter reconhecido a República Democrática Alemã.

De acordo com a «doutrina Hallstein» em vigor nessa altura, a RFA havia decidido romper as relações com todos os países que reconhecessem a RDA.

Durante a interrupção das relações diplomáticas, foi a Embaixada da França em Havana que representou os interesses da RFA em Cuba.

Bona juntou-se igualmente ao embargo comercial decretado pelos Estados Unidos contra Cuba. — (DPA-ANI)

## GOVERNO PROVISÓRIO

# SALGADO ZENHA PERMANECE

(Conclusão da 1.ª pág.)

O dr. Salgado Zenha, membro destacado do Partido Socialista, regressava a Lisboa depois de uma visita à Alemanha Federal a convite do seu homólogo de Bona.

— Quanto, propriamente, ao problema de se saber se a minha presença pessoal dependeria ou não do resultado deste debate, o problema foi discutido na sessão do Conselho de Ministros de terça-feira passada — acrescentou o titular da pasta da Justiça — Expliquei com toda a clareza que, fosse qual fosse a solução, eu não sairia do Governo. A minha posição foi bem clara, e eu votei no sentido de, mediante o regulamento ministerial, poder revelar qual era o meu ponto de vista e o ponto de vista do meu partido. Porque não podíamos ficar amarrados a uma lei com a qual não concordamos. No exercício de uma faculdade que me é concedida pelo próprio regulamento do Conselho de Ministros, essa declaração ficou consignada. Foi o que se passou. Portanto, os membros do Governo Provisório têm perfeito conhecimento daquilo que se passou.

Invocando um incompleto conhecimento de factos ocorridos durante a sua ausência, o ministro da Justiça não se pronunciou sobre a declaração da Comissão Coordenadora do M.F.A. nem sobre a manifestação de anteontem a favor da unicidade sindical. O dr. Salgado Zenha disse, contudo, estar «inteiramente de acordo» com a última declaração do Partido Socialista sobre o problema.

— É evidente que mantenho o meu ponto de vista. Nós vivemos num País democrático. Todos os cidadãos têm o direito de ter o seu ponto de vista, e estou certo de que continuarei a ter o direito de manter o meu ponto de vista e de que lutarei, em qualquer circunstância, para poder manter a minha opinião — disse ainda o ministro.

## «JORNAL DA MADEIRA»

### SERVÍÇO DE ASSINATURAS

A ADMINISTRAÇÃO DO «JORNAL DA MADEIRA» COMUNICA A TODOS OS ASSINANTES DESTA DIÁRIO QUE DESEJAM PAGAR ADIANTAMENTE A RESPECTIVA ASSINATURA, EM RELAÇÃO A TODO O ANO DE 1975, QUE BENEFICIARÃO DO HABITUAL DESCONTO DE 10%.

ESTE PAGAMENTO DEVERÁ EFECTUAR-SE NOS NOSSOS ESCRITÓRIOS, ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO CORRENTE.

## GRÉCIA — NACIONALIZAÇÃO DE COMPANHIA AÉREA DO GRUPO ONASSIS

ATENAS, 16 — A companhia de aviação grega «Olympic Airways» controlada por Aristoteles Onassis, foi nacionalizada, anunciou um informador governamental grego.

A nacionalização foi ontem decidida após uma reunião de seis horas entre Onassis e os ministros dos Transportes e da Coordenação na sequência de três semanas de negociações.

A nacionalização vigora retroactivamente desde o dia 1.º de Janeiro de 1975. — (UPI-ANI)

**Anexo G** – Capa do JMd do dia 19 de janeiro de 1975 e respetiva página de continua-

ção

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR :

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do  
JORNAL DA MADEIRA LDA.

Redacção e Administração

Rua do Seminário, 22 - R. Dr.  
Fernão Ornelas Telf. 20014/15

Endereço telegráfico «Jornal»

DOMINGO

19

JANEIRO  
1975

N.º 13 668

SERIE II  
ANO XLIII  
PREÇO 3\$00

## OS BISPOS PORTUGUESES DEFENDEM A LIBERDADE SINDICAL SEMANA DA UNIDADE DOS CRISTÃOS

LISBOA, 18 — OS BISPOS PORTUGUESES COMUNICARAM AO PRIMEIRO MINISTRO QUE DEFENDEM O DIREITO A LIBERDADE SINDICAL ENTENDIDO COMO «DIREITO DE OS TRABALHADORES CRIAREM LIVREMENTE ASSOCIAÇÕES QUE OS POSSAM REPRESENTAR AUTENTICAMENTE», REVELA UMA NOTA ONTEM ENVIADA A IMPRENSA PELO CONSELHO PERMANENTE DO EPISCOPADO.

NA NOTA, ADVERTE-SE QUE ESTA POSIÇÃO «NÃO É, NEM PODE SER, CONTRÁRIA AOS INTERESSES DOS TRABALHADORES, NEM CONTRÁRIA À CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DOS SEUS ESFORÇOS DE LIBERTAÇÃO E DE CRIAÇÃO DE UMA SOCIEDADE ONDE NÃO HAJA ALIENAÇÃO, NEM EXPLORAÇÃO, NEM VIOLENCIA, NEM DOMINAÇÃO. ESFORÇOS ESSES QUE A IGREJA PARTILHA NO DESEMPENHO DA SUA MISSÃO LIBERTADORA». — (ANI).



— «EU SEI QUE A VERDADEIRA UNIDADE DOS CRISTÃOS CONSEGUE SE E FORTALECE-SE, NÃO COM O ABANDONO DAS VERDADES FUNDAMENTAIS, MAS COM O ENRIQUECIMENTO E APROFUNDAMENTO DAS MESMAS».

— REVELOU AO JORNAL DA MADEIRA O PROFESSOR TIMOTHY SMITH, DA UNIVERSIDADE JOHNS HOPKINS, DE BALTIMORE EM ENTREVISTA CONDUZIDA PELO PADRE RAFAEL ANDRADE. (PÁGINA TRES)

## A INTERSINDICAL recusou debater na TV a questão sindical

«Mantenho evidentemente a minha proposta de debater publicamente na TV a lei sindical» — afirmou esta manhã

ao nosso jornal o dr. Salgado Zenha, que acrescentou: «Reclamo mesmo esse direito de expor o meu ponto de vista ao País a exemplo do que outros puderam fazer. De resto, sucede que quando cheguei da Alemanha Federal fui entrevistado no aeroporto por uma «equipa» de reportagem da RTP e pude pronunciar-me,

entre outros assuntos, sobre a lei sindical, saneamento, etc. Ora, a parte da entrevista que se referia a esses assuntos foi cortada por uma censura interna de natureza política. Os jornais puderam publicar essas declarações e o mesmo não aconteceu com a TV, facto que não pode passar (Conclui na pág. 2)

## COMUNICAÇÃO AO PAÍS DO CHEFE DO GOVERNO

LISBOA, 10 — Segundo o jornal «Diário de Notícias» o primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, poderá fazer uma comunicação ao país durante a próxima semana. Porém, ainda não se encontra marcado nem o dia em que a comunicação será feita, nem o meio ou processo escolhido para a realizar. — (ANI).

## REUNIU O CONSELHO DOS «VINTE»

LISBOA, 18 — Sob a presidência do general Costa Gomes, reuniu-se, esta manhã, a partir das 10 horas, no palácio de Belém, o Conselho Superior do MFA, Conselho dos «Vinte».

Presentes, como habitualmente, os membros da Junta de Salvação Nacional, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, o brigadeiro Saraiva de Carvalho, a comissão coordenadora do MFA e os ministros militares Melo Antunes, Vitor Alves, Costa Martins e Costa Brás. Não foi divulgada a agenda da reunião. — (ANI).

## O conteúdo da Lei Sindical determinará a manutenção do PPD como membro da coligação governamental — afirmou SÁ CARNEIRO no decorrer da Conferência de Imprensa

A manutenção do P. P. D. no governo de coligação, se a unicidade sindical for determinada por lei, depende dos termos em que ela for aprovada, isto é, do seu conteúdo — afirmou Sá Carneiro no decorrer da conferência de Imprensa realizada esta manhã na sede daquele partido, em Lisboa. Sá Carneiro acrescentou que só depois de analisado esse conteúdo se poderá pôr em equação as várias hipóteses de resposta, não rejeitando o P. P. D., neste momento, nenhuma delas. De qualquer modo, disse ainda Sá Carneiro, o actual governo é provisório, pelo que será à Assembleia Constituinte que cabe demarcar o exercício das liberdades e as escolhas a fazer nesse domínio.

A oposição que parece ter nascido, com a discussão da lei sindical, entre o P. P. D. e o M. F. A. quanto ao processo político em curso após o 25 de Abril, foi negada pelos dirigentes daquele partido em termos veementes. «Podemos discordar de posições concretas, mas isso não significa oposição ao M. F. A.», disse Sá Carneiro. «Entendemos que o M. (Conclui nas pág. centrais)

## CASAS VELHAS

— DA —

## CIDADE VELHA

— ONDE TAMBÉM

MORRA O PERIGO

REPORTAGEM DE

Ernesto Rodrigues

PÁGS. CENTRAIS

## TRIBUNA LIVRE

A intervenção dos Cristãos na Política só é certa quando afastada de dois extremos: — o Laicismo que pretende que as questões políticas e económicas revestem aspectos puramente técnicos, despidos de quaisquer considerações de ordem moral; — o Clericalismo, pretensão de regulamentar os problemas técnicos de organização comunitária, unicamente por subordinação a considerações de ordem moral, afastadas de um imprescindível pragmatismo.

A Mensagem do Concílio a todos os Homens diz: «Bem longe de nos desligarmos das nossas tarefas terrestres, a nossa adesão ao Cristo, na fé, esperança e amor, empenha-nos inteiramente no serviço dos nossos irmãos, a exemplo do Mestre que não veio para ser servido, mas para servir».

(Conclui na pág. 2)



## TRIBUNA LIVRE

(Conclusão da 1.ª pág.)

Jacques Jullien sintetiza os deveres do cristão na sociedade política da seguinte forma: dever de lucidez perante os factos; dever de informação acerca das exigências da fé para um julgamento e uma actividade conformes ao Evangelho; dever de acção.

E na «Mater et Magistra», João XXIII declara: «A doutrina social cristã faz parte integrante da concepção cristã de vida».

O cristianismo é uma doutrina de Amor. O serviço pela causa do Bem Comum constitui uma manifestação específica de amor ao próximo. Por isso, o militantismo político tem um valor muito especial para o Cristão. O empenho dum Cristão na vida política não é facultativo. É imperativo. Pio XII dizia que «a vocação cristã não é um convite de Deus a uma mera complacência estética na contemplação da sua ordem admirável, mas o apelo obrigatório a uma acção incessante, austera e dirigida em todos os sentidos para todos os aspectos da vida».

Em qualquer sociedade política põe-se o problema da designação dos que hão-de exercer os poderes de Estado. Como escreve M. Steven, o princípio básico da visão cristã da Política é o de que «o depositário da Autoridade, bem como a forma de governo, só podem ser designados pelo consentimento do Povo». Nota-se que já Leão XIII precisava que «se a escolha do Povo designa o governo, ela não lhe transfere a autoridade; decide-se e quem a deve exercer». E ainda dentro da doutrina social da Igreja, encontramos em Pio X: «o Povo não delega o Poder; designa a pessoa que será nele investida».

Curioso ainda o que diz o Código de Moral Política de Malines quanto à legitimidade do Poder: «Todo o Poder, mesmo legitimado quanto à sua origem, mesmo aprovado pelo Povo, perde a sua legitimidade quando é exercido de forma ilegítima, quer dizer, contrariamente ao seu objectivo que é o Bem Comum. Pelo mesmo motivo, o Poder perde a sua legitimidade quando os que nele são investidos tornam-se de facto incapazes de exercê-lo sem que haja processo para remediar esta incapacidade».

Quanto à legitimidade dum poder revolucionário, a doutrina social da Igreja não se agarra à inmutabilidade do poder civil. Antes, apela para o critério da eficácia do novo poder face ao Bem Comum. Maritain fala da «prescrição do poder ilegítimo» e Leão XIII afirma «o critério supremo do Bem Comum impõe a aceitação destes novos governos, estabelecidos de facto, em lugar dos governos anteriores que, de facto não o eram».

## A INTERSINDICAL recusou debater na TV a questão sindical

(Conclusão da 1.ª pág.)  
sem o meu veemente protesto.»

### A RTP ESTUDARÁ A REALIZAÇÃO DO DEBATE

Contactado pelo nosso jornal, o dr. Sousa Gomes, administrador da RTP, afirmou-nos, entretanto, que «a RTP vai estudar a melhor forma de fazer o debate que naquele órgão se considera útil para o esclarecimento do público». Sob a forma de realizar o debate o dr. Sousa Gomes dir-nos-ia que considerava mais viável um debate entre os três partidos da coligação e a Intersindical do que um debate entre o ministro da Justiça e o secretário de Estado do Trabalho, pois «o dr. Carlos Carvalhas já deu a entender que não deseja debater o assunto publicamente».

Interrogado sob as acusações do dr. Salgado Zenha referentes a um corte verificado nas suas declarações, o dr. Sousa Gomes declarou que se iria informar acerca do assunto.

### ÁLVARO GUERRA: NÃO ESTRANHO OS CORTES

Contactado a seguir, Álvaro Guerra, director do Departamento de Informações da RTP, completaria o leque de informações sobre o caso do debate da lei sindical que ameaça provocar nova controvérsia sobre a situação da informação no nosso país: «Não tive interferência directa no assunto pois nesse dia não estava presente na TV. No entanto, não me espanta que as declarações do dr. Zenha tenham sido cortadas. O que se passa na RTP é apenas o resultado de pressões externas de diversas origens no sentido de não serem debatidos alguns problemas candentes da vida nacional através da apresentação de várias perspectivas que sobre elas possam existir».

Acerca do debate da lei sindical Álvaro Guerra, afirmou-nos: «Quando um delegado da Intersindical pediu para usar da palavra sobre a lei sindical e expor ao país a sua posi-

## O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DA O.N.U. SEGUE PARA A ARGÉLIA

NAÇÕES UNIDAS, (Nova Iorque), 18 — O presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Abdelaziz Bouteflika, parte durante o fim de semana para a Argélia, depois de alguns dias de férias, anunciou um informador da missão argelina das Nações Unidas.

Bouteflika, que é igualmente ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia, fora dado como desaparecido ou raptado pela imprensa e pela rádio francesas, na sequência do seu prolongado afastamento da vida pública de Alghá um mês a esta fase.

A missão da Argélia em Nova Iorque afirmou que Bouteflika entrara de férias após o encerramento temporário da Assembleia das Nações Unidas e que supervisionara a reabertura da embaixada argelina em Washington, na sequência do restabelecimento das relações diplomáticas entre a Argélia e os Estados Unidos. — (UPI-ANI).

## JORNAL da SOCIEDADE

### ANIVERSÁRIOS

Fazem hoje anos as sras.:

D. Maria Eduarda Baptista de Matos, D. Julieta Faria Santos Gonçalves.

A menina:

Maria Nêchia da Silva.

Os meninos:

José do Carmo Gama Caldeira, Paulo Filipe Gonçalves Rodrigues.

E os srs.:

Eng.º José Humberto dos Santos Guerreiro, Pe. João Santos Guerreiro, Pe. João Arnaldo Rufino da Silva, José Manuel de Freitas, Artur Borges e Jaime da Gama.

E amanhã, as sras.:

D. Maria do Rosário de Fátima Tomás Andrade, D. Aida Florentina dos Santos Rodrigues Marques, D. Maria Augusta Pereira, D. Dulce Alexandrina e Silva Teles, D. Maria Jerdim Oliveira Meireira, D. Georgina de França Bettencourt, D. Virginia Maria Bettencourt Camacho, D. Beatriz Martins, D. Maria Leonor da Silva Noronha, D. Teresa de Vasconcelos e Couto, D. Maria Fernandes Olim de Caires, D. Maria José da Cunha Araújo Bento.

O menino:

Luís Fernandes.

E os srs.:

Pe. Rafael M. Andrade, Dr. José Sebastião Ferreira, João Eduardo Pestana, Jaime da Laura, Rui Sebastião da Costa, Francisco de Jesus Mendes, Rui Jorge H. Macedo e João Sebastião Dias.

### DEBATE

### ESTEVE MARCADO PARA ONTEM

Entretanto, o chefe de gabinete do secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas (este encontrava-se em reunião com o ministro do Trabalho pelo que não foi possível contratá-lo pessoalmente) afirmou saber que teria estado previsto um debate de lei sindical na R. T. P. para ontem. No entanto, assegurou-nos «não sei porque é que o debate não se chegou a realizar ontem».

(De «República» de 17 de Janeiro de 1975).

**FRANGO NA PÚCARA**  
Café Relógio  
CAMACHA Tel. 92114

## TEXTOS SOLTOS

### Uma rádio livre

A rádio é tanto ou quanto activa, quanto liderada por membros dinâmicos e conscientes dos seus altos valores, da importante arma que têm nas mãos. A arma do esclarecimento, a arma que, por estar dia-a-dia com os ouvintes, tem de ser obrigatoriamente, inovada constantemente.

Fazer rádio é missão difícil, séria. Quando ela está sujeita às implicações do capital, essas algemas cruéis, a sua seriedade torna-se suspeita. Limitada, limita os seus elementos. E sabe-se que se estes estiverem presos a questões que lhes não são inerentes, a rádio que fazem não pode ser livre e autêntica. Não pode ser aquela que se quer e se lhe exige. Uma obra não se realiza completamente, por mais simples ou patética que seja, se submetido a obstáculos, a influências ridículas, o seu autor não puder agir, criar em liberdade.

Sempre venceu a acção o ócio. Sempre se sobrepôs os ombros duros de quem não se deixa quebrar, às esquinas mais rudes, aos golpes mais profundos. A rádio não se deve deixar submeter a pressões absurdas de gente recheada de preconceitos ultrapassados. Não se pode pensar, hoje e aqui, numa rádio de monóculo e bengala, tomando chá com bolachas. Jamais se pôde conceber um trabalho duradouro, ao serviço de uma comunidade, sem a dura luta, sem o esforço, o estudo, a dedicação dos seus obreiros. A rádio, mesmo sem ter tudo o que precisa, tem o suficiente. É urgente, por isso, para que ela seja livre, que os que nela trabalham, se capacitem da sua missão e se libertem de todo e qualquer cárcere. Desde a vala que o capital lhes mostra, arreganhando os dentes, até aos elementos antiquados, saturados e sem imaginação que é necessário lavar, pôr a luzir.

A nossa rádio tem de recuperar-se, de se vestir com roupas novas para que seja livre e ao serviço de todos nós. E seja, se todos o quisermos.

J. A. G.

## MESA REDONDA

### SOBRE ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

LISBOA, 18 — Segundo um comunicado do Ministério dos Assuntos Sociais, iniciam-se na segunda-feira, prolongando-se até ao dia 24, os trabalhos de uma mesa redonda sobre administração social, promovidos, conjuntamente, por aquele Ministério e pela divisão dos assuntos sociais das Nações Unidas, com sede em Genebra, no âmbito do programa europeu do desenvolvimento social. — (ANI).

## A PRÓXIMA INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

LISBOA, 18 — (ANI) — Um grupo de trabalho encarregado de ocupar-se de várias tarefas resultantes da próxima independência do Estado de Moçambique, foi nomeado por despacho da presidência do Conselho de Ministros, hoje publicado na Folha Oficial.

O grupo é presidido pelo Eng.º António Augusto de Figueiredo da Silva Martins e tem como vogais o Eng.º José Falcão e Cunha (director do gabinete do plano do Zambeze e representante do Ministério da Coordenação Interterritorial), o Dr. Vicente de Carvalho (economista), o Dr. Jorge Sampaio (Advogado) e o Eng.º José Joaquim Fragoso.

Entre as tarefas da competência deste grupo, inclui-se a criação de um órgão que assegure a condução e gestão do empreendimento de Cabora Bassa. A comissão estudará também soluções alternativas a propor pelo governo português quanto à utilização da energia produzida e consequente eventual desenvolvimento de alguns projectos mineiros e ao prosseguimento dos trabalhos já efectuados pelo gabinete do plano do Zambeze.

O grupo de trabalho a integrar-se na comissão de coordenação de negociações no domínio financeiro e económico e na delegação portuguesa no âmbito da comissão mista, prevista nos acordos de Lusaka, para as negociações com o governo de Moçambique sobre este conjunto de problemas e apoiar-se técnica e administrativamente nos serviços do gabinete do plano do Zambeze, recorrendo aos restantes serviços públicos envolvidos na recolha da informação disponível.



CORPO REDACTORIAL — Chefe de Redacção: António Jorge Andrade. Redactores: Manuel Gomes Abreu, Ernesto Rodrigues, João Carlos Abreu, Eleutério de Aguiar, Gilberto Teixeira, Danilo Gouveia, Caires Figueira e José António Gonçalves.

**Anexo H** – Capa do JMd do dia 26 de janeiro de 1975 e respectiva página de continua-

ção

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR :

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do  
JORNAL DA MADEIRA LDA.

Redacção e Administração

Rua do Seminário, 22 - R. Dr.  
Fernão Ornelas Telf. 20014/15

Endereço telegráfico «Jornal»

DOMINGO

26

JANEIRO  
1975

N.º 13 674  
SERIE II  
ANO XLIII  
PREÇO 3500

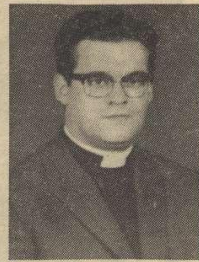
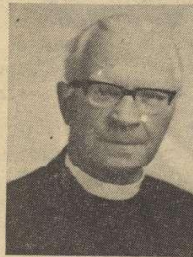
## «O PLANO ECONÓMICO E SOCIAL CONTÉM AS MEDIDAS MAIS URGENTES E FUNDAMENTAIS PARA ESTE MOMENTO»

—afirmou o Ministro dos Assuntos Sociais

LISBOA, 25 — Tem 200 páginas o Plano Económico e Social que, no decorrer da próxima semana, tudo leva a crer venha a ser aprovado pelo Conselho de Ministros. Entretanto, segundo esta manhã revelou o ministro dos Assuntos Sociais, «o Plano foi condicionado pela crise internacional».

(Conclui nas pág. centrais)

## A igreja católica e o movimento ecuménico



«Jornal da Madeira, na Semana da Unidade dos Cristãos recolhe os depoimentos do Rev. Harper (Igreja Anglicana), do Rev. Barbosa (Igreja Presbiteriana) e do Rev. Angelino Barreto (Igreja Católica), em entrevista conduzida pelo Rev. Rafael Andrade.

(Ler página 3)

## «DESVIO AO NOSSO PROGRAMA SIGNIFICA OUTRO 25 DE ABRIL»

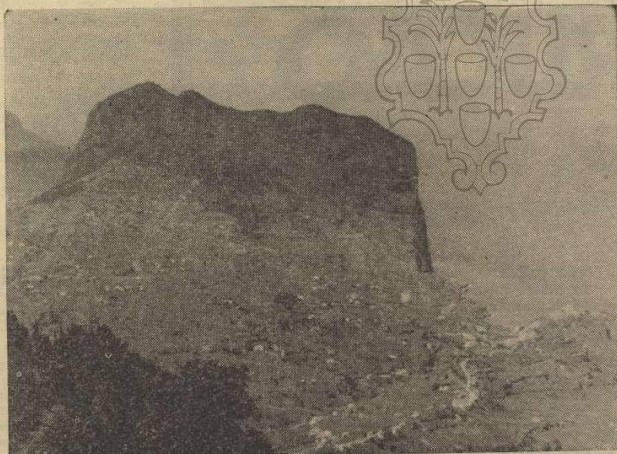
LISBOA, 25 — «O partido que vier a ganhar não pode fugir ao Programa do Movimento das Forças Armadas. Se isso acontecer, teremos outro 25 de Abril», afirmou ontem o segundo-tenente Zambuja, da Armada, no decorrer de uma sessão de esclarecimento promovida pelo M. F. A., na Graça. Aquele oficial, depois de um camarada seu ter afirmado que «as eleições são ponto de honra do nosso programa e não ver ser adiadas», sublinhou que o M. F. A. antevia todo um processo de evolução que não pode ser abandonado e, portanto, reserva-se o direito de

(Conclui nas pág. centrais)

## PORTO DA CRUZ

—vamos olhar para esta terra

LER NAS PÁGINAS CENTRAIS REPORTAGEM DE ERNESTO RODRIGUES



«Prof. Dr. Freitas do Amaral, Conselheiro de Estado e líder do C.D.S.»

Perante importantes personalidades  
políticas europeias

## GRAVES INCIDENTES ENVOLVEM O CONGRESSO DO C.D.S.

—em causa as liberdades democráticas

PORTO, 25 — Marcada por intensa expectativa, bem expressa nos inúmeros comunicados de protesto distribuídos largamente à população por-

tuense, nos variados cartazes de vários movimentos afixados nos prédios da Baixa do Porto e até nos «slogans» hostis

(CONCLUI NA ÚLT. PAG.)

Manifestação  
do Partido Comunista  
e seus aliados

LISBOA, 25 — A Frente Socialista Popular, o Movimento Democrático Português, o Movimento da Esquerda Socialista e o Partido Comunista Português promovem no dia 31, às 19 e 30 horas uma manifestação de apoio ao MFA pelo combate ao poder económico e pelo avanço do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril. A manifestação partirá de Entrecampos e percorrerá as avenidas da República, Fontes Perreira de Melo até à Praça Marquês de Pombal, finalizando no Parque Eduardo VII, onde serão pronunciadas allocuções.

## «O PARTIDO SOCIALISTA NÃO TOLERARÁ QUALQUER DITADURA, INCLUINDO DITADURA DA ESQUERDA»

afirmou o Dr. Mário Soares na Holanda

HAIA, 25 — (ANI) — O Partido Socialista «não tolerará qualquer ditadura», incluindo «ditadura da esquerda», afirmou o ministro dos Negócios Estrangeiros português, dr. Mário Soares, em entrevista concedida à Televisão holandesa, pouco antes de regressar ao seu País.

Contudo, acentuou o dr. Mário Soares, a principal ameaça para a democracia portuguesa ainda vem das direitas.

O ministro português esclareceu que as eleições deverão ter lugar nos fins de Março ou princípios de Abril.

O dr. Mário Soares disse, por fim, que tinha tido conversações «muito satisfatórias» com o governo holandês, o qual concordou em cooperar, estreitamente, com o Portugal democrático e com as suas antigas colónias.

## TRIBUNA LIVRE

Estamos na altura da Nação perguntar claramente ao Governo, e aos que o

representam a nível de vários sectores responsáveis e aos níveis regionais, como pensa resolver o grave problema da Educação. Ou de que é que está à espera para tomar posições que consolidem o programa traçado. Julgo que deve haver um programa de governo neste campo...

Não é com precárias improvisações que as coisas se resolvem. Não é com demagogias que mal conseguem disfarçar incapacidades ou tibiezas, que vamos preparar a nossa Juventude e ensiná-la a saber no futuro consolidar a Democracia que o País se empenha agora em institucionalizar.

Um Governo tem de ter a sua política de educação. Promulgar leis em conformidade com ela. Fazê-las cumprir. Senão é mesmo «caos e anarquia», não tenhamos medo das palavras nem as disfarçemos com pequenoburgueses «dificéis».

A confusão na cabeça das pessoas não nasce pelo facto de alguns «iluminados» julgarem todos os outros, estúpidos ou reaccionários. Ela brota quando se vê um governo apostado numa real e honesta tarefa de democratização, definir uma linha e esta não ser cumprida só porque grupúsculos de menores não querem; porque há professores com medo de serem saneados e que então se demitem de todas as suas responsabilidades, fazendo cóo e buscando desesperadamente uma popularidade. Como se o prestígio viesse de ser-se catavento e não duma linha de conduta digna.

Não há leis perfeitas nem intocáveis. As pessoas têm que ser suficientemente livres para contestarem com consciência as leis que tenham por inadequadas. Mas isso obriga a reivindicar pelas vias competentes e não a paralizar Escolas.

Está ali dinheiro pago pelo Povo. Receitas que foram destinadas ao funcionamento escolar, em detrimento da construção de hospitais, de casas para os mais necessitados de outras obras públicas prementes. Boicotar o

(Continua nas pág. centrais)

LER NA PÁGINA 5 E SEGUINTE:

## «APELO—DENÚNCIA FEITO POR UM HOMEM LIVRE»

● CARTA DE ALEXANDRE SOLZHENITSY N, ESCRITOR RUSSO EXILADO NO OCIDENTE E PREMIO NOBEL DA LITERATURA, A OS LÍDERES SOVIÉTICOS

# «O PLANO ECONÓMICO E SOCIAL

(Conclusão da 1.ª pág.)

Uma equipa governamental dirigida pelo ministro sem pasta Melo Antunes voltou a reunir-se num hotel de Sesimbra, onde se redigiu — julga-se que pela última vez — o projecto, cuja «estrutura básica é a inicial», segundo esta manhã declarou o ministro das Finanças, dr. Silva Lopes, mas que, entretanto, sofreu uma evolução resultante de alterações e sugestões feitas tanto pelo Conselho de Ministros como pela Comissão Coordenadora do Programa do MFA.

Os ministros Melo Antunes, Rui Vilar e Silva Lopes, assim como o secretário de Estado do Planeamento Económico, Vitor Constâncio, encontram-se, desde ontem à tarde, em Sesimbra. Julga-se ser esta a última vez que a equipa, à qual pouco depois das 11 horas, se juntou o ministro dos Assuntos Sociais, eng.ª Maria de Lurdes Pintassilgo, se reúne e que, amanhã, todo o projecto esteja, finalmente, concluído. O dr. Silva Lopes pensa que o Conselho de Ministros o discutirá apenas numa, no máximo em duas sessões de trabalho. Entretanto, estão reservados, para hoje, mais três quartos no hotel de Sesimbra, esperando-se que se tenham a integrar na equipa outros secretários de Estado.

«Limitamo-nos praticamente, a redigir o texto final, com base nas modificações propostas», confirmou, esta manhã, o ministro das Finanças acrescentando que, de qualquer modo, relativamente ao projecto inicial, existem alterações importantes. Por outro lado, aquele membro do Governo pensa que o Conselho de Ministros, ao discutir o documento, apenas virá a fazer pequenas modificações de ordenamento.

Sobre o conteúdo do Plano, Silva Lopes limitou-se a afirmar «haver quem pense que se foi muito longe e quem pense que é pouco». No entanto, deixou antever que foram reforçadas medidas no sentido antimonopolista e antilatifundista, preconizadas, de há muito, por algumas forças políticas.

A esse respeito, Silva Lopes salientou que «temos de encarar o que é possível e não o que desejaríamos que fosse. De qualquer modo, acho o Plano relativamente realista».

«O plano Económico e Social contém as medidas mais urgentes e fundamentais para este momento», disse a eng.ª Maria de Lurdes Pintassilgo, ao chegar, esta manhã, ao ho-

tel de Sesimbra. Entretanto, fez notar que «fomos muito condicionados pela crise internacional, embora o Plano indique um caminho claro».

O caminho que se impõe, para aquele membro do Governo, «é o da socialização, o que se confirma no Plano». Nos seus aspectos sociais, o importante documento aponta para «uma socialização dos meios», ao mesmo tempo que para «uma diminuição da capacidade de exercício liberal de determinadas profissões», conforme salientou Maria de Lurdes Pintassilgo.

De momento, não se in-

cluem no Plano Económico e Social medidas relativas a horários de trabalho, nem instituindo regimes de laboração distintos dos actuais. No entanto, o dr. Silva Lopes admitiu que «ainda se possam vir a introduzir capítulos sobre essas e outras, matérias».

Entretanto, em Sesimbra, o grupo prossegue em reuniões de trabalho contínuas, até finalizar o projecto final do texto, há muito aguardado, e que, em 200 páginas, indicará o rumo da política económica e social do país nesta fase de emergência.

(De «República».)

## «Desvio ao nosso programa significa outro 25 de Abril»

(Continuação da 1.ª pág.)

intervir no sentido de que o seu programa não venha a ser jamais atraído.

A sessão decorreu na Caixa Económica Operária, naquele bairro, promovida pela comissão administrativa da respectiva junta de freguesia. Cerca de 300 pessoas participam na

sessão, em que, pelo M.F.A. usaram da palavra os capitães Madeira e Fialho Rosa, o aspirante Oliveira, primeiro-sargento Balsa e soldado Palminha, todos da Escola Prática de Transmissões, e ainda o segundo-tenente Azambuja, da Armada.

Após a projecção de um filme com imagens do 25 de Abril, o segundo-tenente Zambuja fez uma breve introdução, salientando que as sessões de esclarecimento do M.F.A. têm dois sentidos, já que os elementos das Forças Armadas não têm por missão exclusiva esclarecer, mas, também, aprender com o Povo e sentir os seus anseios.

«As Forças Armadas não fizeram uma revolução para o Povo; estão a realizar com o Povo uma revolução, cujo empenho é construir um Portugal novo e democrático», disse aquele oficial. «As Forças Armadas são o Povo em armas, o braço armado da Nação. E o Povo utiliza-se contra toda e qualquer exploração», adiantou.

Referindo-se às formas de apoio ao M.F.A., o segundo-tenente Zambuja disse ser fundamental o empenho revolucionário na reconstrução do País, para o qual temos de estar unidos e coesos».

No decorrer da reunião foi revelado que duas companhias de Engenharia, que estavam mobilizadas para África, partirão, em breve, para o Minho, onde vão trabalhar na abertura de estradas.

Por outro lado, militares da Escola Prática de Transmissões partirão, em breve, para o Ribatejo, onde se empenharão na electrificação de algumas regiões.



Na Igreja do Carmo, realizou-se ontem uma cerimónia religiosa integrada na Semana da Unidade dos Cristãos. Na foto, a concelebração em que participaram sacerdotes dos cultos anglicano, presbiteriano e católico. Hoje, na Igreja à Rua do Quebra-Costas, pelas 11 horas, realiza-se um ofício religioso ecuménico, encerrando assim a semana consagrada à unidade da Igreja de Cristo.

## OITAVÁRIO DA ORAÇÃO PELA UNIDADE CRISTÃ

Encheu-se de cristãos a igreja do Carmo, ontem, pelas 15 horas, para a Celebração Ecuménica, integrada no Oitavário pela Unidade dos Cristãos.

A cerimónia foi participada por ministros e leigos das três comunidades cristãs: Igrejas Anglicana, Presbiteriana e Católica, Romana.

Destacamos o momento da Proclamação da Palavra Divina, particularmente a homilia, a qual foi compartilhada por padres católicos, pelos dois ministros protestantes e por leigos.

Todos ponderaram a importância do momento, como fruto do trabalho do Espírito Santo na Igreja e, como primeiro passo necessário para a ansiada Unidade que deve existir entre todos os que crêem em Cristo.

A Assembleia participou intensamente no canto e na oração, sendo acompanhada pela orquestra «conjunto» do Colégio Salesiano.

Tomaram parte neste Encontro Ecuménico os Rev.ºs Harper da Igreja Anglicana, Pedro Barbosa da Igreja Presbiteriana e padres Angelino, Veloso, Joaquim, Rafael e Eusébio.

Hoje, pelas 11 horas, reali-

za-se na Igreja Anglicana à Rua do Quebra Costas, o Oitavário.

### TRIBUNA LIVRE

(Conclusão da 1.ª pág.)

normal funcionamento das Escolas, é malbaratar dinheiro do Povo e que faz falta ao Povo.

Aos Encarregados de Educação, responsáveis pelos jovens a seu cargo, incumbe uma tarefa primordial. A de sem paternalismos e sem violências, fazer ver aos seus educandos as responsabilidades que hoje devem já assumir. Fazendo-lhes sentir que se as Escolas não funcionarem, não há progresso. Nem cada um conseguirá valorizar-se pessoalmente. E também, sem que se caia na delação, exigir para os seus educandos verdadeiros Professores, e não arrivistas do aventureirismo e do oportunismo.

O País, se quiser sobreviver nas futuras gerações, tem mesmo que educar a sua Juventude. Estou certo que muitas das decisões que à primeira vista pareçam agora impopulares aos jovens, eles saberão compreendê-las no dia de amanhã, uma vez adquirida a sua formação pessoal.

E tem essa mesma Juventude de saber discernir através de esforço próprio. Os tempos são difíceis para todos e também para Ela. Há que ter-se coragem e ser-se enérgico. Não deixar-se manobrar por certo tipo de profissionais, cujos objectivos não parecem ser os do Trabalho, os da Democracia, os da Liberdade e os do Progresso, mas sim outros.

Penso mesmo que perante gerações mais velhas, onde tantas pessoas se demitem das suas responsabilidades ou se deixam dominar pelo medo, cabe aos mais novos saberem dizer «o rei vai nú».

Não é um «canudo» universitário que faz um bom Professor.

Mas a realidade é esta, dea a quem doer — há professores que não são professores. Mostram-se muitíssimo mais interessados noutros tipos de actividade que apenas redundam numa destruição dos esforços do Governo Provisório. Isso é que se chama Reacção.

Ninguém quer o ensino a que alguém chama de «encornar matéria». Mas o ensino pressupõe por outro lado um esforço de aprendizagem, um nível científico e uma educação permanente, tudo isto ligado e articulado com as necessidades da comunidade a que ele se destina. Aqui na Madeira, terra onde temos imensos problemas, sabemos muito bem que não são os processos da superficialidade pódre e dispersiva que têm capacidade para indicar os caminhos da educação da Juventude.

É absolutamente ridículo ouvir-se dizer que se tem mais medo dum professor com exame de Estado, do que dum indivíduo sem preparação. Em termos absolutos, isto confunde-se com um autêntico elogio da mediocridade. E de mediocridades estamos todos fartos.

É altura de se apelar para os que têm responsabilidades de governo, para todos os responsáveis pelos jovens, e principalmente para os próprios jovens, dizendo-lhes que já é altura de cada um de nós reflectir um pouco. Para que com discernimento possamos trabalhar por um País que neste momento tanto precisa do nosso esforço e do nosso civismo.

### EU QUERIA PAZ

Eu peço ao mundo,  
para ser feliz;  
eu peço ao mundo,  
mas nada me diz;  
peço então a Deus  
que diga a verdade,  
não ocultando nada,  
sendo só sinceridade.

Vejo homens, mulheres correndo,  
[rendo,  
crianças gritando de dor,  
à guerra monstro horrendo dá-lhe paz ao menos SENHOR.  
Vejo rostos, tão tristes, cansados,

famílias inteiras sem lar,  
não os deixes, desamparados,  
pois Fizestes o verbo amar.  
Sim, eu queria paz,  
sim, não queria dor,  
sim, não te peço mais,  
sim, que não seja amor.

George Augusto Figueira  
de Abreu

## QUOTIDIANO

### ATÉ QUANDO?

Um nosso leitor telefonou-nos ontem a contar que, ao ir de manhã à Praça do Mercado dos Lavradores, apercebeu-se que os vendedores, estavam a cobrar, por cada quilo de peixe-espada-preto, de trinta e três escudos a trinta e seis. Poucas horas depois, ao voltar àquele mesmo local notou o abaixamento que o peixe-espada-preto tinha sofrido, na ordem dos dez escudos, tendo sido, portanto, explorados os compradores da parte da manhã.

Assinala o nosso assinante — e com toda a razão — que estas coisas deviam merecer a maior atenção por parte dos organismos oficiais, de modo a que se ponha fim a estas especulações.

É já tempo de se verem normalizadas estas questões. Até quando tem o consumidor de suportá-las?

## «JORNAL DA MADEIRA»

### SERVICÓ DE ASSINATURAS

A ADMINISTRAÇÃO DO «JORNAL DA MADEIRA» COMUNICA A TODOS OS ASSINANTES DESTA DIÁRIO QUE DESEJAM PAGAR ADIANTAMENTE A RESPECTIVA ASSINATURA, EM RELAÇÃO A TODO O ANO DE 1975, QUE BENEFICIARÃO DO HABITUAL DESCONTO DE 10%.

ESTE PAGAMENTO DEVERÁ EFECTUAR-SE NOS NOSSOS ESCRITÓRIOS, ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO CORRENTE.

**Anexo I** – Capa do JMd do dia 11 de março de 1975 e respectiva página de continuação

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR :

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do  
JORNAL DA MADEIRA LDA.

Redacção e Administração

Rua do Seminário, 22 - R. Dr.  
Fernão Ornelas Telf. 20014/15

Endereço telegráfico «Jornal»

TERÇA-FEIRA

11

MARÇO

1975

N.º 13 710

SÉRIE II

ANO XLIII

PREÇO 3500

«Em vez da verdadeira libertação do homem, pretende-se, com um esquema bem estruturado, demagógica e violentamente imposto, fazê-lo entrar naquelas espirais diabólicas que não consentem aos homens serem homens»

«Que o povo abra os olhos e veja, julgue e decida»

— afirmou na homilia quaresmal o Bispo da Diocese,

**D. FRANCISCO SANTANA**

«Deus não vê como o homem: o homem olha às aparências, mas o Senhor vê o coração» — ouvimos ler, na página do Livro de Samuel (cap. 16,7) que abriu a liturgia deste domingo.

O verbo «ver» é uma das palavras mais frequentemente usadas na Bíblia. A «vista», com efeito, ocupa um lugar de primeira importância na vida humana, tanto no sentido físico ordinário, como na realidade profunda do homem perante Deus e a sociedade. «Em tempos, vós éreis trevas, mas agora sois luz pela união ao Senhor», diz São Paulo aos cristãos de Efeso (cap. 5, 8). É Deus quem nos fez ver. «Senhor, abri-lhes os olhos para que vejam. E o senhor abriu-lhes os olhos e eles viram!» — lê-se na história do profeta Eliseu (2.º Reis 6,20). Na era escatológica, os olhos dos cegos hão-de ver e os olhos de Israel jamais se fecharão, segundo o profeta Isaías. «Os cegos verão fora da névoa e das trevas» (Isaías 29, 18; 32, 3). Jesus apelou para estas profecias, diante dos discípulos e João Baptista, para provar a sua dignidade messiânica: «Ide relatar o que vedes e ouvís: cegos recobram a vista e coxos andam; leprosos são curados e surdos ouvem; mortos ressuscitam e a Boa Nova é anunciada aos pobres; e feliz daquele para quem

eu não for motivo de escândalo!» (Mateus 11, 5-6). Na verdade, Jesus deu a vista a muitos cegos (ver Mateus 12, 22; 15,31).

«Que queres que te faça? — Senhor, que eu torne a ver. E Jesus respondeu: vê! A tua fé te salvou. No mesmo instante

(Conclui na página 11)

«Nem o povo português, nem os partidos políticos, desejam que os militares regressem a quartéis»

— opinião expressa pelo General  
Costa Gomes à Rádiatelevisão

francesa

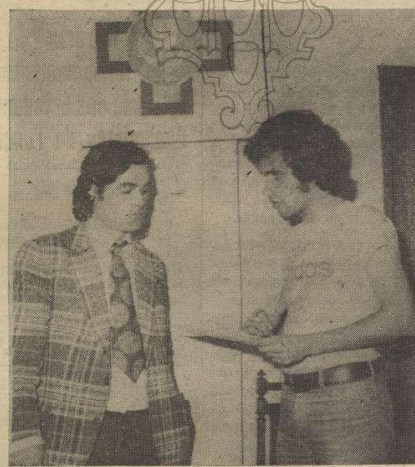
(PÁGINA QUATORZE)

## EM SETÚBAL

# OS GRAVES ATENTADOS À DEMOCRACIA

SETÚBAL, 9 — As delegações do Partido Comunista e do Partido Socialista estavam, esta noite, guardadas por forças do COPCON, na sequência das cenas de violência verificadas.

(Conclui na pág. 13)



SINDICATOS (6)

—PROFISSIONAIS  
DE ENFERMAGEM

Entrevista de

FILIFE  
MALHEIRO

(PÁGINA CINCO)

O PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA  
COMPROMETEU-SE  
PERANTE OS  
DIRIGENTES DO P. P. D.  
À REALIZAÇÃO DE UMA  
CAMPANHA ELEITORAL  
COMO DEVE SER

PÁGINA TREZE

## SORTEADA A ORDEM DAS LISTAS DE CANDIDATOS ÀS CONSTITUINTES NO CÍRCULO DO FUNCHAL

Conforme informação telexónica coimada no tribunal do Funchal, é a seguinte a ordem das Listas de Candidatos no Círculo do Funchal:

- 1 — Partido Comunista Português (P.C.P.)
- 2 — Movimento Democrático Português (M. D. P./C. D. E.)
- 3 — Partido Popular Democrático (P. P. D.)
- 4 — Partido Socialista Português (P. S. P.)
- 5 — Frente Eleitoral Comunista (F. E. C.)
- 6 — União do Centro e Democracia Cristã (U. C. D. S.).

## VITÓRIA DA DEMOCRACIA CRISTÃ NA ALEMANHA FEDERAL

MATENCEN, 10 — O Partido Cristão Democrata (D. C. U.) obteve uma vitória menos importante que o previsto nas eleições para o Parlamento Regional da Renânia Palatinado (República Federal Alemã). Apesar de ter obtido a maioria absoluta (53,9 por cento contra 50 por cento nas eleições de 1971), o C. D. U. não conseguiu fazer recuar os sociais democratas (S.P.D.), como aconteceu nas eleições regionais do Hesse, Baviera, Hamburgo, Baixa Saxónia e Berlim Ocidental, onde o partido do Chanceler Schmidt sofreu as suas mais graves derrotas.

(Conclui na última pág.)

## TRIBUNA LIVRE

Celebra-se hoje o Dia da Polícia. Num momento em que sobre a vida pública

portuguesa vogam nítidas ameaças à segurança de todos nós, de cada um de nós. Em que a paz parece andar a ser considerada valor de plano secundário, em detrimento de explosões de massa em plena rua, cujo objectivo construtivo não existe.

Paixa sobre o Povo português a ameaça às liberdades. Setúbal demonstra-o, aliás sequência de violentas intervenções de grupos humanos que querem recusar a outros o direito fundamental de associarem-se conforme as respectivas afinidades ideológicas. E sem que os objectores da Liberdade provem ser da maioria. Ou mesmo que o fos-

(Conclui na pág. 13)

## CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO P. P. D. EM LISBOA

# «SÃO AS POSIÇÕES CONQUISTADAS QUE O PARTIDO COMUNISTA E OS SEUS SATÉLITES SENTEM EM PERIGO COM O PROCESSO ELEITORAL»

— afirmou um porta-voz daquele Partido que acrescentou: Por isso foi o P. C. P. que, pela voz do seu secretário-geral, em Seia, nos veio acusar de reaccionários e comprometidos em não se sabe quantos golpes daqueles em que é useiro e vezeiro em incentivar. Não foi um simples discurso político. Não foi também uma mera acusação para fins eleitorais: foi uma palavra de ordem para a violência»

(PÁGINA ONZE)

## EM SETÚBAL

## OS GRAVES ATENTADOS À DEMOCRACIA

(Conclusão da 1.ª pág.)

cadadas na noite de sexta-feira, quando grupos não identificados, boicotaram a realização de um comício do P. P. D., provocando em seguida um confronto com agentes da P. S. P., do qual resultaram um morto e uma vintena de feridos.

As forças militares acabariam por ser retiradas cerca da meia-noite de hoje, passando a cidade a ser percorrida por patrulhas motorizadas do R. I. 11. Entretanto, nenhuns incidentes se registaram durante todo o dia, voltando a cidade à sua vida normal.

As manifestações dos grupos hostis ao Partido Popular Democrático só terminariam no sábado, cerca das 22 horas, quando os elementos da 1.ª esquadra da P. S. P. local foram transferidos para Lisboa, ficando as instalações policiais à guarda de forças do Regimento de Infantaria 11.

Os incidentes começaram na sexta-feira, à noite, quando grupos de contramanifestantes se introduziram no pavilhão do Clube Naval Setubalense, antes da hora marcada para o comício do P. P. D., firmando-se no propósito de, por todas as formas ao seu alcance evitar que a reunião se realizasse. Tal intenção era já do conhecimento das autoridades locais e, por isso, haviam sido tomadas medidas de segurança, ordenadas pelo próprio chefe do distrito. Dentro e fora do recinto, a violência tomou grandes proporções quando já tinham saído os simpatizantes do P. P. D., até que a força policial se sentiu obrigada a intervir, pois que muitos elementos, quer manifestantes quer contramanifestantes, estavam munidos de mactras e outros instrumentos de ataque. Na confusão houve tiros dispersos por parte dos assistentes, atirados para o ar, na intenção de intimidar e fazer dispersar a multidão.

Pouco depois tudo parecia ter acalmado. Não tardou, porém, que alguns grupos, depois de partirem vidros dos carros da P. S. P., se fossem concentrar na Avenida Luísa Todi, frente à 1.ª Esquadra. Em face disso, foi pedida a presença de forças do Regimento de Infantaria 11. A sua chegada já tudo estava em grande efervescência contra a P. S. P., até que gritos de um lado e gritos do outro terminaram com troca de tiros, precisamente na altura em que saía o público do cinema 'Salão Recreio do Povo', o qual se misturou com todo o grupo de manifestantes.

Teria sido, na opinião geral, uma rajada disparada do lado da P. S. P., ainda não está determinado o local, que atingiu um indivíduo na cabeça e outros, superficialmente, no corpo.

Durante o pânico, carros particulares transportaram os feridos ao hospital, onde já estavam a ser tratados vários participantes no encontro junto do Clube Naval. O ferido na cabeça seguiu para Lisboa, para o Hospital de S. José, veio ali a falecer de madrugada, desconhecendo-se ainda a sua

identidade. Os restantes logo seguiram o seu destino.

Para determinado grupo de manifestantes, a responsabilidade dos graves incidentes continuava a cair sobre o pessoal da 1.ª Esquadra da P. S. P., posição que se acentuou depois da troca de tiros, correndo depressa na cidade a notícia de que a rajada de metralhadora fora disparada de uma janela do edifício. Por tal motivo, depois de uma noite de vigilância de militares, para salvaguardar a integridade física dos agentes ali concentrados, logo de manhã, o grupo foi engrossando e, pelo dia fora, a multidão enchia toda a zona circunvizinha da 1.ª Esquadra. Entretanto, já haviam chegado, pelas 9 horas, camiões com tropas do COPCON, que chamaram a si as medidas necessárias de segurança, incluindo o serviço de trânsito, até que ordens superiores determinaram a evacuação da 1.ª Esquadra, como atrás referimos.

Ao mesmo tempo, a 2.ª Esquadra e os postos nos bairros faziam o serviço normal.

À noite, a violência contra o P. P. D. veio de novo a reatarse, desta vez contra a própria sede daquela organização partidária, instalada no Bairro Salgado. O local foi assaltado, sendo lançados para a rua cadeiras e papéis, aos quais os manifestantes pegaram fogo.

Tal atitude logo levou os partidos P. C. e P. S. a adoptarem medidas de segurança, pedindo a vigilância de COPCON nas suas sedes, nas Avenidas Manuel de Arriaga e Manuel Maria Portela, vigilância que se manteve até cerca da meia-noite, como já referimos.

Em consequência dos graves incidentes, faleceu no hospital de S. José, um indivíduo aparentando vinte anos, além do qual há a registar os seguintes feridos: — Júlio Manuel Lajes Cacote, Manuel da Silva Guerreiro, Carlos Jorge Fernandes, Manuel Carlos Afonso, Manuel Silva, Armando Santos, Mário Carvalho, João António Cargalho, Almas Imperial, Branca Flor da Cruz Carvalho, João Manuel Pereira Cordeiro, Ernesto Santos, Benjamin Xavier dos Santos, Luís Manuel Mira Torres e Lioncio Marçal.

Durante os incidentes ficou também ferido o jornalista Christopher Reed, de 36 anos, correspondente do "Guardian" e do "Daly Express", que, depois de tratado no hospital de Setúbal, foi transferido para um estabelecimento hospitalar de Lisboa.

O repórter inglês sofreu um traumatismo na face e contusões várias no corpo.

Entretanto, foi identificado como sendo João Manuel Fernandes Lopes, de 22 anos, operário da Gaslimpo, natural da Fuzeta e residente em Setúbal, o indivíduo que morreu em consequência dos incidentes.

A vítima será hoje autopsiada no Instituto de Medicina Legal.

## Comentário «Ya»

MADRID, 9 (F. P.) — «Qualquer comício efectuado pelos

partidos não-marxistas em Portugal converte-se em motivo para que os grupos de acção da extrema esquerda cometam dasacatos», escreve, hoje, o comentarista do diário católico «Ya», Bartolome Mostaza.

O editorial acrescenta que «se nota esta a campanha a ser dirigida visando as eleições e pretendendo talvez infundir o terror nesses partidos para que se não apresentem nas eleições, de 12 de Abril. Um eleições sem esses partidos seriam já eleições parciais».

## Tentativa de boicote a uma sessão do P.P.D. no Bairro da Pasteleira (Porto)

PORTO — Pouco depois de iniciada uma sessão promovida pelo Partido Popular Democrático, no salão paroquial do Bairro da Pasteleira, houve um grupo de pessoas que iniciou um boicote, gritando incessantemente com intuídos provocadores.

Nestas condições, os responsáveis pela sessão, receando uma possível confrontação física, reclamaram medidas urgentes ao Comando da P. S. P. Acorre o próprio comandante da corporação, major Mota Freitas, que, com os seus agentes, se manteve ali até final da sessão. A saída, os manifestantes agiram do novo, apedrejando os militantes do P. P. D. e tornando necessário a intervenção policial. No entanto, não houve feridos nem se fez qualquer detenção.

Acerca dos incidentes verificados em sessões na Pasteleira e em Setúbal, a comissão política do Porto do P. P. D. divulgou um comunicado em que denuncia a onda de violência e de agitação, contrariando o próprio M. F. A.

Afirma o comunicado: «Há criminosos à solta, empenhados numa escalada totalitária e numa sabotagem das eleições. Não respeitam nada nem ninguém, nem mesmo a pró-

pria Comissão Coordenadora. O terrorismo e a intimidação gestapo-estalinistas continuam. A opinião pública nacional amedronta-se. A opinião pública internacional escandaliza-se, por ver um país que pretende viver em democracia sem que sejam asseguradas as condições mínimas para sua consolidação. Os partidos não podem continuar sujeitos à violência, nomeadamente os que não a advogam nem a aceitam como processo de actuação política.»

Entretanto, o Governo, por intermédio dos Ministérios da Administração Interna e da Comunicação Social, divulgou sobre os acontecimentos o seguinte comunicado:

Como é do conhecimento público, um comício do Partido Popular Democrático, que devia realizar-se, em Setúbal, na noite do dia 7, foi perturbado, até ao impedimento, por um grupo de manifestantes.

Cabendo às forças de segurança, nos termos da lei, a salvaguarda do direito de reunião que estava em exercício, actuaram aquelas forças em conformidade, tendo havido necessidade de recorrer ao apoio das Forças Armadas.

Do confronto verificado entre as forças de segurança e o grupo que hostilizava o comício, e durante o qual houve troca de tiros e o apedrejamento de agentes e viaturas, de acordo com elementos recolhidos até ao momento, há a lamentar a morte, ferimentos graves num agente da P. S. P. e outros de menor gravidade em cerca de mais vinte e cinco pessoas.

O Governo, para além do inquérito em curso, que deverá concluir sobre a identificação e responsabilidade dos intervenientes, condena em absoluto os procedimentos havidos ou outros do mesmo tipo, atentatórios do clima de tranquilidade social, do livre exercício dos direitos restituídos aos cidadãos e da liberdade democrática que se pretende ver definitivamente instaurada no nosso país.

## ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DA MADEIRA — A.D.F.M.

## REUNIÃO GERAL DOS DEFICIENTES FÍSICOS

Realiza-se na próxima quarta-feira, às 10 horas, dia 12 do corrente mês, no Teatro Municipal do Funchal, uma reunião geral dos deficientes físicos da Madeira para tratar dos seguintes assuntos:

— Projecto dos Estatutos da Associação.

— Campanha de angariação de fundos para compra de alfomadas especiais dos paraplégicos.

— Programação da A. D. F. M. até ao fim do corrente ano. Para esta reunião convidam-se todos os deficientes físicos e outras pessoas que de-

## Abrigo Nossa Senhora de Fátima Assembleia Geral

Em harmonia com os respectivos estatutos é convocada a Assembleia Geral desta instituição a reunir no próximo dia 19, pelas 16 horas na sua sede em Santo Amaro para a apresentação e aprovação de contas. Não comparecendo a essa reunião o número legal de sócios a mesma Assembleia funcionará meia hora depois com os sócios presentes.

A secretária  
Maria Assunção Tavares de Freitas

sejam colaborar nesta associação. Continuamos a receber apoio de várias entidades e já se encontra programado para o próximo mês de Maio um festival desportivo no pavilhão Gimnodesportivo do Funchal.

## BEBA CERVEJA CORAL

AGORA TAMBÉM EM GARRAFA

PEQUENINA

• à medida do seu copo •

## TRIBUNA LIVRE

(Conclusão da 1.ª pág.)

sem (ilusão...), há direitos fundamentais das minorias que não podem ser contestados pela lei do número.

O Homem tem direitos inerentes à sua própria natureza, que regime político nenhum os pode negar. O Homem é que é o centro da vida política. O Estado existe por causa do Homem, e não o Homem para exclusivo serviço do Estado.

Que se passa então neste País? Sou dos que acredito que vivo num Estado governado por um regime jovem que nasceu para a Liberdade. Que, à guisa de normal crise de juventude, passa pelas convulsões próprias de tudo aquilo que está em crescimento, portanto ainda imaturo.

Mas não exageremos. A tibieza na condução da vida pública, pode acabar por estragar o que nos foi prometido.

Não olvidemos, o Povo português não esquece, que lhe foi prometido um País Democrático pelas Forças Armadas. É a palavra que esperamos ver cumprida. Que tem de ser cumprida porque ponto de honra do Movimento de 25 de Abril.

O cidadão vulgar deste País, o Homem que diariamente luta contra as dificuldades da vida para poder vencer, o Homem que foi inundado de completa esperança no dia da Revolução dos Cravos, interroga-se agora atônito: como foi possível cairmos nestas cenas de rua? A quem pedir responsabilidades?

Eleições feitas sob uma atmosfera de medo, não são eleições livres. A ordem tem de ser garantida custe o que custar. Ordem, palavra que a muitos desagradou. Palavra que não pode mais neste País tornar-se sinónimo de prepotência, mas que na sua legítima dimensão é imprescindível à existência da própria comunidade.

Portugal não se faz sob ondas de sangue. A violência gera violência. Que nela se deliciem os extremistas da esquerda e da direita. Mas deixem em paz o Povo. O Povo precisa de recuperar os anos perdidos. E não é com ódios que se ergue uma Nação.

Quem governa, tem responsabilidades. E não tenho pejo em afirmar que uma das causas das presentes dificuldades económicas portuguesas é um certo mal-estar derivado de uma desordem que tende a institucionalizar-se, mesmo nas barbas dos responsáveis.

Não se pode institucionalizar a Democracia sem que todos se habituem a trocar ideias, e não insultos ou pauladas. E, porque se trata de um valor intrinsecamente ligado à própria sobrevivência do Estado e da Liberdade, aqui não pode haver hesitações para agrado de alguém.

Celebra-se hoje o dia da Polícia. Por coincidência, num momento em que a segurança de cada um é problema primeiro da vida nacional.

## O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

## COMPROMETEU-SE PERANTE OS DIRIGENTES DO P.P.D. À REALIZAÇÃO DE UMA CAMPANHA ELEITORAL COMO DEVE SER

LISBOA, 10 — Está já em curso o inquérito relativo à actuação da PSP face aos acontecimentos registados em Setúbal a quando do impedimento por parte de manifestantes dum comício do PPD em Setúbal na passada sexta-feira. A fim de dirigir os trabalhos de investigação está desde ontem naquela cidade o chefe do Estado Maior da corporação tenente-coronel Pinto Ribeiro.

Por determinação do Comando-Geral da P.S.P., o capitão José Machado, que nos dois últimos anos exerceu o comando distrital da corporação com competência e a contento geral da popula-

ção, foi enviado a Setúbal a fim de interinamente exercer o comando daquela força paramilitar. Substitui o major João Louro Rodrigues Passos.

Por outro lado «o Presidente da República manifestou à comissão política nacional do PPD a sua preocupação pela escalada de violência a que nos últimos tempos se tem assistido e mostrou-se receptivo à ideia de os partidos elaborarem um pacto definindo comportamentos democráticos para o período eleitoral e manifestou igualmente a disposição das autoridades e do MFA de assegurarem uma campanha eleitoral adequada a este primeiro passo do povo português na construção da democracia», afirmou no decorrer dum conferência de imprensa realizada na sede do membro da comissão política de aquele partido, um lídico nacional do PPD. — (ANI)

**Anexo J** – Capa do JMd do dia 3 de abril de 1975 e respectiva página de continuação

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR :

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do JORNAL DA MADEIRA LDA.

Redacção e Administração

Rua do Seminário, 22 - R. Dr. Fernão Ornelas Telf. 20014/15

Endereço telegráfico «Jornal»

QUINTA-FEIRA

3

ABRIL

1975

N.º 13 729

SÉRIE II  
ANO XLIII  
PREÇO 3500

## A nova assembleia do M.F.A. será composta por 120 elementos do Exército 60 da Armada e 60 da Força Aérea

LISBOA, 2 — O Movimento das Forças Armadas apresenta, hoje, aos representantes dos partidos legalizados, o seu projecto de uma plataforma de acordo com as diversas forças políticas, que será integrada na Constituição Política de forma a vigorar para além da futura Assembleia Legislativa.

Como é do conhecimento público o M. F. A. estabeleceu já contactos com os vários partidos, antes dos acontecimentos de 11 de Março, com vista ao estudo da sua institucionalização, estando dessa missão encarregados alguns elementos do antigo Conselho Superior do Movimento, que formaram a chamada «Comissão dos Oito», cuja constituição era, na realidade, muito variável e não inalterável como se poderia ser levado a pensar.

A intenciona contra-revolucionária de 11 de Março levou, porém, os militares a decidirem, em assembleia de emergência, a imediata institucionalização do M. F. A., com a criação de um Conselho de Revolução e de uma Assembleia do Movimento, formada por 240 oficiais, sargentos e praças perante a qual aquele Conselho responde. Em face da evolução dos acontecimentos foram interrompidas as conversações com os partidos, as quais irão ser agora reatadas à luz da actual situação revolucionária.

O projecto da plataforma de acordo com as forças políticas será hoje apresentado, às 17 horas, no Instituto de Al-

tos Estudos da Defesa Nacional, aos representantes dos partidos, por um grupo de elementos do Conselho da Revolução, de que fazem parte o primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, e o almirante Rosa Coutinho.

Ontem, à noite, aquelas duas individualidades estiveram reunidas no I. A. E. D. N., com vários outros membros do Conselho da Revolução, nomeadamente o capitão-de-fragata Martins Guerreiro, capitão-tenente Almada Contreiras, primeiro-tenente Ramiro Correia e capitães Ferreira de Macedo, Vasco Lourenço e Graça Cunha, a fim de ultimarem a fase preparatória para o encontro de hoje à tarde. Durante a tarde, já o almirante Rosa Coutinho trabalhara com o capitão Vasco Lourenço.

Em preparação a próxima assembleia do M. F. A.

Estão já em curso os trabalhos preliminares com vista à próxima reunião da assembleia do M. F. A. em data que ainda não foi anunciada, constituída por 240 oficiais, sargentos e praças — número que inclui os membros do Conse-

(Conclui págs. centrais)

## JUNTA DE PLANEAMENTO DÁ CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

No Salão Nobre da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, realizou-se, ontem, com início às 14.30 horas, e término às 15.20 horas, uma conferência de imprensa, à qual acorreram alguns representantes dos nossos órgãos de comunicação social.

A mesa presidiu o Governador Militar, brigadeiro Carlos Azeredo, que se fazia ladear pelos drs. Paquete de Oliveira e major Faria Leal e Abel de Freitas e prof. Virgílio Pereira, membros responsáveis das diversas pastas do Governo Central aqui por estas entidades representadas.

A abrir esta reunião falou o brigadeiro Carlos Azeredo que apresentou os elementos da Junta de Planeamento e fez questão de salientar que esta Comis-



são para estudos da vida política e problemas locais tinha sido escolhida de cúpula, por decisão autocrática, vinda de «cima para baixo» — segundo as suas palavras.

Após a intervenção do Comandante Militar da Madeira e, na oportunidade, registou-se um diálogo entre os órgãos de Informação presentes e os membros da mesa, no qual o nosso jornal marcou significativa posição, mas que ficou reduzido a simples discussão de situações deslocadas do âmbito da reunião que se resumia à seguinte ordem de trabalhos: apresentação da Junta de Planeamento e colhimento de informações à imprensa regional.

Esta situação afectou o interesse de ambas as partes por conhecimento de pormenores relacionados com a Junta e sua respectiva actuação, tendo, por fim, o brigadeiro Carlos Azeredo ter de dar por terminada a reunião que consideramos altamente improdutivo, facto que lamentamos sinceramente.

## CINQUENTA NAVIOS PARALISADOS NO TAMISA DEVIDO A UMA GREVE

LONDRES, 2 — Os 2200 estivadores do porto de Hull, no Nordeste de Inglaterra, decidiram não seguir o movimento de greve lançado há um mês pelos estivadores londrinos, para protestar o transporte em contentores.

(Conclui nas págs. centrais)

## Abriu a campanha eleitoral

LISBOA, 2 — A actividade eleitoral dos partidos políticos começou no primeiro minuto do dia dois com um comício do Partido Socialista em Faro e intensa colagem de cartazes em Lisboa.

No primeiro comício eleitoral do Partido Socialista em Faro participaram Mário Soares, secretário-geral, o poeta Manuel Alegre e os candidatos a deputados do P. S. por aquele círculo.

«O Partido Socialista é o partido da classe operária, das massas trabalhadoras, do pequeno cultivador, do funcionalismo desprotegido da nossa terra, do pequeno comerciante, das mulheres e da juventude», declarou Mário Soares, que adiante disse: «Queremos transformar a nossa sociedade e acabar em Portugal com

a exploração do homem pelo homem. Nós somos o partido da liberdade, não queremos uma hegemonia e recusamos ser o partido único. Somos também o partido da não violência, da não agressão».

Depois de historiar algumas

conquistas do povo português após o 25 de Abril, referindo nomeadamente o fim da guerra colonial e o processo de descolonização, o secretário-geral concluiu: «O Partido Socialista pode garantir ao MFA

(Conclui págs. centrais)

## DILIGÊNCIAS DOS «NOVE» JUNTO DE COSTA GOMES SOBRE LIBERDADES PÚBLICAS

HAIA, 1 — Segundo círculos geralmente bem informados desta capital, os embaixadores em Lisboa dos nove países membros do Mercado Comum teriam efectuado diligências separadas junto do gene-

ral Costa Gomes, para lhe dar conta da importância que os respectivos Governos atribuem à manutenção das liberdades políticas e públicas em Portugal.

Na passada sexta-feira, o

embaixador dos Países Baixos, Arnout Dewoml, avistou-se com o Presidente da República, precisamente nesse sentido, soube-se, hoje, no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Haia. — (F. P.)

## TRIBUNA LIVRE

Como está definido superiormente, a Campanha Eleitoral tem de decorrer num clima do maior civismo. O País tem de demonstrar a si próprio, principalmente, e ao mundo, que atingiu a maturidade necessária para encerrar suas eleições como meio normal do exercício da soberania pelo Povo.

Noutras latitudes já mais acostumadas com a experiência que iremos viver, também as campanhas eleitorais são férteis em espectaculares golpes de teatro. Os quais tantas vezes pelo impacto que causam, chegam a alterar substancialmente a opção do público. Geralmente imbedidos num clima emocional, que dão aos argumentos esgrimidos uma amplitude tal que, noutra ocasião, analisados a raciocínio ponderado, jamais conseguiriam semelhantes mudanças de posição nos juízos de cada um.

Para a Campanha Eleitoral que já começou, a regra é portanto a de «cabeça fria». Deve cada um ao analisar as diferentes peças que constituem a propaganda das várias formações políticas, não partir de qualquer preconceito subjectivo, mas analisar ideias, concepções, em função daqueles principais valores genéricos sobre o Homem, a que qualquer Ser civilizado indubitavelmente adere.

(Conclui págs. centrais)

É PRECISO QUE TODOS VÃO VOTAR  
E QUE ESCOLHAM LIBERDADE, JUSTIÇA E PROGRESSO

NCIAS

# A ATÉ À MORTE de Santo António?

armos, contátcámos P. e a P.J.. Todavia havido sido partici do lamentável facabado de descrever. mbém se dizia, on — mas sem a devida rmação — que um pé no abdomen teido a causa da hora morte do raparito. fim, opiniões várias, o confusas, mas to baseadas num caso 11, tão lamentável to condenável.

UMA HORA:

meia-noite e acabam os informar que o enito em causa foi, n, atendido no Ser-

viço de Urologia do Hospital Distrital.

A mesma fonte, digna do maior crédito, acrescentou que embora a vítima apresentasse várias equimoses não se pode, de modo nenhum, considerá-las resultado de espancamento, pelo menos assim à primeira vista.

E ainda constava que, na quinta-feira da semana finda, a mesma criança — agora cadáver — fora radiografada no Hospital dos Marmeleiros, onde a conduziram pelo mesmo motivo que determinou o seu internamento no Distrital.

Ernesto Rodrigues

# s Estados Unidos ndam o Vietname do Sul

WASHINGTON, 2 — Cerca de 600 fuzileiros navais foram os para «proteger navios norte-americanos» durante a ação de refugiados, civis do Vietname do Sul — anunciou o agono.

Os fuzileiros, não sairão dos barcos, «serão utilizados para ança destes e para o controlo da evacuação».

O Pentágono informou também que estão a ser enviados tidades modestas» de equipamento militar das unidades arda nacional nos Estados Unidos para o Vietname para stecimento de emergência das forças governamentais submitas.

ntretanto o secretário presidencial de Imprensa, Ron Nesndicou que os Estados Unidos estão envolvidos em tenta-diplomáticas — até agora sem resultado — para ajudar a e a crítica situação do Vietname. — (ANI)

RIBUNA LIVRE

(Conclusão da 1.ª pág.)

Nestas eleições para a Assembleia Constituinte, ca-Partido surge a apresentar o seu parecer sobre o tual momento português e quais as soluções que ele ge revestir no futuro. Deve pois o eleitorado prestar anção à essência das propostas de cada um dos agru-mentos interessados na liça partidária. Ver quais os lores que estão em jogo e quais os que ficarão asse-rrados consoante os vários desfechos possíveis.

E cada um não pensar só em si. Pensar sobretudo comunidade que o rodeia. Porque nenhum Homem p-honestamente pretender as soluções políticas que sir-m os seus exclusivos interesses ou as suas mórvidas ixões. Há um todo nacional para o qual é preciso en-trar-se a fórmula mais adequada a um Desenvolvi-mento Integral.

Nunca é demais repetir — só há Desenvolvimento tegral quando para todos os cidadãos e cada um dos dados, se verifica uma melhoria nas suas condições a vida económica, moral, social e cultural.

A esta luz, é acima de tudo preciso não perder a beça com o ardor que as campanhas eleitorais nor-malmente atingem. Serenamente detectar onde residem a verdades essenciais, ou onde moram os ataques gros-rosos, estúpidos e mesquinhos, tantas vezes pessoaliza-ões, geralmente processo de esconder-se uma incapaci-d efectiva de assumir ou compreender responsabilida-des.

E é importante esta distinção. Porque não raras oca-ões por esse mundo fora, procuram-se destruir nobres eais ou programas úteis de governo, com apelo a fa-ctores secundários, acidentes que nada têm a ver com a essência dos princípios de cada formação política, num espírito mesquinho, mau.

Nesta época de campanha eleitoral, o País além de r que dizer que «o fascismo não passará», deve ainda onfirmar que a mediocridade também não.

# RONDA PELA CIDADE



— Onda de assaltos nos becos do Lança e do Lagar

— Mais protecção para os locais desviados do «centro»

consequente tranquilida-de.

Nos últimos tempos, a Polícia de Segurança Pública do Funchal realizou, de madrugada, várias rusgas gigantes na cidade e arredores e passou-os a «pente fino», numa acção

nes, e o comissário António Belo Martinho. Foram operações-sur-

Mercê dessas diligências da P.S.P., a delinqüência começou a ficar

POR ERNESTO RODRIGUES

Na zona dos Becos do Lança (Vila Guida) e do Lagar, ao Caminho do Palheiro, os ladrões cam-pleiam, quer roubando ga-

presa, numa das quais — que acompanhámos bem

insegura e a população mais sossegada, tanto a que dormia, como a que, por força do trabalho, transitava na via pública.

Actuações em potência estas que bastante transtornaram os salteadores, a vadiagem.

Todavia, pode ser que, dum momento a outro e quando menos se esperar, a Polícia caia, novamente, em «peso», e faça vida cara — detendo-os, claro está — aos fora de lei, aos vagabundos.

No entanto, em brigadas apeadas ou auto-transportadas, a P.S.P. não escurea a vigilância diária da cidade.

E, de repente, poderá lá estar, aliás nas zonas dos Becos do Lança e do



No intervalo duma operação gigante, parte do pessoal da P.S.P. recebe, de madrugada e em plena via pública, novas instruções do comandante.

linhas, coelhos e cântaros com flores, quer assaltando e agredindo o cidadão ordeiro e desprevenido.

Ainda na madrugada de domingo último, o sr. Tibúrcio Barros, chefe de bar do «Reid's Hotel», foi vítima de brutal assalto e agredido selvaticamente, por três indivíduos que se puseram em fuga, antes de poderem ser reconhecidos.

O local em referência é bastante solitário e, portanto, propício à actividade dos meliantes.

Assim, os habitantes desta localidade reclamam, com justiça, ronda policial nocturna, para sua legítima defesa e

preventiva e intensiva, de perto — detiveram-se cerca de 70 indivíduos,



Forças do COPMADE e da P.S.P., em actuação às primeiras horas do dia.

activa o comandante da corporação, major Gil Nu-

Lagar que tanto precisam da sua protecção.



Grupos mistos das Forças Armadas e Militarizadas velam altas horas da noite, pela tranquilidade e os bens do cidadão ordeiro, honesto. Só é pena que tais rusgas se não possam repetir com frequência. Assim, diminuiriam bastante os assaltos até na via pública e em locais de menor movimento ou desviados do centro da cidade.

**Anexo K** – Capa do JMd do dia 24 de abril de 1975 e respectiva página de continuação

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR:

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do  
JORNAL DA MADEIRA LDA.

Redacção e Administração  
Rua do Seminário, 22 - P. Dr.  
Fernão Ornelas Telf. 20014/15

Endereço telegráfico «Jornal»

QUINTA-FEIRA

24

ABRIL

1975

N.º 13 749

SÉRIE II  
ANO XLIII  
PREÇO 3500

## TORNADO PÚBLICO O RELATÓRIO DA INTENTONA DE 28 DE SETEMBRO

LISBOA, 23 — Foi hoje também tornado público, através da Rádio Televisão Portuguesa, o relatório sobre o golpe reaccionário de 28 de Setembro, um trabalho da comissão

«ad-hoc» encarregada de investigar os acontecimentos da primeira tentativa contra-revolucionária ocorrida em Portugal depois do 25 de Abril. Este trabalho dá conta dos anteceden-

tes do golpe, seu desenvolvimento e implicações, tudo compilado num volume de 82 páginas. Nos seus antecedentes inclui-se a acção do professor Palma Carlos, tendente a marginalizar as forças progressistas, órgão do Estado e instituir o poder pessoal do então presidente da República ex-general Spínola. Na sua

sequência outras tentativas para subalternizar, até dissolver, o MFA como grande força progressista e revolucionária e ainda uma acção directa e connectada de elementos ligados ao Estado fascista, legionários, agentes da ex-PIDE, filiados do EX-ANP etc., interessados em destruir o 25 de Abril. No (Conclui na pág. 2)

## Mais de 200 mil soldados cercam a capital do Vietname do Sul

SAIGÃO, 23 — O Governo do Vietname do Sul lançou um apelo para o cessar-fogo imediato e novas conversações de paz, numa derradeira tentativa para encontrar uma fórmula política que acabe com a guerra. O apelo foi feito numa nota aos signatários do acordo de paz de Paris de 1973.

Com os exércitos da Frente Nacional da Libertação a pouca distância da capital e prosseguindo no seu avanço, o apelo diz que, em virtude «do agravamento da situação nos últimos dois meses» o Governo pretende recomençar conversações de paz.

«Como primeiro passo deve» (Conclui na 3.ª pág.)

## São Vicente:

— Desolação na agricultura

POR ERNESTO RODRIGUES



É este o aspecto desolador que apresentam muitos campos de cultura da freguesia de São Vicente vinha destruída, semilha «rapada» da superfície da terra. Tudo «obra» do vento ciclónico. (LER ÚLTIMA PAGINA)

## A FACULDADE DE FILOSOFIA É PERTENÇA DA SANTA SÉ E DA COMPANHIA DE JESUS

— DECLARAM PROFESSORES DE BRAGA

LISBOA, 23 — Os professores jesuítas da Faculdade de Braga tornaram público um comunicado no qual, «porque mais directamente visados», esclarecem sobre pontos que lhes parecem pertinentes. Transcrevemos a seguir esses pontos:

1. A Faculdade de Filosofia de Braga, criada e dirigida pela Companhia de Jesus, faz parte, desde 1967, da Universidade Católica Portuguesa. As entidades de que superiormente depende são portanto a Santa Sé, com os seus legítimos representantes em Portugal, e a Companhia de Jesus e, quanto ao seu reconhecimento civil, o Governo da Nação.

Nenhum grupo de alunos (Conclui na pág. 2)



PARIS — O Presidente da Alemanha Ocidental Walter Scheel, ao lado do Presidente da França, Valéry Giscard d'Estaing (à esq.), passando revista à guarda de honra no aeroporto de Orly, onde está em visita oficial. (Telimprensa-«Jornal da Madeira»)

## Tropas portuguesas deixam Moçambique ANTES DA INDEPENDÊNCIA

BEIRA, 23 — (F. P. e R.) — «As tropas portuguesas que ainda se encontram em Moçambi-

que partirão para Lisboa antes de 25 de Junho, «dia da independência», e o Comando Militar de Moçambique passará para as mãos das forças da Frelimo, anunciou na terça-feira um porta-voz militar.

As tropas portuguesas ainda em Moçambique serão agrupadas em Lourenço Marques, Nampula e Beira, tendo em vis-

ta o seu repatriamento para Portugal.

Até fins de Abril, os portugueses retirarão as tropas que ainda têm na região de Vila Pery, perto da fronteira com a Rodésia.

No princípio desde mês, as forças da Frente de Libertação de Moçambique tinham já ga-

(Conclui pág. 2)

## PARA VOTAR:

- 1 — LEVE CONSIGO UM DOCUMENTO QUE O IDENTIFIQUE
- 2 — SE NÃO TIVER NENHUM DOCUMENTO, BASTA QUE A MESA IDENTIFIQUE O ELEITOR, OU ENTÃO DUAS TESTEMUNHAS QUE TENHAM BILHETE DE IDENTIDADE
- 3 — PARA VOTAR É SÓ PÔR UMA CRUZ DENTRO DO QUADRADO QUE ESTÁ AO LADO DO NOME E DO EMBLEMA DO PARTIDO ESCOLHIDO
- 4 — NÃO ESCREVER, NEM RISCAR MAIS NADA, SENÃO O VOTO NÃO VALE!
- 5 — NINGUÉM VOTE EM BRANCO!
- 6 — EXPLIQUE ESTAS INSTRUÇÕES A TODA A GENTE

### TRIBUNA LIVRE

Os Portugueses são capazes de Liberdade. É isto que tem de ser dito nas urnas, sexta-feira próxima. Contamos com o bom senso do País. Toda a gente espera que o equilíbrio venha imperar.

A ordem pública foi garantida pelas Forças Armadas, não sendo de esperar um mínimo desacato durante o decorrer do acto eleitoral. Até porque as penas são gravíssimas para quem provocar distúrbios, ou deles for cúmplice, penas que se somam por alguns anos de prisão.

Ainda que cabendo à volta de quinhentas pessoas por cada mesa de voto, convém que toda a gente vá votar cedo, logo que possa. Pois, mesmo assim com

(Conclui na pág. 3)

## Rev. P.e Eduardo Honório Henriques

### 85 ANOS DE IDADE 62 DE SACERDÓCIO

Recordo-me bem. Era eu criança ainda, quando conheci o Pe. Honório, então pároco de Ponta Delgada. Costumava vir, muito frequentemente, participar nas festas e outras acti-



vidades da minha paróquia.

Vim a saber depois, e verifiquei pessoalmente nos registos paroquiais, que fora ele quem me fizera cristão, administrando-me o baptismo.

Isto, além do mais, fez com que sempre lhe tivesse dedicada profunda estima e veneração.

Durante vários anos, não sei quantos, não voltaria a encontrá-lo. Tinha sido, entretanto, transferido para a paróquia de S. Roque do Funchal. Quando muito mais tarde lá fui visitá-lo, já os cabelos brancos lhe abundavam e, o rosto franzino pendia para a frente. Porém, sempre o mesmo sorriso bondoso e afável, a mesma hospitalidade e simpatia de que o povo de Ponta Delgada tanto falava.

Mas o que nele sempre mais admirei, foi a sua Fé. Penso que na verdade o padre não tem qualquer razão de ser, nem se pode compreender senão à luz da Fé.

Há dias confidenciava-me: «sabe, a minha vida tem sido cheia de provações de todo o género».

Efectivamente houve-as e em abundância, físicas e morais: desde a morte de seu pai, quando ainda estudante e jovem de 18 anos, até a grave enfermidade que há poucas semanas atingiu sua irmã, companheira inseparável e fiel de longos anos.

O sr. Pe. Honório conta depois, com toda a precisão e detalhe, os contratempos que a Igreja e ele próprio como sacerdote têm enfrentado ao longo dos seus 62 anos de padre.

E fala com entusiasmo dos seus Bispos e do seu precioso e valioso trabalho em tempos tão difíceis.

Apesar de ter terminado o Curso do Seminário numa época em que o futuro da Igreja se apresentava sombrio, o sr. Pe. Honório não se intimida, nem tão pouco espera.

A diocese encontrava-se vacante com a morte de D. Ma-

nuel Agostinho Barreto. Com esperança e generosidade no coração, embarca para o Continente, onde em Leiria recebe a Ordenação Sacerdotal das mãos do então Arcebispo de Miltène.

A vida é um dom de Deus, um dos mais preciosos. E o sr. Pe. Honório recebeu-a em abundância.

Nascido a 24 de Abril de 1890, ordenou-se de sacerdote a 30 de Novembro de 1913.

Foi depois nomeado capelão da Sé, Pároco de Santo António da Serra em 1 de Janeiro de 1914, coadjutor de Câmara de Lobos em 1 de Dezembro de 1917, Pároco do Porto Moniz em 1 de Janeiro de 1920, Pároco de Ponta Delgada e Arcipreste de São Jorge em 30 de Setembro de 1931 e Pároco de S. Roque do Funchal em 17 de Abril de 1943.

Ao atingir os 85 anos de idade, depois de uma tão notável folha de serviços, depois de ter palmilhado e calcorreado de quase todos os caminhos e veredas da Madeira ao serviço de Deus e das almas a quem jurara servir, o sr. Pe. Honório pediu ao sr. Bispo da Diocese o justo repouso a que tem direito no entardecer da vida.

Embora aos olhos do mundo tivesse estado em paróquias talvez abundantes em meios materiais o Pe. Honório é pobre. Por isso teve de arrendar uma casa, onde passará a viver com seus familiares.

«Usando do mundo, como se dele não fizesse uso, chegou àquela liberdade, pela qual, liberto de todo o cuidado desordenado, se tornou dócil para ouvir quotidianamente a Voz Divina» (Vat. II).

Nesta altura em que o padre é tão pouco compreendido, seria talvez útil e até pedagógico ouvir do próprio Pe. Honório, o seu testemunho sacerdotal, fruto da experiência de uma longa vida de cristão e de padre.

É portanto natural que o sr.

#### TRIBUNA LIVRE

(Conclusão da 1.ª pag.)

quinhentas pessoas, os membros das mesas não terão muito tempo livre.

Ninguém tem que dar satisfações em quem vai votar. Nem é permitido que esteja no local de voto seja quem for, a fazer qualquer sugestão. No voto secreto repousa uma garantia fundamental da autenticidade democrática.

É preciso que as pessoas, morem longe ou perto, estejam cansadas ou folgadas, doentes ou sãs, velhas ou novas, venham todas votar! O futuro do País, o futuro de todos necessita de um dia de sacrifício. E um dia de sacrifício vale bem um futuro em Liberdade.

É que independentemente da maior ou menor força que efectivamente os Partidos mais votados consigam no actual período «sui generis» da política nacional, torna-se absolutamente necessário que fique inequivocamente demonstrada qual a vontade da maioria dos Portugueses. Depois, o resto se verá.

**AMANHÃ, É PRECISO QUE TODOS OS CAMINHOS, ESTRADAS OU VEREDAS DA MADEIRA SEJAM CALCORREADAS POR TODA A GENTE A CAMINHO DOS LUGARES ONDE SE VOTA!**

## Mais de 200 mil soldados cercam a capital do Vietname do Sul

(Conclusão da 1.ª pag.)

rá haver um cessar-fogo imediato para acabar com as provocações desumanas a que estão a ser submetidos milhões de sul-vietnamitas inocentes.»

O Presidente Huong recebeu o embaixador francês Jean-Marie Merillon. O ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Sauvagnargues tem actuado como intermediário em Paris, entre o Governo de Saigão e o Vietcong.

#### FORÇAS SUL-VIETNAMITAS RECUSAM AO LONGO DA COSTA

Afirmando-se que mais de 200 mil soldados do Vietcong apertam o cerco à cidade de Saigão, a situação das forças governamentais parece agravar-se a cada minuto que passa.

Entretanto, forças sul-vietnamitas retiram ao longo da costa do mar do Sul da China, perante uma ofensiva das tropas do Vietcong, destinada a isolar Saigão.

O comando de Saigão informou que as suas tropas abandonaram a cidade costeira de Ham Tan, à apenas 80 quilómetros da cidade portuária de Vung Tau.

Esse ataque coincidiu com novos combates na área de Tay Ninh, a noroeste de Saigão. Fontes militares afirmaram que o Governo planeava uma retirada, a fim de encurtar o seu perímetro de defesa, e anunciaram que a cidade de Tay Ninh se encontra ainda na posse do Governo — (R.)

Bispo do Funchal, o povo de São Roque e os seus inúmeros amigos, sacerdotes e leigos, se juntem numa celebração eucarística, esta tarde na Igreja Paroquial de S. Roque, para agradecerem a Deus ternos dado o Pe. Honório e todo o Bem que por seu intermédio espalhou no mundo, e para pedirem a sua presença no meio de nós, ainda por muitos anos.

A.

#### DERROTA PARA OS ESTADOS UNIDOS—ENTENDE A CHINA

HONG-KONG, 23 — A China descreveu a resignação do Presidente sul-vietnamita, Van Thieu, como uma derrota desastrosa para os Estados Unidos.

A agência noticiosa Nova China, no seu primeiro comentário sobre a resignação, sublinhou:

«A queda de Thieu é uma fraqueza política engendrada pelos Estados Unidos para salvar do colapso total a administração fantoche de Saigão.

«A queda de Thieu significou uma derrota desastrosa para os Estados Unidos e para os seus lacaios, na violação sistemática dos acordos de Paris e prosseguimento de uma política de guerra.» — (R.)

## Socialistas

PALMA DE MAIORCA, 23 — O «PSOE» (Partido Socialista Operário Espanhol) poderia colaborar nas mudanças a fazer para resolver os problemas do país. «O realismo político» do regime franquista poderia permitir um acordo entre todas as forças políticas, legais ou não legais, no qual participaria o «PSOE» diz numa entrevista ao «Diário de Mallorca» um dos dirigentes deste partido, Pablo Castellanos.

Quanto a este existe «uma alternativa para a Junta Democrática» (à qual o PSOE nunca aderiu) essa alternativa sendo um acordo das diversas forças políticas sem exclusão de nenhuma, acordo «político e social» e tendo por objectivo «preparar as reformas constitucionais». Castellanos revela que houve conversações entre PSOE e o PCE em sete do corrente mês, mas malograram-se por que, afirmou, o «grupo de Carrillo é mais escravo da operação «Junta Democrática» do que senhor da situação criada por esta».

Terminando Castellanos diz não haver que fazer paralelo entre a Espanha e a situação de Portugal. «As forças sociais, o exército e as económicas dos dois países são absolutamente diferentes», declarou.

## Greve de visitas na prisão de Carabanchel

Vinte prisioneiros políticos da prisão madrileña de Carabanchel iniciaram uma «greve das visitas», segundo o exemplo do padre catalão Luis Xirinachs. É seu objectivo exigir que os prisioneiros políticos não estejam presos nos

## FAROL

### A vida está cheia de contrastes

A vida é feita de pequeninos nadas. E o encanto que eles dão à pobre existência humana... Um sorriso, um aceno, um olhar mostram, tantas vezes, o valor duma alma. O mais belo espírito, que até hoje conheci, manifestou toda a sua grandeza num simples volver de olhos, acompanhado dum pequenino gesto de mão.

O homem, não te queiras elevar até ao SOL, porque numa vida bem perto do SOLO podes encontrar a tua maior felicidade!... Olha para as violetas, pequeninas e humildes, escondidas entre todas as flores dos jardins. O perfume que elas têm!...

Já contemplei um lírio mais oloroso e de pétalas mais alvinhentas no meio dum lodçal, do que todos os outros que passaram sob os meus olhos nos canteiros dos parques e dos jardins.

Já vi uma pérola brilhar com mais intensidade no fundo dum lago de águas límpidas e tranquilas, do que muitos astros alcandorados lá nos altos céus.

Um sacerdote lazarista, de espírito verdadeiramente apostólico e duma vastíssima cultura em todos os ramos das ciências teológicas e profanas, afirmou-me, certa vez, o seguinte:

— Não foi nos conventos ou mosteiros que encontrei as melhores almas de Paris. Foi, sim, entre algumas estrelas do cinema francês.

SILVIO

## espanhois admitem colaboração com Franco

mesmos locais que os prisioneiros de direito comum.

Segundo amigos dos presos políticos de Carabanchel, esta greve foi decidida depois de vários presos de «direito comum» terem espancado e ferido presos políticos. Segundo aquelas fontes, os escrito-

res Alfonso Sastre, marido de Eva Forest, e Eliseo Bayo, encontram-se actualmente presos na 7.ª galeria da prisão, que é reservada aos presos de «direito comum» perigosos. Em Carabanchel a galeria dos presos políticos é a terceira. — (F. P.)

## COMANDO TERRITORIAL INDEPENDENTE DA MADEIRA

Em virtude das missões de segurança atribuídas às Forças Militares e Militarizadas no decorrer das eleições a realizar no dia 25 do corrente, o Comando Militar, solicita aos presidentes das assembleias de voto e a todos os eleitores que na medida do possível aos elementos que se apresentem fardados, sejam dadas todas as facilidades possíveis, de forma a votarem o mais rapidamente possível.

## GOVERNO GREGO CONDENA EXTREMA-ESQUERDA

ATENAS, 23 (UPI-ANI) — O Governo grego anunciou ter tomado acção legal contra um partido político da extrema-esquerda que reivindicou a responsabilidade do ataque à Embaixada dos Estados Unidos em Atenas.

O comunicado oficial diz que «os responsáveis pelo grupo esquerdista que, de um modo provocatório, assumiu publicamente a responsabilidade pelos actos criminosos perpetrados na manifestação, serão processados».

Trata-se do Movimento Comunista Revolucionário da Grécia (E. K. K. E.), agrupamento da extrema-esquerda, que afirmou num comunicado que os seus membros haviam

levado a cabo o ataque à Embaixada norte-americana.

Entretanto, o Governo grego anunciou que a partir de agora o artigo 10.º da Constituição, que se destina a regulamentar as manifestações públicas, será aplicado com todo o rigor. «Não é aceitável que ridículas minorias transtornem impunemente a vida da cidade e a tranquilidade dos seus cidadãos. Acções anárquicas ameaçam a Democracia, que foi restaurada neste país depois de tantos sofrimentos» — anunciou o Governo.

O Governo disse ainda que o ataque à Embaixada dos Estados Unidos em Atenas tinha sido «lesivo» para os interesses gregos.

**Anexo L** – Capa do JMd do dia 8 de maio de 1975 e respectiva página de continuação

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR :

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do JORNAL DA MADEIRA LDA.

Redacção e Administração  
Rua do Seminário, 22 - R. Dr.  
Fernão Ornelas Telf. 20014/15  
Endereço telegráfico «Jornal»

QUINTA-FEIRA

8

MAIO

1975

N.º 13 759  
SÉRIE II  
ANO XLIV  
PREÇO 3500

## O MINISTRO DO TRABALHO CHEGOU ONTEM À MADEIRA

«É necessário produzir-se mais para que se possa repartir o produto dessa riqueza com justiça»

— declarou este membro do Governo Provisório, Major Costa Martins a «Jornal da Madeira»

Conforme oportunamente noticiamos, chegou ontem cerca das 21,30 horas, o ministro do Trabalho, major Costa Martins, e seu comitiva, que engloba alguns técnicos do seu gabinete.

A aguardar a sua chegada estavam presentes, o brigadeiro Carlos de Azeredo, Governador Militar da Madeira, os drs. Pe. José Manuel Paqueta de Oliveira e João Abrel de Freitas, prof. Virgílio Pereira e major José Maria Faria Leal, membros da Junta de Planea-

mento da Madeira, o major Gil Nunes comandante da PSP, o Delegado do Trabalho no Funchal, e outras individualidades.

O major Costa Martins, deslocou-se à Madeira a fim de se inteirar da actual situação e de todos os problemas directamente ligados ao seu Ministério, constando na sua agenda de trabalho várias reuniões com as direcções de alguns Sindicatos, bem como contactos em diversos pontos da ilha. Depois de ser cumprimentado pelas diversas personalidades que o aguardavam, o ministro do Trabalho respondeu a algumas perguntas, que lhe foram feitas pelos órgãos de informação locais, entre os quais estava o nosso Jornal, que formulou as seguintes questões:

• Qual a razão da sua visita à Ilha da Madeira?

— Esta minha visita à Madeira, vem na sequência dum promessa que tinha feito, para me inteirar dos problemas

(Conclui na última pág.)

## GREVE DE MAIS DE 150 MIL TRABALHADORES EM TODO O PAÍS

Um cortejo enorme de conflitos de trabalho, cujo desfecho, em grande parte, não se prevê breve, colocou no dia de ontem mais de 150 mil trabalhadores em greve.

A greve da indústria química (15 000 trabalhadores de nove distritos do Norte e centro do País); onze Câmaras do distrito do Porto (5 000 trabalhadores da Hotelaria cerca de 130 000, segundo o Sindicato dos Hotelários cerca de 130 000, segundo o Sindicato), em greve geral de 24 horas, somam um total de mais de 150 mil trabalhadores paralisados.

(Ler notícias páginas centrais)

## INTERSINDICAL:

# ORGANISMO DEPENDENTE DO P.C.P.

— POSIÇÃO DEFENDIDA POR MÁRIO SOARES NUMA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO P.S.

«Já antes tínhamos uma ideia acerca do que era a Intersindical, mas, depois dos incidentes do 1.º de Maio, não temos dúvidas em afirmar ao

MFA e ao País que a Intersindical é um organismo dependente do Partido Comunista — afirmou Mário Soares durante uma conferência de imprensa

realizada esta manhã pelo P.S., na sede da sua secção dos Anjos, em Lisboa.

O secretário-geral do P.S., que analisou longamente o resultado das recentes eleições, os incidentes do 1.º de Maio e as relações PC/PS, encontrava-se ladeado por Salgado Zenha, Manuel Alegre, Lopes Cardoso, Francisco Marcelo Curto, Jaime Gama, Mário Sotomayor Cardia, e Catanho Meneses, secretários nacionais

do P.S., e ainda por José Magalhães Godinho e pelo eng.º Coelho, da Comissão Directiva do Partido. Na assistência, ao lado dos numerosos jornalistas nacionais e estrangeiros, viam-se destacados dirigentes e militantes socialistas, entre os quais o prof. Jorge Campinos, o dr. Coimbra Martins, António Reis, Tito Morais, António Guterres, Me-

(Continua na pág. 5)

## UMA VIA PLURIPARTIDÁRIA COERENTE COM OS INTERESSES DAS CLASSES TRABALHADORAS

— defende a nova assembleia da Força Aérea

LISBOA, 7 — Constituída por 240 oficiais, sargentos e praças, reuniu, ontem, pela primeira vez, no Instituto de Al-

tos Estudos da Defesa Nacional, a nova assembleia da Força Aérea, na qual foram debatidos problemas internos daquela arma e analisados aspectos da situação política nacional. No comunicado distribuído, aponta-se como meta a atingir a justiça social entendida na opção socialista e numa via pluripartidária coerente com os interesses das classes trabalhadoras.

A sessão, que foi presidida pelo chefe do Estado Maior da Força Aérea, pelos membros daquele ramo no Conselho da Revolução e pelo ministro do Trabalho, major Costa Martins, teve início às 9.30 horas de ontem, prolongando-se até depois das 22 horas.

Da reunião resultou o seguinte comunicado:

«A assembleia debateu, entre outros, problemas relativos ao saneamento revolucionário em curso e à reorganização

(Conclui pág. 2)



O ministro do Trabalho e o governador militar e civil da Madeira, fotografados à chegada daquele membro do Governo Provisório à Madeira.

# O papel de Kaunda na descolonização

salientado pelo Presidente Costa Gomes

LISBOA, 7 — (ANI) — Texto do discurso proferido pelo Presidente da República, general Francisco da Costa Gomes, no jantar oferecido pelo chefe do Estado e sua esposa, no Palácio da Ajuda, em honra do Presidente da República da Zâmbia, Kenneth David Kaunda e sua esposa:

«Assume para nós especial

significado poder ter Vossa Excelência esta noite como convidado.

«Esse sentido todo particular resulta antes de mais da sua pessoa, senhor presidente e da sua qualidade de chefe de Estado da Zâmbia.

Electivamente pensamos que a sua vida e a do seu país estão indissolivelmente ligadas

e que a luta do homem político Kenneth Kaunda, transcendendo limites partidários, é também a da Zâmbia pela sua independência política.

«Nesse longo caminho que vai desde as primeiras actividades políticas conhecidas de Vossa Excelência no fim dos anos quarenta à fundação do

(Conclui na pág. 9)

## TRIBUNA LIVRE

«Jornal da Madeira» publicou ontem em «última hora» uma notícia (ANI) onde se anuncia estar em vias de discussão a nível governamental, o projecto de regionalização administrativa do Território Português. E nessa mesma notícia adiantou-se, embora muito sinteticamente como é óbvio, já se existente uma contextura orgânica reservada para a Madeira e outras Regiões.

Certamente que o leitor não deixará de pasmar. É que a articulação com o Continente de um território descontínuo e formando uma unidade própria, específica, como é a Madeira, tem de estar definida em termos constitucionais. Pois é na Constituição que, entre outras coisas, se consagra as normas fundamentais do ordenamento do Território Nacional, as linhas gerais de articulação entre as várias parcelas, os direitos e obrigações que exprimem as relações dos vários espaços regionais com o todo nacional.

As linhas fundamentais da autonomia da Madeira — autonomia e NÃO independência como talvez maldosamente se pretenda confundir — terão de ficar consagradas constitucionalmente, na medida em que traduzem direito inalienável e elementos da nossa região. A consagração constitucional é a única forma possível e legítima de acautelar com segurança os interesses dos madeirenses. As consequências do sistema do cheque em branco durante o regime fascista, relegaram-nos durante anos para uma situação nitidamente colonial.

Portanto, se houve eleições para uma Assembleia Constituinte; se houve a cautela de ficar bem acentuado que esse foi o objectivo único e exclusivo das eleições; se está claro que a Administração agindo bem ou mal

(Conclui na pág. 10)

# RELATÓRIO E CONTAS DE 1974

## CAMACHOS

Comércio de Novidades, S. A. R. L.

Senhores Accionistas,

Dando cumprimento às disposições dos nossos Estatutos e ao estipulado na Lei vimos submeter à vossa apreciação o Relatório, Balanço e Contas da nossa Sociedade, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1974.

Decorreu mais um ano na vida da nossa Empresa. Foi mais um ano de trabalho intenso em luta constante pelo prestígio que adquirimos junto da nossa clientela desde há 50 anos. Mais do que nunca precisamos de confiar em absoluto na força de vontade e bem servir de todos os colaboradores desta Sociedade, pois as despesas aumentam continuamente e por isso temos que vender ainda mais para equilibrar tais encargos.

As nossas vendas tiveram um aumento de cerca de 10%, mas há que ter em conta que uma grande parte deste aumento se deve à inflação que se faz sentir. Em contra partida as despesas aumentaram em 28%, conseguindo-se assim um resultado que podemos considerar bastante satisfatório.

Desejamos agradecer a colaboração que nos prestou o Conselho Fiscal.

Para finalizar, temos a honra de propor que ao saldo positivo da conta de Perdas e Lucros seja feita a seguinte distribuição:

Para Fundo de Reserva Legal	611 576\$80
Para Provisão de Clientes Duvidosos	57 253\$30
Para Dividendos	290 000\$00
<b>SOMA</b>	<b>958 830\$10</b>

Funchal, 31 de Março de 1975

OS ADMINISTRADORES,

José Silvestre Camacho — Presidente  
 Vasco Angelo Camacho  
 Vasco José Ladislau Martins

### BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1974

#### ACTIVO

<b>DISPONIVEL:</b>		
Caixa	154 578\$95	
Depósitos à Ordem	212 589\$50	367 167\$45
<b>REALIZAVEL:</b>		
Mercadorias por grosso	2 968 282\$60	
Mercadorias a Retalho	7 500 189\$20	
Clientes	1 912 575\$00	12 381 046\$80
<b>IMOBILIZADO:</b>		
Prédio	990 000\$00	
Móveis e Utensílios	331 160\$00	
Ascensor	54 520\$00	
Máquinas de Contabilidade	5 560\$00	
Instalações	407 140\$00	
Viaturas	48 000\$00	1 836 380\$00

#### PASSIVO

<b>EXIGIVEL A CURTO PRAZO:</b>		
Imposto de Transacções	81 919\$00	
Letras a Pagar	1 038 764\$90	
B. N. U. C/Corrente	2 104 481\$95	
Fornecedores	4 336 909\$10	7 562 074\$95

#### SITUAÇÃO LÍQUIDA

<b>INICIAL:</b>		
Capital	2 900 000\$00	
<b>RECTIFICATIVA:</b>		
Fundo de Reserva Legal	3 002 442\$50	
Provisão para Clientes Duvidosos	11 246\$70	
Provisão para Desv. Mercadorias	150 000\$00	3 163 689\$20
<b>ADQUIRIDA:</b>		
Perdas e Lucros	958 830\$10	
		14 584 594\$25

S. E. ou O.  
 Aprovado em 31 de Março de 1975

O TÉCNICO DE CONTAS  
 Fernando Valentim Mendonça

OS ADMINISTRADORES,

José Silvestre Camacho — Presidente  
 Vasco Angelo Camacho  
 Vasco José Ladislau Martins

### DESENVOLVIMENTO DA CONTA DE PERDAS E LUCROS referentes ao exercício de 1974

	<b>DÉBITO</b>	
Fundo de Reserva Legal	914 967\$80	
Dividendos	290 000\$00	1 204 967\$80
Móveis e Utensílios	53 942\$60	
Máquinas Contabilidade	1 860\$00	
Ascensor	9 080\$00	
Instalações	68 940\$00	
Viaturas	24 000\$00	157 822\$60
Gastos Gerais	4 067 845\$50	
Juros e Descontos	120 925\$10	
Imposto de Transacções	55\$10	4 188 775\$70
Saldo para 1975 (Lucro do exercício)		958 830\$10
		6 510 396\$20
	<b>CRÉDITO</b>	
Saldo de 1974		1 204 967\$80
Clientes (diferença)	7 032\$80	
Mercadorias a Retalho	5 200 983\$00	
Fornecedores (Descontos)	15 779\$90	
Mercadorias por Grosso	81 632\$70	5 305 428\$40
		6 610 396\$20

S. E. ou O.

## O Turismo da Madeira em discussão na Conferência de Imprensa da Junta de Planeamento da Madeira

(Cont. das págs. centrais)  
 dr. José Manuel Paqueta de Oliveira:

«Creio que sim. Tudo isso está integrado num plano de conjunto da reestruturação da indústria, no sector de turismo. Será sempre um sector de serviço. E penso que, mesmo a nível de Ministério de Trabalho, em cooperação com o Secretariado Nacional de Turismo, se pretende efectivamente, uma valorização da parte profissional de hotelaria e de outros serviços ligados à hotelaria, pensando sempre dentro destas linhas gerais da reestruturação do turismo.

Creio até que estão feitas posições a partir, daqui, da Madeira, e pretende-se criar, uma amplitude, talvez, maior, à própria escola de hotelaria do Funchal, e até, como sabem, havia já, coisas, aprovadas, nesse sentido, pelo próprio hotel piloto, digamos, experimental que pudesse, exactamente, vir ao encontro dessa ideia, que está, exposta. Ou melhor, a valorização, disso tudo que, quanto a mim está dependente dum estruturação total dos serviços de turismo».

J. A. G.  
 (Continua)

## Os Estados Unidos tomaram conta de aviões sul-vietnamitas estacionados na Tailândia

BANGKOK, 6 — O porta-aviões americano «Midway» abandona hoje as águas da Tailândia carregado com aviões e pilotos sul-vietnamitas que trouxeram de Saigão na semana passada ao fugirem perante o avanço final das forças do Vietcong, segundo revelaram fontes bem informadas.

Esta inesperada atitude dos americanos, ao apoderarem-se desses aviões, que o novo governo de Saigão reivindicava, ameaça criar sérias complicações ao governo tailandês, não só internacionalmente mas também nas suas relações com Hanói e Saigão. — (R.)

## Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal

Intendência de Pecuária  
**CUNICULTURA**  
 Avisam-se os cunicultores de que a reunião marcada para hoje foi adiada, por motivos de força maior, para a próxima segunda-feira, dia 12, pelas 18 horas.  
 Funchal, 8 de Maio de 1975.  
 O Intendente de Pecuária

## Leia e assinie o «JORNAL DA MADEIRA»

## 150 MIL CONTOS PARA PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES

LISBOA, O Banco de Portugal acaba de atribuir a importância de 150 mil contos aos pequenos e médios agricultores da região entre Douro e Minho.  
 O crédito será distribuído pelas comissões liquidatárias dos grémios, funcionando as ligas como controladoras da racional aplicação do mesmo.  
 Este empréstimo (que tem um prazo de 12 meses para ser recuperado, com um juro de 6,5% ao ano) destina-se a

fornecer artigos, gado, utensílios ou pagamento de mão de obra.

Estas revelações foram feitas no decorrer dum plenário que reuniu mais de 200 agricultores de 46 grémios daquela zona norteña.

Foi ainda abordado o problema da criação de cooperativas, tendo sido decidido «criar pré-cooperativas, onde onde se tenha dificuldade na criação de cooperativas, incumbindo essa tarefa às comissões liquidatárias» e referida a necessidade de aquisição de gado à Lavoura e à sua comercialização. — (ANI)

## RELAÇÕES PORTUGAL-SUDÃO

LISBOA, 7 (ANI) — O Governo da República Portuguesa e o Governo da República do Sudão decidiram estabelecer relações diplomáticas entre si e trocar representantes diplomáticos ao nível de embaixador.

## AGRADECIMENTO E MISSA DO 30.º DIA



Maria de Jesus Vieira Ferreira

A família da extinta muito reconhecidamente agradece às pessoas que se dignaram acompanhar o funeral da sua saudosa parente ou que de qualquer forma manifestaram o seu pesar. Pede desculpa de qualquer omissão que houvesse nos agradecimentos por desconhecimento de moradas e ilegitimidade de assinaturas.

Participa que será celebrada missa em sufrágio da sua alma, amanhã, pelas 19 horas, na igreja do Imaculado Coração de Maria, agradecendo antecipadamente às pessoas que se dignarem assistir a este piedoso acto religioso.

Funchal, 8 de Maio de 1975.

# CINTOS

## CASA FARIA

45 RUA 31 DE JANEIRO, 45 - A

**JORNAL RELIGIOSO**

### CALENÁRIO LITÚRGICO

8 — Quinta-feira depois do 6.º Domingo da Páscoa.  
 Missa à escolha, p. pascal.  
 Leituras: Act. 18, 1-8; Jo. 16, 16-20; ou VI Tess. 3, 6-12, 16; Rom. 8, 18-30; Mt. 6, 31-34; 25, 14-30.

Estas contas foram aprovadas em 31 de Março de 1975  
 O TÉCNICO DE CONTAS,  
 Fernando Valentim Mendonça

OS ADMINISTRADORES,  
 José Silvestre Camacho — Presidente  
 Vasco Angelo Camacho  
 Vasco José Ladislau Martins

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,  
 Dando cumprimento aos preceitos legais temos a honra de vos comunicar o nosso parecer sobre o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1974.  
 Verificámos periodicamente a Contabilidade em Geral, e todos os documentos inerentes, tendo encontrado tudo na melhor ordem.  
 Procedemos à análise das contas, inteiramo-nos dos critérios valorimétricos que foram usados no Inventário, assim como das taxas de Reintegrações, os quais nos pareceram corretas.  
 Assim, somos de parecer que:

- 1.º — Aproveis o Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração, bem como da proposta de distribuição de lucros;
- 2.º — Louveis o Conselho de Administração pela grande actividade desenvolvida na Gestão da Sociedade.

Funchal, 31 de Março de 1975

### O CONSELHO FISCAL,

Presidente — Jorge Mendonça Nunes Campos  
 Vogal — João Marcos Gouveia Mendonça  
 Vogal — Higinio José Gama Passos

**Anexo M** – Capa do JMd do dia 11 de maio de 1975 e respectiva página de continuação

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR:

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do  
JORNAL DA MADEIRA LDA.

Redacção e Administração  
Rua do Seminário, 22 - R. Dr.  
Fernão Ornelas Telf. 20014/15  
Endereço telegráfico «Jornal»

DOMINGO

11

MAIO

1975

N.º 13 762

SÉRIE II

ANO XLIV

PREÇO 3500

## IX DIA MUNDIAL DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS

### Mensagem do Santo Padre

Queridos Filhos da Igreja,  
e todos vós, homens de boa vontade:  
É o Ano Santo que dá o tema da Nossa Mensagem para o «Dia» Mundial das Comunicações Sociais: a reconciliação. Sim, a imprensa, a rádio, a televisão e o cinema devem servir a reconciliação entre os homens sobre a terra, servir a plena reconciliação dos cristãos numa unidade sempre mais visível e mais sólida, servir a reconciliação e a caminhada para Deus.

Este Dia anual é um momento privilegiado de oração, de meditação e de reflexão sobre uma realidade que comporta uma dimensão espiritual autêntica, de interesse vital para todos: a influência positiva dos mass media na vida individual ou social e, ao mesmo tempo, a sua ambiguidade e o perigo de manipulação a que estão expostos. Eles podem, na realidade, proteger e estimular os esforços que contribuem verdadeiramente para libertar o homem e para o orientar para a realização das suas aspirações mais profundas; eles podem, igualmente, ser escravizados à moda e à curiosidade superficial, e até apoiar projectos de exploração ou de discriminação.

Na Nossa Mensagem de 25 de Março de 1971, tínhamos já chamado a atenção para o serviço da unidade dos homens. Este ano insistimos na primeira condição que permite, ao nível das comunicações sociais, favorecer um clima de reconciliação: o respeito pela objectividade dos factos e pela autenticidade da escala de valores aos quais são referidos. Acerca disto queremos repetir a nossa estima e os nossos incitamentos a todos os profissionais dos mass media que se esforçam por dar a conhecer a verdade e por dar ao bem o lugar que ele merece. Mas não podemos, tão pouco, impedir-Nos de exprimir as Nossas preocupações relativamente a certas situações e a certos perigos.

A objectividade da informação é uma meta essencial: corresponde ao direito de cada um de desenvolver integralmente a sua personalidade, segundo a verdade, e de poder exercer as suas responsabilidades sociais com conhecimento de causa. Ela supõe, antes de mais, que os factos sejam honestamente narrados; pode-se enriquecer utilmente es-

(Conclui na 3.ª pág.)



«Agora o que podemos fazer é rezar», dizia o «Daily Sketch» a propósito da Apollo 13. O IX Dia Mundial das Comunicações Sociais, é também um momento privilegiado de oração».

«O MOVIMENTO EMANCIPALISTA DA MADEIRA NÃO PASSA DE UM CONJUNTO DE AGITADORES SEM REPRESENTATIVIDADE ALGUMA»  
— afirmou o Ministro do Trabalho ao chegar a Lisboa

LISBOA, 10 — Chegou esta madrugada a Lisboa, regressando duma visita de três dias à Madeira, o Ministro do Trabalho, major Costa Martins que anunciou o envio de técnicos e ajuda financeira com carácter de urgência para este Arquipélago no sentido de fomentar, entre os trabalhadores de artesanato da Madeira, a criação de cooperativas» frisando que neste sector se verificam «situações verdadeiramente degradantes».

Referindo-se ao Movimento Emancipalista da Madeira o ministro negou que tenha qualquer representatividade e afirmou: «O povo da Madeira não quer a independência e tem-no afirmado de forma bem clara» considerando que «esse movimento não passa de um conjunto de agitadores sem representatividade alguma».

### As greves no Continente

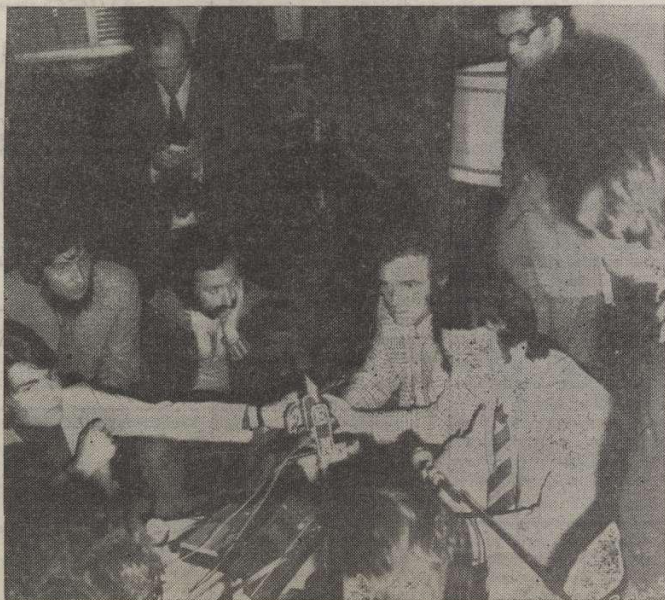
As greves, ultimamente desencadeadas no Continente, têm dado azo a ocupar largos espaços na Imprensa e despertado o interesse dos leitores, que seguem com atenção os acontecimentos.

Assim, noutra local do nosso jornal, dá-se mais desenvolvimento ao assunto. Entretanto, continua a paralização das Câmaras Municipais do norte do País; as negociações dos gráficos decorrem em ritmo seguro, e, entre os trabalhadores de hotelaria e a entidade patronal houve acordo, tendo terminado o litígio.

### Acentuada quebra nas remessas dos emigrantes

LISBOA, 10 — (ANI) — No último trimestre de 1974, as remessas dos emigrantes sofreram uma quebra bastante acentuada, não devendo ter chegado a atingir os quatro milhões de contos, quando se previa que se elevassem aos sete milhões — revela o jornal «República» acentuando que essa quebra é atribuída em círculos financeiros e ligados à emigração, às manobras reacçãoárias que se desenvolvem junto dos emigrantes, e à própria acção sabotadora da banca quando ainda privada, que os desencorajou de enviarem dinheiro para Portugal.

### Conferência de Imprensa do Ministro do Trabalho no aeroporto



Na sala dos VIP do Aeroporto de Santa Catarina, o ministro do Trabalho e membro do Conselho da Revolução, major Costa Martins, responde às perguntas pertinentes dos jornalistas. (Ler reportagem nas páginas centrais)

### DIOCESE DO FUNCHAL NOTA PASTORAL

Realiza-se neste domingo 11 de Maio, o Dia Mundial das Comunicações Sociais. O Santo Padre Paulo VI deu já uma orientação concreta que traduz o pensamento do Ano Santo — a reconciliação entre os homens e dos homens com Deus, através do Jornal, Rádio, Televisão e Cinema. A desorientação da sociedade moderna, os Católicos devem opor energicamente a mensagem evangélica do equilíbrio e da realização plena do homem. Perante tantas hesitações e iniciativas para a construção de um Portugal Novo, devemos contribuir positivamente com a nossa colaboração livre e consciente.

O que está ao alcance da Diocese do Funchal é o JORNAL DA MADEIRA que tem merecido o carinho e a dedicação de todos os Diocesanos. No entanto, dados os enormes encargos financeiros que temos de suportar para garantir a sua sobrevivência, sou forçado a vir pedir pessoalmente a todos os fiéis e amigos um novo esforço. Na impossibilidade de ir, de porta em porta, a casa de todos, faço este pedido por meio desta Nota Pastoral que será lida em todas as Igrejas da Diocese.

Ao completar o primeiro ano como Bispo do Funchal, é este o primeiro pedido colectivo, para conseguir o dinheiro necessário para continuarmos a publicar o JORNAL DA MADEIRA.

Por dedicação do seu Director e dos Redactores e dos Empregados das Oficinas e dos Escritórios e dos Distribuidores, o JORNAL DA MADEIRA tem-se mantido livre e independente, na linha doutrinária da Igreja Católica, ao total serviço do Povo Madeirense para a sua informação, esclarecimento e cultura. Para continuar neste rumo torna-se necessário e urgente que todos contribuam com as suas ofertas.

Deste modo, o Ofertório das Missas da Festa do Pentecostes, todas as Missas do domingo dia 18 de Maio (incluindo as Missas vespertinas do dia 17), em todas as Igrejas Paroquiais e Capelas da Diocese, destina-se inteiramente ao JORNAL DA MADEIRA. Estou convencido de que nenhum Madeirense consciente da sua fé católica me deixará sozinho nesta batalha que tem exigido a grande parte das minhas energias e preocupações.

Agradeço, desde já e de coração, toda a vossa generosidade.

† Francisco Santana, Bispo do Funchal

### TRIBUNA LIVRE

Hoje, IX Dia Mundial das Comunicações Sociais, impõe-se uma reflexão sobre o papel decisivo dos meios de comunicação social

(Conclui na pág. 2)



REIVINDICAÇÕES DE TRABALHADORES

A paralização continua nas câmaras nortenhas

LISBOA, 10 — Entrou hoje no sexto dia, com tendência para se agudizar a greve dos trabalhadores da Câmara Municipal do Porto...

A agudização da greve, segundo nos foi comunicado pela comissão de trabalhadores do município portuense...

Entre os pontos já aprovados salienta-se o de os estudantes-trabalhadores passarem a beneficiar de hora e meia diária para efeitos de estudo.

Um outro apoio que a comissão de trabalhadores da edilidade portuense não se cansa de sublinhar é o do presidente da comissão administrativa, arg. Artur Andrade...

Novas tabelas salariais para trabalhadores hoteleiros

LISBOA, 10 — No final de uma semana agitada de greves parciais estrategicamente marcadas para horas de «ponta» (almoco e jantar) e uma outra de 24 horas seguidas...

Esse acordo surgiu por volta da meia noite, depois da realização de um concírdissimo plenário que fora convocado para a tarde...

O documento ontem assinado, depois de salientar a necessidade de se proceder com a maior urgência a uma reestruturação profunda da indústria, a qual terá de ser feita com a participação activa dos trabalhadores através das suas organizações sindicais representativas...

Assim, os salários mínimos para os auxiliares de todas as secções (letra I), embora inferiores aos previstos na acta inicial, passaram para 5000\$00, 4.600\$00 e 4.200\$00, em todo o País e em função da classificação do estabelecimento hoteleiro...

mo escalonamento, oscilam entre os 15 000\$00 para estabelecimentos do Grupo 1, 13 500\$00, para o Grupo 2, e 11 500\$00, para o Grupo 3. Esta categoria, bem como todas as outras até à letra H, sofreram uma redução de 10 por cento em relação à acta anterior...

Outras disposições da acta acordadas prevêem a passagem de letra de algumas categorias profissionais e ainda a classificação especial de estabelecimentos que «tiverem até 5 empregados, sendo dois ou mais familiares e vivendo em comunhão de mesa e habitação».

As negociações dos gráficos decorrem em bom ritmo

LISBOA, 10 — Duzentos delegados sindicais dos trabalhadores das artes gráficas reuniram-se ontem à noite com a direcção do seu sindicato para conhecimento pormenorizado do andamento das negociações do seu novo C. C. T. que durante a semana movimentaram a classe em todo o País...

Entre os pontos já aprovados salienta-se o de os estudantes-trabalhadores passarem a beneficiar de hora e meia diária para efeitos de estudo.

Foram acordados pelas duas partes os pontos relacionados com a unificação do C. C. T. dos sectores da Litografia e da Rotogravura com o das Casas de Obras com o período de vigência do contrato — de 1 de Maio a 31 de Dezembro (podendo, no entanto, qualquer das partes denunciar o acordo até 31 de Outubro) e com a admissão de trabalhadores. Esta terá de ser sancionada do prioritariamente admitidos pelos delegados sindicais sendo prioritariamente admitidos trabalhadores desempregados e devidamente inscritos no sindicato.

Quanto ao horário de trabalho...

lho, foi estabelecido entre as duas partes a duração de 45 horas para os turnos da tarde e de 36 horas, com pagamento de 25 por cento, para os turnos da noite.

O período de experiência dos trabalhadores recém-admitidos será de um mês e em caso de despedimento durante este tempo a entidade patronal terá de comunicar o facto ao sindicato justificando a sua atitude, que poderá ou não ser aceite por esta entidade. Até agora o período de experiência era de dois meses, podendo a entidade patronal proceder ao despedimento do candidato em qualquer altura e sem qualquer justificação.

Para remate as negociações falta discutir: aspectos relacionados com salários e outras retribuições; despedimentos com e sem justa causa; abolição da categoria de oficial de 2.ª; e as faltas (incluindo as dadas em cumprimento de actividades sindicais).

Faleceu Pitigrilli

LISBOA, 10 — Morreu Dino Serge, o romancista que escreveu humanisticamente «best-sellers» nos anos 20, sob o pseudónimo de Pitigrilli. Contava 62 anos. Ganhou fama com livros como «O Cinto da Castidade», «Cocaína», «A Virgem de 18 Quilates». Editou a revista «El Grandi Firme».

Dino Serge, judeu, fugiu de Itália em 1938 devido às leis racistas do fascismo, vivendo primeiro na Suíça e depois na Argentina. Converteu-se ao catolicismo e regressou a Itália depois da Segunda Guerra Mundial, escrevendo livros de carácter religioso, que tiveram críticas favoráveis na revista jesuíta «Civita Cattolica».

Emissora Nacional dependerá da 5.ª Divisão do E. M. G. F. A.

LISBOA, 10 — Parece irreversível a demissão da direcção da E. N. que havia formulado um pedido, através do seu presidente, ten. cor. Calvão Borges, há já alguns dias.

Tudo leva a crer que a estação oficial seja colocada agora na dependência directa da 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Essa decisão, que parece já ter sido tomada, ainda não foi posta em prática por haver o receio de que venha a provocar eventuais conflitos com os trabalhadores, que, ainda recentemente, e em número bastante significativo, manifestaram, através de um abaixo-assinado, o seu pedido formal para que a actual direcção permanecesse à frente da E.N.

Praticamente todos os partidos políticos, com excepção do MDP, têm grupos de militantes organizados dentro da Emissora. Nos últimos tempos, o M.E.S. e a L.U.A.R. fizeram igualmente sentir a sua presença, através de uma proliferação de comunicados. A fricção partidária atinge assim de dia para dia dimensões maiores dentro da E.N., sobretudo após a constituição de uma Comissão Consultiva Revolucionária face à actuação da qual não há unanimidade entre os trabalhadores.

E, porém, improvável que a substituição da direcção se verifique antes do regresso dos Estados Unidos do comandante Correia Jesuino, a quem certamente caberá uma palavra na transferência de tão importante sector da Comunicação Social para fora do seu ministério.

A hipótese, que ainda chegou a ser levantada, de os actuais membros da Direcção da E.N. se integrarem na 5.ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas não chegou a adquirir qualquer espécie de consistência, dada a relativa tensão entre aquele departamento militar e a equipa responsável pela E.N., durante e após os acontecimentos do 11 de Março. Teria inclusivamente havido reuniões separadas da 5.ª Divisão e da Direcção da E.N. com o Conselho da Revolução para se encontrar uma solução de compromisso que tornasse viável a permanência dos elementos directivos à frente da E.N., mas o vultoso dos acontecimentos veio a demonstrar a impossibilidade de qualquer acordo.

Entretanto, e segundo apurámos junto dos trabalhadores da E.N., elementos afectos ao P.C.P. considerariam de bom grado a hipótese de o ten. cor. Calvão Borges permanecer à frente da E.N., mas sem a presença dos restantes membros que constituem a actual direcção.

QUOTIDIANO

Uma vida em causa...

Por vezes as pessoas ocultam verdades e situações calamitantes e pouco humanas que muito bem poderiam ser postas na mesa, para um jogo comum, mesmo que essas verdades pudessem provocar choque ou atrito.

No caso concreto, houve alguém que sentindo-se vexado, e sobretudo depois de ver-se presa à vida por um fio, decidiu jogar.

Decidiu-se, quanto a nós, pelo bem comum e pela verdade, com o intuito de alertar os responsáveis do Hospital Distrital do Funchal para a manifesta falta de assistência de quantos são internados.

Depois dum perfeito serviço de urgência, referiu-nos uma paciente, o internamento foi uma consequência resultante do grave andamento duma anemia, cujos sintomas eram verdadeiramente alarmantes.

Houve a necessidade duma transfusão de sangue.

A enfermeira de serviço, depois da montagem, furtou-se à sua missão de velar, assistir e regular o andamento da transfusão.

Esta irresponsabilidade causou situações aflitivas e até, de perfeito desespero. O constante alarme da paciente apenas surpreendeu a empregada da copa.

Nessa altura a respiração fazia-se já com dificuldade. Apareceu essa «boa estrela» que procurou dar tudo quanto sabia, para a salvar, porém aquilo que conhecia era apenas empirico, mas o suficiente para manter vivo um corpo.

Para além doutros pormenores ligados a este caso, justo será denunciar quanto de ignóbil e vil pode existir em serviços que deveriam funcionar, logicamente, a um nível melhor.

TRIBUNA LIVRE (Conclusão da 1.ª pag.)

na vida dos Povos.

O processo histórico, obra da Pessoa Humana, só encontra legitimidade no seu desenvolvimento, se empenhado numa dignificação absoluta das gentes. Cada Homem tem de encontrar na dinamização da vida pública aquele enquadramento-motor que lhe permita o que pode chamar-se a Libertação do Seu todo, matéria e espirito. Que Lhe permita a evasão racional e justa das cadeias estruturais que ainda O cinjam às amarras de uma alienação policroma.

O Homem vive em sociedade. Institui-se permanentemente numa dialéctica de transmissão e do Seu semelhante. A qual fundamenta e solidifica a viabilidade da vida pública SER.

Nas estruturas de relação que compõem o fenómeno social, são os meios de comunicação — imprensa, rádio, televisão, cinema, etc. — os canais mais pujantes na condução do pensamento de cada Homem para os outros Homens, de cada local para outros locais.

A amalgama de valores, e depois o raciocínio que cada Ser hierarquiza nas opções voluntárias e íntimas, estão forçosamente condicionados pelo maior ou menor impacto, pela maior ou menor frequência da mensagem trazida nos meios de comunicação social.

A vida pública e as fórmulas que reveste, nascem de comportamentos humanos. Onde o papel decisivo é desempenhado pela voluntariedade que cada um, através dos e nos seus grupos sociais afins, imprime no processo histórico. Onde a formação pessoal individual, em grande parte bebida nos meios de comunicação social, vai ser o arranque número um na definição das vias comunitárias a serem prosseguidas.

Urge, pois, que os meios de comunicação social procurem ser um serviço do Homem. Procurem estar subordinados à ideia de constituírem um meio de enriquecimento da Pessoa Humana, e não armas que dela se sirvam para a concretização de objectivos sectários, partidários alienantes, todos por definição limitativos da plenitude para que o Homem tende por definição.

A Liberdade tem como corolário indispensável a Sua existência nos meios de comunicação social. Nenhum País é livre, onde não há Imprensa livre. Pois, nessas situações, estão diminuídas as hipóteses de encontrar-se ao serviço do enriquecimento do Homem, o serviço do enriquecimento do Homem, encontrar-se o maior leque possível de opções. Um Povo que não tem por onde escolher, ou a Quem se negue o Direito de escolher, é um Povo manietado.

Há meios de comunicação social que são pertença do Estado. Ora, assim como Este não pode ter o monopólio da informação, assim como deve ser livre a criação e difusão de meios de comunicação social por iniciativa dos cidadãos, os meios de comunicação social que estejam controlados pelo Estado têm obrigação de espelhar um pluralismo, sob pena de considerarem-se que, num dado momento, o Estado não é todos, mas tem patrões.

Governo do Distrito Autónomo do Funchal

A Assembleia de Apuramento Geral que reuniu no edifício do Governo Civil a partir de 29-4-975 concluiu, no dia 2 do mês corrente, os trabalhos relativos ao apuramento da eleição para deputados à Assembleia Constituinte pelo Circulo Eleitoral do Funchal.

Da acta respectiva constam os seguintes resultados:

Table with 2 columns: Description and Number of voters. Includes rows for 'Número de eleitores inscritos neste circulo', 'Número de votantes neste circulo', 'Número de votantes pelos circulos ultramarinos', 'Número total de votantes', and a list of political parties like PCP, MDP/CDE, PPD, PS, FEC (M/L), and CDS.

Funchal, 10 de Maio de 1975 O GOVERNADOR DO DISTRITO

**Anexo N** – Capa do JMd do dia 21 de junho de 1975 e respectiva página de continuação

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR:

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do JORNAL DA MADEIRA LDA.

Redacção e Administração  
Rua do Seminário, 22 - R. Dr.  
Fernão Ornelas Telf. 20014/15  
Endereço telegráfico «Jornal»

SÁBADO

21

JUNHO  
1975

N.º 13 794  
SÉRIE II  
ANO XLIV  
PREÇO 3300

## CONSELHO DA REVOLUÇÃO

### ESPERA-SE A TODO O MOMENTO IMPORTANTES DECISÕES

LISBOA, 20 — O Conselho Superior da Revolução começou a discutir, ao fim da manhã, no Palácio de Belém, as conclusões e reflexos tirados durante a última grande maratona de sessões, esperando-se importantes decisões, as quais, possivelmente, só durante a noite ou amanhã serão tornadas públicas.

As características das reuniões do Conselho — que começaram com sessões da Comissão Política e acabariam por mobilizar a participação de todos os seus membros a atenção de alguns ministros do IV Governo Provisório, através de consultas — numa altura em que a luta de classes se agudizava, conjuntamente com a especulação feita à volta de um documento de dez pontos, apresentados por comandantes de unidades operacionais ao C. S. R. — motivaram o empolamento público de uma situação bem menos grave do que se possa imaginar. Como consequência, a unidade Povo-M.F.A. foi posta em causa e pode correr sérios riscos, para o que contribuiram, também decisivamente, as pressões políticas exercidas sobre os órgãos de decisão político-militares.

Uma vez mais, a questão portuguesa voltou à discussão pública da imprensa e da televisão europeias, deformada com sensacionalismo fácil que, como é óbvio, só beneficia os inimigos de Portugal e da nossa Revolução. Para os que controlam esses poderosos órgãos de Informação, o nosso País cai definitivamente no caos, e aí estão os seus enviados especiais, em Belém.

Com o fim de participarem neste plenário, deslocaram-se a Lisboa oficiais do M. F. A. de Angola, não se sabendo, no entanto, quais os verdadeiros motivos da sua presença.

## ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

### PS, PPD e CDS impõem período antes da ordem do dia

Os deputados do grupo comunista contra as características imprescindíveis ao período antes da ordem do dia

LISBOA, 20 — A instituição do controverso período de an-

tes da ordem do dia, previsto no projecto da regimento elaborado pela respectiva comissão e que está a ser apreciado pela Assembleia Constituinte, foi ontem decidida após longo debate, destinado apenas a clarificar as posições no hemiciclo de S. Bento e a justificar as diversas propostas enviadas para a mesa. Conhecido o texto proposto

para o artigo 42.º e ouvidas as duas propostas de emenda apresentadas pelo P. C. P. e pela U. D. P., fácil era prever que ambas seriam derrotadas por larga maioria, fossem quais fossem os argumentos invocados em sua defesa. O grupo de deputados comunistas pretendia ver eliminadas as duas últimas alíneas.

(Conclui na pág. 2)

## AÇORES OBTÊM MEDIDAS QUE FAVORECEM A REGIÃO

LISBOA, 20 — A execução, a curto prazo, de medidas de apoio e desenvolvimento económico-social para o arquipélago dos Açores ficou ontem decidida na reunião interministerial — anuncia o Ministério do Planeamento e Coordenação Económica.

Uma verba de cem mil contos foi colocada à disposição do Plano Pecuário dos Açores e foi decidida a aquisição de gado açoreano, em vivo, para recria e abate no continente. Um técnico da Junta Nacional dos Produtos Pecuários já se encontra no arquipélago para

avaliar a quantidade de cabeças disponíveis.

Na reunião interministerial decidiu-se, também, dotar a comissão administrativa da fir-

ma Martins & Rebelo com uma verba de seis mil contos, para pagamento de dívidas aos produtores de leite da Horta. A J. N.P.P. por outro lado, dará ini-

(Conclui na pág. 5)

## O CASO «REPÚBLICA»

### Continua o impasse e aguardam-se medidas do Conselho da Revolução

LISBOA, 20 — Mais um dia passou sem que se vislumbre solução para o caso do jornal «República», onde se mantém praticamente inalterável a situação de impasse. Ontem, de manhã, as portas do jornal foram franqueadas aos trabalhadores, mas os representantes da administração e da redacção não foram autorizados a entrar pelos militares do C. O.

P. C. O. N., que guardam as instalações. Aguarda-se, entretanto, que o Conselho da Revolução oiça a redacção e a administração e decida sobre a forma de lograr a conciliação de ambas as partes.

Durante a manhã não se registou actividade digna de nota, quer nas instalações do jornal quer no exterior. Os drs. (Conclui na 3.ª pág.)

## «O espectro da fome ameaça Angola»

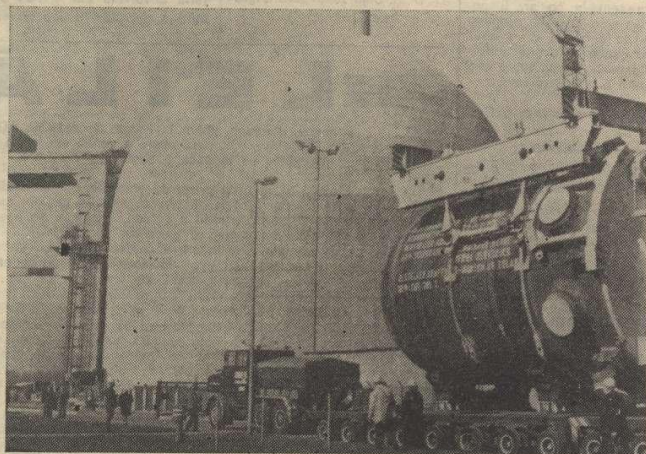
— AFIRMOU O ALTO COMISSÁRIO GENERAL SILVA CARDOSO

LISBOA, 20 (ANI) — «O espectro da fome ameaça Angola» — afirmou o Alto Comissário da República Portuguesa em Angola, general Silva Cardoso, numa entrevista concedida ao vespertino lisboeta «Jornal Novo».

Falando sobre a actual situação do país, disse o general Silva Cardoso: «A principal preocupação é uma insegurança que, de maneira geral, reina em todos os sectores da vida angolana e um pouco, por toda a parte. Para além das consequências, todas as negativas, daí advinentes, nos domínios político, económico e social, poderão, a muito curto prazo, notar-se reflexos sensi-

(Continua na página 11)

## A energia atómica é indispensável



O maior reactor atómico do mundo foi há pouco inaugurado em Biblis, perto de Darmstadt. A foto mostra a parte inferior (pesa 395 toneladas) antes da instalação de um compressor (que irá pesar no todo 525 toneladas) para o segundo bloco de reactores de 1200 Megawatt. O compressor, que mede 15,25 metros de comprimento, tem um diâmetro de 5,78 m e uma espessura de paredes de 24,3 cm acumula os elementos de combustão. Embora os peritos nacionais e estrangeiros confirmem que os regulamentos de segurança na construção e manutenção de reactores alemães sejam os mais rigorosos, houve variadas demonstrações de protesto contra a construção de mais reactores. É possível que os regulamentos de segurança passem a ser ainda mais exigentes.

## TRIBUNA LIVRE

A recente Pastoral do Episcopado Português reflecte inequivocamente o

sentir de muitos portugueses. Repare-se mesmo na coincidência dos pontos de vista expressos, com os inseridos nos documentos que os três grandes Partidos não-comunistas vêm publicando. O pensamento de três quartos do Povo português.

Mas os entusiastas de regimes ditatoriais, cuja posição em postos de responsabilidade é inaceitável e incompreensível dada a via constitucional pluralista propugnada pelo Povo e pelo M.F.A., esses saudosistas ou ávidos de autocracia não gostaram da Pastoral. Felizmente, Pastoral que desagradou ainda à imprensa (?) do anterior e actual conformismo, defensora dos mais deplo- rantes reacconarismos e interesses, para isso cautelosamente revestida de manto pseudo-progredista.

Para essa imprensa (?) é natural que o documento dos Bispos Portugueses seja inoportuno. Num País de formação cristã, torna-se na verdade perigoso para os interesses e ambições de alguns, vir com autoridade

(Continua págs. Centrais)

**TRIBUNA LIVRE** (Continuação da 1.ª pág.)

denunciar erros. Dai o inoportuno. Mas, repete se. inoportuno só para uns tais.

E quando é que dizer a verdade — «só a verdade é revolucionária» — pode dividir um Povo? Não a Pastoral faz um apelo a uma essência de valores que se identificam com o Povo português e que, prosseguidos institucionalmente, unirão as gentes deste País nos objectivos comuns da Liberdade, do Socialismo e do Desenvolvimento, consagrados no Pacto assinado entre o M.F.A. e os Partidos que são os legítimos representantes da opinião pública também legitimamente plural.

Antes, o que divide, são as tentativas daqueles que pretendam ainda cindir o Povo português em dominadores e dominados, senhores e escravos. O perigo de divisão vem desses, e não de uma Pastoral por cujo texto passa integralmente um apelo à paz cívica entre os portugueses, base indispensável da união, necessária à construção da Pátria que é de todos.

E a verdade da ausência da liberdade de expressão que o documento põe em causa, prova-o o facto de os meios de comunicação social de maior expansão, hoje quase todos de orientação sectária, não terem difundido a Pastoral na íntegra. E esses arlequins da conjuntura dramática da informação, admitiriam nos seus microfones, diante das suas câmaras ou nas suas colunas, uma discussão livre, plural e na íntegra, de análise à Pastoral? Esses meios de comunicação social, na sua maior parte sob controlo da administração pública e que são pagos com o dinheiro de um Povo cuja maioria desdenha das respectivas orientações.

Efectivamente que a Pastoral reflecte a verdade dum Episcopado. E outra coisa não se poderia esperar. Mas uma verdade que o País já demonstrou ter e aceitar como tal. E porque «só a verdade é revolucionária», uma Pastoral de acordo com a Revolução que Portugal tem de persistir em fazer um futuro merecidamente melhor.

Só não compreendo como se pode dizer que foi o fascismo que fez os Bispos portugueses. O regime totalitário deposedo não tinha a facilidade de ACTIVAMENTE escolher e fazer Bispos. Tinha era a facilidade diplomática de apenas ousar vetar algum nome. Se o fascismo HIZESSE Bispos, teria FEITO um Bispo do Porto ou um falecido Bispo da Beira? E poder-se-á estender qualquer pecado de omissão a Bispos que só iniciaram o seu múnus pastoral após o 25 de Abril (a Diocese do Funchal beneficia de um caso desses)? E, que se saiba, o velho sistema concordatário de intervenção do Poder na possibilidade de rejeitar Bispos, não foi alterado na recente revisão da Concordata já feita pelo actual regime.

Não negarei graves pecados de omissão. Mas sobretudo, como na parábola do filho pródigo, é de congratularmo-nos com o abandono de certa passividade e com a retomada corajosa e firme da missão histórica dum Episcopado que se alia ao Povo em defesa das suas liberdades, do seu futuro. E, voltando ao ensinamento do Evangelho que talvez por conveniência pessoal alguns fingem esquecer, quantos e quem poderá atirar a primeira pedra? Quantos não pecámos por passividade ante um erro monstruoso? Mesmo muitos dos que se apresentam como campeões da incerteza vã. A memória dos homens não é tão curta...

Essa dos Bispos terem sido feitos pelo fascismo é absurda. Em certos países, cujos regimes beneficiam por cá de alguns notórios simpatizantes, legitimamente aliás, é que existe o Ministério dos Cultos ou um serviço público oficial a tal destinado, que não é mais do que a consagração burocrática da subordinação da liberdade religiosa ao Estado todo poderoso e partidário.

As omissões do passado, que para já não atingem todo o Episcopado Português, de forma nenhuma justificariam omissões do presente.

O passado é um pesadelo que se quer definitivamente morto e enterrado. E que poderia repetir-se, embora de vestes diferentes, se os Bispos de Portugal se remetessem à passividade, só para agradarem aos candidatos a autocratas.

Não defendo a ingerência da Igreja nos negócios do Estado, nem a deste nos da Igreja. Mas a Igreja, Povo, tem o direito de saber o pensamento dos cidadãos que são Bispos.

Povo que deve estar defendido do aventureirismo capitalista, mais a mais se estrangeiro que, para continuar a exploração, vai-se vestindo à moda com o intuito de permanecer intocável.

**OCORRÊNCIAS**

**FOGO NA QUINTA CARVALHAL**

Manifestou-se, ontem, pelas 23 horas na Quinta Carvalhal, de São Roque, nuus arautos e em feno, um incêndio que devastou uma área aproximada de 200 metros quadrados, propriedade da sr.ª

D. Ester da Silva Gomes.

Cerca de uma hora depois o fogo foi extinto pelos Bombeiros Municipais que utilizaram uma moto-bomba e uma agulheta.

**RONDA PELA CIDADE**

**O Funchal em diversas «imagens»...**



A nossa urbe torna-se, dia a dia, mais pequena, já pela densidade populacional, já pelo constante aumento do trânsito automóvel.

E limitada como é no seu espaço, não oferece dificuldade a uma visita, de breves horas, a quase todos os seus recantos.



mesmo nas «horas de ponta», são problemas sucessivos. Isto para não citarmos os canos de escape abertos e os «claxons» incomodativos, mesmo altas horas da noite, quando

belecimento comercial, ali bem das ruas continuam a «atapar-se» do lixo que bandos de



nos acontece o mesmo... Caída a noite, os «passieiros»

indivíduos «capricham» em desalojar, aos pontapés, dos receptáculos, colocados às portas dos estabelecimentos comerciais e das habitações.

Ali, ouve-se: «Agora, é precisa muita cautela com os ladrões... Só numa madrugada, na de quarta-feira, aliás, praticaram-se vários assaltos...»

Por outro lado, todos nós bem sabemos que, infelizmente, o roubo, o furto, etc., etc. apareceram na terra com o homem... Portanto, não são de ontem, nem de hoje... Claro que em situações de crise, tendem a adansar-se.

Eis, em síntese, pequena face negativa da cidade do Funchal que, não obstante, muito de positivo ainda conserva.

Todavia, impõe-se a preservação dos valores (os morais, em especial) e a defesa intransigente dos mais elementares direitos do cidadão trabalhador, honesto.

**POR ERNESTO RODRIGUES**

Assim, nos lados do Mercado dos Lavradores e Largo do Pelourinho ainda encontramos o vendedor ambulante, solicitado, a procurar liquidar produto de qualidade nem sempre acreditada pelo cliente...

E de manhã, açougues do mercado, não há mãos a pesar nem a pedir... A pedir, quase por esmola, que lhes vendam carne, frente ao mau humor

a população mais necessita de sossego!

E o «vespacete» característico desta época do ano ensombra a cidade. Junto à Sacristia da Catedral, as floristas vendem orquídeas e oferecem sorrisos, em contraste flagrante com o aspecto apreensivo, preocupado, dalguns que entram ou saem de certo esta-



dalguns talhantes. E o lamentável facto também se passa cá fora!

«Lá vem a velha», diz-se, alto e bom som e com ar de censurável troça, no talho da Rua Elias Garcia, à aproximação duma senhora pobre e doente, que, para encurtar distância, ali se dirige a comprar escassa porção de carne. Mas não se deixa ludibriar...

Continuando a ronda, vimos um automobilista a lutar com falta de lugar para arrumar o carro. E anda n'isto há cerca de 15 minutos. Muito menos tempo gastaria, se tivesse saído de casa a pé...

Peões atravessando inadvertidamente as faixas de rodagem, automóveis a transgredir, em ultrapassagens perigosas e velocidades excessivas,



**Anexo O** – Capa do JMd do dia 13 de agosto de 1975 e respetiva página de continuação

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR:

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do JORNAL DA MADEIRA, LDA.

Redacção e Administração  
Rua do Seminário, 22 - R. Dr.  
Fernão Ornelas Telf. 20014/15  
Endereço telegráfico «Jornal»

QUARTA-FEIRA

13

AGOSTO

1975

N.º 13 839

SÉRIE II

ANO XLIV

PREÇO 3500

## AS FORÇAS MILITARES E MILITARIZADAS DA MADEIRA ADEREM AO «DOCUMENTO MELO ANTUNES»

Através do Grupo Dinamizador do Comando Territorial Independente da Madeira, chegou-nos à redacção um comunicado, do seguinte teor:

«Reuniu hoje pelas 14h30 a Assembleia de Delegados Regional com a presença dos delegados de todas as Unidades e Estabelecimentos Militares do CTIM, assim como da Armada e da Polícia de Segurança Pública com o fim de estudar e debater o «documento dos nove» (ou de Melo Antunes) tendo sido aprovada a seguinte moção:

«Os oficiais, sargentos e praças do Comando Territorial Independente da Madeira, reunidos em ADR, profundamente preocupados com o crescente clima de violência no País, que tem a sua origem na escalada do poder por forças minoritárias, considerando que o chamado «Documento Melo Antunes»:

— se afirma por um processo de verdadeira independência nacional com abertura a todos os países do mundo;

— proclama a manutenção e o reforço das nossas relações com a Europa e uma franca abertura ao 3.º Mundo;

— se pronuncia por um modelo de socialismo obtido em pluralismo político e com ampla participação partidária;

— rejeita qualquer regime totalitário;

— propõe-se restaurar a posição suprapartidária e independente do MFA.

Deliberam:  
1.º — Apoiar na generalidade o Documento supracitado;

2.º — Repudiar vivamente qualquer medida disciplinar ou administrativa que tenha sido ou venha a ser aplicada aos seus autores ou subscritores».

## O Conselho da Revolução reuniu ontem em Belém

LISBOA, 12 — O Conselho da Revolução iniciou, às 16 horas, no Palácio de Belém, a sua primeira reunião plenária após a difusão do «documento dos nove» e da posterior decisão do Directório de suspender as suas funções, no C. R., aqueles oficiais. Conhecida hoje a posição do general Pinho Freire, que se solidarizou com os subscritores do citado documento, assinando o também, e face à demissão, ontem tornada pública, do general Pinto Soares das funções político-militares que exercia, como conselheiro da Revolução e director da Academia Militar, serão dezoito os membros do Conselho da Revolução presentes no respectivo plenário: generais Costa Gomes, Vasco Gon-

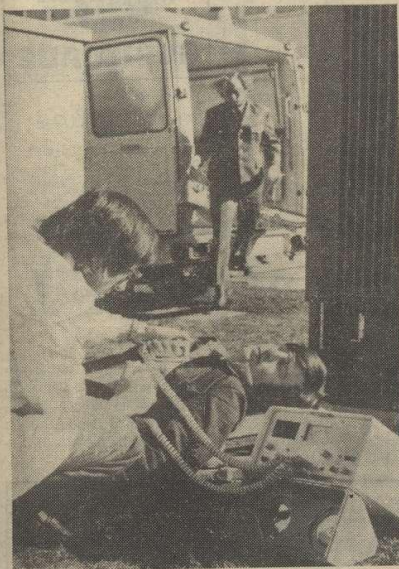
(Continua págs. Centrais)

## SITUAÇÃO EXPLOSIVA EM BRAGA

—Iminente um confronto de polícia e soldados contra os fuzileiros

(Ler Páginas Centrais)

## CHOQUES ELÉTRICOS CONTRA COLAPSOS DO CORAÇÃO



Munique — Vitimado por um desastre quando de trabalhos de montagem ao ar livre, este jovem sofreu um choque. Consequências: vibrações dos ventrículos do coração com diminuição rápida da capacidade do coração até quase a sua paragem, com impossibilidade de sentir o pulso. Com apenas alguns movimentos, a equipa de salvação aprontou o funcionamento imediato com um aparelho especial, um chamado defibrilador: dá-se um breve choque eléctrico ao coração que é paralisado por completo durante fracções de segundo. Desta maneira põe-se termo à fibrilação que constitui um perigo para a vida do paciente e o coração pode voltar ao seu ritmo natural. O choque eléctrico ressuscitou o acidentado. O nome do defibrilador é «sirecard». Por meio dos dois eléctrodos do aparelho de bateria ou de rede portátil, regista-se rapidamente o electrocardiograma do acidentado, tornado visível no écran. Se o médico descobre vibrações do coração, deflagra o choque eléctrico mediante os mesmos eléctrodos, premendo simplesmente um botão. Vê também no écran quando o coração voltar ao seu ritmo normal.

## EM VISEU

### Espectacular manifestação de apoio ao «DOCUMENTO MELO ANTUNES»

—Deputados do P.P.D. propõem uma deslocação em massa a Lisboa do Povo Português

VISEU, 12 — Efectuou-se, ontem à noite, nesta cidade, uma manifestação que reuniu milhares de pessoas e que, segundo a convocação, tinha carácter apertado e como objectivo dar apoio ao «Documento Melo Antunes».

Na Mata de Fontelo, local da concentração, começou por usar da palavra o deputado do P. P. D. pelo círculo de Viseu, Vitor Boga, que a dado passo da sua intervenção disse «representar o povo na Assembleia através do voto e estar perfeitamente solidário com os presentes, assim como todos os deputados do seu partido».

(Continua págs. Centrais)

## A 5.ª DIVISÃO ATACA OS MILITARES «MODERADOS»

(PÁGINA CINCO)

## Importante tomada de posição do P.S. APOIO AO COPCON, CONTRA O DIRECTÓRIO

LISBOA, 12 — A decisão do Copcon de conservar nas suas funções militares os comandantes das Regiões Militares

da Zona Centro e da Zona Sul, respectivamente brigadeiros Chérals e Pizarat Correia a manifestação realizada em

Braga, no último domingo, de apoio ao Patriarcado, a manifestação do Estádio 1.º de

(Conclui na pág. 9)

## TIMOR: NÃO ESTÁ AFASTADO O PERIGO DE GUERRA CIVIL

MACAU, 12 — A pedido do Governo de Timor esclareceu-se que na noite de 10 para 11 de Agosto, a UDT, união democrática timorense, um dos partidos de Timor, conduziu uma acção sobre a PSP, apoderando-se de armamento, após a prisão do respectivo comandante e passando a controlar alguns pontos importantes da cidade.

O governo de Timor deter-

minou a não intervenção de unidades militares, estabeleceu conversações com a UDT e procurou sentar à mesma mesa a UDT e Fretlin, frente revolucionária de Timor Leste independente, outro partido de Timor.

Os pontos apresentados por este para conversações foram considerados inaceitáveis para a UDT.

(Continua págs. Centrais)

### TRIBUNA LIVRE

«Documento Melo Antunes». O grande caso do momento na vida nacional. Posição de coragem de Homens das nossas Forças Armadas. Cumprimento de dever patriótico.

Crítica a ambiguidades e veleidades autocráticas. Crítica ao divisionismo, apesar de O quererem macular com esse epíteto.

Reconhecimento da adesão universal ao Programa do Movimento das Forças Armadas. Adesão universal a

(Conclui na pág. 9)

# Importante tomada de posição do P.S. APOIO AO COPCON, CONTRA O DIRECTÓRIO

(Conclusão da 1.ª pag.)

ção promovida por trabalhadores portugueses emigrados e a última reunião plenária do Comité Central Partido Comunista Português efectuada, anualmente, merecem do Secretariado Nacional do Partido Socialista a elaboração de um extenso comunicado, no qual algumas importantes considerações sobre o actual momento da vida nacional são feitas.

No documento distribuído ao princípio da madrugada de hoje, considera o Secretariado Nacional do P. S. que, quanto à decisão do Copcon de conservar nas suas funções os comandantes das regiões militares que subscreveram o «documento dos nove» e a «contra» frontalmente, por mais vezes que se tente dar, a anterior decisão do Directório que não só suspendia das suas funções os nove signatários do documento entregue ao Presidente da República como os mandava apresentar todos, nos Estados-Maiores dos ramos a que pertencem».

Mais ainda, considera igualmente o Secretariado do PS que se verifica «que o Copcon decidiu formalmente parte da decisão do Directório e ao apoiar os membros que lhes estão militarmente subordinados, implicitamente apoia os outros sete (que, se lhes existissem militarmente subordinados, seriam certamente também explicitamente apoiados)».

Deste modo, lê-se na sequência dos considerandos atrás transcritos «o Partido Socialista não pode deixar de manifestar o seu acordo com a tomada de posição do Copcon, que se opõe, no âmbito da sua competência própria, a uma medida inconstitucional e ilegítima, assumindo assim a defesa da legalidade revolucionária».

Passando a analisar os acontecimentos registados no decorrer do fim-de-semana, e no que se refere à manifestação de Braga, o Secretariado do PS começa por opinar que, durante os últimos dias se comprovou «a necessidade urgente de se encontrar uma saída democrática e nacional para o impasse político em que o País se encontra em consequência de o Governo ter sido entregue à facção Gonçalves» e «quinta-divisionista» que só conta com o apoio ultra-minoritário do PCP e do seu atrelado MDP-CDE.

Afirmando que a manifestação juntou 50 mil católicos «em protesto contra as medidas de discriminação que têm sido tomadas contra a Igreja Católica» e considerando que, «como o Partido Socialista já advertiu, urge restituir imediatamente à Igreja Católica a Rádio Renascença, que lhe foi confiscada», o Secretariado Nacional do PS lembra que «o Programa do MFA garante a liberdade de expressão a todos os cidadãos e entidades», para concluir que «impedir a

Igreja Católica de se exprimir através de uma rádio que lhe pertence é um acto anti-democrático e anti-revolucionário».

Entende ainda o Secretariado do PS que «se não pode aceitar que de modo mesquinho se aproveitem os mais fúteis pretextos para vexar e desrespeitar os prelados e a própria Igreja Católica, através de processos aviltantes que suscitam muito legitimamente a reprovação pública».

Quanto à manifestação dos trabalhadores portugueses emigrados, à qual, afirma, não compareceram mais do que «quatro mil pessoas (e não só emigrantes), do qual cerca de metade saiu desgozosa no meio de perorações», o Secretariado do PS considera que «foi um fracasso total» e que a ela não compareceu o primeiro-ministro, general Vasco Gonçalves (o comunicado não especifica a qual) «lade de primeiro-ministro...» «por razões óbvias». Afirmava ainda o órgão máximo da direcção do PS que o ministro do Trabalho, major Costa Martins, tinha a seu lado «os seus crónicos afiliados da Intersindical». Respondendo a uma pergunta que ele mesmo (o Secretariado) faz, — porque é que o ministro não perguntou, como já fez, onde está o povo — afirma: «Porque o povo não estava no estádio. Porque o povo não está com o Governo do sr. general Vasco Gonçalves».

A terminar, o comunicado refere a reunião plenária do Comité Central do Partido Comunista Português, fazendo notar que ela se fez «cercada dos mais rigorosos cuidados de segurança e de clandestinidade».

E mais adiante: «As actuais cúpulas do PCP são incapazes de compreender que a sua megalomania dirigista é uma das «componentes» mais importantes dos condicionalismos que estão na raiz da actual crise política. Uma evolução não é uma conspiração. Não é instalando em centros estratégicos do Poder grupos de fiéis, que escondem doentadamente a sua filiação política, como se ainda vivéssemos no fascismo, que se faz uma revolução. Não é agredindo constantemente o Povo português com estribos e considerações ofensivas da sua sensibilidade que se respeita o Povo português. Não é espantando e atacando milhares de trabalhadores socialistas, como aconteceu nesta farsa macabra de 19 de Julho, que se constrói a unidade da classe operária».

A ordem democrática e o exercício das liberdades públicas — continua o comunicado — têm de ser garantidos a todos os portugueses e democratas e não só a uns tantos. E para que se respeite a democracia é necessário primeiro praticá-la. Um partido que não representa senão 12 por cento do Povo português não pode arrogar-se à pretensão de representar todo o po-

vo português».

E escreve, a concluir, o Secretariado Nacional do Partido Socialista:

«Para se construir uma democracia em Portugal há, em primeiro lugar, que praticá-la. E se é certo que a reacção se tem aproveitado dos erros dos sociais-burocratas para fins contra-revolucionários, daí há que extrair incontestavelmente a conclusão de que a persistência na social-burocracia não serve a democracia».

Entretanto, em entrevista concedida à agência Pyresa do «Movimento» e ontem publicada pelos jornais espanhóis «ABC» e «Arriba», o secretário-geral do PS dr. Mário Soares, afirma que o que em Portugal separam o seu partido do PCP não é Marx mas Lenine, e, principalmente, Estaline. Recordou-se que, numa outra entrevista, dada há algum tempo atrás, o mesmo «leader» do PS tinha dito que o que, então, separava os dois partidos «não era Marx nem Lenine, mas Estaline».

Na entrevista agora concedida à Pyresa e divulgada, em parte, pela Agência ANI, o secretário-geral do PS refere-se à actual situação portuguesa «cuja crise política foi ocasionada pela saída do Partido Socialista do Governo».

«Depois a crise passou ao sector militar, onde se criaram posições contraditórias», como são as do sector ligado ao primeiro-ministro, do general Otelo Saraiva de Carvalho e Melo Antunes ao qual reafirma adesão.

Afirmando que, depois de manifestar ao general Otelo Saraiva de Carvalho a intenção de entrevistar-se com ele, «trata-se agora de saber quando o comandante do Copcon tem tempo...». Sobre a sua figura diz: «Penso que é um dos heróis da Revolução Portuguesa e a ele se deve em grande parte o 25 de Abril e com o qual todos os portugueses têm contraída uma dívida de gratidão».

Mário Soares diz que «os Portugueses estão cada vez mais ao lado do PS e as bases cada vez mais coesas em união com a direcção do partido».

O secretário-geral do Partido Socialista acusa o Partido Comunista de organizar «complots contra a democracia», donde lhe provém sua superioridade, que é imposta pela Imprensa, que só fala deles e da sua política».

Dizendo, ainda, que a superioridade do PCP lhe vem da «infiltração no MFA», atribui-lhe as consequências da incompreensão entre socialistas e comunistas porque sempre «tentaram dominar todo o movimento político e operário português».

«O PCP não aceitou a proposta de formular um programa comum», disse Mário Soares.

Na entrevista em que criticadamente o PCP, Mário Soares afirma que «o que nos di-

## Um ponto de vista de ROSA COUTINHO

LISBOA, 12 — «Não tenho dúvidas de quem é verdadeiro inimigo da revolução portuguesa. Ele é o capitalismo internacional», afirmou o almirante Rosa Coutinho, figura das mais destacadas do Conselho da Revolução, em entrevista concedida ao programa radiofónico do Movimento das Forças Armadas.

Para Rosa Coutinho «a revolução portuguesa representa na Europa o primeiro exemplo de tentativa de construção duma sociedade socialista», constituindo uma ameaça ao capitalismo internacional na medida em que poderá vir a abrir uma brecha na hegemonia anglo-saxónica na bacia mediterrânica. Dado que o processo revolucionário português surge numa época de crise do mundo capitalista, este «reconhece um perigo grave na revolução portuguesa. E como ela foi iniciada e mantida pelo MFA, inimigo a abater é o MFA».

Segundo Rosa Coutinho, o capitalismo internacional explorando os sentimentos anti-comunistas generalizados em certas regiões do país pretende fazer queimar que o seu verdadeiro ténor é «um regime comunista». Mas sabemos que em Portugal esse partido representa um eleitorado de cerca de 13 por cento e um partido comunista de 13 por cento não assusta o capitalismo internacional nenhum». —ANI

## Casa Vende-se

Novo de estilo americano, com 3 quartos, sala, cozinha, banho, quintal e entrada para carro. Perto do centro. Preço em conta. Tratar: Rua António José de Almeida, 19.

vide «em Portugal não é Marx, mas Lenine e principalmente Estaline». O secretário-geral do PS nega que o seu partido esteja aplicando as táticas e a estratégia da social-democracia europeia e acusa o PCP de se «ter fixado nos anos de pós-guerra aplicando seus sistemas estalinianos».

Por outro lado, segundo informa a «France Press», — oitenta e duas individualidades americanas assinaram telegramas dirigidos ao Movimento das Forças Armadas, ao Presidente Costa Gomes e ao «leader» do PS dr. Mário Soares expressando a sua «esperança na sobrevivência da democracia» em Portugal.

Os signatários, que protestam contra o apoio da Administração americana aos regimes ditatoriais, em especial na Espanha e no Chile, exprimem a sua simpatia pelo programa do Partido Socialista Português.

Os telegramas são assinados: nomeadamente por Noam Chomsky, linguista; Glória Steinem, militante feminista; John Kenneth Galbraith, economista; Artuhr Miller, dramaturgo; Leonard Woodstock, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Automóvel; monns. Jehn Egan, e vários membros da Câmara dos Representantes e dos Militantes Negros.

## TRIBUNA LIVRE (Conclusão da 1.ª pag.)

que se prometeu ao Povo. Em 25 de Abril de 1974. Reconhecimento do papel das eleições na opção socialista. Mas também reconhecimento, de certo modo autocrítico, da desagregação social e económica, sem que novas estruturas consolidassem o processo. Alarme pela decomposição do Estado, pelo enleamento do MFA em certas manipulações partidárias. Honesta conclusão de que o País se sente defraudado. Ainda o fracasso descolonizador.

Alerta dramático aos perigos de nova censura que ameaçam o que resta de livre nos meios de comunicação social.

Clara recusa do totalitarismo de Leste. Com consequências que só o futuro poderá clarear as respectivas dimensões. Manutenção legítima do projecto socialista. Mas em liberdade. Pluralista, com Partidos. À Rosa Luxemburgo, «não há democracia sem socialismo, nem socialismo sem democracia».

Científico reconhecimento da nossa posição geoestratégica.

Objectivos definidos. Também nisso a honestidade do documento. Independência nacional, abertura a todos os países sem ingerências internas, reforço com os espaços europeus ocidentais, encontro com o Terceiro Mundo, relações com o Leste europeu, estratégia mediterrânica (realismo). E, além de todos estes objectivos, um que diz tudo: «Lutem por recuperar a imagem primitiva do MFA, no sentido em que o MFA só teve aceitação universal enquanto aparelho autónomo de produção política e ideológica».

Ainda como objectivos, a recusa da demagogia e o desejo de uma política de EQUILIBRIO e VERDADE.

Denúncia de uma corrente no seio do MFA de concepção totalitária na organização da sociedade, pretendendo burocratizar ditatorialmente o País. Repúdio do anarquismo e do populismo. Denúncia ainda da 5.ª Divisão e de certas assembleias militares.

Defesa da restauração da autoridade.

Alerta o «Documento Melo Antunes» que se acumulam factores capazes de gerar um lamentável regresso ao fascismo. «É ridículo dizer-se que certas formações políticas e certos órgãos de informação que são manobras da reacção. O descontentamento, o mal-estar, a angústia, são reais e por demais evidentes e têm a sua causa profunda em erros de direcção política acumulados ao longo dos últimos meses e em desvios graves de orientação no interior do próprio MFA».

Deixa o apelo de um caminho socialista sem violar a consciência dos portugueses. Da conquista dos hesitantes ou descontentes. Propugna o fim do ódio, da violência, do ressentimento. Etroniza finalmente a tolerância e a paz, recusando novos mecanismos de opressão e exploração. Recusando a actual equipa dirigente, classificando-a falha de credibilidade e de capacidade.

Esta tomada de posição que dia a dia se vê acrescida de tantas e tantas adesões de NOMES de HOMENS das nossas Forças Armadas, faz inveja a quase todos os Portugueses. Justamente porque sendo a maioria da população composta por civis, quase todos têm pena de não poderem também subscrever este Documento. Que esmagadora adesão, se porventura Ele fosse plebiscitado!

Apesar do Documento não ser exemplar. De ser Bom sem ser Óptimo. Mas todos aderem. Com a consolação de às vezes até o Óptimo conseguir ser inimigo do Bom.

É que continuo a não perceber, a não ser que veja provas concretas, que tipo de socialismo é esse que, repudiando magnificamente o capitalismo de Estado e a ditadura do proletariado, também pretende engeitar a Social-Democracia. Esta é a única via conhecida de socialismo em liberdade. O erro trágico reside, sim, é em qualificá-la de «capitalismo avançado».

Que se diga que Portugal não reúne as condições objectivas para ser um modelo decalcado das social-democracias da Europa Ocidental, aceito porque há que ser realista. Mas o socialismo pluralista e em liberdade que especificamente se adoptar para o caso concreto português, é com efeito, sempre, uma Social-Democracia.

Fora das alternativas Social-Democracia por um lado, ditadura do proletariado por outro (não consideramos o capitalismo de Estado), há o indefinido, o vácuo. Certas experiências terminadas tragicamente como no Chile.

Vai lutar-se agora, para cair-se novamente numa indefinição? A médio prazo novamente geradora de alguns dos mesmos males agora criticados?

A não ser que por razões estratégicas, e dada a diferença de conjuntura em relação à Europa, se não queira chamar Social-Democracia... ao que no fundo é mesmo Social-Democracia.

Aliás, o Documento em questão tem o cuidado de não recusar o modelo social-democrata em si, mas «o modelo de sociedade social-democrata EM VIGOR em MUITOS países da Europa Ocidental».

**Anexo P** – Capa do JMd do dia 4 de outubro de 1975 e respectiva página de continuação

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR :

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do JORNAL DA MADEIRA, LDA.

Redacção e Administração  
Rua do Seminário, 22 - R. Dr.  
Fernão Ornelas Telf. 20014/15  
endereço telegráfico «Jornal»

SÁBADO

4

OUTUBRO

1975

N.º 13 883

SERIE II

ANO XLIV

PREÇO 3600

## URSS manifestou certa reserva quanto ao actual curso da política portuguesa

MOSCOVO, 3 ANOP — «Do ponto de vista geral, tanto a Polónia como a URSS estão de acordo sobre a análise política da situação portuguesa feita por nós, pelo que não tem havido oposição a este respeito», declarou o major Costa Neves, durante a conferência de imprensa realiza-

da ontem no hotel onde estão hospedados os jornalistas portugueses.

Este encontro incidiu fundamentalmente sobre as conversações já travadas, tendo os jornalistas insistido sobre a posição da URSS, que segundo alguns observadores, teria manifestado certa reserva

quanto ao actual curso da política portuguesa.

Ainda sobre este aspecto, Costa Neves afirmou que se tinha referido à actuação, considerada por este oficial «sec-tária», do Partido Comunista Português nas conversações já tidas com polacos ao que estes responderam que «tam-

bém tido esses problemas» e condenaram tal prática». Quanto aos soviéticos, afirmaram que esse sectarismo não seria defeito dos comunistas portugueses, pois eram verdadeiros patriotas, tendo sido reafirmado, segundo Costa Neves, o apoio soviético a uma «via democrática, pluralista para o socialismo em Portugal».

Respondendo a uma pergunta sobre o que pensava do sectarismo do PCP, Vasco

(Continua págs. Centrais)

## A divulgação do pretensão «plano dos coronéis» visava o derrube do Governo

### — AFIRMA O MCS

LISBOA, 3 — O Ministério da Comunicação Social distribuiu a seguinte nota oficial:

«1 — A situação nas estações de rádio, com excepção da Rádio Renascença, que continua silenciada, e da TV, pode considerar-se normalizada, com a retirada das forças militares que, durante quarenta e oito horas, e a título excepcional, as ocuparam.

A presença de forças policiais para a guarda das insta-

lações insere-se já no plano da normalidade, sendo que tal presença, e até o seu reforço, não só foi sempre prática corrente como constituía até exigência da direcção das próprias estações.

Para o regresso à normalidade contribuíram decisivamente a compreensão e o espírito de cooperação dos próprios trabalhadores, sendo de

(ÚLTIMA PAGINA)

## Domingo, 5 de Outubro às 9 horas da manhã Legítima homenagem aos Drs. PESTANA JÚNIOR e BRITO CÂMARA, líderes da oposição madeirense quando não era fácil ser-se democrata

É já no próximo domingo, no 65.º Aniversário da implantação da República, que a população madeirense homenageará essas duas personalidades de relevo na vida nacional e local, que foram os Drs. Pestana Júnior e Brito Câmara.

As 9 horas haverá uma concentração na Praça do Município, onde se formará um cortejo que percorrerá a Rua dos Ferreiros, Largo do Chafariz e Avenida Arriaga até à Praça do Infante. No ângulo da Praça do Infante com a Rua Dr. João Brito Câmara será descerada uma lápide.

Esta homenagem não tem qualquer carácter partidário, pelo que não serão admitidas bandeiras ou quaisquer outros símbolos partidários. Apenas estarão presentes bandeiras nacionais e de autarquias locais ou colectividades de utilidade pública.

Serão oradores os militantes de democratas de sempre, Aires d'Albuquerque, Dr. Sales Caldeira e Dr. João Sebastião Ferreira, e ainda a estudante Susana Rocha Silva.

## ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

### RECONHECIDO O DIREITO DE TODOS À PROTECÇÃO DA SAÚDE E O DEVER DE A DEFENDER E PROMOVER

A Assembleia Constituinte, ao ocupar-se ontem das disposições relativas à saúde (artigo 16.º do título III), consagrou o direito de todos os

cidadãos à protecção da saúde e o dever de a defender e promover. O plenário não aceitou, porém, consagrar no articulado quer a abolição pura e simples das formas empresariais e privadas da medicina quer a nacionalização dos sectores relativos ao fabrico, propaganda e comercialização dos produtos químico-farmacêuticos.

Lago após duas declarações de voto relativas ao articulado sobre segurança social, aprovado na sessão an-

terior, proferidas pelos deputados José Nisa (P. S.) e Mantelo de Oliveira (P. P. D.), entrou-se, na ordem do dia, na análise do artigo 16.º O deputado Miller Guerra (P. S.), que tomou parte muito activa nos debates de ontem, na sua qualidade de médico e professor universitário, fez uma resumida enumeração dos «erros e desconcertos principais» da administração pública no capítulo da saúde, para depois afirmar:

Conclui na pág. 4)

## O escudo JOIA GÓTICA COM MOLDURA MODERNA

não será desvalorizado — afirmou Salgado Zenha

LISBOA, 3 — «A situação não é desesperada e poderemos suprir as dificuldades maiores a médio prazo, se conseguirmos fazer funcionar o organismo produtivo. As dificuldades económicas nacionais de modo algum poderiam ser superadas com a desvalorização do escudo e a intenção que me atribuem de anun-

(Conclui na pág. 4)



Um tema de discussão actual em todo o mundo é em 1975 o conceito de renovação das cidades e protecção aos monumentos. Não só na República Federal se errou na reconstrução e no novo planeamento das cidades, demolindo prédios históricos ou adulterando-os através de construções modernas. Assim está em debate o valor estético do cordão de betão por baixo da catedral de Colónia. A nossa foto demonstra a opinião dos responsáveis: uma jóia gótica numa moldura moderna. No entanto os divergentes chegaram a acordo: a construção da praça diante da catedral trouxe consigo uma nova vida à cidade. A catedral tornou-se no decorrer dos anos o centro de artérias de trânsito, constantemente abalada e rodeada de uma nuvem de gases. Para a proteger construiu-se este cordão de betão, que é simultaneamente uma zona de peões e uma garagem subterrânea. Este cordão dá à catedral um enquadramento na Colónia moderna.

NA CADEIA DO FUNCHAL REVOLTA DOS RECLUSOS

(Ler páginas centrais, reportagem de ERNESTO RODRIGUES)

### TRIBUNA LIVRE

Após certas convulsões internas, está tornado público o futuro encerra-

mento de empresas que empregavam centenas de operárias.

Devido a reivindicações de montante incomportável, os custos atingiram um montante dentro do qual a empresa não tem viabilidade. Efectivamente se qualquer empresa deixa de ter viabilidade, ela, por definição, acaba mais cedo ou mais tarde. A economia é uma ciência absolutamente alheia ao histerismo das palavras ou à movimentação de massas.

Centenas de trabalhadoras madeirenses serão lançadas no desemprego. A tempo, o representante do Governo Central no sector Trabalho, de inequívoca formação de esquerda, havia feito sentir ao respectivo pessoal que, a insistir no absurdo das suas reivindicações, em breve teria o desemprego. A resposta irresponsável e caluniosa que encontrou pela frente foi o epíteto de «fascista» e os outros costumeiros insultos que são a única coisa que certo tipo de gente sabe produzir.

Agora, perante a dura realidade, pergunta-se: quem responsabilizar pelo pão que vai faltar à boca destas operárias? Num momento em que já é tarde para voltar-se atrás, mas ao menos tempo para verificar-se que certos «socialistas», certos «amigos do Povo» estão mas é a conduzir a situações que prejudicam o próprio Povo,

(Continua págs. Centrais)

# ESTIA DE VIDA MAL INCURÁVEL?

Londres, os preços dos produtos alimentares em Inglaterra subiram 8,5 por cento durante o segundo trimestre do corrente ano, em relação ao primeiro trimestre.

Dados oficiais divulgados na capital britânica indicam que se verificou um aumento, sobretudo no que respei-

Aumentaram também as despesas com as propinas em escolas e institutos.

No período dos últimos dois anos, a vida na Coreia do Sul encareceu em cerca de 63 por cento, prevendo-se, segundo peritos, que estas cifras se elevem até fins do corrente ano a cem por cen-



O aumento constante dos produtos é uma preocupação do mundo de hoje. A carestia de vida será um mal incurável?

(Foto: João Pestana)

ta aos preços de produtos hortícolas e fruta.

Subiram mais uma vez as tarifas de correios e telefones, tendo encarecido em cerca de 30 por cento o preço das encomendas postais, duplicado em relação ao mês de Outubro do ano passado, o custo das chamadas telefónicas.

Referindo-se à Coreia do Sul, o jornal japonês «Mainichi» comunica que houve uma subida acentuada nos preços do arroz e outros produtos alimentares nesse país, além da electricidade e passagens nos transportes urbanos.

to, prossegue o jornal.

Quanto ao arquipélago japonês, o preço das radiografias em policlinicas e hospitais subiu 30 por cento em média, dado o aumento de 40 a 50 por cento das películas para os aparelhos, decidido pelas companhias nipónicas fabricantes.

Aguarda-se uma subida de preços dos outros serviços médicos no Japão em Novembro próximo.

O aumento vertiginoso das tarifas de assistência médica iniciou-se no ano passado, com uma subida de 34 por cento. — (Tass-ANOP).

# URSS manifestou certa reserva quanto ao actual curso da política portuguesa

(Continuação da 1.ª pág.)

Laurenço respondeu que «embora pudesse dar a sua posição pessoal, não achava, contudo, que fosse a altura de fazer críticas aos partidos portugueses».

Sobre as conversações no plano económico, Costa Neves declarou que a URSS estava aberta e disposta a dar-nos o apoio possível, acrescentando que Vasco Lourenço que «de facto é imprescindível que se pas-

se das palavras aos actos».

Relativamente às conversações havidas entre o ministro da defesa do governo polaco e estes dois membros do Conselho da Revolução, afirmou Vasco Lourenço que aí foram abordadas questões ligadas à disciplina. afirmou que era opinião geral, tanto da URSS como da Polónia, de que não se poderia fazer revolução sem disciplina, sendo este um dos problemas fundamentais.

A descolonização foi dos outros temas discutidos, segundo foram informados os jornalistas. Sobre Macau, Costa Neves afirmou que o Presidente da República portuguesa tinha explicado às entidades soviéticas que este enclave não era colónia, opinião idêntica à das autoridades da China Popular que até hoje não reivindicaram a sua soberania.



# NA CADEIA DO FUNCHAL REVOLTA DOS RECLUSOS

motivada pela entrada dum preso ferido

Ontem, à noite, recebemos do director da Cadeia do Funchal a informação telefónica de que os reclusos se encontravam em grande agita-

costas, — o que verificámos, também — e cujo estado esteve na origem de todo o movimento de repulsa, de protesto, por parte dos companhei-

conforme afirmação unânime de todos quantos nos cercavam e não se cansavam de acentuar: «O 25 de Abril ainda não chegou à Cadeia do Funchal!»

sua decisão: não voltariam às celas, enquanto não vissem satisfeito os pedidos já acimereferidos.

Estas «coisas» não se medem e, até já nem deviam cauear-nos surpresa. É uma questão de credibilidade que se evidencia. Para o jornalista e para o Jornal.

Um telefonema proveniente da Cadeia do Funchal exigia a presença do nosso redactor Ernesto Rodrigues, naquele estabelecimento prisional. A exigência provinha dos reclusos. Que só queriam o «Sr. Ernesto» para dialogarem com ele e dizerem de sua justiça.

Vontade feita. O nosso companheiro de trabalho passou pelo choque emocional, dum recepção inesperada, com os reclusos a aclamá-lo e a abraçá-lo, num gesto de simplicidade, é certo, mas que testemunha a admiração que lhe dedicam.

É que, sem querermos, temos que recordar o tal ditado que reza que «amigos e inimigos até na Cadeia os temos».

Os reclusos pediram-nos para escrever que, à falta de médico militar, pediram outro médico. E como lhes retiquissem que a «Cadeia não tinha verba» comprometeram-se a pagar do seu bolso. E não se conformavam de modo algum com a falta de médico até àquela hora.

Estavamos, ainda, no pátio da Cadeia, quando, às 21 e 30 horas, o oficial comandante da força da P. M. foi buscar o José Carlos da Silva, a fim de conduzi-lo ao Hospital Distrital, para a devida observação clínica.

Começando por exigir a presença dum médico militar, para observar o José Carlos das Forças Armadas e a nossa, os reclusos irromperam, depois, em cânticos de louvor ao M. F. A., atitudes tomadas já de tarde.

Aproveitando a nossa presença 3 reclusos — Filipe Saídinha Cardoso, Juvenal Freitas Spínola e Manuel Victor Spínola Catanho — insurgiram-se contra a cela disciplinar, que classificaram de desumana.

O director da Cadeira tentou, em vão, resolver o problema, mas não o conseguiu. Os 60 homens ali a cumprir sentença não arredaram pé da

Acrescentaram que, inocentes, sofreram tal castigo e tiveram por cama o cimento e de suportar a escuridão durante cinco dias. Isto, além das visitas cortadas ao longo dos 20 dias seguintes.

Ernesto Rodrigues

## TRIBUNA LIVRE (Conclusão da 1.ª pág.)

Claro que às imaginações prodigiosas e doentias, nunca faltarão novos argumentos de verborreia. É simples falar-se em «reconversão». Mas «reconverter» uma empresa de certa dimensão, não se faz com palavras mágicas, como se estivéssemos a brincar com histórias infantis. Estamos no domínio da ciência económica, uma ciência meus senhores e com o futuro de centenas de pessoas na mão.

A questão resume-se da seguinte forma. Inequivoca opção socialista. Certo. Há que operar uma nova redistribuição da riqueza para se acabar com a injustiça social, as diferenças de classes. Também certo. Para distribuir, há que produzir. Para produzir, há que existir estruturas produtivas. Se o produzido é inferior ao custo da estrutura produtiva, está rebenta. Temos desemprego. Em vez de redistribuição das riquezas e melhoria das condições dos operários, temos mais e o agravamento de vida das classes trabalhadoras, em suma a miséria.

Socialistas os que conduziram a este estado de coisas? Nunca. Apenas reles demagogos, cuja inconsciência semeia tragédia pessoais.

Este caso em que centenas de operárias vão perder o pão, só porque se deixaram intimidar por um pequeno grupo de camaradas inconscientes, e não tiveram coragem para reagir, constitui um importantíssima consequência a considerar por toda a classe trabalhadora em geral.

O Trabalho é o meio de realização da Pessoa Humana. O Capital está ao seu serviço. Essa função social do Trabalho, que faz deste um processo de desenvolvimento integral de cada Homem e de toda a Sociedade, não pode continuar à mercê de infantilismos pequeno-burgueses, megalómanos e pseudo esquerdistas. É que a continuarmos assim, mais dois ou três sectores da economia local estão ameaçados com desemprego em massa, enquanto que os responsáveis por tais catástrofes não se esquecerão de continuar a amealhar os seus «confortáveis» contos mensais.

Todos nós temos de empenhar-nos num rápido esclarecimento dos sectores operários que estão a ser descaradamente ludibriados, com consequências já visíveis, até por um elemental dever de caridade cristã para os que necessitam do nosso conselho e do nosso apoio.

Abri os olhos a todos esses Trabalhadores para as consequências de certas demagogias e fazê-los repudiar de vez os falsos «amigos» da classe operária.

O restante, é um problema de disciplina cívica a cargo da futura governação local. Até não o seria, se a economia estivesse próspera e o futuro assegurado. Pois, nessa altura, umas palhaçadas teriam a sua piada.

ros.

Assim, o José Carlos da Silva — a quem fizemos sentir a imperiosa necessidade de não deturpar os factos — começou por afirmar que, na madrugada da última quarta-feira, dia 1 do corrente, roubara, com um amigo — José Dionísio Menezes de Carvalho Spínola, de 16 anos — uma forgneta, estacionada no Pico do Azeite e que às 22 horas eram presos, em flagrante delito, em Câmara de Lobos por elementos da Polícia local, que os conduziram ao respectivo Posto e os fecharam nos calabouços.

E o José Carlos acrescentou que tudo isso foi acompanhado do aviso de que os iriam procurar depois da meia-noite para «conversar», mais avontade.

Proseguindo na sua versão, o José Carlos disse-nos que, mais tarde, foram buscá-lo e acusou o graduado de agarrá-lo pelos «colarinhos» e de atirar-lhe um soco, acusação, em que envolveu um guarda.

«Apanhei socos e pontapés até cair. Depois, quase sem forças, levaram-me para o calabouço» — salientou o José Carlos. (No entanto, não há prova formada sobre estas afirmações).

Entretanto, o José Dionísio interpelava-nos para quisar-se de dores no lado direito, provocadas — segundo sua afirmação — por agentes do citado Posto.

Proseguindo o seu depoimento, o José Carlos informou-nos que, ontem, fora enviado ao Tribunal do Funchal e lamentou não ter sido atendido nas suas queixas.

Do Tribunal, remeteram-no à Cadeira, onde chegou às 15 e 30.

Foi então que a revolta se apossou dos reclusos, situação agravada quando, às 17 horas, o José Carlos «caiu e deitou sangue pela boca» —

**Anexo Q** – Capa do JMd do dia 5 de novembro de 1975 e respectiva página de continua-

ção

# JORNAL DA MADEIRA

DIRECTOR:

Alberto João Jardim

Propriedade da Empresa do JORNAL DA MADEIRA, LDA.

Redacção e Administração  
Rua do Seminário, 22 - R. Dr.  
Fernão Ornelas Telf. 20014/15  
endereço telegráfico: «Jornal»

QUARTA-FEIRA  
5  
NOVEMBRO  
1975  
N.º 13 909  
SERIE II  
ANO XLIV  
PREÇO 3500

## A FALTA DE AUTORIDADE RESIDE NA INDISCIPLINA QUE REINA NAS FORÇAS ARMADAS

### — AFIRMOU PINHEIRO DE AZEVEDO NUMA CONFERÊNCIA DE IMPRENSA NO ALGARVE

LISBOA, 4 — (ANOP) — Encontra-se no Algarve o primeiro ministro, almirante Pinheiro de Azevedo, para uma visita dum dia que se «insere na necessidade dum primeiro ministro contactar as forças vivas que representa», segundo declarou Pinheiro de Azevedo. Acompanham o primeiro ministro, o arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles, ministro do comércio externo e Magalhães Mota.

A chegada era aguardada pelo Governador Civil de Faro e pelo Comandante do Regimento de Infantaria de Faro.

Logo depois, Pinheiro de Azevedo deslocou-se para a sede do Governo Civil onde saudou o povo algarvio, desejando que «se encontrem rapidamente soluções para os problemas que afligem o bom povo algarvio», especificando serem o desemprego e o turismo os principais problemas do Algarve. Na resposta, o Governador Civil de Faro, dr. Carrapato, apresentou os desejos de boas vindas não só em seu nome, mas também em nome da «maioria do povo algarvio que, sem dúvida estará aqui presente para saudar, hoje, à tarde, a pessoa do primeiro ministro».

Terminada a cerimónia, Pinheiro de Azevedo concedeu uma conferência de imprensa onde afirmou que o «MFA precisa de fazer uma autocrítica. Para progredir é necessário reconhecer os erros». Mais adiante, o primeiro ministro sublinhou que a viagem tivera também como ponto de partida «os incidentes em que o MFA esteve directamente relacionado em Faro», referindo-se aos incidentes provocados pela nomeação do actual governador. «Penso que o MFA falhou nesta emergência e a minha vinda ao Algarve é para poder apresentar um relatório ao Conselho da Revolução».

Pinheiro de Azevedo disse ainda sobre a existência de três tendências de direita: uma primeira legalista, que identificou com o CDS, uma outra contra-revolucionária que associou ao ELP e MDLP. Do VI Governo Provisório, o almirante Pinheiro de Azevedo acrescentou que as causas da falta de autoridade não residem na contestação do sexto Governo mas na indisciplina que reina nas Forças Armadas.

## CONSELHO DE MINISTROS

### PROPÕE REUNIÃO CONJUNTA COM O CONSELHO DA REVOLUÇÃO

LISBOA, 4 — O Conselho de Ministros reuniu ontem à tarde na residência do Primeiro Ministro, resolveu «solicitar do Conselho da Revolução uma reunião conjunta com o Governo, para a discussão da crise de autoridade a todos os níveis» e desta forma tomará conhecimento das medidas concretas que o Conselho da Revolução tenciona tomar a este respeito.

O comunicado do Conselho de Ministros esclarece «mais uma vez» que a condução da política de descolonização relativa a Angola e Timor compete por lei constitucional à Presidência da República e por lei ordinária à Comissão Nacional de Descolonização, «pele que são descabidas as críticas que, nesse domínio, têm sido dirigidas ao Governo».

A mesma nota revela ainda que «quaisquer que venham a ser as deliberações a tomar em matérias de reestruturação financeira dos Órgãos de Informação, não estão em causa os salários dos trabalhadores. Ainda no sector da informação o Conselho de Ministros solicitou ao ministro da Comunicação Social uma rápida reestruturação do sector, sem prejuízo das diligências em curso de consulta dos trabalhadores. Foi também determinado um rigoroso inquérito aos incidentes ocorridos no «Século», em ordem de clarificar factos e responsabilidades. Recorde-se que os incidentes em causa conduziram ao afastamento do antigo director e à eleição de um operário para o mesmo cargo.— ANOP

## COPCON CRITICA «LINGUAGEM ALARMISTA DE ESQUERDA»

1 — Sob o título «golpe militar reaccionário em preparação», foi transmitido em algumas estações emissoras de Rádio e publicado na edição de 3 do corrente do «Diário de Notícias», um extenso comunicado da denominada «comissão da vigilância revolucionária das Forças Armadas».

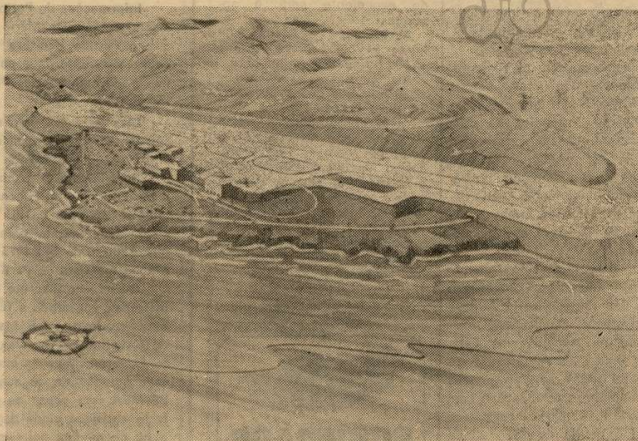
2 — Devido ao alarme e a intranquilidade que o teor do comunicado publicado possa causar e não pretendendo, de forma alguma, desmobilizar a vigilância das massas populares que deve ser permanente e atenta em processo revolucionário, é dever deste comando informar o povo com verdade.

3 — Isto porque o comunicado da dita comissão, partindo de alguns elementos colididos sobre o planeamento de um exercício militar, falseia enormemente a verdade dos factos, fazendo acusações graves, gratuitas e irresponsáveis a chefes militares.

Esta acção nociva da «desinformação» veiculada, paradoxalmente, através dos órgãos de comunicação social.

(Continua págs. Centrais)

## AEROPORTO DA MADEIRA TEM SOLUÇÃO NOVA E... ESTUDO CONCLUÍDO!



Na gravura está representada a maqueta do novo aeroporto da Madeira idealizada pela R. Dixon Speas Associates, empresa que realizou o projecto de ampliação da referida pista.

(Ler última página)

## ATÉ AO FIM DO ANO: Teatro na Madeira todas as semanas

— promete o Sindicato dos Empregados de Escritório

JOSÉ ANTÓNIO GONÇALVES ESCREVE PÁG. 10

## Quem são os convidados do M. P. L. A.

— entre vários, Rosa Coutinho,

Álvaro Cunhal e Idi Amin

LISBOA, 4 (ANOP) — Segundo informa o departamento de relações públicas do MPLA, entre as individualidades estrangeiras convidadas para assistirem às cerimónias de independência a onze de Novembro, figuram o grande escritor e filósofo Jean Paul Sartre, o almirante Rosa Coutinho, o secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, e o jornalista e deputado inglês Basil Davidson.

Entre os países convidados, estão a quase totalidade das nações africanas, a União Soviética, a quase totalidade dos países socialistas europeus, a China Popular, os dois Vietnams e a Coreia do Norte.

Deverão estar presentes delegações da Organização de Libertação da Palestina, da OUA, cujo convite foi dirigido directamente ao respectivo presidente, general Idi Amin, Conselho Mundial da Paz e movimentos e partidos progressistas da América Latina, Portugal, França e Itália.

## TRIBUNA LIVRE

Terminou a visita de importante delegação do Partido Socialista. Estamos em crer que o volume e a qualidade da representação enviada à Madeira merecia um programa melhor preparado. Na verdade, o grau de adesão de que o PS goza localmente implicaria um desfile mais volumoso. E, o interesse despertado não só nas fileiras daquele Partido, mas ainda nas pessoas que, independentemente da sua filiação, se motivam pela política, talvez justificasse um outro cenário para o comício, que não o vulgar e rotineiro Jardim Municipal onde qualquer faz aglomerações. O PS merecia melhor.

O Dr. Mário Soares demonstrou mais uma vez as

(Conclui na 2.ª pág.)

## ANTES DE 11 DE NOVEMBRO

# «O PCP quer destruir a solução de esquerda proposta ao país pelos 9»

— acusa a Frente Militar Única

LER PAG. 5

## O ponto de vista do leitor

### Carta aberta a sua excelência senhor Governador da Madeira

Excelência,

Recebi a carta Ofício datada de 24 de Setembro, honra que Vossa Excelência se dignou conceder-me.

Não viria novamente junto de Vossa Excelência, se não tivesse sido reconduzido no alto cargo que ocupa, permitindo-me felicitar a pela prova de confiança que lhe foi mantida pelo VI Governo ao qual como a minha pequena apoio incondicionalmente.

Mais que expressar-lhe a minha confiança em Vossa Excelência e sua acção difícil como no conteúdo da Vossa alocução na R.T.P. fez sentir ao Povo madeirense.

Para nada pesa a minha opinião, mas, antes da mesma Vossa alocução a acção desenvolvida pelo Exmo. capitão Homem Costa em Machico que soube honrar a farda que vestia e dos seus homens, tinha tecido algumas considerações numa tentativa de que fossem publicadas nos Diários locais, especialmente no Diário de Notícias, visto que não ligaram o mínimo que na data atrás enviou o original a Vossa Excelência, cujo se coadunava com as Vossas ideias e essencialmente pontos de vista, entre os quais dos poderes armados e forças militarizadas, que nestes últimos tempos têm sido desrespeitadas e ridicularizadas, não compreendendo como não enfrentaram o caso da Emissora Nacional, permitindo sua ocupação por indivíduos que nada têm com os órgãos de informação, permitindo ainda que indivíduos que se apodam da construção civil (e que o fossem) se apresentassem com um exército com as consequências deploráveis que daí advieram (cerca de 70 feridos).

Entretanto esse mesmo Diário de Notícias, publica um artigo de uma tal Maria, claramente atacando Vossa Excelência e indirectamente o VI Governo, como seu legítimo representante e autoridade máxima da nossa terra. Fez-me sorrir diversas passagens da Senhora Maria (seu artigo) pela sua ignorância e ainda por fazer considerações,

sem dúvida a atacar o actual Governo na pessoa de Vossa Excelência, que, como bem disse na sua alocução na R.T.P. que critica aberta, construtiva aceita-se, mas, não ataque aberto que nada traduz a não ser bombas na sombra e violências como o do Emissor Regional; assim como outros procedimentos que só levam ao engano o próprio povo, que dizem defender, incutindo-lhes a desconfiança nos poderes governativos, bem intencionados que querem produzir e resolver os variados e complexos problemas da nossa terra (Veja-se como exemplo a Comissão Administrativa da Câmara Municipal) que não podem ser comparados nem resolvidos em soluções idênticas ao continente, pela diversidade dos mesmos e diferença de índole

da nossa gente. A não publicação do nosso artigo pelo Diário de Notícias, Jornal da Madeira e Diário da Madeira, devidamente assinados e com direcção leva-nos a crer que há censura nas administrações, muito especialmente quando se trata de artigos construtivos e em defesa da actual situação política que precisa da colaboração de todos os que são bons portugueses.

Lembramo-nos do saudosismo fascismo de alguns desses Diários, bastando ler artigos publicados pelos mesmos em 23 e 24 de Abril de 1974.

Permita-me Senhor Governador, enviar cópias desta aos referidos Diários e R.T.P., dando assim conhecimento dessas Marias e esses Mários que por aí proliferam. Cria Vossa Excelência num amigo certo em qualquer caso e qualquer ocasião, subscrevendo-me com o maior respeito.

Humberto Ângelo dos Santos

## ELEMENTOS DO ELP DETIDOS PELO COPCON

LISBOA. — O dia de ontem saldou-se por algumas derrotas para as forças contrarrevolucionárias que pretendem fazer regressar o País ao fascismo, com a prisão de vários elementos suspeitos de ligação ao E.L.P. ou ao M. D. L. P., no Norte e na região de Lisboa, entre os quais dois implicados no golpe do 11 de Março.

E os factos tornam-se ainda mais reais, quando, segundo fontes idóneas, os Serviços de Informação Militar calculam em cerca de dois mil os elementos do E. L. P. infiltrados no nosso País:

As autoridades foram alertadas e, às 13 horas, começou a operação que resultaria na prisão dos dois implicados no 11 de Março, já referidos. A operação foi ordenada directamente da Lisboa, pelo COPCON, e Lopes de Abreu e Mira Godinho foram encontrados.

Mais tarde, o Comando da Região Militar do Norte emitiu um comunicado em que re-

feriu a operação e a captura dos «dois ex-militares implicados no golpe de 11 de Março de 1975 e que, desde essa data, se encontravam ausentes em parte incerta».

O comunicado acrescentava presumir-se «que tenham entrado em Portugal clandestinamente, vindos de Espanha, dando que um deles era portador de seis mil pesetas».

E Lisboa, fontes do COPCON revelaram que tinham sido feitas algumas detenções, embora sem citar exactamente o número nem a identidade dos presos. O informador adiantou, no entanto, que se relacionavam com os recentes atentados bombistas, com a explosão de um automóvel em Monsanto (há cerca de dois meses) e com um recente acidente de viação perto de Alhos Vedros, em que morreram dois indivíduos, sendo depois encontradas armas e explosivos no carro em que seguia.

O vespertino «Luta», no entanto, anunciava ontem que um dos detidos seria Alfredo Andersen Guimarães, residente na Avenida dos Estados Unidos da América. O outro foi preso na Venda Nova e suspeita-se ter ligações com o E. L. P., sendo a terceira vez que é detido desde o 28 de Setembro. Este último indivíduo aparenta 50 anos e, segundo a vizinhança, esteve ligado à antiga Legião Portuguesa.

No entanto, e apesar de tudo, o COPCON mantém-se vigilante e actua, conforme o evidenciaram bem as operações ontem desencadeadas — uma por iniciativa própria do COPCON e na sequência de investigações que tem vindo a conduzir, outras devido à vigilância revolucionária das populações, que alertaram o COPCON, o Regimento de Infantaria de Braga e a P. S. P. local para a presença de elementos do E. L. P. num convento. Mais tarde, e presos esses indivíduos, a Região Mi-

# COMUNICADOS

● Recebemos da Juventude Social Democrática, um extenso comunicado criticando os oradores do comício do Partido Socialista realizado no fim da passada semana.

A sua publicação fica prejudicada pelo teor, nitidamente contrário à orientação preconizada no nosso estatuto editorial.

● A Comissão de Moradores do sítio do Alto, freguesia de Santa Maria Maior, realiza amanhã dia 5 de Novembro, pelas 20 horas, na Escola do Alto, a sua habitual Assembleia, com todos os moradores deste sítio.

● Da Comissão Concelhia do Partido Comunista Português recebemos duas notas, uma, contra o «terrorismo bomista», levado a efeito em bens e carros de elementos progressistas». A nota, faz ainda divagações sobre possíveis intervenções do «Estado nos hotéis, para salvaguarda das centenas de milhares de contos — dinheiro do povo português — que lá se encontram investidos».

A outra nota, refere-se à sessão comemorativa do 58.º aniversário da revolução socialista.

Recorda que foi a 7 de Novembro de 1917 que o Partido Comunista da União Soviética de Lenine, conquistou o poder e instaurou a ditadura do proletariado.

● De um grupo de operários da firma «Dias e Companhia, Lda.», espandindo certas afirmações do brigadeiro Azeredo:

(Publicidade)

## Câmara Municipal do Funchal Gabinete de Informação Pública

O Gabinete de Informação Pública da Câmara Municipal do Funchal, informa que:

1. — A partir de amanhã dia 5 de Novembro, e para encerramento aos sábados, de todas as repartições que funcionam no Edifício dos Paços do Concelho, o horário do expediente será o seguinte:

As 2.ª, 3.ª, 4.ª e 6.ª das 9.00 horas às 12.30 horas, e das 14.00 horas às 17.30 horas.

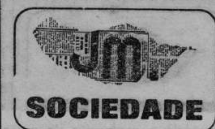
As 5.ª das 9.00 horas às 12.30 horas, e das 14.00 horas às 16.30 horas.

2. — Foi proibida a venda a retalho, nos arruamentos à volta do Mercado dos Lavradores, mas com esta medida o Mercado da Rua da Alegria passa apresentar mais variedade de géneros aos consumidores.

Funchal, 4 de Novembro de 1975.

O Gabinete de Informação Pública

João Pestana



### ANIVERSÁRIOS

Fazem hoje anos as sras.:

D. Maria de Jesus Correia, D. Leonor Amélia de Menezes Rodrigues, D. Isabel Inês Rebelo S. Ishony e D. Maria Ariete Fernandes.

E os srs.:

Júlio Maximiano Ferreira, Gabriel Augusto Tiago Pereira e Adriano Paulo Cunha Manso de Sousa.

litar do Norte lançaria uma Operação Stop em grande escala, numa tentativa de capturar outros elementos infiltrados.

tomando posição sobre a detenção de um oficial na Metrópole; estranhando a posição dos trabalhadores da Marconi e declarando-se «vigilantes contra os membros da da reacção local».

● Da Comissão Instaladora dos Trabalhadores Assalariados Agrícolas, informando da realização amanhã pelas 19 horas, na sede à R. do Castanheiro, 31 de uma assembleia geral, destinada a tratar:

1 — informações

2 — elaboração de um caderno reivindicativo a apresentar às entidades patronais;

3 — tomada de posição sobre a necessidade de material para o funcionamento do Sindicato.

● A Cooperativa Operária e Camponesa — Cocan, convidando todos os seus sócios para a próxima Assembleia Geral, que se realiza, hoje, quarta-feira, pelas 19 e 30 horas na sede da Cooperativa à Rua do Andia, n.º 10.

## TRIBUNA LIVRE (Conclusão da 1.ª página)

qualidades eleitorais que aliás fizeram dele o grande triunfador do último sufrágio, a nível nacional. Digamos que a sua passagem meteórica em praticamente todas as eleições das aldeias do País nas últimas eleições constituiu um autêntico «record», demonstrou fôlego e deu-lhe uma vitória incontestada. Pese embora a «ajuda» da dinamização «made MFA» no emprego estribilico da palavra «socialismo».

Deu-nos a impressão que o Dr. Mário Soares conta que «abriu» a próxima campanha eleitoral na Madeira. Num meio de tendências moderadas, soube esconder cuidadosamente as posições mais esquerdistas do P. S. tocar teclas «fáceis» como colónia — sem entrar no risco de apontar soluções; acentuar bem o problema da liberdade religiosa (e o materialismo dialéctico, Sr. Dr., e o «requiem» que, na Constituinte, o Seu Partido captou pela liberdade do ensino privado, e portanto também do religioso?); a autonomia (acha que a proposta constitucional do seu Partido deixa a muita grande distância o velho Estatuto? Olhe que o que nós precisamos é de factos comprovativos do interesse do PS pela autonomia...); crítica aos separatistas — aqui certo, Sr. Dr., mas onde se borrou foi nessa manobra de tentar meter outros ao baralho. Aprendeu isso com a extrema-esquerda local?

A «colónia» é uma situação anacrónica e injusta. Estamos de acordo. Mas é de dar conselho ao Sr. Lopes Cardoso que não pense que o problema se resolve pela simples assinatura de um decreto. Mesmo que essa assinatura venha a constituir mais uma peça de campanha eleitoral. O problema é demasiado complexo para ser encarado com esse simplismo, e vamos até ao ponto da talvez ele ter de ser analisado consoante peculiaridades de diferentes regiões do Arquipélago.

Outra tecla batida, também de aceitação da população local, foi o anti-comunismo. Neste campo achei tudo posto muito superficialmente, o «anti-comunismo estéril», como se agora o Sr. Vasco Gonçalves e o Partido Comunista fossem os culpados de todas as desgraças que sucedem neste País. Não será sacudir água do capote para manta alheia?

Informações do Porto Santo chegam à nossa redacção dizendo que o Dr. Mário Soares na dita ilha afirmou que o seu Partido não era marxista. Também a explicação sobre o assunto dada na imprensa local não foi clara. Ai que a ala esquerda do PS vai zangar-se... E lá está a tal indefinição.

Mas se o P.S. não é marxista, e também não é social-democrata — espaço político que está ocupado — então o que é o Partido Socialista?

Social-democrata no Porto Santo, social-democrata mais marxismo no Funchal, à direita do PPD no Centro do País, à esquerda do PC no Barreiro, marxista em Lisboa e Social-democrata para a Internacional Socialista? No nosso diário de 16-2-1975 o Dr. Mário Soares afirmava que a linha marxista do Partido nunca esteve em causa...

Quando no discreto «Holiday Inn», na conferência de imprensa, foi batida a tecla anti-comunista, ficou a patar este paradoxo: o P.S. insistiu para que o PC fizesse parte do Governo; o PS acusa o PC de estar a estragar a vida ao Governo. Mas de quem é a culpa Sr. Dr.? Olhe que essa solução de se acabar por formar um Governo só PS/MFA, era capaz de até nem ser solução. Apanhava forte oposição vinda de todas as direcções importantes, e há quem diga pelas sempre falíveis sondagens que o PS hoje já não tem o peso que tinha a nível nacional...

Uma coisa descansou todos. Já ninguém tem que se preocupar com as próximas eleições na Madeira. Já têm vencedor antecipado. Os outros Partidos podem desde já arrumar as malas e ir descansarinhos para casa. As mulheres dos políticos estão de parabéns. Os maridos vão ficar em casa quietinhos. Mas atenção. Têm de cá vir novamente os «reforços». Para já, a Madeira tem mais do que Deputado P. S. A Senhora D. Etelvina Lopes de Almeida. Foi esta Senhora que moveu todos os esforços para que o PS dedicasse atenção ao nosso Arquipélago neste fim de semana, tal como foi dito na conferência de imprensa. Menos trabalho para o Deputado local que, conforme já o determinou o Dr. Mário Soares, tem agora que falar sobre o Porto Santo.

Post-Scriptum: o autor destas linhas deseja relembrar que é filiado no P.P.D. e que expressa um ponto de vista meramente pessoal, tal como o título desta secção — tribuna livre — o esclarece permanentemente.

## Acordos de emigração com a Venezuela

LISBOA. (ANOP) — Apesar da Venezuela não aceitar emigrantes desde a saída da lei de emigração, há 17 anos, o governo vai abrir uma excepção e receber um número considerável de emigrantes portugueses das ex-colónias e do continente, segundo revelou ao «Diário de Notícias» o dr. Alfredo Baldoh, embaixador da Venezuela em Lisboa.

Nesse sentido, o diplomata venezuelano adiantou que têm sido tomadas medidas concretas para montar um esquema que facilite a emigração de

portugueses para aquele país. Referindo que as possibilidades de cooperação entre os dois países «são imensas», o dr. Alfredo Baldoh anunciou que se encontra em estudo a eventual utilização de petróleo venezuelano no complexo petrolífero de Sines.

O embaixador da Venezuela declarou, ainda que, a convite do Governo português, o ministro da Economia do seu país, Curmeziendo Rodriguez, visitará Portugal nos primeiros dias de Dezembro.



**CORPO REDACTORIAL** — Chefe de Redacção: António Jorge Andrade. Redactores: Manuel Gomes Abreu, Ernesto Rodrigues, João Carlos Abreu, Elutério de Aguiar, Gilberto Teixeira, Caires Figueira, José António Gonçalves e Filipe Malheiro.

